



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO  
TERRITORIAL**

**Diego Almeida de Souza**

**CONFLITOS DE FRONTEIRA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM FEIRA  
DE SANTANA – DO RURAL AO URBANO NA MANTIBA**

Feira de Santana  
2016

**DIEGO ALMEIDA DE SOUZA**

**CONFLITOS DE FRONTEIRA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM FEIRA DE  
SANTANA – DO RURAL AO URBANO NA MANTIBA**

Dissertação e Documentário, apresentados ao Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR –, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nacelice Barbosa Freitas.

Feira de Santana  
2016

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

D714

Souza, Diego Almeida de

Conflitos de fronteira : produção do espaço em Feira de Santana – do rural ao urbano na Mantiba / Diego Almeida de Souza. – 2016.

218 f. : il.

Orientadora : Nacelice Barbosa Freitas.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2016.

1. Produção do espaço – Mantiba, Feira de Santana, Bahia. 2. Políticas públicas. 3. Rural-urbano. 4. Campo-cidade. 5. Planejamento urbano. I. Freitas, Nacelice Barbosa, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU 711.4(814.22)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL -  
PLANTERR  
MESTRADO PROFISSIONAL**

“CONFLITOS DE FRONTEIRA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM FEIRA DE  
SANTANA – DO RURAL AO URBANO NA MANTIBA”

Diego Almeida de Souza

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nacelice Barbosa Freitas  
Orientadora – PLANTERR/UEFS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Medeiros Santo  
PLANTERR/UEFS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Lúcia da Silva Lima  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Aprovada em 27 de setembro de 2016

Feira de Santana/BA  
Setembro de 2016

Aos meus familiares e amigos, aos moradores da  
Mantiba por tornarem o fazer cotidiano possível.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela sabedoria, força e pelo dom da vida!

À minha mãe Maria Oneide Ferro Almeida, ao meu pai *in memoriam* Joaquim Ferreira de Souza, por acreditarem na educação como elemento transformador.

À minha irmã Daniela Almeida de Souza pelo apoio e constantes ajudas no decorrer da trajetória acadêmica.

À minha namorada e companheira de jornadas passadas, presentes e futuras, Érika Barbosa de Oliveira Souza.

À Nacelice Barbosa Freitas minha amiga e também orientadora, intelectual orgânica, militante, que a conheci no campo em meio as manifestações de rua, reivindicando dias melhores. Sem o seu apoio, dedicação e as longas discussões de orientação esta pesquisa não se configuraria com tamanha precisão e rigor metodológico. Nace, obrigado, mais uma vez, por tudo!

À Maria da Conceição Correia (Lia), professora, amiga, conselheira e parceira de sociedades presentes e futuras. Sem a sua orientação inicial, Lia, essa pesquisa não teria existido!

À Alan Magalhães, parceiro das antigas, sem o qual a filmagem e edição do documentário não teria sido possível. “Alucinado”, valeu por ter aceito esse desafio!

À Jefferson Reis, amigo desde o colegial, que me acompanha de *abstract* em *abstract* (rsrsrs). Feffi, muito obrigado pelo envio dos inúmeros *abstracts* no decorrer da jornada acadêmica!

À Luís Ricardo, amigo, irmão, bibliotecário que muito me ajudou fora e dentro da biblioteca Julieta Cardoso.

Aos irmãos e amigos da Igreja Batista Boas Novas, pelas orações e constantes manifestações de solidariedade e amizade.

Aos amigos da turma do Mestrado Profissional em Planejamento Territorial, pelas discussões, pelos debates, amizade e gestos de solidariedade. E desses amigos vai um agradecimento muito especial à Luciana Santos, que muito amiga e simpática sempre tinha bons conselhos e orientações a passar. Valeu Lu!

Aos companheiros e companheiras de trabalho do Sebrae Aracaju e do Sebrae Feira de Santana, neste último, um agradecimento em especial as pessoas de José

Carneiro, “Zezo” para os mais chegados (risos) e Herriete Cedraz, pessoas de grande generosidade e experiência com quem tenho aprendido muito.

À Carlos Douglas, pelas risadas, companhia, amizade e sociedade firmada no âmbito empresarial, que possibilitou a prática da teoria assimilada na academia.

À Antonio Carlos Borges Junior e Aurelino Bento, sem os quais, não seria célere o contato com os agentes políticos a serem entrevistados e, por conseguinte, não seria possível o documentário.

Às professoras, Sandra Medeiros e Silvana Lima pelas contribuições apresentadas ao presente trabalho enquanto banca examinadora.

Aos moradores da Mantiba, senhor Pedro Oliveira, Jucélia Santos, Alzira da Fonsêca, Lélia Alves, Joilson Oliveira, Naiara da Fonsêca e, em especial, à Vaneide de Jesus, por desde o primeiro ter acreditado e apoiado a pesquisa na Mantiba.

E por fim, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento e produção desta dissertação e do documentário!

Na fronteira, o homem não se encontra,  
se desencontra  
José de Souza Martins

A foto tem que contar o que ela é!  
Antonio Magalhães

Um espaço já transformado já é o berço,  
o lugar de nascimento do que advirá  
Henri Lefebvre

A Mantiba é o meu lugar no mundo!  
Naiara da Fonsêca

“No meio do caminho tinha uma pedra  
Tinha uma pedra no meio do caminho  
Tinha uma pedra  
No meio do caminho tinha uma pedra...”  
Carlos Drummond de Andrade



## RESUMO

O presente texto dissertativo intitulado *Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – do Rural ao Urbano na Mantiba* tem como objetivo analisar a relação campo-cidade em Feira de Santana, explicando a transformação do espaço rural em urbano por meio da Lei Complementar nº 075/2013, tendo como referência a Mantiba. Não distante, são objetivos específicos desta pesquisa analisar as implicações decorrentes da transformação de um espaço rural em urbano, refletindo sobre as especificidades do cotidiano dos moradores da Mantiba e identificar a expansão urbana do município de Feira de Santana entre 1938-2016, analisando a relação campo-cidade. É adotado no trabalho o método regressivo-progressivo desenvolvido por Lefebvre (1978) que é composto por três momentos. A adoção deste método ocorre em função dele sempre partir do atual presente em direção ao passado, não apenas para explicá-lo, mas, sobretudo, para esclarecer os processos em curso no presente, que apontam para o futuro. Conclui-se que o capital imobiliário, nas mais variadas nuances, foi a razão determinante para a criação da Lei Complementar nº 075/2013 pelo poder executivo municipal, não havendo nenhum tipo de discussão, debate ou audiência pública anterior ao envio do projeto de lei complementar à Câmara Municipal de Feira de Santana.

**Palavras-chave:** Campo-cidade; rural-urbano; políticas públicas; Feira de Santana; Mantiba.

## **ABSTRACT**

The present dissertation entitled *Border Conflicts: Space Production in Feira de Santana – from the Rural to the Urban in Mantiba* aims at analyzing the relationship field-city in Feira de Santana, explaining the transformation of the rural area into an urban one by means of the Complementary Law No. 075 of 2013, taking as a reference Mantiba. So, the specific objects of this work are to analyze the implications that are due to the transformation of a rural area into an urban one, thinking about the specificities of Mantiba dwellers everyday and to identify the urban area expansion of Feira de Santana between 1938-2016, analyzing the relationship field-city. In the same work, we adopt the regressive-progressive method developed by Lefebvre (1978), which is composed of three points. The adoption of this method occurs to take account of its constant departure from the current time toward the past, not only to explain it, but, overall, to enlighten the current processes pointing to the future. It is concluded that the real estate capital, in various nuances, was the key reason for the Complementary Law No. 075 of 2013, created by the municipal executive power, without any discussion, debate or public audiences preceding the complementary law project remittance to Feira de Santana Town Hall.

Keywords: field-city; rural-urban; public policies; Feira de Santana; Mantiba.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Percentagem da população residente em áreas urbanas no mundo, 1950, 2014 e 2050.....	28
Figura 2	Populações urbanas e rurais do globo – 1950-2050.....	29
Figura 3	População Residente – Sexo – Pirâmide Etária – Setor urbano..	125
Figura 4	População Residente – Percentual de autodeclaração da cor no setor urbano da Mantiba.....	125
Figura 5	Domicílios particulares permanentes – quantidade de moradores.....	126
Figura 6	Domicílios particulares permanentes – Destino do lixo.....	126
Figura 7	Domicílios particulares permanentes – com banheiro ou sanitário.....	127
Figura 8	População Residente – Sexo – Pirâmide Etária – Setor Rural....	127
Figura 9	População Residente – Percentual de autodeclaração da cor no setor rural da Mantiba.....	128
Figura 10	Domicílios particulares permanentes – quantidade de moradores.....	128
Figura 11	Domicílios particulares permanentes – Destino do lixo.....	129
Figura 12	Domicílios particulares permanentes – com banheiro ou sanitário.....	129
Figura 13	Lista dos empreendimentos do PMCMV, faixa 1, em Feira de Santana, em junho de 2016.....	165
Figura 14	Panorama dos empreendimentos do PMCMV, faixa 2 e 3, em Feira de Santana, em junho de 2016.....	166

## LISTA DE FOTOS

Foto 1	O porto de Cachoeira .....	60
Foto 2	Casarão Fazenda Olhos d' Água.....	63
Foto 3	Casarão Fazenda Olhos d' Água após reforma.....	64
Foto 4	Ponte Rio Branco.....	65
Foto 5	Passagem molhada sobre o rio Jacuípe.....	67
Foto 6	Feira de Santana: Feira do Gado – Campo General Câmara.....	69
Foto 7	A feira-livre.....	71
Foto 8	Feira de Santana e as descontinuidades entre o rural e o urbano.....	72
Foto 9	A última feira-livre no centro de Feira de Santana.....	73
Foto 10	Centro de Abastecimento de Feira de Santana (CAF) em 1976..	74
Foto 11	Centro de Abastecimento de Feira de Santana em 2015.....	74
Foto 12	Feirantes e populares reconhecendo as instalações do CAF.....	75
Foto 13	Primeira feira no Centro de Abastecimento (CAF).....	76
Foto 14	Retorno dos feirantes da primeira feira no Centro de Abastecimento (CAF).....	77
Foto 15	A Igreja Matriz e a Estação Férrea de Feira de Santana.....	78
Foto 16	Praça Garrastazu Médici.....	80
Foto 17	Praça Garrastazu Médici.....	81
Foto 18	Estrada Bahia-Feira.....	83
Foto 19	BR 324.....	84
Foto 20	Campo de Aviação em Feira de Santana.....	88
Foto 21	Material de Construção no lugar do hangar.....	89
Foto 22	Feira Tênis Clube.....	90
Foto 23	Feira Tênis Clube – hoje.....	91
Foto 24	BR-116 Sul, Rio Bahia, ponte sobre o Rio Jacuípe.....	92
Foto 25	BR-116 Sul, Rio Bahia, ponte sobre o Rio Jacuípe em 2013.....	93
Foto 26	Sede do Centro Industrial do Subaé na década de 1970.....	94
Foto 27	Sede do Centro Industrial do Subaé em 2010.....	96
Foto 28	Universidade Estadual de Feira de Santana em 1976.....	97
Foto 29	Universidade Estadual de Feira de Santana em 2015.....	98

Foto 30	Conjunto habitacional Feira I e Feira II.....	99
Foto 31	Bairro Cidade Nova em 2015.....	101
Foto 32	Diário de Braz Ferreira que narra a história da Mantiba.....	109
Foto 33	Diário de Braz Ferreira que registrou batismos, nascimentos, falecimentos e casamentos.....	110
Foto 34	Braz Ferreira da Fonsêca e sua esposa, Francisca Ferreira da Fonsêca, no altar da Paróquia de São Judas Tadeu, na Mantiba.....	114
Foto 35	Braz Ferreira da Fonsêca e sua esposa, Francisca Ferreira da Fonsêca, em casa, entre filhos, amigos, afilhados e netos.....	117
Foto 36	Bifurcação da Estrada Santa Quitéria (esquerda) e Av. Anchieta (direita) vista do pontilhão.....	120
Foto 37	Brejo lateral ao pontilhão, em uma das entradas da Mantiba.....	120
Foto 38	Estrada Santa Quitéria no período de chuva.....	121
Foto 39	Praça da Mantiba e a Paróquia de São Judas Tadeu.....	124

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização da Mantiba em Feira de Santana em 2013.....	23
Mapa 2	Perímetro urbano de Feira de Santana em 2013.....	24
Mapa 3	Distrito sede de Feira de Santana e os demais distritos em 1938.....	86
Mapa 4	Distrito sede de Feira de Santana e os demais distritos em 1985.....	103
Mapa 5	Mantiba pertencente ao Distrito de Humildes em 1938.....	105
Mapa 6	Mantiba pertencente ao Distrito de Jaíba em 1985.....	106
Mapa 7	Mantiba pertencente ao Distrito sede de Feira de Santana em 2013.....	107
Mapa 8	Vias de acesso à Mantiba.....	118
Mapa 9	Limites da Mantiba.....	122
Mapa 10	Mantiba, setor censitário urbano.....	123
Mapa 11	Novo perímetro urbano de Feira de Santana.....	157
Mapa 12	Localização dos condomínios do PMCMV, faixa 1, por ano de assinatura do contrato.....	168
Mapa 13	Expansão urbana do distrito sede de Feira de Santana em 2013.....	173
Mapa 14	Centralidade da Mantiba em Feira de Santana.....	175

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Síntese da Introdução.....	31
Quadro 2	Síntese do método progressivo-regressivo de Lefebvre.....	38
Quadro 3	Conteúdo abordados nas entrevistas semiestruturadas com os moradores, eixos e questões.....	41
Quadro 4	Conteúdo abordado nas entrevistas estruturadas, sujeitos e questões.....	43
Quadro 5	Análise Iconográfica e Interpretação Iconológica.....	57
Quadro 6	Matérias veiculadas sobre a criação dos seis novos bairros em Feira de Santana.....	169

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1	População em Feira de Santana entre 1872 e 1950:.....	85
Tabela 2	Municípios com população superior a 100 habitantes na Bahia, em 1950.....	85
Tabela 3	Feira de Santana: População Total, Urbana, Rural , Taxa de Urbanização e Taxa de Crescimento da População Urbana 1950-2010.....	101



## LISTA DE SIGLAS

BCJC	Biblioteca Central Julieta Carteado
BRT	Bus Rapid Transit
CAF	Centro de Abastecimento de Feira de Santana
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CIS	Centro Industrial do Subaé
CSU	Centro Social Urbano
DEM	Partido Democratas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITR	Imposto Territorial Rural
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Qgis	Quantum Gis
SEAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura de Feira de Santana
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	17
2	<b>METODOLOGIA.....</b>	34
2.1	<b>Anotações de pesquisador: o diário de campo.....</b>	47
2.2	<b>Ver o espaço através das fotografias.....</b>	51
2.3	<b>Produto da pesquisa: o documentário.....</b>	52
3	<b>O RURAL E O URBANO EM FEIRA DE SANTANA: UMA REFLEXÃO ICONOGRÁFICA.....</b>	56
4	<b>MANTIBA QUE ESPAÇO É ESSE?.....</b>	105
5	<b>O DESAFIO DE ESTAR NO CAMPO E NA CIDADE: SER RURAL E URBANO.....</b>	131
5.1	<b>Retornando ao início: aldeia-cidade, cidade-campo, rural-urbano.....</b>	133
6	<b>FEIRA DE SANTANA: DO RURAL AO URBANO – A LEI COMPLEMENTAR nº 075/2013.....</b>	145
6.1	<b>Feira de Santana/Mantiba: presente-passado concreto, as virtualidades do porvir e as perspectivas do povo da Mantiba.....</b>	174
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	180
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	183
	<b>APÊNDICES.....</b>	193
	<b>ANEXOS.....</b>	218

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é analisar a relação campo-cidade em Feira de Santana, explicando a transformação do espaço rural em urbano, tendo como referência a Mantiba.

Gottdiener (1993) afirma que o rural e urbano são espaços nos quais o que se vê na sua superfície é um conflito de classes no espaço. E sobre essa luta de classes Lefebvre (2006, p. 52) discute que “ela intervém na produção do espaço, produção da qual as classes, frações e grupos de classes são os agentes”.

Dessa forma, de um lado tem-se como um desses agentes a população nativa que possui hábitos, costumes, valores e uma relação com o espaço em que vive diferenciada, por essa relação ter ocorrido em tempo histórico diferente. Assim, a forma que um morador de um espaço rural olha para a terra em que vive é totalmente diferente, pois a terra em que nasceu, cresceu, constituiu família, mora e trabalha tem não apenas um valor de troca, mas também um valor de uso subjetivo, que é particular de quem vive e viveu ali, naquele lugar.

Do outro lado, tem-se o outro, o estrangeiro, o agente capitalista que alheio as idiosincrasias daquele lugar, pelo simples fato de não ter vivido ali, sobrepõe o valor de troca, ao valor de uso como se o espaço tivesse apenas o viés econômico. E, assim, o capitalista em continuidade aos interesses pecuniários e visando dar ao espaço do morador e trabalhador rural um outro valor de uso, cujo o objetivo é estritamente a ampliação do valor de troca, vai pulverizando as relações sociais da propriedade privada, com o que Lefebvre (2006) denominou de formação de guetos. Guetos de elite, guetos de trabalhadores rurais, guetos de condomínios, guetos de indústrias, dentre outros. Guetos esses que não são contíguos, são hierárquicos e que representam espacialmente a hierarquia econômica e social, setores dominantes e subordinados.

Tem-se, então, o que Lefebvre (2006, p. 07) denomina como o “espaço da modernidade” que tem como características: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. A homogeneidade advém da fabricação de elementos e materiais que são similares e se espalham pelo espaço por meio da produção e da reprodutibilidade das mercadorias, acrescenta-se nessa homogeneidade os métodos de controle, gestão, vigilância e comunicação. No entanto, essa homogeneidade é interrompida, e segundo Lefebvre (2006) no momento da elaboração dos projetos e planos de

transformação do espaço, quando o espaço ainda homogêneo se fragmenta em conjuntos, lotes, parcelas e guetos, que, conforme supracitado, se hierarquizam de forma não justaposta, em espaços residenciais, comerciais, de lazer, para os marginais, sendo que a lógica predominante desse espaço “se vincula ilusoriamente à informatização e oculta, sob sua homogeneidade, as relações ‘reais’ e os conflitos” (LEFEBVRE, 2006, p. 07).

A fragmentação do espaço citadino em guetos apenas é possível porque subjacente ao agente capitalista tem-se o Estado como elemento regulador, normatizador, juiz mediador dos conflitos que eclodem no espaço. “O Estado dispõe dos códigos existentes. Ele chega a construí-los para os impor, mas ele muda. Ele os manipula. O poder não se deixa encerrar numa única lógica. Ele tem estratégias, tão vastas quanto ele tem de recursos” (LEFEBRE, 2006, p. 132). Assim, a mediação dos conflitos acontece fundamentada nas leis existentes ou mesmo com a criação de novas leis que legitimam a ação do Estado sobre o espaço, assegurando o seu controle sobre os lugares, sem não deixar de os hierarquizar e os segregar.

É, então, com o estabelecimento do zoneamento da cidade e o conseqüentemente estabelecimento do que pode e do que não pode ser feito no espaço que surge o que Lefebvre (2006) nominou como “explosão de espaços” e nessa explosão pessoas e grupos expõem os seus mais variados interesses nesses espaços o que “resulta num caos de espaços contraditórios que proliferam as fronteiras em que aparece o conflito socioespacial” (GOTTDIENER, 1993, p. 130).

“Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora” (MARTINS, 2009, p. 11). É o caso dos moradores da Mantiba, que têm que se reinventar, agora, enquanto espaço urbano, depois da transformação do espaço rural, para viabilizar o progresso e as intenções de melhoria e desenvolvimento propaladas no presente. O viver na fronteira, para os moradores da Mantiba, entre o espaço rural e o espaço urbano está no campo da imaginação, pois o 19 de junho de 2013, dia em que a Lei Complementar 075/2013 foi aprovada na Câmara de Vereadores, foi apenas um momento, em que na prática, no dia a dia, o viver rural insiste e luta ante um viver repleto de equipamentos urbanísticos, distante e futuro, que até então está no campo das promessas feitas pelos legisladores representantes do Estado.

Daí, advém a questão cerne que identifica o problema deste trabalho, bem como o torna possível: por que a Lei Complementar 075/2013 foi aprovada em caráter de urgência na câmara de vereadores de Feira de Santana sem nenhuma participação dos moradores dos espaços rurais, transformados em urbanos?

Entende-se que o processo político souo como um fato, autoritário e antidemocrático devido a ausência de discussão, com a população de Feira de Santana, segunda maior cidade da Bahia em termos populacionais, terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) entre os municípios baianos, maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste, possui 29 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 13 IES presenciais e 16 de ensino à distância, segundo o Ministério da Educação (2016), cidade que é objeto de estudo de vários autores como Freitas, 2015, 1997; Santo, 2012; Araújo, 2015; Araújo, 2016; Oliveira, 2005. Não se pode conceber esse processo como natural e conseqüente isso tornasse a Princesa do Sertão como *locus* incontestado para a produção dessa pesquisa na busca de responder a este problema.

Quanto mais se investigava, outras indagações surgiam, sendo assim, como ainda é possível 12 anos após a aprovação da Lei nº 10. 257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, uma população ficar alheia ao direito de discutir o espaço em que vive?

A escolha pela Mantiba, enquanto recorte espacial a ser estudado em Feira de Santana, veio como uma centelha de esperança, que indicava não apenas o descontentamento de um agente com a forma que a produção do espaço feirense estava a ocorrer, como também serviu de elemento motivador ao se perceber que o ato de mobilização, luta e reivindicação por parte da classe menos abastada ainda estava vivo neste espaço. Dentre as populações rurais impactadas pela Lei Complementar 075/2013, a população da Mantiba foi a única que foi às ruas e protestou, não aceitando passivamente a condição espacial que lhe era imposta pelos representantes do poder legislativo e do poder executivo.

Decorrente da aprovação da Lei Complementar 075/2013 instalou-se, bem como acentuou-se, o conflito entre os grupos de classe no espaço. Localizados na Mantiba, os trabalhadores rurais, detentores da terra e até então detentores da força de trabalho e dos meios de produção que permitem o trabalho rural autônomo. E, indiferentes a tal realidade, encontram-se, no primeiro momento, os capitalistas transfigurados, aqui, em agentes imobiliários que têm o interesse na aquisição das

terras para que a maximização do lucro por meio da construção dos guetos, dos condomínios ou mesmo por meio da especulação, continue acontecendo e se amplie.

Essa fronteira, então, além da sua composição de classe passa a ser constituída do aspecto espacial que se fundamenta na delimitação do que é rural e do que é urbano.

Fronteiras interiores e invisíveis começam a classificar o espaço, todavia dominado por uma estratégia global e por um poder único. Essas fronteiras não separam somente os níveis: o local, o regional, o nacional, o mundial. Elas distinguem as zonas onde as pessoas devem se reduzir “à sua mais simples expressão”, ao seu “denominador comum”, para sobreviver – e as zonas onde podem se esparramar confortavelmente as pessoas, onde elas têm tempo e espaço, esses luxos essenciais. **Fronteiras? Essa palavra frágil oculta o essencial. Linhas de fratura na homogeneidade, diremos nós, que desenham as verdadeiras configurações, muito acidentadas ainda que invisíveis aos olhares, do espaço social “real”.** (LEFEBVRE, 2006, p. 248, grifo nosso).

Sobre a fronteira que se configurou na Mantiba advém o aspecto mais perverso do conflito: a fronteira que invisivelmente se estabelece cessa com o rural de um lado, e por outro lado não os torna cidade mesmo estando na cidade. É a negação à cidade, que Lefebvre (2001) denominou de direito à vida urbana, a condição de humanismo e democracia, o direito à cidade.

Para Lefebvre (1978) a passagem do rural ao urbano é uma problemática em que os conflitos se superpõem e se exasperam ao se ter em vista que essa terra em transformação é marcada pela História, pelas tradições, por um valor de uso que é próprio de quem ali morou a vida toda. Sendo assim, como pode essa transformação ocorrer sem que os trabalhadores rurais fossem ouvidos? Não distante, como fica a condição de pertencimento dessa população que se considera rural, que no presente se vê morando em um espaço rural, mas lhe é imposto repentinamente a condição de urbano? Urbano esse que se faz existir no presente por meio da força, por meio da lei e que, numa concepção weberiana, por ser lei tem denotação de verdade, mas, que no dia a dia dos moradores da Mantiba não é mais do que algo imaginário e distante envolto a expectativas e medos originárias das promessas de urbanização proferidas pelos agentes do poder público.

Espaços como a Mantiba, até então, esquecidos, são apoderados pela industrialização como afirma Lefebvre (1978) e “a urbanização cuja importância cresce sem cessar transforma tudo que existia antes” (LEFEBVRE, 1978. p. 09). Nesse duplo processo se faz importante esclarecer que a industrialização não produz

apenas empresas, porque requer também uma estrutura logística que permita o escoamento da produção, assim como o contato com os mais diversos mercados consumidores. Neste contexto, os espaços até então esquecidos, se tornam excelentes, pelos preços relativamente baixos, para a construção de grandes avenidas, rodovias pedagiadas, ferrovias, aeroportos de cargas e passageiros. Na sequência, vem a urbanização que torna possível a existência de outros equipamentos urbanísticos e nesse processo ininterrupto de transformação do espaço, modifica também o cotidiano e o viver desses lugares, minando paulatinamente as relações sociais lá existentes.

Assim, este estudo se torna importante na busca de explicação e análise do processo em que por meio da elaboração e aprovação de uma lei, sem a participação popular, um conflito de classe se realiza no espaço e se estabelece uma fronteira invisível e imaginária que acompanha a transformação do mesmo de rural em urbano, onde o duplo processo de industrialização e urbanismo vão, pouco a pouco, diluindo o cotidiano, as relações de proximidade e de vizinhança nos espaços transformados.

Em Feira de Santana, estudos de análise dessa problemática são incipientes, destaca-se a importância em investigar, a partir do método progressivo-regressivo de Henri Lefebvre a produção do espaço em Feira de Santana e Mantiba. Acrescenta-se também a relevância deste estudo ao dar voz à uma população historicamente marginalizada que não possui registros nas instituições oficiais sobre a produção do seu espaço. Este trabalho tem, então, a responsabilidade de divulgar a história de fundação da Mantiba que é oral, e que por ser oral corre o risco de se perder no tempo histórico.

No decorrer da discussão teórica, tomou-se como base os estudos desenvolvidos por Lefebvre (1976;1978; 1991; 2001; 2006), razão pela qual adota a expressão campo-cidade, por compreendê-la como uma totalidade concreta, opondo-se à visão de quem vê o campo e a cidade como espaços dissociados, excludentes e por isso um binômio. Nesse processo, em que o rural é transformado em urbano em Feira de Santana está a Mantiba, espaço que, no trabalho, ganha autonomia e por isso passa a ser adotada apenas a expressão Mantiba para referir-se seja ao espaço rural ou urbano que a constitui.

Como linguagem narrativa, para contar essa história, acrescentou-se a este texto dissertativo a construção de um documentário que dá voz aos moradores da

Mantiba para falarem sobre o processo de origem do espaço em que vive, sobre o cotidiano, bem como expor a opinião deles sobre os motivos que levaram a elaboração e aprovação da Lei Complementar 075/2013, sendo as opiniões confrontadas com as respostas cedidas por agentes políticos que participaram de forma direta ou indireta no processo de criação da lei.

O documentário tem também um papel educativo, que é principalmente o de levar as crianças, jovens e adultos estudantes da Mantiba, a reflexão sobre a história e o viver da Mantiba, como forma de empoderá-las e conscientizá-las sobre o valor do espaço em que nasceram. Esse papel educativo estende-se também aos demais moradores, pais, mães, filhos, filhas, netos e netas que moram na Mantiba, cujo objetivo é despertar o senso crítico e, se possível, fazer com que a centelha de esperança que permite a luta, a mobilização, a ajuda ao próximo e o trabalho coletivo continue ativa.

A linguagem fílmica do documentário discorre ainda sobre a importância dos documentos históricos no processo de construção da narrativa de produção do espaço e mostra que em Feira de Santana muitas informações históricas se perderam com o tempo e as que ainda existem no presente são passíveis por conservação, haja vista alguns documentos nem poderem ser mais manuseados, o que impede a elaboração de novos estudos e pesquisas.

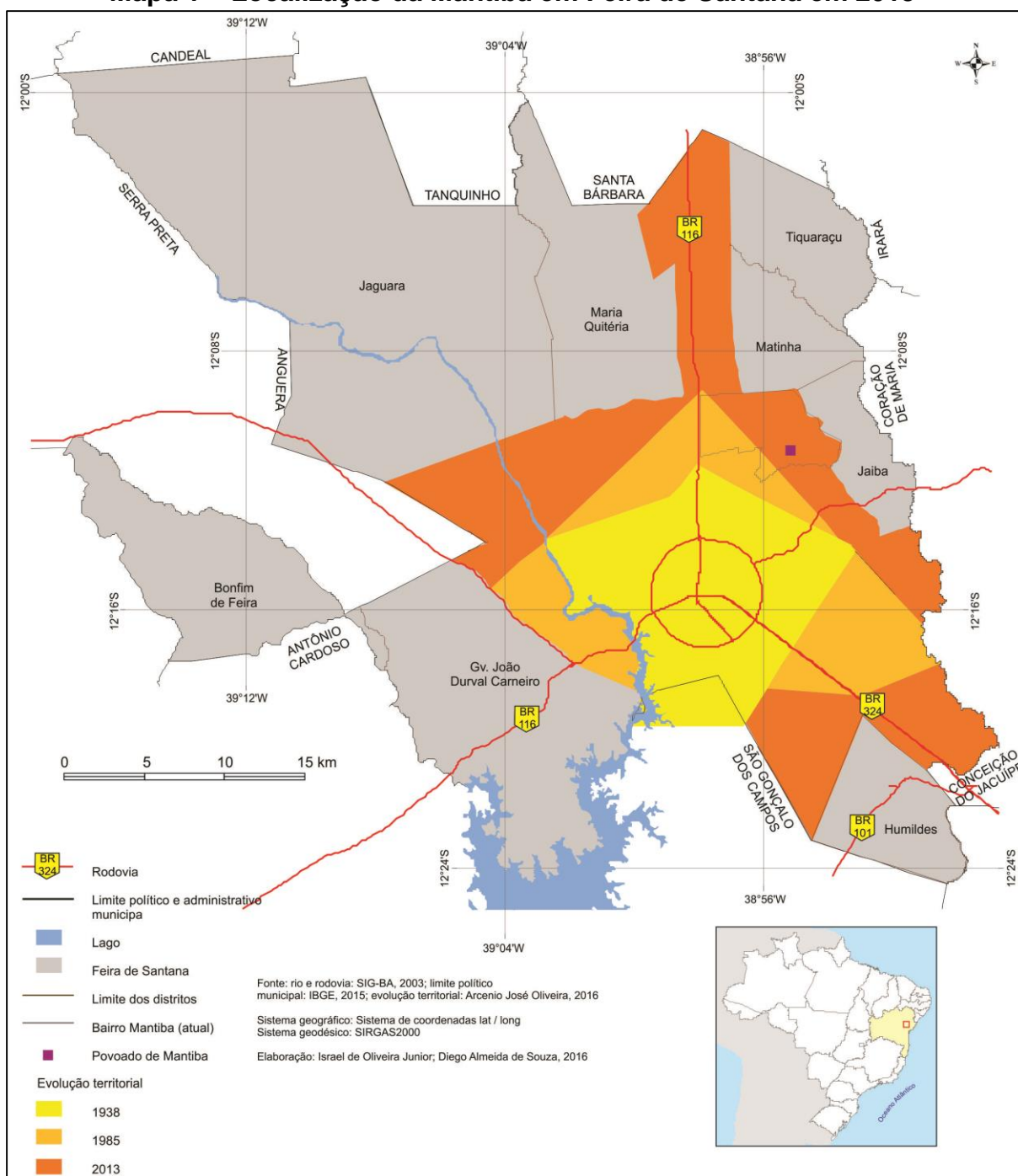
Soma-se, ainda, como elemento motivador para a realização da pesquisa, no decurso de elaboração da mesma o contato tido com os avós ainda na infância. Contato este que permitiu uma aproximação imaginária com o rural, com o viver no campo e com as mais diversas manifestações e representações de vida na roça. Ainda que imaginário e distante do rural, foi suficiente para compreender a importância e o valor de um povo, que muitas vezes, fundamentado na religiosidade, trabalhava árduo na busca pela sobrevivência e na esperança de dias melhores, dias de colheita farta e mesa cheia de comida. Este trabalho é, então, uma voz que acredita nesses valores e o respeita.

A Mantiba localiza-se no nordeste do centro urbano de Feira de Santana, a aproximadamente 12 km do centro da cidade (MAPA 1). Na década de 1930, mais especificamente a partir do ano de 1938 com o Decreto Municipal nº 14 que fixava os limites urbanos, suburbanos do distrito sede dos outros distritos, esteve vinculada ao distrito de Humildes. Com a anexação do distrito de Jaíba (ex-povoado) ao município de Feira de Santana em 1953, por meio da Lei Estadual nº 628, a Mantiba passou a



ser vinculada ao distrito de Jaíba. Com a aprovação da Lei Complementar 075, de junho de 2013, a Mantiba desvinculou-se deste distrito, e passou a integrar o distrito sede, saindo da condição de povoado e tornando-se bairro da cidade de Feira de Santana.

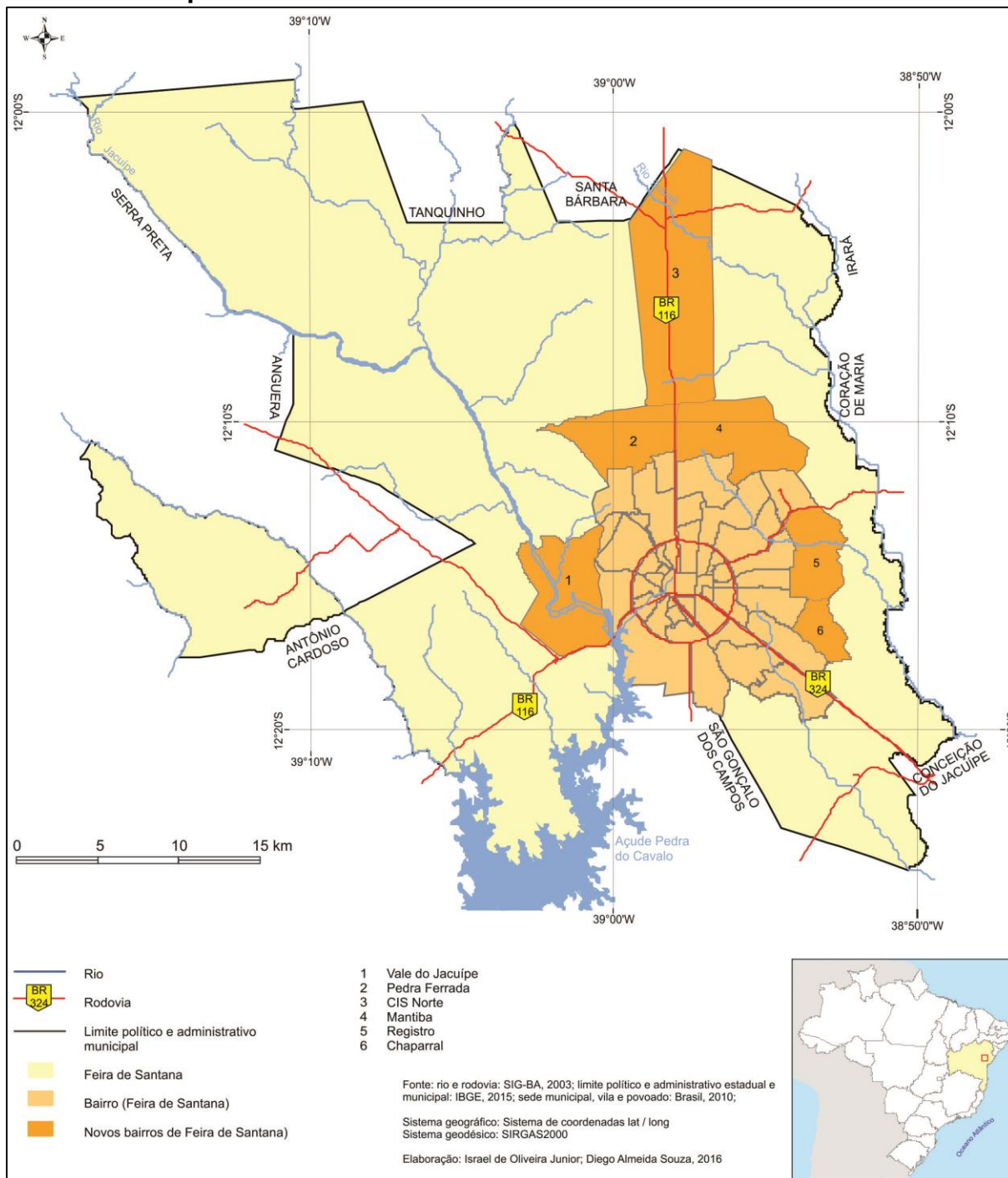
**Mapa 1 – Localização da Mantiba em Feira de Santana em 2013**



O problema desta pesquisa, conforme dito anteriormente, advém do fato de o município de Feira de Santana, recentemente ter transformado o espaço rural da

Mantiba em urbano, por meio da supracitada Lei Complementar nº 075 que fixou novos limites interdistritais, ampliou o perímetro urbano e delimitou a criação de 06 novos bairros do distrito sede do município (MAPA 2).

**Mapa 2 – Perímetro urbano de Feira de Santana em 2013**



Anteriormente, o perímetro urbano de Feira de Santana, bem como a identificação dos 44 bairros da cidade era definido pela Lei Complementar nº 018/2004. Os sete distritos que complementam o distrito sede são regulamentados

por leis específicas. As áreas distritais incluem espaços rurais do município de Feira de Santana.

Sobre a transformação da Mantiba em urbano foi recorrente nos jornais impressos e eletrônicos da cidade a veiculação de notícias. Ao todo foram 19 matérias entre os meses de junho e setembro, de 07 veículos de comunicação diferentes, sendo 03 jornais impressos (Folha do Estado, Folha do Norte e Tribuna Feirense), 03 jornais eletrônicos (Acorda Cidade, A Tarde<sup>1</sup> e Jornal Grande Bahia), e 01 institucional (a Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Feira de Santana). Dentre essas matérias, informações sobre os protestos dos moradores da Mantiba foram recorrentes: Ecos da Mantiba (JORNAL TRIBUNA FEIRENSE, 2013), Moradores de Mantiba são contra urbanização da zona rural de Feira de Santana (JORNAL ACORDA CIDADE, 2013); Moradores da Mantiba, próximo ao distrito da Matinha, não aceitam urbanização da zona rural de Feira de Santana (JORNAL GRANDE BAHIA, 2013).

Em comum, essas três notícias abordam os benefícios que os trabalhadores rurais poderão perder, tais como: Seguro Garantia Safra, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), o direito de se inscreverem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), direitos previdenciários, a comercialização de alimentos a prefeitura municipal por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a permissão para vender produtos para a merenda escolar das escolas municipais de Feira de Santana e região, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ainda se verifica no noticiário a inexistência de discussão que o projeto do executivo, enviado a Câmara Municipal de Feira de Santana, teve junto à população dos espaços rurais transformadas em bairro, dentre eles a Mantiba. No legislativo feirense, o projeto foi aprovado no dia 19 de junho 2013 em caráter de urgência, sob a justificativa do líder do governo na câmara municipal, vereador do Partido Democratas (DEM) –, de que “a cidade está crescendo e precisa trazer para mais perto essas localidades consideradas como zona rural, até mesmo para que cheguem os serviços públicos e também a cobrança de IPTU” (JORNAL FOLHA DO ESTADO, 2013). O secretário de Convênios e Gestão Municipal, por sua vez, ratificou a justificativa do líder do governo ao dizer que “a criação dos novos bairros em Feira de

---

<sup>1</sup> Mesmo tendo uma versão impressa, considerou-se neste caso o Jornal A Tarde como eletrônico porque a matéria encontrada foi em meio digital.

Santana é **necessária**, devido à expansão urbana dos últimos anos” (JORNAL A TARDE, 2013, grifo nosso).

Três aspectos que não podem passar incólumes ao se discutir a elaboração e aprovação da Lei Complementar 075/2013. O primeiro é a criação do bairro CIS Norte na supracitada Lei Complementar nº 075/2013, pois conforme foi divulgado no site do Centro Industrial do Subaé (CIS), 2013 – na matéria Secretário James Correia dá sinal verde para ampliação do CIS Norte, em Feira de Santana –, era de interesse do governo do estado a ampliação do distrito industrial no município de Feira de Santana. E o discurso político recorrente é o de que serão atraídas mais empresas e que a população terá mais emprego e mais renda.

O segundo é a proposta de criação da Rodovia Perimetral Norte que integrará as rodovias federais BR's 101, 116 e 324, estabelecendo ligação com o Aeroporto Governador João Durval Carneiro em Feira de Santana conforme notícia o Jornal Grande Bahia (2014) – Em entrevista, engenheiro Danilo Ferreira apresenta estudo para construção da Rodovia Perimetral Norte em Feira de Santana.

E, por último, o recente e significativo aumento do número de condomínios construídos em Feira de Santana, que devido principalmente às políticas habitacionais criadas na primeira década do século XXI, fez com que a média anual de condomínios construídos na cidade fosse de mais de 16 condomínios entre os anos de 2005 a 2010 (SANTO, *et al*, 2011).

Conforme, Santos (1978), o acontecer sobre o espaço não é homogêneo e a categoria escala é fundamental para compreensão e percepção de qualquer que seja o acontecer, ele é um produto do movimento da sociedade total. Neste contexto, então, ao se ampliar a escala é possível perceber que o espaço campo-cidade se move, num processo dialético e *continuum*, sendo a direção do movimento e a intensidade do tornar-se realidade determinadas por aspectos políticos-jurídicos, que muitas vezes, mascaram e omitem os interesses dos detentores do capital.

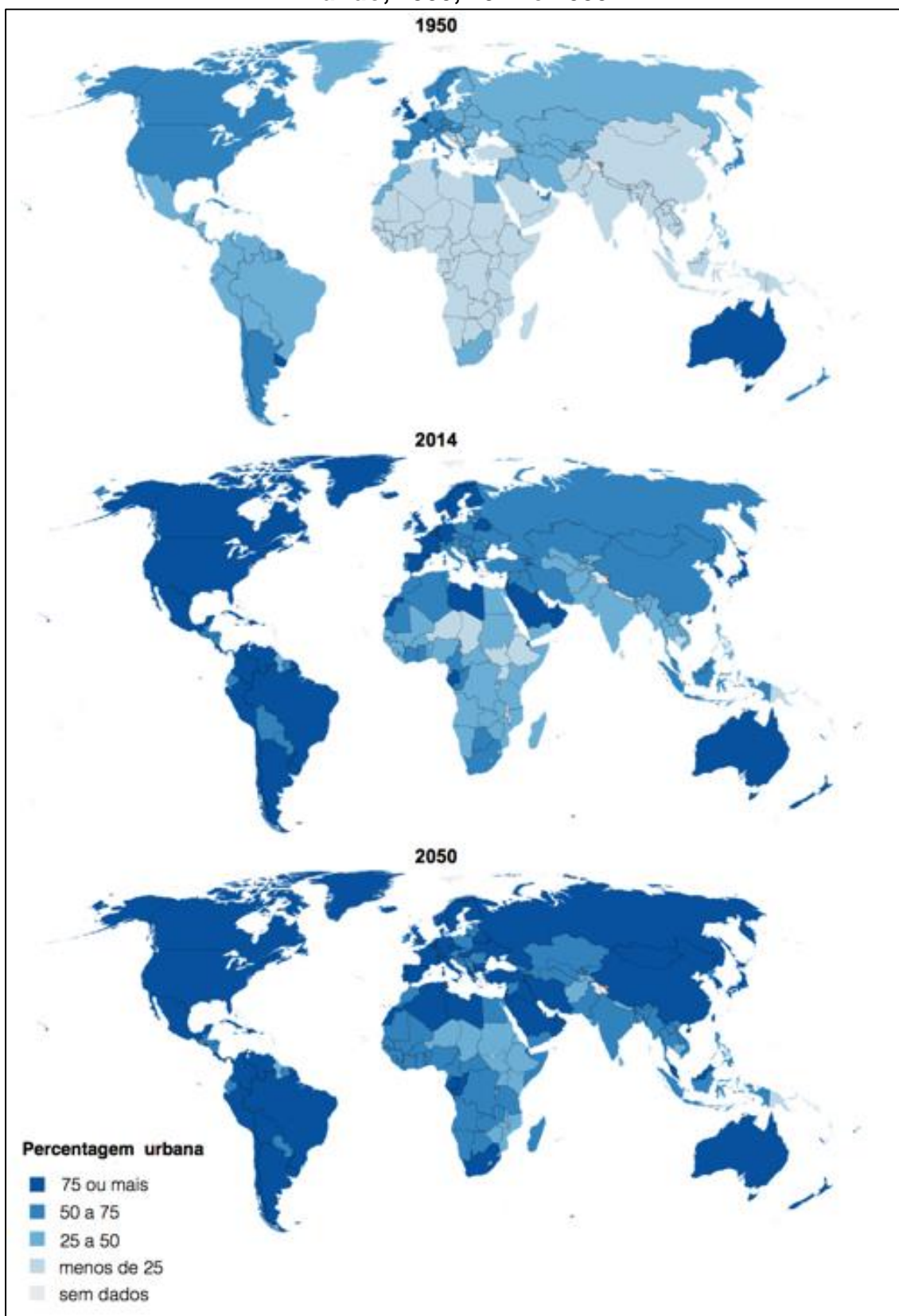
Para Espinheira (2008, p. 191) “as cidades são os lugares de todos. Não todos na igualdade homogênea, pasteurizada, mas, ao contrário, na concentração de desigualdades e diferenças – daí de todos!” Salienta Lefebvre (2001) que todos têm a necessidade de ouvir, de tocar, de se expressar, de degustar, a necessidade de reunir as percepções do mundo, necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas, enfim a necessidade da cidade. Todos têm o direito à cidade (LEFEBVRE, *ibidem*), direito de viver a cidade na sua plenitude. Mas, e

quanto ao campo? O espaço rural é o lugar de quem? Não teria a população rural direito ao campo e também direito a vida cultural? Ou estaria o espaço rural fadado ao desaparecimento como de forma implícita vaticina a ONU?

A inquietude em desenvolver esse trabalho intensificou-se com o estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) denominado *Hábitat y pobreza los objetivos de desarrollo del milênio desde la ciudad*, (2006) e solidificou-se com outro estudo da ONU, *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision* (2015). De acordo com ambos os estudos, no ano de 2050, aproximadamente 75% da população mundial será urbana, sendo, a partir daí, ainda mais expressivos os índices de urbanização no globo.

No continente americano, em específico, na América do Sul, apenas quatro países (Equador, Guiana, Paraguai e Suriname) não terão mais de 75% da população em áreas urbanas, em 2050. Ainda no continente americano, ao se debruçar o olhar para o ano de 2014, acrescenta-se aos outros quatro países a Bolívia como país que ainda não possui 75% da população em áreas urbanas. (FIGURA 1).

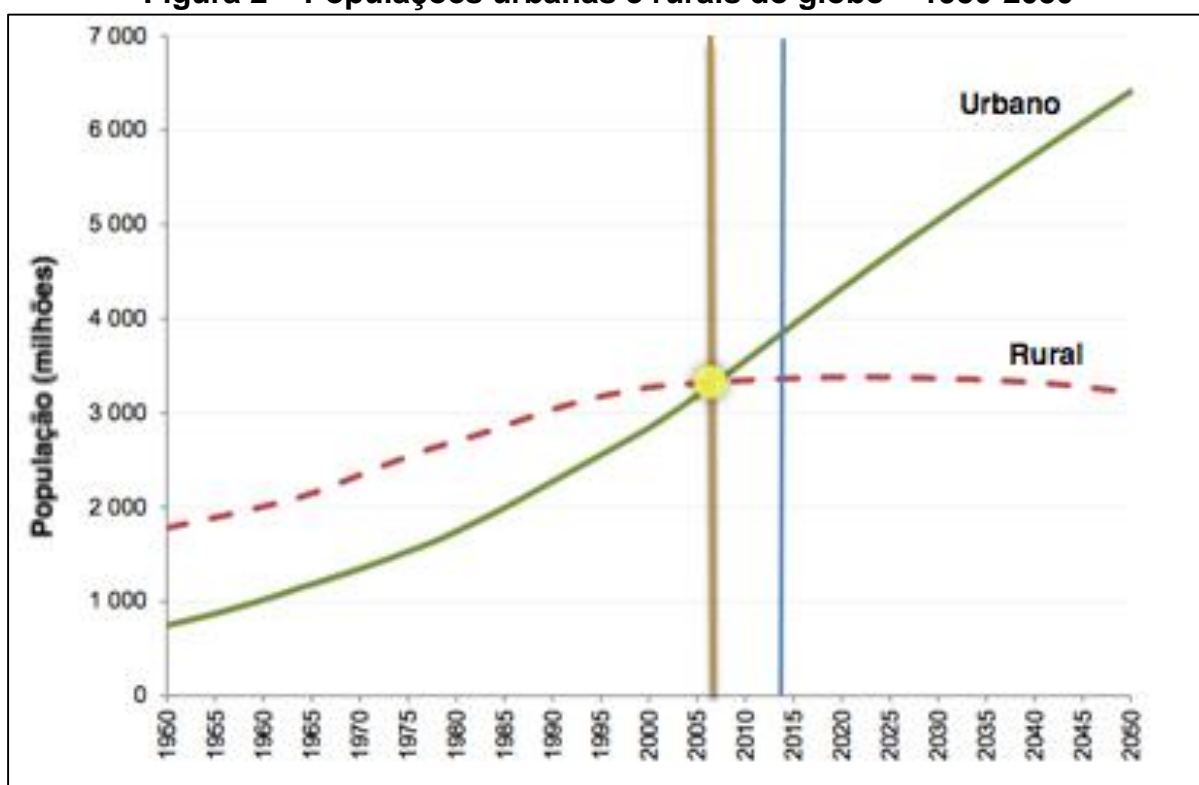
**Figura 1 – Percentagem da população residente em áreas urbanas no mundo, 1950, 2014 e 2050**



Fonte: World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, 2015, p. 08. Tradução nossa.

Com base nos estudos da ONU (2006, 2015), a população mundial urbana em 1975 era de 37%; em 2003, era de 48%, sendo que no ano de 2007 pela primeira vez na história a população urbana mundial superou a população rural, (FIGURA 2). Em 2014, a população urbana mundial foi de 54%. Desta forma, os estudos apresentados pela ONU (2006; 2015) permitem a afirmação de que houve atualmente uma estabilização da população rural, sendo projetada para as próximas décadas (2040 e 2050), uma pequena queda do número populacional rural no globo.

**Figura 2 – Populações urbanas e rurais do globo – 1950-2050**



Fonte: World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, p. 07, 2015. Adaptação e tradução nossa.

Por outro lado, a população urbana continua crescendo acentuadamente, fato este que somado com a estabilização do crescimento da população rural evidencia que o êxodo rural, já não acontece como no passado, sendo portanto, reduzido. Tal compreensão é importante para que se evite o alarmismo de morte do campo ou mesmo fim do rural.

Em 2007, a população urbana mundial superou a população rural. No Brasil, essa superação ocorreu em 1970. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) o número de habitantes vivendo em espaços urbanos ultrapassou o quantitativo de habitantes que vivem em espaços rurais pela primeira

vez na década de 1970, ao ter 55,9% do contingente populacional vivendo em espaços urbanos. Em 2010, no país, o percentual moradores da urbe chegou a 84,4% (IBGE, 2010), em contraponto aos 15,6% da população rural.

Essa expansão urbana em detrimento ao rural repercute no modo de vida, nos costumes, valores, tradições, na cultura, no cotidiano da população. Assim, o Estado ao discutir ou propor qualquer tipo de política pública de desenvolvimento territorial perpassa por uma compressão desse quantitativo populacional e dos fenômenos socioculturais, identitários, globais e mercantis que a permeiam no cotidiano.

Assim, em consonância com o objetivo geral, soma-se os objetivos específicos a partir dos quais a pesquisa é delineada:

1. Analisar a transformação de espaços rurais em urbano no município de Feira de Santana, explicando como a Mantiba foi transformada em bairro;
2. Explicar as implicações decorrentes da transformação de um espaço rural em urbano, refletindo sobre as especificidades do cotidiano dos moradores da Mantiba;
3. Identificar a expansão do distrito sede de Feira de Santana em direção aos outros distritos que compõem o município, entre 1938-2013, analisando a relação campo-cidade.

Neste sentido, urge investigar, analisar e discutir a transformação do espaço rural em urbano, em Feira de Santana, tendo como referência a Mantiba, bem como a população que nela reside, com a finalidade de analisar o cotidiano da Mantiba do ponto de vista histórico e social, buscando investigar os motivos que levam a expansão da cidade de Feira de Santana em direção ao campo.

Sobre o terceiro objetivo específico, a escala temporal definida para análise está entre 1938 e 2016, teve por meta identificar a expansão do distrito sendo utilizada, por se ter como base três leis que outorgam essa expansão espacial, são elas: o Decreto Municipal nº 14, de 1938, que fixou os limites urbanos, suburbanos do distrito sede de Feira de Santana e dos outros distritos, a Lei Estadual nº 4.548 de 30 de outubro de 1985, que fixou os limites interdistritais do município de Feira de Santana e; a Lei Complementar nº 075/2013 que criou seis novos bairros em Feira de Santana e ampliou o perímetro do distrito sede em direção aos outros distritos.

Não distante, se faz necessário aprofundar a discussão teórica e conceitual sobre os termos rural, urbano, campo, cidade, pois como afirma Shanin (2008) pouco se sabe sobre o campo e muitas vezes métodos e práticas urbanas são aplicados na



resolução de problemas rurais. E no quadro 1 é proposta uma síntese desta introdução, que contém o tema, o problema e os objetivos específicos deste trabalho.

**Quadro 1 - Síntese da introdução**

<b>TEMA (Objetivo Geral)</b>	<b>PROBLEMA (questões a serem respondidas)</b>	<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>
Analisar a relação campo-cidade em Feira de Santana, explicando a transformação do espaço rural em urbano tendo como referência a Mantiba.	1. O que motivou a transformação dos espaços rurais em urbano no município de Feira de Santana? Por que o povoado da Mantiba foi transformado em bairro?	1. Analisar a transformação de espaços rurais em urbano no município de Feira de Santana, explicando como o povoado da Mantiba foi transformado em bairro.
	2. A transformação do espaço rural em urbano modificou o cotidiano dos moradores da Mantiba do ponto de vista identitário, social e econômico?	2. Analisar as implicações decorrentes da transformação de um espaço rural em urbano, refletindo sobre as especificidades do cotidiano dos moradores da Mantiba do ponto de vista identitário, social e econômico.
	3. Qual o crescimento do espaço urbano do município de Feira de Santana em direção ao espaço rural nos últimos 78 anos?	3. Identificar a expansão espaço urbana do município de Feira de Santana entre 1938-2016, analisando a relação campo-cidade.

Elaboração do autor, 2015.

O texto está estruturado em sete capítulos que trazem conteúdos para discussão da produção do espaço em Feira de Santana e na Mantiba.

No primeiro capítulo encontra-se a introdução em que se apresentam a problematização, os objetivos da pesquisa e o objeto de estudo, justificando a importância deste trabalho para o entendimento da produção do espaço urbano.

O segundo capítulo trata do arcabouço metodológico, isto é os percursos da investigação, explicitando a opção pelo método progressivo-regressivo de Lefebvre, sendo feito na sequência um detalhamento do método em que cada uma das suas etapas são explicadas e correlacionadas com os objetivos específicos deste trabalho. Ainda na metodologia são elucidados os instrumentos de pesquisa que foram

utilizados para captar as etapas do método lefebvriano, expondo também a justificativa para a escolha e a produção de um documentário.

O capítulo terceiro intitulado – **O rural e o urbano em Feira de Santana: uma reflexão iconográfica**, refere-se ao momento analítico-regressivo do método lefebvriano em que a análise da realidade descrita busca a origem do fenômeno estudado. Assim, neste capítulo é proposto que a história de Feira de Santana e a produção do seu espaço seja narrada por meio das fotografias, buscando evidenciar as transformações espaciais feirenses quanto ao conteúdo. Por sua vez, as transformações classificadas quanto à forma são textualmente correlacionadas com as fotografias; na sua maioria, as fotografias utilizadas para a construção deste capítulo são do acervo pessoal do fotógrafo mineiro, Antônio Carlos Magalhães, sem as quais esse capítulo não poderia ser confeccionado.

**Mantiba que espaço é esse?** É o título do quarto capítulo. Nele é narrada a história da Mantiba. Esta narrativa é feita com base nas anotações encontradas em dois diários de Braz Ferreira da Fonsêca, um dos primeiros moradores. Acrescenta-se aos escritos do Sr. Braz, a fala dos moradores que atualmente residem na Mantiba. Por meio de mapas é apresentada a expansão territorial da Mantiba e os equipamentos urbanísticos que possui no presente, também, são apresentados dados estatísticos sociodemográficos da Mantiba.

Com o título **O desafio de estar no campo e na cidade, ser rural e urbano** – o quinto capítulo compreende a discussão teórica acerca dos termos campo, cidade, rural e urbano. Não distante, os conceitos de industrialização, urbanização, produção, reprodução, mercadoria e cotidiano são postos cena e correlacionados entre si.

**Feira de Santana: do rural ao urbano – a Lei Complementar nº 075/2013** é o sexto capítulo e nele de forma pormenorizada é narrada e discutida os acontecimentos que contribuíram para a aprovação da Lei Complementar nº 075/2013. No processo analítico, foram utilizadas as gravações em vídeo das sessões em que o projeto tramitou na câmara de vereadores em Feira de Santana. Acresce-se à está análise, a narrativa jornalística em que todas as matérias encontradas até o período de dois meses após a aprovação da supracitada lei foram enumeradas.

Ainda no capítulo sexto, no subcapítulo primeiro, **Feira de Santana/Mantiba: presente-passado concreto, as virtualidades do porvir e as perspectivas do povo da Mantiba** é feita uma projeção em que as virtualidades do porvir em termos de equipamentos urbanísticos na Mantiba são apresentadas. Tal projeção é feita com

base nos dados e informações coletadas junto aos agentes políticos que de forma direta ou indireta contribuíram para a elaboração e aprovação da Lei Complementar nº 075/2013. Na sua etapa final o viver na Mantiba narrado pelos moradores é apresentado e é feito um diálogo com o cotidiano descrito por Lefebvre.

O último capítulo corresponde às considerações finais. Nele são apresentadas as conclusões e acontecimentos políticos ocorridos em Feira de Santana que são passíveis de análise e novos estudos, ao se ter em vista a interferência que ocasionaram/ocasionam na produção do espaço feirense.

Desde a etapa de elaboração do projeto de mestrado até o final desta dissertação foi recorrente a preocupação em estabelecer um diálogo entre teoria e prática, objetivando a construção de um produto (neste caso uma dissertação e um documentário) que contribuísse para o social, mostrando na prática como o conhecimento teórico é complementar a problemática do cotidiano espacial e vice-versa. Assim, ao falar sobre a importância dos registros históricos em Feira de Santana e na Mantiba, sobre a importância da narrativa dos moradores da Mantiba para a formação das crianças que lá residem e estudam, bem como para a busca de emancipação, autonomia e busca dos direitos desses moradores enquanto cidadãos, seja por meio do texto dissertativo ou do documentário chega-se a conclusão de que o objetivo do pesquisador enquanto sujeito, e cidadão foi atingido e quiçá, por isso, a Mantiba também tenha se tornado o seu lugar no mundo!

## 2 METODOLOGIA

A produção do saber científico se fundamenta na formulação de uma estrutura fixa, que é a existência de uma metodologia e, conseqüentemente, de um método que pode vir implícito ou explícito no trabalho científico a ser produzido.

O campo, caracterizado pela presença de concorrência e disputas internas é uma noção desenvolvida por Bourdieu (2004). De modo igual aos outros espaços, o campo científico é permeado por conflitos e contradições, dentre os quais se destaca a cientificidade das ciências sociais (MINAYO, 2011). Há os que buscam a uniformidade dos procedimentos metodológicos para compreensão do objeto estudado nas ciências sociais e, existe também os que refutam por completo a ideia de padronização nesta área, devido à complexidade do objeto a ser estudado. Assim, conforme afirma Minayo (2011) a realidade dos fenômenos sociais é marcada pela especificidade e pela diferenciação.

Para a construção metodológica, torna-se necessário que o pesquisador faça uma leitura das reflexões propostas por Bourdieu (2004) no que refere-se às razões que o motivaram para a escolha do tema e do objeto de estudo, pois na concepção deste autor, a distribuição do capital num dado momento determina os pontos de vista, as intervenções, os lugares de publicação, bem como o tema e o objeto supracitados.

Nesse sentido, a definição da metodologia a ser adotada em um trabalho acadêmico perpassa pela identificação e utilização de um instrumental claro, coerente e elaborado, que seja capaz de confrontar, e até mesmo, buscar responder os impasses teóricos com o desafio da prática, da realidade estudada (MINAYO, 2011).

Assim, tendo em vista o objetivo de analisar a relação campo-cidade em Feira de Santana, explicando a transformação do espaço rural em urbano, ao ter como referência a Mantiba, surgiu uma questão: qual metodologia seria capaz de abarcar a totalidade campo-cidade opondo-se a visão que vê o campo e a cidade como espaços dissociados, excludentes e por isso um binômio? E que não distante, permitisse a análise do cotidiano num processo histórico-social, ao investigar o presente, bem como as ações pretéritas, tendo em vista as virtualidades do futuro, permitindo a análise das transformações socioespaciais ocorridas em Feira de Santana e na Mantiba?

Eis que na procura pelo método, as conversas com a professora-orientadora e as leituras de Martins (1981, 1996, 2011), Carlos (2007), Duarte (2006), Frehse (2001)

e, principalmente, Lefebvre (1978, 1976, 2001, 2002, 2006) foram fundamentais para o encontro inicial e fortuito com o método. Método esse que inicialmente souu estranho, desconhecido e exigiu, cada vez mais, leituras e mesmo releituras para que a percepção da sua completude e extensão pudesse ser relacionada com o objeto em questão neste estudo.

O método do qual se fala é progressivo-regressivo ou método lefebvriano. E por conseguinte, é adotado neste trabalho. A adoção do método na presente pesquisa ocorre em função dele referir-se à premissa da totalidade aberta, inconclusa, em que as superações propõem novas contradições e novas tensões, a sociedade movendo-se e transformando-se todo o tempo (MARTINS, 2011).

Lefebvre (1978) afirma que o proceder analítico-regressivo do método foi sistematizado por Marx ao declarar que ao homem é permitido a compreensão do passado, da sociedade capitalista e das sociedades anteriores ao capitalismo, tendo em vista que o momento presente (descritivo), seguido pela análise descritiva do presente em direção ao passado (analítico-regressivo), precede o momento histórico-genérico em que a conduta de pensamento se volta para o presente após desvendar o passado, apreendido em si, indo em direção à análise do porvir.

Também, por sempre partir do presente em direção ao passado, não apenas para explicar o passado mas, sobretudo, para esclarecer os processos em curso no presente que apontam para o futuro, sendo esse o contexto em que se enquadra o município de Feira de Santana, no que se refere à completude do seu processo de transformação espacial.

Feira de Santana, na perspectiva espaço-temporal, tem 183 anos de emancipação, tendo-se como referência o Decreto Lei de 13 de novembro de 1832, promulgado no ano de 1833. Até o presente (ano de 2016), muitas foram as transformações espaciais ocorridas em Feira de Santana quanto à forma e ao conteúdo. Quanto à forma, tem-se como exemplo os vários distritos foram anexados ao território feirense: Bonfim de Feira (1859), Jaguará (1877), São José das Itaporocas (1857); bem como os distritos de Anguera (1961), Santa Bárbara (1961) e Tanquinho (1958) que foram desmembrados e elevados à categoria de município; a criação da região metropolitana de Feira de Santana (2011); a criação de seis novos bairros em Feira de Santana, que transformou espaços rurais em urbano (2013). Quanto ao conteúdo Feira de Santana tem transformações expressivas, tais como a construção da estação ferroviária em 1876, a criação do Centro Industrial do Subaé e

da Universidade Estadual de Feira de Santana na década de 1970; o início da construção do *Bus Rapid Transit* (BRT), em 2015; tendo também transformações que ainda estão no porvir como a criação do da rodovia Perimetral Norte, a ampliação do anel de contorno de Feira de Santana.

São transformações espaciais arraigadas ao processo histórico-social feirense e que por isso se contextualizam no espaço-tempo ao terem continuidades e descontinuidades, sendo a forma e o conteúdo espacial constantemente modificados, em que somente a análise do *continuum* – presente-passado-futuro – pode dar luz a explicações sobre os processos presentes e os processos em curso que apontam para o futuro.

A aplicação do método regressivo-progressivo pressupõe a construção simultânea de uma periodização do tempo histórico, capaz de identificar descontinuidades temporais e espaciais no *continuum* da história. Cada acontecimento deve ser estudado, não como uma sucessão linear de fatos ocorridos, mas, como processos articulados no quadro de forças em conjunção seletiva existente no presente. De acordo com Lefebvre: “evitar a confusão numa continuidade ilusória, bem como as separações ou descontinuidades absolutas, esta é a regra metodológica”. Estabelece-se assim uma via de mão dupla, permitindo que se vá dos processos mais gerais, que incluem continuidades e descontinuidades, aos processos mais específicos em curso na realidade urbana. (DUARTE, 2006, p. 28).

O método regressivo-progressivo surge então como uma alternativa aos procedimentos de investigação – método etnográfico, monográfico, tecnológico – desenvolvidos, no decorrer do século XX, pela sociologia rural. Este método “abomina o economicismo, o determinismo e o reducionismo, em particular ao econômico e o das instâncias e sobredeterminações, o conceitualismo classificatório e abstrato” (MARTINS, 2011, p. 05). É “un método muy simple, que utiliza las técnicas auxiliares, e incluye varios momentos” afirma Lefebvre (1978, p. 71).

Trata-se, de uma concepção teórica e metodológica que compreende a realidade estudada por meio de duas dimensões temporais entrelaçadas: a dimensão horizontal e a dimensão vertical. Para Lefebvre (1978) as distinções existentes no presente são identificadas por meio da complexidade horizontal, que leva em consideração o conjunto das condições do grupo social estudado. O conjunto das condições supracitado, por sua vez, avalia dentre outras coisas a técnica utilizada, a produtividade do trabalho, os deslocamentos das populações e a forma como se estabelece as relações sociais no grupo social investigado e permite analisar a inserção do objeto de estudo no contexto de sua época. De forma complementar, tem-

se por meio da complexidade vertical, a percepção, com base nas datas, de quando o evento estudado teve origem, tendo aí, o pesquisador a possibilidade de estabelecer, com base num quadro histórico de ocorrências do evento, uma análise comparativa, desvendando assim, as aparências da realidade atualmente estudada, ao verificar a coexistência de processos históricos diferentemente datados.

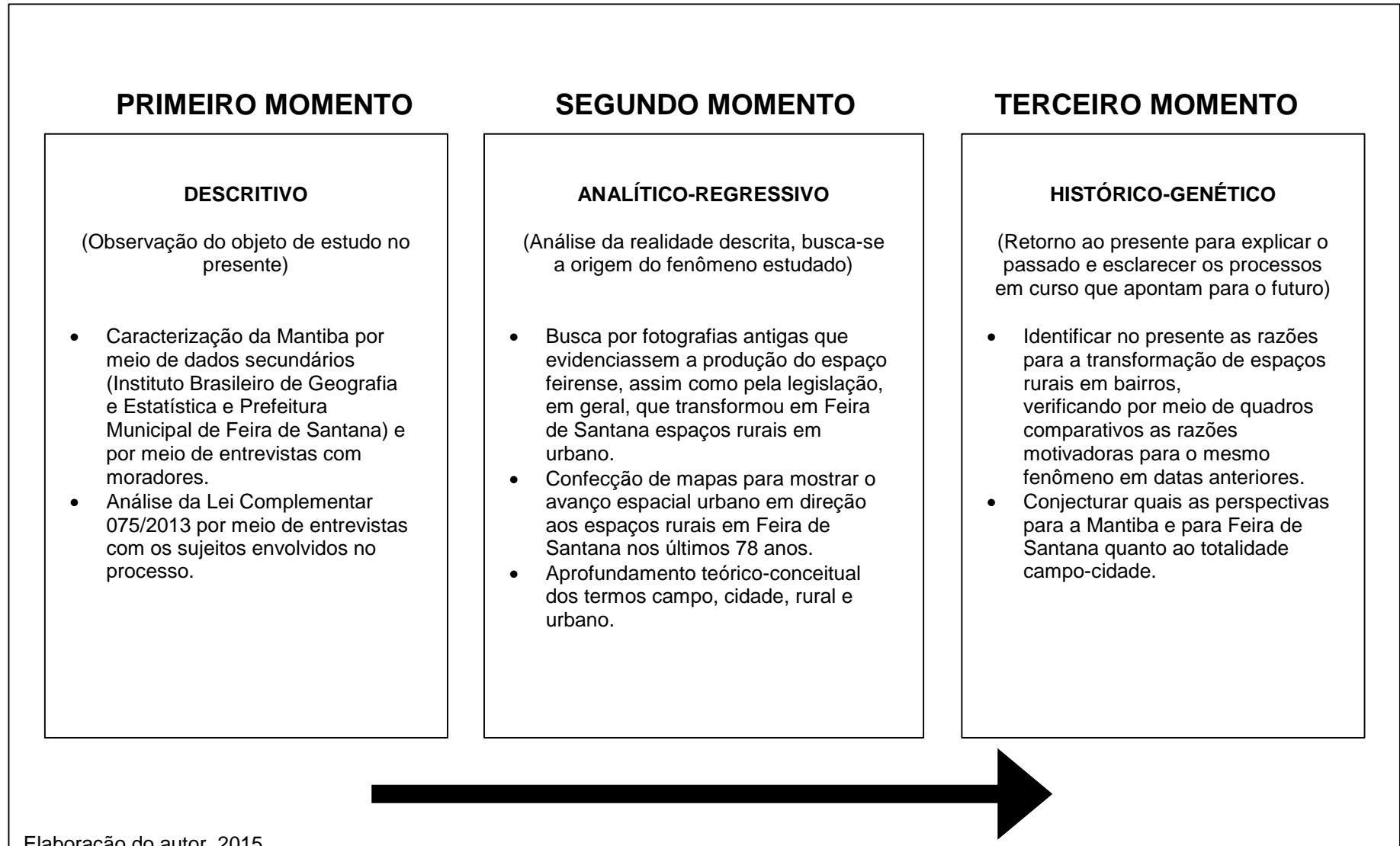
O conhecimento, então, advindo das dimensões temporais (horizontal e vertical) deve ser submetido a um movimento de duplo sentido: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do terminado, ao movimento que determina aquela conclusão e que anuncia e faz surgir algo novo), (DUARTE, 2006). Depreende-se, daí os três momentos do método lefebvriano: o descritivo, o analítico-regressivo e o histórico-genético (QUADRO 2).

O primeiro momento – o descritivo – ocorre fundamentado na observação e descrição do objeto de estudo no presente, em detalhes, buscando a caracterização do cotidiano por meio da linguagem, das particularidades dos sinais e signos encontrados, por meio das pessoas. Essa pesquisa centra-se no estudo da diversidade socioespacial de Feira de Santana, a partir da relação rural-urbano, tendo em vista a Mantiba que deixou de ser um espaço rural e foi transformada em bairro, portanto urbano, por meio da Lei Complementar 075/2013, buscando também diagnosticar quais as implicações que essa transformação traz ao cotidiano dos moradores da Mantiba do ponto de vista identitário e socioespacial.

O que é o cotidiano e a cotidianidade? Indaga Lefebvre (1978). Ainda segundo o autor a riqueza da cotidianidade se esboça nas mais autênticas criações, estilos e formas de vida que se enlaçam aos gestos e as palavras existentes na cultura, sendo na cotidianidade que se realiza a renovação incessante dos homens e se confronta o possível e o impossível, por meio da técnica que invade a cotidianidade e a modifica.

O cotidiano, por sua vez, para Lefebvre (1978) pode ser definido pela negação. Assim, ao se finalizar as atividades especializadas – técnicas, trabalho, cultura, ética –, e os valores o que resta ao cotidiano? Nada. Diriam os positivistas segundo Lefebvre.

**Quadro 2 – Síntese do método progressivo-regressivo de Lefebvre**





No entanto, o cotidiano para Lefebvre é na sua essência

O homem, a matéria humana, que permite viver resíduo e totalidade em um tempo, seus desejos, suas capacidades, suas possibilidades, suas relações essenciais com os bens e os outros humanos, seus ritmos, através dos quais é possível passar de uma atividade delimitada para outra totalmente distinta, seu tempo e seu espaço ou seus espaços, seus conflitos... (LEFEBVRE, 1978, p. 88).

Carlos (2007) destaca a distinção entre o cotidiano e a realidade, ao afirmar que o cotidiano não coincide com a realidade, pois compreende não só o vivido, como também a subjetividade, se referindo também ao conjunto da civilização no que se reporta as normas e leis. É, então, no cotidiano que o modo de produção se afirma, sendo o cotidiano mais um produto do modo de produção.

A produção do cotidiano no mundo moderno vincula-se à ampla difusão do consumo que criou o reino da mercadoria conseqüentemente possibilitando a penetração das relações capitalistas na esfera doméstica associada à necessidade de reprodução do capital através da reprodução das relações sociais que produz um modo de vida, um modo de consumo, um tipo de consumidor, valores e necessidades. Isso significa que a difusão do mundo da mercadoria como condição da reprodução passa pela desagregação do modo de vida tradicional e da construção de um novo, em que as relações passam a ser mediatizadas pela mercadoria e pelo mercado. Nesse sentido, as formas de dominação se estabelecem em todos os níveis da vida englobando o conjunto das relações sociais e desta forma o mundo da mercadoria invade a vida das pessoas para além do espaço da fábrica. (CARLOS, 2007, p. 52).

Desta forma, a descrição do espaço estudado, bem como do cotidiano da Mantiba terá como instrumentos a observação em campo e as entrevistas com os moradores. Soma-se a isto os dados do setor censitário<sup>2</sup> referente à Mantiba obtidos junto ao IBGE e os dados sobre os trabalhadores rurais obtidos na prefeitura de Feira de Santana, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural.

A escolha pela observação em campo ocorreu com o intuito de se ter um contato mais direto com a realidade, o que permitiu a descrição do espaço estudado, bem como identificar na população, as pessoas a serem entrevistadas.

---

<sup>2</sup> O setor censitário é a unidade territorial criada para fins de controle cadastral da coleta e pode ser rural ou urbano. (IBGE, 2000). O setor censitário que faz referência ao Povoado da Mantiba é urbano e tem a seguinte numeração 291080030000005.

Na entrevista com os moradores, optou-se pelo tipo semiestruturada que combina perguntas abertas e fechadas, em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto com maior naturalidade. Segundo Boni e Quaresma (2005) mesmo o pesquisador devendo seguir um conjunto de questões previamente definidas, ele pode conduzir a entrevista em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal, sendo uma vantagem da entrevista semiestruturada permitir uma melhor amostra da população de interesse na pesquisa.

Com a entrevista dos moradores da Mantiba objetivou-se saber a história de formação da Mantiba, visto que não existe, até o presente momento (2016), informações sistematizadas sobre o seu surgimento. Ao todo foram entrevistados sete moradores da Mantiba, respeitando-se as questões de gênero, a faixa etária e o conhecimento que possuem sobre a história do lugar. Assim, um filtro foi feito entre os próprios moradores, no sentido de indicar as pessoas que mais poderiam contribuir com a narrativa da produção do espaço na Mantiba. Foram entrevistados sete pessoas quatro mulheres e três homens, dessas sete pessoas: um adolescente, um jovem, quatro adultos e um senhor, sendo este último escolhido por ser a pessoa mais velha da Mantiba.

O objetivo da entrevista, então, estende-se em saber os valores, desejos, e aspirações dos moradores diante o cenário de transformação pelo qual passa a Mantiba, buscando encontrar respostas que determinem o cotidiano na Mantiba.

Assim, as perguntas norteadoras da entrevista semiestruturada com os moradores foram divididas em quatro eixos: origem do morador, local de trabalho, Mantiba o lugar onde vive e sociabilidade/coletividade/desejos, aspirações e perspectivas (QUADRO 3, APÊNDICE B).

Para a realização das entrevistas tomou-se como base as afirmativas de Rosa e Arnoldi (2006, p. 14), quando afirmam que:

A entrevista é uma ferramenta imprescindível para se trabalhar buscando-se contextualizar o comportamento dos sujeitos, fazendo a sua vinculação com os sentimentos, crenças, valores e permitindo, sobretudo, que se obtenha dados sobre o passado recente ou longínquo, de maneira explícita, porém tranquila, e em comunhão com o seu entrevistador que deverá, inicialmente, transmitir atitudes que se transformem em transferências e troca mútua de confiabilidade.

Extrapolando o espaço da Mantiba e buscando ter uma leitura da Lei Complementar nº 075/2013 e os motivos que a tornaram possível, serão realizadas entrevistas estruturadas com os sujeitos participantes que, de forma direta ou indireta,

tiveram influência no processo de elaboração da supracitada lei. A entrevista estruturada é aquela em que as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas, o que permite a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas, sendo as diferenças identificadas apenas entre os respondentes e não nas perguntas (BONI; QUARESMA, 2005).

**Quadro 3 – Conteúdo abordados nas entrevistas semiestruturadas com os moradores, eixos e questões**

EIXOS	SÍNTESE DAS QUESTÕES
Origem do morador	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mora na Mantiba desde o nascimento? Caso não, onde morava antes?</li> <li>• Há quanto tempo mora na Mantiba?</li> <li>• Sua família veio de onde?</li> <li>• Se pudesse escolher você mudaria para outro lugar? Por quê?</li> </ul>
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Onde trabalha?</li> <li>• Com o que trabalha?</li> <li>• Trabalha próximo de casa?</li> </ul>
Da Mantiba o lugar onde vive	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como se originou a Mantiba?</li> <li>• Quem foi o senhor Braz? Lembra dele? Como ele era?</li> <li>• Sabe o que quer dizer o nome Mantiba?</li> <li>• Gosta de morar na Mantiba? Por que?</li> <li>• Quais sentimentos tem pela Mantiba?</li> <li>• O que falam quando você diz que reside na Mantiba?</li> <li>• Já foi discriminado por morar na Mantiba?</li> <li>• O que falta na Mantiba? Seriam esses os problemas da Mantiba?</li> <li>• Para você houve alguma mudança depois que a Mantiba virou bairro?</li> <li>• Houve diálogo dos moradores com o prefeito ou os vereadores antes da aprovação da Lei?</li> <li>• Por que está vendendo sua propriedade?<sup>3</sup></li> </ul>
Sociabilidade/Coletividade/Desejos, aspirações e perspectivas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como é sua relação com os vizinhos?</li> <li>• Conhece alguém que se mudou da Mantiba? Sabe por que ela saiu?</li> <li>• O que as pessoas fazem para se divertir na Mantiba?</li> <li>• O que mais lhe dá alegria de fazer quando está na Mantiba?</li> <li>• Como descreve sua vida na Mantiba?</li> <li>• Quais lembranças a Mantiba traz para você?</li> <li>• Como imagina a Mantiba no futuro? O que deseja que aconteça?</li> <li>• O que é a Mantiba para você?</li> </ul>

Elaboração do autor, 2015.

<sup>3</sup> Essa pergunta foi feita somente ao morador que estava vendendo a propriedade que possui.

A preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa e requer tempo e exige alguns cuidados, entre eles destacam-se: o planejamento da entrevista, que deve ter em vista o objetivo a ser alcançado; a escolha do entrevistado, que deve ser alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado; e a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes (LAKATOS, 1996).

Desta forma, os sujeitos a serem entrevistados tendo em vista a familiaridade e proximidade no processo de elaboração da Lei Complementar nº 075/2013 são: prefeito de Feira de Santana, vereador líder do governo na câmara de vereadores, vereador líder da oposição na câmara de vereadores, secretário municipal de Gestão e Contratos, líder do governo estadual na Assembleia Legislativa, diretor do Centro Industrial do Subaé, diretor técnico do IBGE, superintendente regional da Caixa Econômica Federal de Feira de Santana, engenheiro idealizador da rodovia perimetral norte e um geógrafo.

Destes sujeitos buscou-se saber, quais foram os principais motivos para a aprovação da Lei Complementar 075/2013, que criou 06 novos bairros em Feira de Santana, como o poder público local dialogou com as comunidades atingidas pela da Lei Complementar 075/2013, e quais aspectos técnicos foram utilizados e quanto tempo durou o estudo dos espaços atingidos pela da Lei Complementar 075/2013.

Para o diretor técnico do IBGE acrescenta-se a seguinte pergunta: Quais aspectos técnicos deveriam ter sido utilizados na elaboração da Lei Complementar 075/2013?

Ao superintendente regional da Caixa Econômica Federal de Feira de Santana soma-se mais uma pergunta: quais as implicações têm o município que possui condomínios habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida Urbano construídos em espaços rurais? (QUADRO 3; APÊNDICE C).

Feito isto, chega-se ao segundo momento do método lefebvriano, o analítico-regressivo, que é definido como o momento da análise e da datação histórica da realidade descrita (MARTINS, 2011). No momento analítico-regressivo cabe ao pesquisador datar a realidade descrita no primeiro momento do método lefebvriano (descritivo), explicando como se materializaram as ações e os fatos, mostrando como a realidade se apresenta e em quais circunstâncias, em suma, evidenciando como é o concreto.

**Quadro 4 – Conteúdo abordado nas entrevistas estruturadas, sujeitos e questões**

SUJEITOS	QUESTÕES BÁSICAS
Prefeito de Feira de Santana Vereador líder do governo na Câmara de Vereadores Vereador líder da oposição na Câmara de Vereadores Secretário municipal de Gestão e Contratos Líder do governo estadual na Assembleia Legislativa Diretor do Centro Industrial do Subaé Diretor técnico do IBGE Superintendente regional da Caixa Econômica Federal de Feira de Santana Engenheiro idealizador da rodovia perimetral norte Geógrafo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais foram os principais motivos para a aprovação da Lei Complementar 075/2013, que criou 06 novos bairros em Feira de Santana?</li> <li>• O poder público local dialogou com as comunidades atingidas pela da Lei Complementar 075/2013?</li> <li>• Quais aspectos técnicos foram utilizados e quanto tempo durou o estudo dos espaços atingidos pela da Lei Complementar 075/2013?</li> </ul>
Diretor técnico do IBGE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais aspectos técnicos deveriam ter sido utilizados na elaboração da Lei Complementar 075/2013?</li> </ul>
Superintendente regional da Caixa Econômica Federal de Feira de Santana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais as implicações têm o município que possui condomínios habitacionais urbanos construídos em espaços rurais?</li> </ul>

Elaboração do autor, 2015.

No segundo momento, então, a análise da realidade descrita é feita, sem fechá-la totalmente, nesta etapa se busca a ocorrência da origem do fenômeno estudado – transformações do espaço rural e urbano –, no caso em específico, o decreto-lei de 13 de novembro de 1832 que elevou à freguesia de Feira de Santana a categoria de vila e posteriormente em 18 de setembro de 1833 permitiu a instalação do município de Feira de Santana e a Resolução Provincial nº 657, de 16 de dezembro de 1857 que anexou ao município de Feira de Santana, os primeiros distritos, o Distrito de Almas (hoje, município de Anguera) e São José das Itaporocas (hoje, Distrito de Maria Quitéria), mostram as transformações espaciais ocorridas em Feira de Santana e permitem a análise da gênese da totalidade campo-cidade no município.

Não distante, foi identificado o avanço urbano do município de Feira de Santana em direção ao espaço rural a partir do ano de 1938 até o ano de 2016, por meio da confecção de mapas, sendo esses mapas fundamentados em três leis: o Decreto

Municipal nº 14, de 1938, que fixou os limites urbanos, suburbanos do distrito sede de Feira de Santana e dos outros distritos, a Lei Estadual nº 4.548 de 30 de outubro de 1985, que fixou os limites interdistritais do município de Feira de Santana e, a Lei Complementar nº 075/2013 que criou seis novos bairros em Feira de Santana e ampliou o perímetro do distrito sede em direção aos outros distritos.

Elaborou-se um banco de dados em formato de Sistema de Informação Geográfica (SIG) para a confecção dos mapas. Os dados cartográficos analógicos, foram digitalizados e georreferenciados para integração ao SIG da pesquisa, sobretudo, para a vetorização e representação de processos geográficos históricos. Utilizou-se neste processo o Google Earth Pro, software em que algumas informações foram fornecidas no formato KMZ ou KML por algumas fontes entrevistadas ou consultadas, e o software livre Quantum Gis (Qgis) para o processamento dos dados. No processo de identificação de alguns objetos geográficos relacionados a Mantiba e demais espaços do município de Feira de Santana foi preciso o levantamento de dados em campo, pelos quais foram obtidas as coordenadas geográficas, para a integração ao SIG e confecção dos mapas.

Para a representação dos fenômenos em diferentes escalas geográficas, foram utilizados os limites políticos e administrativos dos municípios brasileiros (IBGE, 2015), limites dos principais rios (BRASIL, 2010). Na escala de Feira de Santana, a delimitação das lagoas, rios e açudes pautou-se em Santo (2012).

Ainda sobre a elaboração dos mapas, um ponto importante é o acesso às informações, sem as quais os mapas não podem ser confeccionados, e o acesso a essas informações nas repartições públicas, sejam elas, municipais, estaduais ou federais é muito difícil, sem contar que algumas vezes é inexistente a sistematização de dados que possam gerar informações nessas instituições.

Para a elaboração do mapa referente à criação de novos condomínios em Feira de Santana nos últimos anos, foi recorrente a ida às secretarias municipais de Desenvolvimento Urbano, Planejamento e Habitação. Chegou-se a ir à Superintendência Regional do Norte da Bahia da Caixa Econômica Federal no processo de pesquisa dos dados necessários para elaboração dos mesmos. Nas secretarias municipais pouco se conseguiu: nelas os servidores informaram não possuir dados sistematizados, tinham apenas livros diários ou mesmo relatórios, com dados dispersos e desatualizados.

Na Superintendência Regional do Norte da Bahia da Caixa Econômica Federal, o que se conseguiu, após muita insistência, foi a promessa de um e-mail com uma lista informando os nomes dos condomínios da faixa I, do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em Feira de Santana. Aproximadamente, quinze dias depois, após algumas ligações cobrando o e-mail, a lista foi enviada.

A resposta enviada foi considerada incompleta, pois continha informações sucintas e pouco esclarecedoras e o processo de pesquisa continuou, dessa vez por um outro caminho. Buscou-se a garantia e a efetividade do acesso à informação pública por meio da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, denominada Lei de Acesso à Informação. Essa lei regulamenta que todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, sejam eles Federais, Estaduais, Distritais ou Municipais, devem garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal.

O primeiro passo foi fazer uma busca por pedidos e respostas já concedidas por meio do site: [www.consultaesic.cgu.gov.br](http://www.consultaesic.cgu.gov.br). Nele foram encontradas algumas informações relevantes, a exemplo das poligonais dos condomínios PMCMV, faixa I, em Feira de Santana. O problema foi a data base das informações que era do início de 2015 e poderia estar desatualizada. Assim, decidiu-se fazer um pedido de informação próprio junto à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil e aos Ministério das Cidades por meio do site: <http://esic.cgu.gov.br>. (ANEXO A).

A resposta do Ministério das Cidades chegou em dois dias, sendo o prazo limite para as instituições públicas emitir resposta de 20 dias. Nela continha uma planilha atualizada, data base junho de 2016, com todas as informações solicitadas e as poligonais dos condomínios PMCMV, faixa I, em Feira de Santana.

Após essa etapa de coleta de informações, e ainda no segundo momento do método, buscou-se o aprofundamento conceitual das totalidades campo-cidade, rural-urbano com intuito de permitir a visualização das concepções teóricas existentes sobre os termos, indo a origem etimológica pois conforme afirma Williams (1989, p. 05) “o campo e a cidade são palavras muito poderosas”, são repletas de significados, valores e embates conceituais.

O terceiro momento previsto pelo método lefebvriano é o histórico-genético em que se reencontra o presente já descrito e busca-se a explicação da gênese de formação do processo estudado numa perspectiva histórica. “Isto é, como totalidade concreta, suas contradições identificadas em sua pluralidade social, histórica, cultural”

(MARTINS, 2011, p. 05). Em específico, no presente estudo, a identificação dos motivos para a transformação de espaços rurais em espaço urbano de Feira de Santana, dentre eles a Mantiba, verificando as razões motivadoras para o mesmo fenômeno em datas anteriores, buscando identificar, no presente temporal, de que forma a totalidade campo-cidade é construída no município, conjecturando sobre as virtualidades possíveis para a Mantiba e Feira de Santana no porvir.

Neste momento, foram comparada as respostas dos sujeitos envolvidos na elaboração e aprovação da Lei Complementar 075/2013, já citados anteriormente (ver QUADRO 2) com o aparato legislativo existente (União, Estado e Município) para espaços rurais e urbanos quanto aos quesitos propriedade, impostos, benefícios serão estudados, dentre elas a Lei das Terras, o Estatuto da Terra de 1964, a Constituição Federal de 1988, os artigos referentes à propriedade, tributação e autonomia municipal, no último caso da constituição democrática.

Acrescenta-se, ainda, a Lei nº 311/38 que traz o conceito de cidade, o Estatuto da Cidade; a Lei nº 5.868/72, que cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural; a Lei nº 5.172/66, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, em específico o capítulo III que trata dos impostos sobre o Patrimônio e a Renda; e, o Projeto de Lei do Senado, apresentado em 2009, pelo senador Gilberto Goellner<sup>4</sup>, do Partido Democratas, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural.

Na esfera estadual, a Constituição da Bahia e no âmbito municipal as leis 1.615/92, que trata do ordenamento do uso e da ocupação do solo em Feira de Santana; a Lei Complementar nº. 1.612/92 que traz Código do Meio Ambiente feirense; a Lei Complementar nº 018/2004, que delimita os bairros da cidade de Feira de Santana; a Lei Complementar 075/2013, que transformou o espaço rural da Mantiba em bairro; o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de 1968 e a sua revisão em 1990; o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana (PDDU) de 2000 e a sua revisão de 2006, que não foram efetivados.

A ideia é que por meio da comparação citada as similaridades e incongruências possam ser identificadas, interpretadas e descritas ao evidenciar o que há de novo e o que há de comum no caso da Mantiba.

---

<sup>4</sup> O senador Gilberto Goellner (DEM) faleceu em 2011.



## 2.1 Anotações de pesquisador: o diário de campo

O ato de observar a realidade que se impõe diante os olhos do pesquisador é o principal elemento do diário de campo. Nele estão registradas as impressões sobre os sujeitos integrantes da pesquisa, assim como do espaço em que o fenômeno estudado se apresenta.

[...] um diário de campo é caracterizado, desta maneira: constam todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa. Falas, comportamentos, hábitos, usos, costumes, celebrações e instituições compõem o quadro das representações sociais. (MINAYO, 1993, p: 100).

O diário de campo tem como objetivo registrar, o extraordinário, o que somente ele pôde ver, por estar presente no lugar onde os fatos incomuns que não aparecem nos livros, ou mesmo na mídia em geral se apresentaram. Cabe ao diário de campo registrar os bastidores das ações realizadas pelos sujeitos pesquisados no decurso da pesquisa.

Nessa narrativa, o texto do diário de campo é “predominantemente descritivo-narrativo, porque não deixamos de considerar o aspecto interpretativo, característico da dissertação, e que aparece ora implícito, ora explícito, nos textos descritivos e narrativos” (VENTURI, 2005, p. 227).

Foram registrados diálogos dos telefonemas realizados, e-mails enviados e dos mais de vinte e cinco encontros presenciais em que, na sua maioria, foi realizada e gravada a entrevista. Esses encontros aconteceram em Feira de Santana, compreendendo o período de seis meses, nos mais variados lugares: secretarias municipais, câmara de vereadores, instituições estaduais, igreja, residências, lagoa, praça e rua.

Dessa forma, dada a riqueza de informações obtidas em campo e compiladas no diário e, tendo-se em vista a sua linguagem “predominantemente descritivo-narrativo” de acordo com Venturi (2005), pede-se, neste momento, licença ao formalismo acadêmico apenas neste ponto para narrar em primeira pessoa, alguns aspectos considerados relevantes.

A privacidade dos sujeitos presentes neste encontro foi mantida, por isso os nomes não foram revelados.

Não foi uma perspectiva de campo qualquer, ou mesmo similar aos outros campos até então realizados, datava-se 07 de julho de 2016: e este foi o penúltimo trabalho de campo.

Após a realização de dois telefonemas conseguiu-se o contato do Superintendente Regional do Norte da Bahia da Caixa Econômica Federal, e depois da conversa por telefone ele marcou a entrevista para às dezessete horas daquele mesmo dia. As questões da entrevista foram organizadas e revisadas, visando identificar as informações que desejava-se obter do superintendente. Com o material da entrevista pronto, às dezesseis horas, foi-se ao local marcado para a mesma.

Com dez minutos de antecedência do horário marcado, estava na Avenida Getúlio Vargas, nº 3.802, Bairro Santa Mônica, Feira de Santana. Ao identificar-me seguir para o quarto andar onde fui informado que o superintendente estava com duas pessoas em uma reunião.

Após, aproximadamente quinze minutos esperando fui convidado a entrar pela recepcionista, que me acompanhou por algumas salas e indicou-me a porta que deveria entrar. Mesmo já passando das dezessete horas, ainda havia muitos funcionários em expediente no Banco. Ao entrar os dois senhores ainda estavam na sala e de imediato percebi que não sairiam, e que a entrevista seria a três. Ainda em pé, me apresentei ao superintendente e aos outros dois presentes na sala: um deles era o gerente regional da Caixa Econômica Federal e o outro um empresário do setor imobiliário na cidade de Feira de Santana, que foi presidente da Câmara Municipal de Feira de Santana, sendo vereador entre os anos de 1989 a 1996 – inclusive tem um conjunto habitacional na cidade, construído em 1990, que leva o seu nome.

Direcionando-me ao superintendente falei do objetivo da pesquisa e o motivo de buscar informações com ele. Logo em seguida, ele pediu para ver as perguntas e a cada pergunta lida, vinha uma negativa, informando que não tinha conhecimento sobre aquele assunto, ou mesmo que os aspectos questionados não acontecera na cidade e por isso não tinha como responder, e no caso da última pergunta, disse que não era competência da CEF ações punitivas, informou também que a CEF exige que uma série de documentos sejam apresentados e que esses documentos somente são conseguidos após uma série de liberações de órgãos que são de competência do município e do Estado.

Logo de imediato, ao término da leitura das questões pelo superintendente, segue a leitura das questões pelo gerente regional. Enquanto, seguiam-se a leitura

das questões, o silêncio da sala da superintendência que tem vista panorâmica para a Lagoa do Subaé, era interrompido pelo empresário que falava com a experiência prática capitalista que possui sobre a legislação e o setor imobiliário em Feira de Santana; e foi isso que fez com que eu permanecesse por mais um tempo naquela sala a espera de respostas e informações, mesmo após a negativa inicial dos gestores da CEF, em Feira de Santana.

Já estava com a minha bolsa de ombro fechada, quando resolvi tirar uma planilha com os conjuntos habitacionais e condomínios construídos em Feira de Santana. Ao mostrá-la ao gerente regional ele a observou com total atenção e falou: – “vejam, os dados que ele tem compilados aqui”. Aproximou-se da mesa e desta vez disse para mim: – “tem algumas informações aqui que não estão corretas”. Tendo o interesse em quebrar o silêncio dos dois dirigentes disse-lhes: – “por favor, pode corrigi-los!” Então, o gerente regional retirou a caneta do bolso da sua camisa e começou a fazer imediatamente as correções, enquanto os outros dois estavam por auxiliá-lo.

Logo após isso o superintendente disse que em Feira de Santana ocorre o fenômeno da formiguinha no segmento imobiliário que são pequenas construtoras ou incorporadoras que constroem dez casas hoje, depois constroem mais dez nas proximidades, depois mais dez, e depois fazem um muro e ali passa a ser um condomínio. Afirmou também que sobre os condomínios que foram construídos em Feira de Santana e que não são do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), ou os que são das faixas II e III, muitas vezes, a CEF financia apenas uma parte do empreendimento, o que torna complicada a sistematização das informações. Por fim, o gerente regional virou-se e disse-me: – “eu vou lhe ajudar!” Pediu que lhe encaminhasse um e-mail que iria passar os dados de condomínios implantados em Feira de Santana pelo PMCMV, da faixa I, sendo que os das faixas II e III não tinha informações sistematizadas. Na sequência, o empresário afirmou que também iria ajudar e me passou o contato de um servidor da prefeitura que tinha parte das informações que necessitava.

Ao sair daquela sala passei a refletir sobre o vivenciado ali, e pude ver de forma concreta a relação teórico-prática. Como o empresário capitalista pode estar tão próximo dos agentes do Estado, e como por meio das alianças e proximidade ter facilidade de acesso à informação e mais, como tais aspectos podem intervir no construção e reformulação do espaço da cidade, ou seja, na produção do espaço!

O processo envereda-se da seguinte forma: o capitalista tem relações com os políticos, seja no âmbito municipal ou estadual e assim, tem informações sobre o que está para acontecer do ponto de vista do legislativo, ou mesmo do ponto de vista do planejamento. Algumas vezes, pode ocorrer o contrário: para atingir os seus objetivos o capitalista se articula junto ao legislativo na criação das leis e, assim vai em busca dos melhores espaços a serem comprados, ou mesmo financiados, antevendo-se ao que o legislativo vai aprovar, seja por vias normais, ou em caráter de urgência, e então, após a aprovação das leis, esse mesmo capitalista, mais uma vez, em parceria com os agentes do Estado e, é claro, numa relação dialógica e também dialética, pois o Estado também objetivos e interesses na (re)formulação do espaço, o capitalista retorna aos agentes do Estado, desta vez em busca de financiamentos e empréstimos para que os espaços pretendidos e que serão passíveis de modificação sejam comprados.

É uma compra que, muitas vezes, é feita com recursos do Estado e que atenderá não apenas as propostas desenvolvimentistas, mas também os interesses financeiros do capitalista. Nesta soma de interesses, o contrapeso é a população, que não é comunicada sobre as mudanças que serão feitas no espaço em que vivem no ato do planejamento. A comunicação é sempre após o processo e em alguns casos, como no da Mantiba, por meio da mídia impressa e televisiva.

A população é o elo mais fraco dessa tríade e contra o denominado desenvolvimento urbano não se pode ir de encontro, afinal esse desenvolvimento trará benefícios para os moradores do espaço. Mas, o que fica implícito e não aparece na superfície é que quando o desenvolvimento chegar os moradores, porventura, serão outros, não mais os mesmos que ficaram alheios às discussões sobre planejamento. Os moradores serão outros, também porque esse espaço, aos poucos, vai se valorizando e esses se veem obrigados a vender os terrenos e propriedades que possuem e migrar para outros espaços da cidade, de valor mais baixo.

Tal fato, parece, explicar o porquê desses moradores não participarem das discussões iniciais de projetos de lei ou mesmo de planejamentos urbanísticos, pois o objetivo inicial nunca foi tê-los ali, mas isto não pode ser dito, na mídia de forma geral, assim protela-se ao máximo o contato com eles, afim de tornar nula qualquer tentativa ou ato de manifestação contrária às ações de desenvolvimento pensadas pelo poder público e articuladas para a cidade, no entardecer, em uma sala ampla, com vista panorâmica e refrigerada.

## 2.2 Ver o espaço por meio das fotografias

Enquanto instrumento de pesquisa foi recorrente no decurso dessa dissertação o uso da fotografia, nos capítulos três, quatro e cinco, sendo analisada e/ou descrita para explicar não apenas o presente e o passado, como também foi usada como recurso fundamental para a leitura da realidade através do método lefebvriano.

A fotografia foi muito importante no processo de construção do trabalho dissertativo, seja na pesquisa de campo, na etapa de pesquisa documental, e etapa de construção textual em que se utilizou as fotos antigas e atuais para explicar o processo estudado.

“Em geografia, a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar e deve ser acompanhada de outras informações (...)” (JUSTINIANO, 2005, p. 187), sendo a importância da fotografia estendida à outras ciências, dentre elas a sociologia, a antropologia, a arquitetura, a história, conforme afirma Kossoy (2001, p, 47) a fotografia é:

uma fonte histórica, na verdade, tanto para o historiador da fotografia, como para os demais historiadores, cientistas sociais e outros estudiosos. Assim, uma mesma fotografia pode ser objeto de estudos em áreas específicas das ciências e das artes.

Neste trabalho, foram feitas fotografias da Mantiba durante a pesquisa de campo, realização das entrevistas, e gravação do documentário. Também foram produzidas fotos dos jornais pesquisados no acervo do Museu Casa do Sertão em Feira de Santana (UEFS), dos antigos diários do morador fundador da Mantiba e de parte do álbum de família do mesmo.

No processo de coleta de informações sobre a produção do espaço feirense diferentes acervos fotográficos foram pesquisados. O primeiro deles foi o acervo fotográfico on-line do IBGE<sup>5</sup>, que possui fotografias antigas de Feira de Santana. Outro acervo pesquisado foi o do Monsenhor Renato de Andrade Galvão, que também contém fotografias antigas da cidade, este encontra-se atualmente no Museu Casa do Sertão (UEFS). Por fim, o terceiro acervo pesquisado foi o do fotógrafo mineiro,

---

<sup>5</sup> A galeria de fotos antigas on-line que o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística possui para o município de Feira de Santana encontra-se disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=291080&search=bahia|feira-de-santana|infograficos:-fotos>. Acessado em: 15/02/2016.

radicado em Feira de Santana, Antônio Magalhães que, desde o ano de 1964, fotografa o cotidiano feirense e as transformações espaciais ocorridas no município.

### 2.3 Produto da pesquisa: o documentário

A produção de um documentário como elemento síntese da discussão estabelecida nesta pesquisa foi uma ideia, sugerida pela professora orientadora e consolidada no processo de qualificação pela banca examinadora. A sugestão veio também em função do autor ter a formação em jornalismo e já ter realizado uma produção documental similar.

A utilização do termo documentário aconteceu pela primeira vez na literatura cinematográfica no filme *Moana* (1926), de Robert Flaherty (PENAFRIA, 2004). A autora explica que o termo foi usado como adjetivo, sendo remetido a ideia de um valor documental e resulta da relação que a imagem estabelece com que existe fora dela, e apenas mais tarde o termo assume a posição de nome, sendo visto como uma arte nova e vital que denotava a capacidade do cinema se movimentar para além dos estúdios.

Surge, então, na década de 1930, o que se denomina o movimento documentarista britânico, que “introduziu um tom sério e responsável ao documentário” (PENAFRIA, 2006, p. 02).

A seriedade que se introduz ao documentário é advinda do documentarista escocês John Grierson, que foi o fundador da escola inglesa de documentário, e que via o documentário como uma forma de divulgar e discutir os problemas sociais, políticos e econômicos vividos pela Grã Bretanha, na década de 1930.

Em suma, Grierson enfatiza a capacidade do documentário em captar a vida mas, o que mais ressalta desses seus princípios é a tônica colocada na capacidade do documentário agir sobre a sociedade, de ser um instrumento ao serviço de ideais, no caso, de educação nacional numa Grã-Bretanha em recuperação e transformação. Para que o documentário se **assuma verdadeiramente como a melhor forma de interpelar o mundo.** (PENAFRIA, 2006, p. 03, grifo nosso).

Tem, então, o documentário na sua raiz não apenas o sentido de captar a vida, como também agir sobre a sociedade, a indagando sobre o cotidiano e os problemas que nele existem, oferecendo a possibilidade de um outro olhar sobre os espaços e

populações, até então, sem voz, esquecidos e marginalizados.

No Brasil, a produção documentarista, segundo Faria (2013) ao se basear em Ramos (2008), esteve em uma posição marginal na história do cinema nacional, sendo isto consequência da preferência que se tinha pelo cinema ficcional. Faria (2013) analisa a discriminação que existiu com a produção documentarista no Brasil, tendo em vista que as primeiras produções nacionais tinham como ponto de partida as denominadas “tomadas de vista”, que possuíam características de documentário e eram realizadas por todo o país com as temáticas regionalistas.

Afonso Segreto, irmão de Pascoal, realizou a primeira imagem do cinema brasileiro, filmando a Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, a bordo do navio “Brésil”, que retornava de Paris. Essas tomadas documentais eram conhecidas como “tomadas de vista” e prevaleceram até o ano de 1908. (GONÇALVES, 2006, p. 01).

Nas décadas de 1910 e 1920, predominou no Brasil a produção de um cinema natural, com a produção cinejornais e filmes que se caracterizavam com o documentário. O objetivo dessas produções era levantar recursos para a produção de filmes nacionais na visão de Gonçalves (2006).

A Bahia, seguindo a tendência regionalista existente no cinema brasileiro teve as obras Segunda-feira do Bonfim e Regatas da Bahia, realizados por Gramacho e José Dias da Costa, exibidos em 1910, apontadas como os primeiros documentários ou “tomadas de vista” realizadas no território baiano (HOLANDA, 2005 *apud* SETARO, 2000).

Pode-se perceber nesse breve histórico da produção documentarista que o termo documentário não era usado no Brasil, mesmo o país já possuindo uma produção fílmica que tinha as características de documentário. No cinema brasileiro usava-se o termo “tomada de vista”, e como dito anteriormente o termo documentário vem a ser usado pela primeira vez somente em 1926. Essa contextualização é feita para se fazer a pergunta: o que é um documentário?<sup>6</sup>

Michael Renov (1993) considera a tentativa do documentário em representar a realidade altamente improvável, se não mesmo inviável, Renov entende o documentário como uma ficção. Por seu lado, a definição griersoniana de documentário (“tratamento criativo da realidade”) é considerada por Carl R. Plantinga (1997) demasiado alargada - Plantinga prefere o termo não-ficção;

---

<sup>6</sup> Não é objetivo desta pesquisa discorrer sobre a problemática conceitual que circunda o termo documentário. Uma sugestão de aprofundamento da discussão é: PENAFRIA, Manuela. O Filme Documentário: história, identidade, tecnologia. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

e considerada por Noël Carroll (1997) demasiado restrita, por não incluir registos como, por exemplo, o famoso “videotape of the Rodney King beating”. (PENAFRIA, 2004, p. 06)

Objetivando encerrar essa discussão conceitual, neste trabalho adota-se o conceito proposto por Penafria (2009), que expõe também uma identidade para o documentário ao elencar as suas características.

Perante a profusão de definições, abordámos o documentário a partir da sua especificidade de produção [...]. A saber, a obrigatoriedade de um registo *in loco*, adoptar um ponto de vista sobre o assunto a tratar, e um uso criativo mas, também, judicioso dos recursos cinematográficos. (PENAFRIA, 2009, p. 03)

É a visão que apresenta indiretamente a importância do documentário, que expõe a necessidade do confronto de olhares. De um lado, o olhar do pesquisador-documentarista que possui uma visão sobre a problemática estudada e que será representada no documentário por meio do olhar da câmara, e do outro lado a visão das personagens que não apenas serão confrontadas entre si, como também com a visão do documentarista.

Então, é sobremaneira importante a contribuição que a produção documentarista por ter o confronto de visões (pesquisador-documentarista-câmera-personagens) traz à pesquisa, aspecto que por sua vez permite que o olhar sobre a produção do espaço aqui estudada se amplie e se reforce ao se ter não somente uma produção textual, assim como uma produção fílmica, que pelo carácter cinematográfico possui, estende e possibilita a discussão a qualquer pessoa, seja um letrado ou mesmo uma pessoa que não teve acesso à informação.

A opção por um documentário como um dos produtos finais no mestrado profissional ocorre dada a função social, histórica, memorialista e educacional que a produção fílmica documentarista possui, e partindo dessa função social e educacional, se buscou na produção do documentário, o resgate das suas raízes conceituais ao assumir uma forma diferente de ver o mundo, uma interpelação diferente sobre o que estava posto no espaço estudado. Acreditou-se que a função educacional do documentário teria presente nele a concepção freireana da educação como elemento emancipatório em que está presente o processo de conscientização.

Mudamos nossa compreensão e nossa consciência à medida que estamos iluminados a respeito dos conflitos reais da história. A educação libertadora pode fazer isso – mudar a compreensão da realidade. Mas isto não é a



mesma coisa que mudar a realidade em si. Não. Só a ação política na sociedade pode fazer a transformação social, e não o estudo crítico em sala de aula (FREIRE, 1986, p. 207).

Através do documentário efetiva-se o diálogo que está a serviço de uma educação para a emancipação, para que indivíduo se empodere, se liberte.

A elaboração do documentário foi realizada em treze etapas: primeiro a compreensão da teoria lefebvriana que é o arcabouço teórico do trabalho; segundo visitas a campo para identificar as pessoas a serem entrevistadas; terceiro elaboração das perguntas que comporiam as entrevistas; quarto agendamentos; quinto busca *in loco* pelos ângulos e tomadas de câmera a serem feitos; sexto realização das gravações; sétimo decupagens; oitavo seleção das cenas e falas; nono confecção do roteiro, (APÊNDICE D); décima gravação dos áudios do narrador; décima primeira edição; décima segunda efeitos e revisão final; décima terceira queima das mídias de DVD.

No documentário intitulado **Mantiba: meu lugar no mundo!** foram entrevistadas ao todo doze pessoas entre moradores e agentes políticos que participaram de forma direta e indireta na elaboração da Lei Complementar nº 075/2013. Também, foi recorrente a pesquisa por imagens em vídeo que compuseram esta narrativa documental.

### 3 O RURAL E O URBANO EM FEIRA DE SANTANA: UMA REFLEXÃO ICONOGRÁFICA

A etapa analítica-regressiva do método lefebvriano é o momento de análise da realidade descrita em busca da origem do fenômeno estudado. Parte-se do presente em direção ao passado, não apenas para explicá-lo, mas, sobretudo, para esclarecer os processos em curso no presente que apontam para o futuro, contexto em que se coloca o município de Feira de Santana, no que se refere à completude do processo de transformação espacial.

É proposto, aqui, que a história de Feira de Santana e a produção do espaço seja narrada tomando-se como referência fotografias. É um processo de construção da narrativa histórico e espacial feirense que considera a fotografia e a polissemia de informações que estão para além da cristalização da cena, na superfície bidimensional que o papel fotográfico ou o arquivo de imagem digital traz.

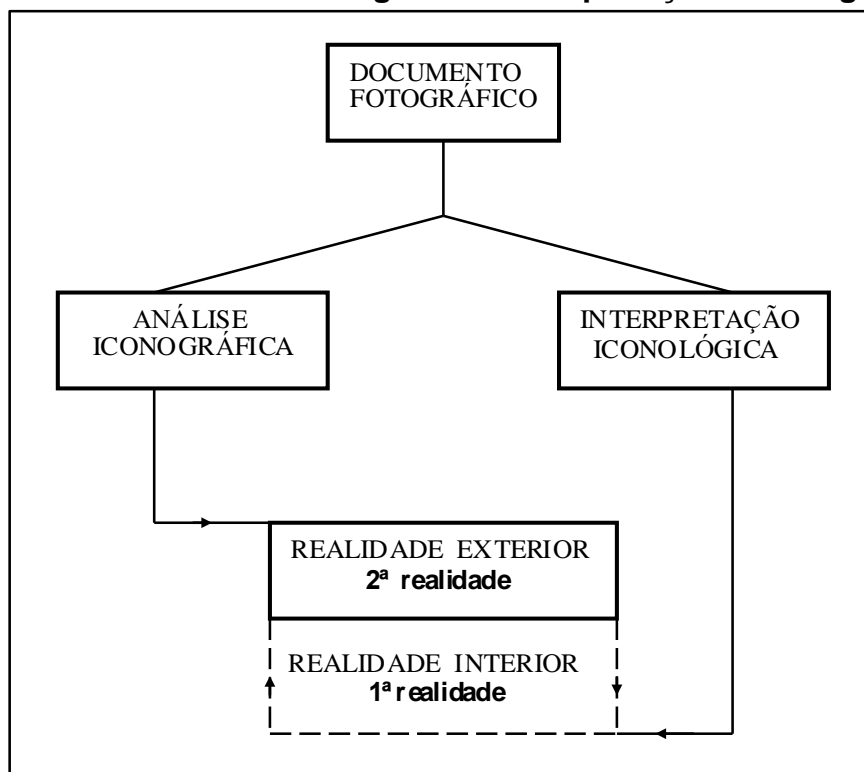
Diante de uma fotografia, o sentimento de “denotação”, ou de plenitude analógica, é tão forte, que a descrição de uma fotografia é, ao pé da letra, impossível; pois que descrever consiste precisamente em acrescentar à mensagem denotada um relâs ou uma segunda mensagem, extraída de um código que é a língua [...] (BARTHES, 1990, p. 14)

Para Kossoy (2001) a fotografia é como “resíduo do passado”, uma fonte histórica aberta a múltiplas significações, tanto para o historiador da fotografia, como para os demais estudiosos, que buscam compreender as significações do espaço no decorrer do tempo. Nesse contexto de “resíduo do passado” Barthes (1984) dialoga com Kossoy (2001) ao afirmar que jamais pode-se negar que na foto a coisa esteve lá, sendo realidade e passado uma dupla posição conjunta.

Depreende-se daí, o conceito de fotografia que a vê como uma representação a partir do real, que grava a realidade em dado espaço e tempo, sendo um documento real, uma fonte histórica (Kossoy, 2001).

Um documento fotográfico possui informações explícitas e implícitas e para sua decodificação Kossoy (2001) sugere duas linhas de análise: a análise iconográfica e a interpretação iconológica, conforme Quadro 5.

### Quadro 5 – Análise Iconográfica e Interpretação Iconológica



Fonte: Kossoy, 2001, p. 96.

A análise iconográfica tem o intuito de descrever o conteúdo da imagem, a situando no espaço e no tempo, ao revelar dados concretos sobre o documento, que para Kossoy (2001) integra uma realidade exterior e por isso uma segunda realidade. Em um nível analítico de profundidade maior, está segundo o autor a interpretação iconológica que considera a representação a partir do real como o resultado final do processo de criação do fotógrafo, de seu modo de ver, sendo, portanto, uma visão particular. Assim, a decifração dessa primeira realidade que compõem a interpretação iconológica, apenas é possível com o resgate da história própria do assunto que preenche a fotografia, bem como com o desmontar das condições de produção do fotógrafo que tornaram o processo de criação da fotografia possível.

A narrativa desde capítulo, busca, ainda, evidenciar as transformações espaciais feirenses quanto ao conteúdo que se insere em um espaço que tem forma, sendo totalidade a relação forma-conteúdo e por conseguinte inseparáveis. Por sua vez, as transformações classificadas quanto à forma são textualmente correlacionadas com as fotografias.

A forma no sentido lefebvriano implica a descrição de contornos, a determinação de fronteiras, de envoltórios, áreas ou volumes, sendo este o seu sentido na análise espacial. Para Lefebvre (2006), o conteúdo de uma forma espacial a metamorfoseia. Na visão do autor:

O conteúdo, o que vem ao dia? É o passado inteiro, enterrado na memória e no esquecido; mas é também a realidade da carne que se atualiza. O corpo vivo está presente, como lugar de passagem das profundidades à superfície, do esconderijo à descoberta. (LEFEBVRE, 2006, p. 222).

Dessa maneira, busca-se trazer do passado, do campo da memória, a história feirense, tendo-se a compreensão de que esta narrativa tem rupturas históricas, temporais e espaciais e por conseguinte continuidades e descontinuidades na produção do espaço.

Na sua maioria, as fotografias utilizadas para a construção deste capítulo são dos acervos fotográficos de dois profissionais. O primeiro deles é o fotógrafo, mineiro, Antônio Magalhães, que chegou à Feira de Santana no ano de 1968 e tem no seu acervo imagens do espaço e do cotidiano feirense do século XX. O segundo é Carlos Augusto, fotógrafo contemporâneo que no seu portfólio mostra uma Feira de Santana do início do século XXI, momento em que Antônio Magalhães se aposenta. Sem as imagens desses fotógrafos esse capítulo não poderia ser escrito.

Feira de Santana, na perspectiva espaço-temporal, tem 183 anos de emancipação, pelo o Decreto Lei de 13 de novembro de 1832, promulgado no ano de 1833. Até o presente (ano de 2016), muitas foram as transformações espaciais ocorridas em Feira de Santana quanto à forma e ao conteúdo. Antes de começar a descrever Feira de Santana, especificamente, tem-se, a necessidade de registrar sobre a cidade de Cachoeira, a qual Feira de Santana esteve vinculada até a emancipação.

O povoamento do Recôncavo baiano é uma consequência da incumbência que Martim Afonso de Sousa teve ao chegar na Bahia, em 1531 (IBGE, 1958). Com o intuito de desenvolver e incentivar a cultura da cana de açúcar e a sua indústria foi autorizado por meio de D. João III à concessão de sesmarias aqueles que tivessem posses e que tornasse possível o aproveitamento das terras doadas. Assim, dentre esses homens de posses estava o fidalgo Paulo Dias Adorno que adquiriu terras no Recôncavo para fundar uma fazenda, um engenho e uma capela para Nossa Senhora da Ajuda. “Buscou, exatamente, aquelas [áreas] que ficavam à margem esquerda do

Paraguaçu, onde poderiam, sem dificuldades de entrada e saída, aportar muitas embarcações”, (IBGE, 1958, p. 90). Com essa propriedade rural que se inicia o povoamento do município de Cachoeira.

O estabelecimento de Adôrno às margens do Paraguaçu deu lugar para que a então fazenda se expandisse e crescesse e, em pouco mais de um século, Cachoeira pudesse ser alçada a categoria de vila, tendo antes o *status* de freguesia e a denominação de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto da Cachoeira, tornando-se um importante entreposto comercial.

Local para onde afluíam os ricos da época, aqueles que até hoje se denominam de "senhores de engenho", a cidade foi prosperando, florescendo, de tal forma que, em 1802, escrevia Vilhena: "Vila da Cachoeira e se faz recomendável e opulenta por ser caixa de todo o Tabaco que se fabrica no seu continente (sic) donde se conduz para a cidade e a ela e a Muritiba, vão aportar todos os que descem de Minas e dos Certons". Porque, ao lado de grande centro açucareiro em que se ia transformando, outras culturas ali se desenvolviam, principalmente a do fumo, que se conserva até hoje, como, por sinal, das melhores em todo o interior do Estado. (IBGE, 1958, p. 96).

A importância de Cachoeira, como entreposto comercial, era que no processo de expansão territorial e povoamento, os desbravadores utilizavam os rios como vias de acesso ao interior do Brasil (ARAUJO, 2015). O Rio Paraguaçu, era rota destas entradas e também a principal via de comunicação do sertão com o litoral. Assim, o porto de Cachoeira (FOTO 1) foi fundamental para o envio de mercadorias, como também para o transporte de passageiros à Salvador.

Cachoeira teve significativo crescimento econômico ao ter em seu território fazendas de engenhos, fumo, algodão e gado, sendo que em 1775. No município existiam, nas oito freguesias do seu distrito, 3.297 fogos<sup>7</sup> e 26.980 almas (IBGE, 1958).

Dentre essas freguesias estava Feira de Santana, cujo processo de formação territorial, assim como em Cachoeira, obedeceu a estratégia de povoamento e de cobrança de impostos pela terra adotada pela Coroa portuguesa, denominada

---

<sup>7</sup> A categoria fogos, amplamente utilizada nos levantamentos feitos durante o período colonial, era até certo ponto ambígua. O fogo servia para designar a casa ou parte dela em que habitava uma pessoa livre ou uma família com economia separada, daí resultando que um domicílio podia conter um ou mais fogos. No censo de 1872, as instruções de coleta aludiam a fogos ou domicílios, mas, já a partir de 1900, o domicílio passaria a ser a unidade de referência dos censos brasileiros. (OLIVEIRA, 2003, p. 08).

sesmaria, em que a sexta parte de tudo que a propriedade produzisse em riqueza no decorrer do ano ficaria com a Coroa.

**Foto 1 – O porto de Cachoeira**

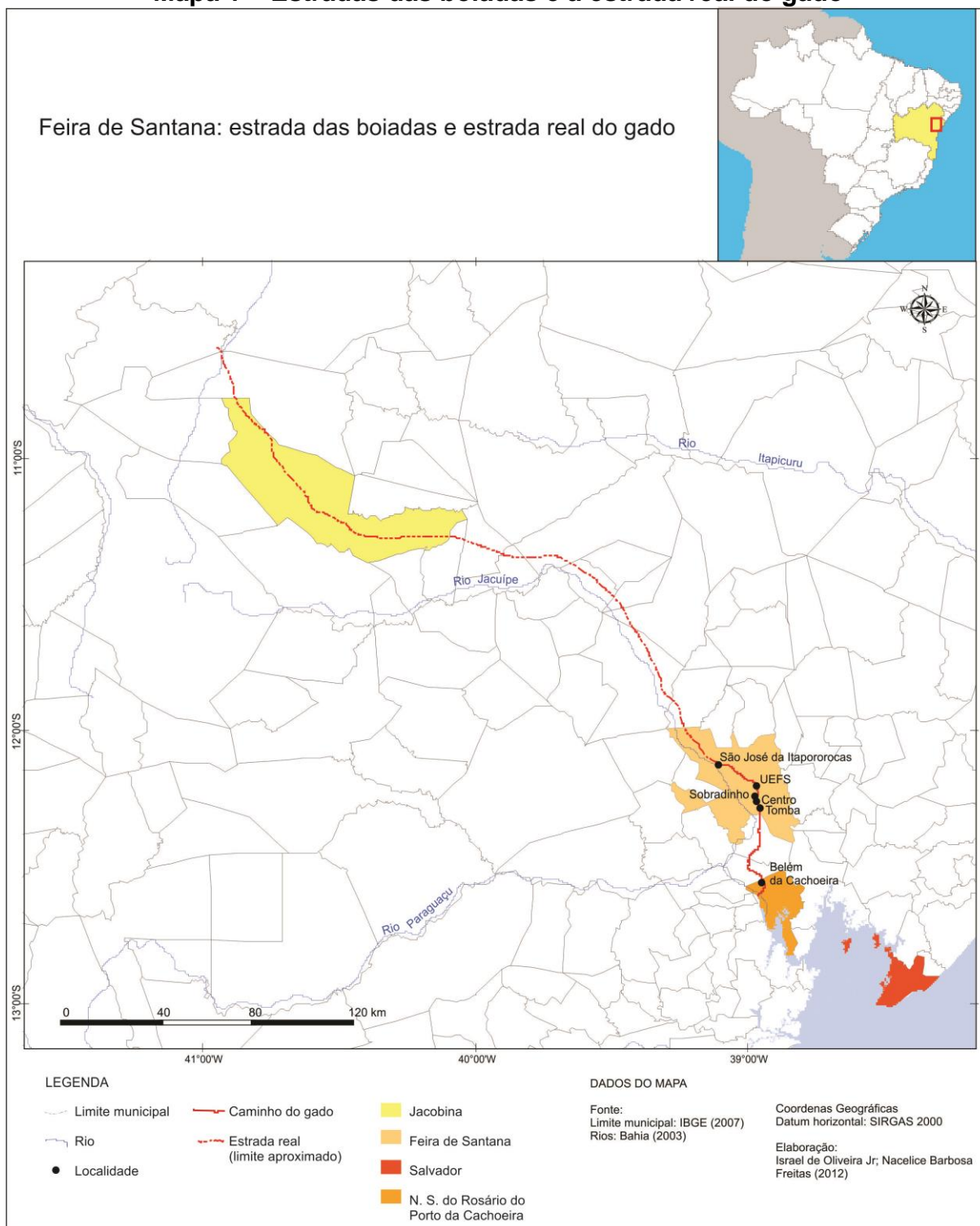


Fonte: IBGE, 19??, Autor desconhecido.

Segundo Freitas (2015) a sesmaria de Tocós dá origem ao povoamento de Feira de Santana, sendo a construção inicial, a propriedade de Antônio Guedes de Brito, que correspondia a porção de terras de Itapororocas, Jacuípe e Água Fria as quais foram adquiridas mediante a compra por João Lobo de Mesquita e depois por João Peixoto Viegas. Por razões econômicas, a autora afirma que após a morte de Viegas, as terras da família foram divididas em várias fazendas, sendo uma delas a fazenda Sant'Ana dos Olhos d'Água, que foi adquirida mediante compra pelo casal Domingos Barbosa de Araujo e Ana Brandão, naturais do Iguape – localidade do Recôncavo.

Monsenhor Galvão (1982) indica que as estradas que ligavam Feira de Santana ao Piauí eram antes vias de vazão, que vias de penetração, evidenciando que estas vias passavam por Feira de Santana e destinavam-se ao escoamento das mercadorias, dentre elas o gado. (MAPA 1)

### Mapa 1 – Estradas das boiadas e a estrada real do gado



Fonte: FREITAS, p. 212, 2015.

Segundo o autor:

Até o fim do século passado, o Piauí mandava, via Jacobina ou Juazeiro, a riqueza de suas boiadas. As lagoas de São José, pela natureza do solo, não conservam a água de um ano para o outro. O caminho para o Porto da Cachoeira, a pousada obrigatória nas vertentes de todas as encostas cheias de “olhos d’ água”, as pastagens verdes dos vales circundantes e, talvez, o **Atravessador**, no comércio de gado, isto é, a geografia teve a sua atuação

notável na fixação do povoado. O conceito de “Olhos D’Água” não deve ser adstrito ao bairro da parte sudeste da cidade. A Capela de Sant’Ana no alto da Boa Vista está cavaleiro de vales úmidos e cheios de mananciais. Até o início deste século, a população se abastecia das fontes do Valado, Nagé e Tanque da Nação. (GALVÃO, 1982, p. 28-29. Grifo do autor).

É interessante atentar-se no mapa 1 que a estrada real do gado sai de Belém da Cachoeira segue até Jacobina, é adjacente ao Rio Jacuípe, por um longo trecho, e em nenhum ponto o rio é cortado pela estrada. Tal fato implica a assertiva de que apenas em períodos de seca, determinadas extensões do Rio Jacuípe poderiam ser atravessados pelas tropas de boiadas ou mesmo pela população local.

No Rio Paraguaçu, apenas, em 1885, por meio da Ponte Dom Pedro II, se estabeleceu um ponto de travessia sobre o mesmo que independia dos períodos de estiagem, sendo que a construção desse equipamento sobre o rio, veio para dar viabilidade a linha férrea da Estação Ferroviária Central da Bahia.

As tropas de gado que vinham do Piauí e/ou de outros Estados do Nordeste e Centro-oeste passavam por Jacobina e vinham em direção à Feira de Santana passando por locais, que na atualidade compreendem o distrito de Maria Quitéria, na época denominado São José das Itaporocas, uma rodagem atrás da Universidade Estadual de Feira de Santana, o bairro Sobradinho, o Centro e o bairro Tomba. Ao passar por Feira de Santana a estrada perpassava por onde hoje é São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, o distrito de Belém de Cachoeira, até chegar a cidade de Cachoeira, onde parte do gado era abatido e a carne salgada para abastecer Salvador. Essa carne salgada, também abastecia a Europa e, principalmente, Portugal (FRAGA, 2010).

Ainda sobre o percurso feito pelas tropas de boiadeiros Araujo (2015) destaca que o gado não podia ir em direção ao atual município de Amélia Rodrigues, pois encontraria a plantação de cana-de-açúcar, onde era proibido a passagem de boiadas pelo Decreto de 1701 para não comprometer o cultivo (FREITAS, 2015).

Assim, retornando à origem de Feira de Santana, Galvão (1982, p. 08) é categórico ao afirmar por meio da análise de documentos históricos que fez, que os irmãos João Peixoto Viegas e Felipe Peixoto foram os “povoadores da região fisiográfica de Feira de Santana”, em que de 1619 a 1795, durante cento e cinquenta anos, a região foi colonizada, pontilhada de currais e de engenhos de açúcar, sobretudo com a cultura e exportação de fumo pelos irmãos Viegas, “que ocuparam



sempre as melhores terras, mantiveram hegemonia sobre a terra e o meio em regime quase feudal”.

Com esta afirmação Galvão (1982) toca em um ponto sensível da história de Feira de Santana: o Casarão Fazenda Olhos d’ Água que é tida em vários documentos (IBGE, 1958; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA, 2012) como a primeira propriedade de Feira de Santana, sendo os seus proprietários Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão os primeiros povoadores (FOTO 2).

**Foto 2 – Casarão Fazenda Olhos d’ Água**



Fonte: MAGALHÃES, 1971.

Segundo Freitas (2015) sobre este ponto da história feirense, sobretudo do ponto de vista geográfico há uma lacuna considerável, não havendo consenso quanto à origem de Feira de Santana, Poppino (1968), Galvão (1982), Andrade (1990), Freitas (1997) e Freire (2000).

Neste ponto, mormente, sobre o ponto de vista da teoria da análise de imagem alcançasse a investigação necessária para o descortinar da primeira realidade que compõem a interpretação iconológica exposta por Kossoy (2001), sendo isto apenas possível com o resgate da história própria do assunto que preenche a fotografia. Deste

modo, a fotografia de Magalhães (1971), vista acima, comumente tida e citada como uma foto da primeira casa de Feira de Santana ou mesmo a casa dos primeiros povoadores de Feira de Santana<sup>8</sup> antes da reforma e restauração que teve em 2006, soa diferente com o investigar da realidade histórica (FOTO 3). Reitera Kossoy (2001), que então cabe ao pesquisador desmontar estas construções ideológicas, pois imagem fotográfica congela cenas, e a história oficial, por meio dela, cria realidades e verdades fictícias.

**Foto 3 – Casarão Fazenda Olhos d' Água após reforma**



Fonte: AUGUSTO, 2006.

Sobre a fazenda Sant'Ana dos Olhos d'Água e a capela é ponto convergente nos registros históricos que falam sobre ela, a sua importância para o povoamento de Feira de Santana, haja vista a propriedade ser pouso obrigatório de tropas de boiadeiros e viajantes que pela Estrada Real do Gado provinham do alto sertão da Bahia em direção ao porto de Cachoeira. Para Freitas (2015, p. 99) um povoamento em direção ao sertão, em que a população busca pastagens, sendo

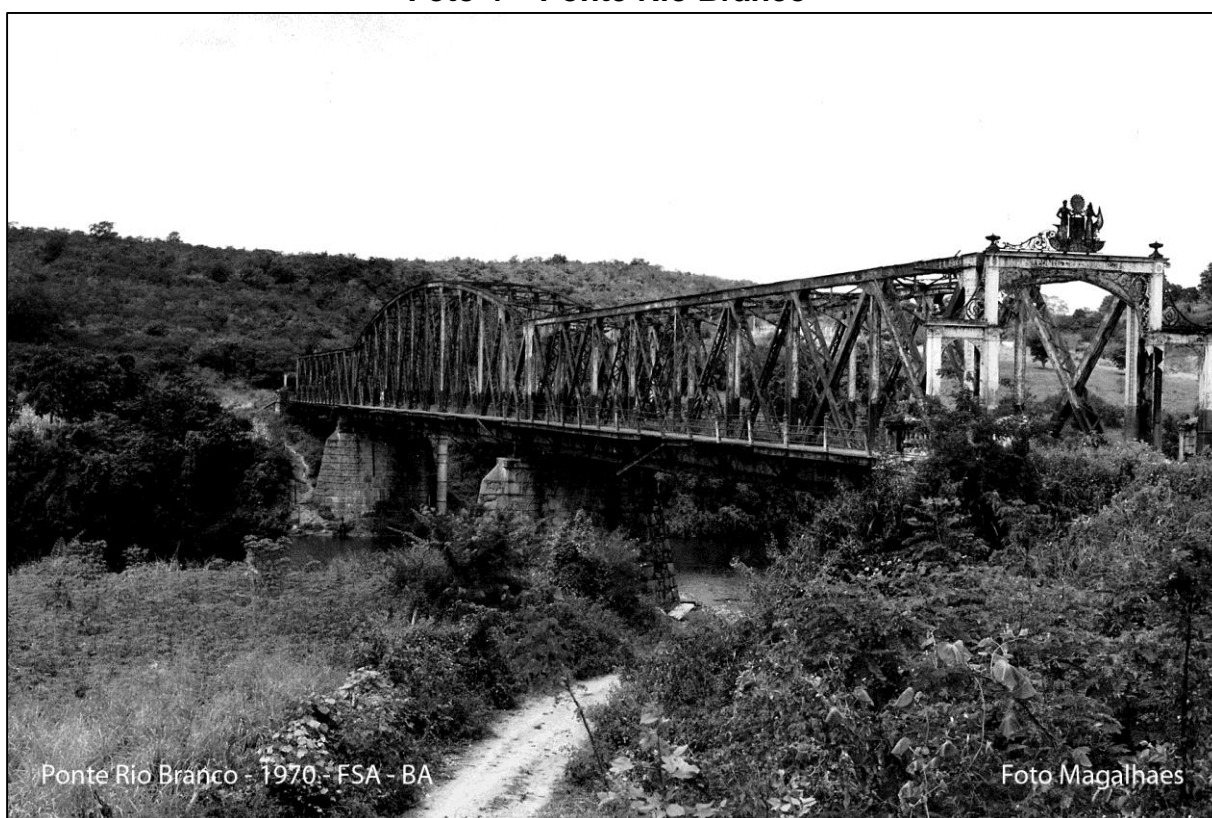
---

<sup>8</sup> Como exemplo das afirmações: primeira casa de Feira de Santana ou mesmo a casa dos primeiros povoadores de Feira de Santana ver a matéria do Jornal Grande Bahia, Em 8 de dezembro de 2006, o mais antigo patrimônio de Feira de Santana, Casarão Olhos D'Água, foi entregue à comunidade. Neste texto noticioso aparece a seguinte assertiva: "segundo historiadores, o casarão teria sido a primeira habitação erguida no município pelos fundadores da cidade, o casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão." Matéria disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2016/07/em-8-de-dezembro-de-2006-o-mais-antigo-patrimonio-de-feira-de-santana-casarao-olhos-dagua-foi-entregue-a-comunidade/>

consequentemente essa fixação dos transeuntes o início da consolidação de “um processo de urbanização comandado pela reprodução do capital” e a gênese da valorização do espaço feirense, tendo o valor de uso e o valor de troca da terra as suas primeiras definições.

Sobretudo, devido a importância da pecuária em Feira de Santana que o processo de urbanização se intensifica, visando atender dentre outros interesses, o econômico, exemplo disso, a Ponte Rio Branco, sobre o rio Jacuípe, construída pelo engenheiro Alexandre Góis (IBGE, 1958) (FOTO 4).

**Foto 4 – Ponte Rio Branco**



Fonte: Magalhães, 1970.

Ponte de aço [...] sobre o rio Jacuhype. Possui vários tramos em treliça, sendo o central (que é maior), em treliça Warren, com banzo superior parabólico. A ponte foi importada da Europa durante a guerra com o início das obras ocorrido em 1912 e a inauguração em março de 1917. **Foi construída por reivindicação dos criadores de gado de diversas localidades do interior da Bahia.** Atualmente ela está quase destruída pela corrosão e falta de manutenção. (MERCEDES-BENZ DO BRASIL, 1992, p. 135, grifo nosso).

Lajedinho (2010) em tom memorialístico narra a experiência que teve ao atravessar de carro a ponte, durante uma grande enchente do rio Jacuípe, com o seu

pai, no início da década de 1930 e reafirma a importância que o equipamento urbanístico traz para a economia feirense na época.

Aquela ponte era a primeira e única construção na pequena malha rodoviária carroçável que ligava todo o oeste à capital, via Feira de Santana, e se a ponte fosse interditada por receio da força da enchente, como corriam os boatos, seria um desastre para o comércio de Feira. Não havia outra ponte sobre o Rio Jacuípe, como não existiam outras no Rio Paraguaçu (exceto aquela que ligava Cachoeira e São Félix), ou em outro rio da região. Portanto, era de grande importância aquela ponte [...] exatamente para sanar o problema que as enchentes causavam deixando o sertão isolado, por meses, especialmente na época das trovoadas. Foi maravilhosos ver aquele caudaloso rio correr sob uma ponte tão bonita. Aquela ponte foi o primeiro marco do nosso progresso. [...] Também por ali passavam todas as boiadas vindas de Goiás, Minas Gerais e do sertão de modo geral. As viagens a cavalo, as cargas de mercadorias vindas do campo e vice-versa, os tropeiros com dezenas de burros carregados e com um animal todo enfeitado na frente, chamado de madrinha da tropa, cruzavam diariamente por aquela ponte. (LAJEDINHO, 2010, p. 01).

Nota-se, então, que no decênio de 1930, o percurso anteriormente feito em paralelo ao rio Jacuípe pelos tropeiros e viajantes, na Estrada Real do Gado se adapta ao monumento, a ponto de ser um “desastre para o comércio de Feira de Santana” a sua interdição. O fotógrafo Magalhães (2016), em entrevista, assim como Lajedinho (2010) afirmam que a ponte Rio Branco, além da sua importância enquanto equipamento logístico, tinha a função de entretenimento, pois era comum famílias, nos finais de semana, usarem a ponte como área de lazer, ao fazerem piqueniques, tomarem banho nas águas do rio, dançarem ao som da vitrola e no final da tarde retornarem para a cidade. Magalhães em entrevista (2016) chega a falar que a ponte “passou a ser palco de modelos, onde eu fazia ensaios de moda”.

Percebe-se, nessas falas, uma ressignificação da ponte enquanto elemento do cotidiano do feirense, cotidiano do sentido do encontro, da dança, do nado no rio, do ensaio publicitário para a revista de moda, para o namoro as margens do rio. A ponte Rio Branco para Lajedinho (2010) e Magalhães (2016) tem um valor de uso, que em muito supera o possível valor de troca que ela tinha para a cidade de Feira de Santana.

Após o seu período áureo, a ponte entra em desuso com a continuidade do processo de urbanização de Feira de Santana e conforme pode ser visto na foto 4 de Magalhães, em 1970, a ponte que carregava o brasão do Estado da Bahia, estava abandonada.

No início dos anos 2000, Lajedinho (2010) retorna ao local da ponte e a sua narrativa é melancólica e nostálgica:

Há poucos dias, fui rever aquele recanto bonito da minha juventude. Melhor não tivesse ido. A imponente e majestosa ponte Rio Branco se transformara num monte de ferro retorcido sobre o leito do rio que por tantos anos ela reinou. Não sei ouvia mais a vitrola, nem a algazarra das crianças. Até o gado deixou de andar tocado por vaqueiros, a pé, para viajar em carretas. O lugar está ermo, feio e triste. Até o leito do rio que fora caudaloso, hoje são pequenos filetes de água, qual lágrimas de saudades dum passado belo e grandioso. (LAJEDINHO, 2010, p. 01).

Com a desativação da ponte Rio Branco, na década de 1980, foi construída, pelo município, uma passagem molhada sobre o rio Jacuípe, paralela a ponte Rio Branco. Essa passagem ganhou a denominação de antiga estrada de Ipirá, e na contemporaneidade espacial feirense, localiza-se no tríplice limite distrital entre Governador João Durval Carneiro, Jaguará e Maria Quitéria.

**Foto 5 – Passagem molhada sobre o rio Jacuípe**



Fonte: MAGALHÃES, A., 2014.

E devido à ausência de investimentos em manutenção do equipamento, a passagem teve a estrutura comprometida, conforme a foto 5, e em junho de 2013, a

prefeitura por meio da assessoria de comunicação (ASCOM) comunicou<sup>9</sup> a recuperação da passagem molhada, sendo as obras de recuperação iniciadas em julho de 2014.

Conforme narrou Lajedinho (2010), de fato, o caudaloso rio Jacuípe não é mais o mesmo, a alegria e a imponência do monumento não são mais os mesmos, e assim, mais uma vez, a produção do espaço, em função do conflito de interesses dos agentes que nele vivem, vai (re)configurando novos significados e valores ao espaço, prova dessa (re)configuração é que a reforma do equipamento ocorreu sob a justificativa de que a passagem molhada é importante para toda região por ser um dos meios de escoamento da produção agrícola e agropecuária, bem como é usada em alternativa de tráfego quando a Estrada do Feijão está engarrafada, por ser um caminho mais curto para o centro da cidade de Feira de Santana, sendo também usada para que os pequenos agricultores levem suas produções para o mercado consumidor (ASCOM, 2014), sendo a feira, então, o local que o resultado da produção agrícola e agropecuária tem por destino.

O termo feira vem do latim *feriae*, que significa: dias de folga, parada de trabalho, dia de mercado. A concepção da feira como dia de folga e parada de trabalho explica o site Origem da Palavra (2008), advém do fato de que na época medieval, as feiras realizadas se confundiam com a distração, havendo apresentação de músicos, malabaristas, dentre outras atrações.

Mas, o que é importante, aqui, é a aceção da feira como dia de mercado, que denota dia de trabalho, dia de compra, dia de venda e conseqüentemente, dia de encontros e reencontros entre pessoas que vem das mais diversas localidades, trazendo os mais diversos produtos para expor e cambiar; é o cotidiano se apresentando e se configurando como uma representação do humano, da vida, que mesmo diante das relações de produção do capital que possibilita a existência da feira, se impõe metamorfoseando sujeitos e coisas, produzindo um espaço social próprio no decorrer do tempo-espaço.

A feira tem início, no vilarejo que surge adjacente à capela, na Fazenda Olhos d' Água, a feira de Sant' Anna, que segundo Freitas (2015), obedece um calendário

---

<sup>9</sup> As matérias divulgadas pela assessoria de comunicação da prefeitura são: Prefeitura vai recuperar ponte, disponível em <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/noticias.asp?idn=5851> e; Iniciada recuperação de passagem molhada sobre o Jacuípe, que está disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/noticias.asp?idn=9549>

semanal permanente, sendo até 1854, realizada às terças-feiras, de 1854 a 1870 aos domingos, e a partir de 1870 passam a acontecer às segundas-feiras. Atualmente, o dia de mercado regional, como elemento do cotidiano feirense, no Centro de Abastecimento, permanece sendo na segunda-feira, já nos bairros a feira se inicia sábado à tarde e estende-se durante o domingo.

A compra e venda de gado foi a força motriz da feira, no seu início, nas terras feirenses. Era um comércio em que os animais eram negociados vivos e, que devido a posição estratégica de Feira de Santana no percurso do gado até a capital, foi se ampliando, consolidando e produzindo o espaço feirense (FOTO 6). Ao se referir a entrevista que teve com Machado (2012), Freitas (2015, p. 100) indica que

O comércio de gado era realizado no “Campo do Gado ou da Gameleira” que se localizava a aproximadamente um quilômetro ao norte da capela de Santana, local onde atualmente é a Praça D. Pedro II popularmente conhecida como Praça do Nordeste. Na década de 1950, é retirada do centro, sendo transferida para o Campo General Câmara - onde foram construídos currais modelos bem modernos para a época – essa área compreende atualmente a Praça do Fórum Filinto Bastos no centro da cidade, nas imediações da Praça da Kalilândia e Largo São Francisco, próximo ao Hospital Dom Pedro de Alcântara.

A feira do gado continua a crescer e depois segue para o Campo do Gado, atualmente nas proximidades do Shopping Boulevard (FREITAS, 2015). Hoje, o comércio do gado acontece no Campo do Gado Novo, em bairro de mesmo nome.

**Foto 6 – Feira de Santana: Feira do Gado – Campo General Câmara**



Fonte: Museu Casa do Sertão, s/d.

Mas, a feira tem a sua dinâmica própria e vai para além da comercialização do gado. A feira-livre foi o agente propulsor da expansão territorial inicial de Feira de Santana e que conseqüentemente foi permitindo a acumulação primitiva do capital entre a sua população, foi tornando Feira de Santana um centro de referência no comércio de produtos e trouxe, por conseguinte, a semente da urbanização. É uma expansão territorial do campo em direção à cidade, do rural em direção ao urbano.

O povoado, por conta das permutas e escambos, tornou-se uma referência e daí veio a formação do arraial de Santana da Feira, que devido ao desenvolvimento econômico alcançado “forçou a abertura de ruas adequadas ao trânsito de feirantes por toda parte. A população cresceu e as lojas foram aparecendo”. (IBGE, 1958, p. 226). O poder econômico e político que o arraial, por conta das suas atividades comerciais, alcançou fez com que em 18 de setembro de 1833 o seu território fosse desmembrado do município de Cachoeira, sendo criado o município feirense. Esse ato vai para além da criação do município apenas, é o momento em que Feira de Santana supera centros econômicos e políticos históricos, como Cachoeira e Santo Amaro da Purificação.

Deste território primitivo faziam parte a freguesia de São José das Itaporocas, Santa Ana do Camisão e Santíssimo Coração de Jesus do Pedrão. As duas últimas foram mais tarde desanexadas para constituir território de novos municípios de Ipirá e Pedrão. Após, quarenta anos da formação do município, por meio da Lei provincial nº 1.320, foi concedido o foro de cidade à sede municipal, com a denominação de Cidade Comercial de Feira de Santana. A Lei Provincial é o primeiro marco legal feirense no que concerne à delimitação do que é cidade e do que é o campo, ainda que pela negação: se aqui é a cidade, logo não é campo e vice-versa.

A denominação do município ainda foi alterada para Feira e posteriormente em 1938, para Feira de Santana. No entanto, o que não esteve ausente foi a feira que no decorrer do tempo foi se transformando e ampliando, cada vez mais. (FOTO 7).

Para Magalhães (2009, p. 28) a feira-livre que semanalmente se instalava nas ruas da cidade era a ligação mais comum com o passado, com o início rural da formação territorial de Feira de Santana, sendo também responsável por relações de sociabilidade, de negócios, de trabalho, “das quais, a Feira moderna e urbana, esforçava-se para se desvencilhar”.



**Foto 7 – A feira-livre**

Fonte: MAGALHÃES, 1968.

A feira se expande e divide espaço com o comércio formal da cidade como pode ser visto em 1968, na foto de Magalhães. O cruzamento entre as Avenidas Getúlio Vargas e Avenida Senhor dos Passos é o local central da feira, onde se expõem as mercadorias e se manifestam as relações do cotidiano feirense. No entanto, a Avenida Senhor dos Passos é o local de moradia das famílias ricas da cidade e onde também já se encontrava lojas formais e, o caráter popular e anárquico da feira-livre não combinava com o viés modernizante que esses agentes políticos desejavam para a urbana Feira de Santana.

Na matéria intitulada A Feira – Bagunça Homérica, do Jornal Folha do Norte de 24 de agosto de 1976, apresentada por Freitas (2015), a feira-livre é vista como algo passível de ser ordenado pelo poder público:

No começo da Av. Getúlio Vargas, se uma das pistas ficou livre, para os automóveis, a outra está superlotada de um imenso mercado de roupas, calçados e barracas de armarinhos. O pior de tudo é que os passeios são invadidos e ninguém tem por onde passar, salvo com grande dificuldade. Enquanto o Centro de Abastecimento não vem, a Prefeitura poderia impor mais ordem nas feiras livres, deixando livres os passeios e ordenando as barracas de modo a facilitar a vida dos que estão vendendo e livrar de

vexames enormes os que estão comprando ou simplesmente procuram meios de se movimentar. (JORNAL FOLHA DO NORTE, 24/08/1976, p. 2).

Magalhães (2016) relata, em entrevista, que o desejo de organizar a urbe faz com que o então prefeito José Falcão da Silva, entre 1973 ou 1974, o contrate para sobrevoar a cidade e fotografar espaços em que o Centro de Abastecimento de Feira de Santana (CAF) de Feira de Santana pudesse ser construído (FOTO 8): é o fotógrafo, na condição de sujeito da produção do espaço.

### **Foto 8 – Feira de Santana e as discontinuidades entre o rural e o urbano**



Fonte: MAGALHÃES, 197-.

Entre as fotos entregues ao prefeito José Falcão da Silva, encontrava-se a foto 8 onde é possível ver as discontinuidades entre o rural e o urbano no espaço feirense, no início da década de 1970.

Para fazer essas fotos áreas eu subia em um teco-teco. Algumas vezes, subia amarrado em uma corda porque retirávamos a porta para poder fotografar. [...]em qual ponto está localizado o Centro de Abastecimento nessa foto eu não lembro, mas posso te garantir que ele está nesse imenso descampado, que até possuía algumas lagoas. (ENTREVISTA MAGALHÃES – 2016).

Após a escolha da área, é a Construtora Norbert Odebrecht que prossegue com as obras do Centro de Abastecimento de Feira de Santana. A feira continua viva e intensa no centro da cidade e permanece até a semana anterior da primeira feira no empreendimento. Esse último momento da feira não passou despercebido pelo fotógrafo Magalhães, que com a sua câmera registrou no centro da cidade de Feira de Santana (FOTO 9).

**Foto 9 – A última feira-livre no centro de Feira de Santana**



Fonte: MAGALHÃES, 1977.

Foi no dia 11 de janeiro de 1977, a data em que a última feira foi realizada no centro de urbano de Feira de Santana.

Para o fotógrafo, portanto, a feira integrava-se à cidade sem conflitos, e assim ela foi apresentada: uniforme, autônoma, coesa. Não lhe interessou, nesse recorte, assinar qualquer detalhe: o comércio desse ou daquele produto, a simplicidade ou mesmo a precariedade das barracas, uma eventual confusão, qualquer empecilho criado por aquela aglomeração. Pelo contrário, nas imagens, a Feira é um ente a ocupar os espaços em sua plenitude, reivindicando ruas e praças, transformando-se, por fim, na cidade. (MAGALHÃES, 2009, p. 92).

Para pôr fim à feira o governo municipal teve que pensar e viabilizar a construção do complexo do Centro de Abastecimento, que foi inaugurado em 07 de novembro de 1976, pelo prefeito José Falcão da Silva (FOTO 10).

**Foto 10 – Centro de Abastecimento de Feira de Santana (CAF) em 1976**



Fonte: MAGALHÃES, 1976.

**Foto 11 – Centro de Abastecimento de Feira de Santana em 2015**

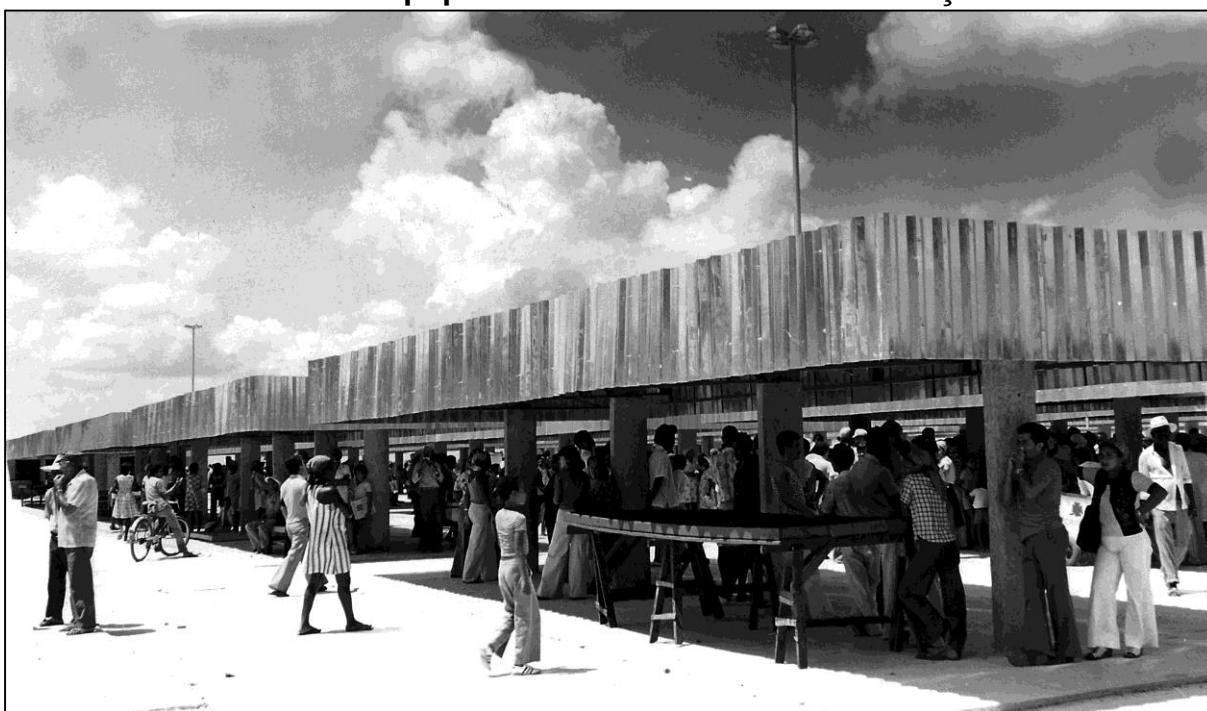


Fonte: AUGUSTO, 2015.

A foto 11 é propositalmente colocada adjacente a foto 10 para mostrar como a descontinuidade entre o campo e a cidade evidenciados na foto 8 é inexistente no ano de 2015. Na foto 8, percebe-se a cidade separada por um vasto campo, alguns anos depois com a construção do Centro de Abastecimento percebe-se o efeito que a construção de um grande empreendimento traz ao espaço, pois é possível ver muitas outras construções adjacentes ao complexo, tendo-se em vista que este espaço se valorizou e conseqüentemente o seu valor de troca passou a ser maior. Em 2015, na foto 11, é possível ver a ampliação do Centro de Abastecimento e o grande contingente de imóveis comerciais que o cerca na parte superior da imagem, sendo que a esquerda e na parte inferior os imóveis são residenciais. À direita, do Centro de Abastecimento, situa-se a Estação de Transbordo de Feira de Santana e a recente passarela que foi construída para permitir que os transeuntes possam sair da estação em direção ao Centro de Abastecimento e vice-versa.

O conjunto da obra do Centro de Abastecimento (CAF), em 1976, foi de 13 mil m<sup>2</sup>, sendo 8 mil m<sup>2</sup> em área coberta, a sua construção foi financiada pelo Banco do Nordeste (MAGALHÃES, 2009). A primeira feira no empreendimento aconteceu no dia 15 de janeiro de 1977, sendo que os feirantes e populares fizeram o reconhecimento das instalações no dia 07 de novembro de 1976 (FOTO 12).

**Foto 12 – Feirantes e populares reconhecendo as instalações do CAF**

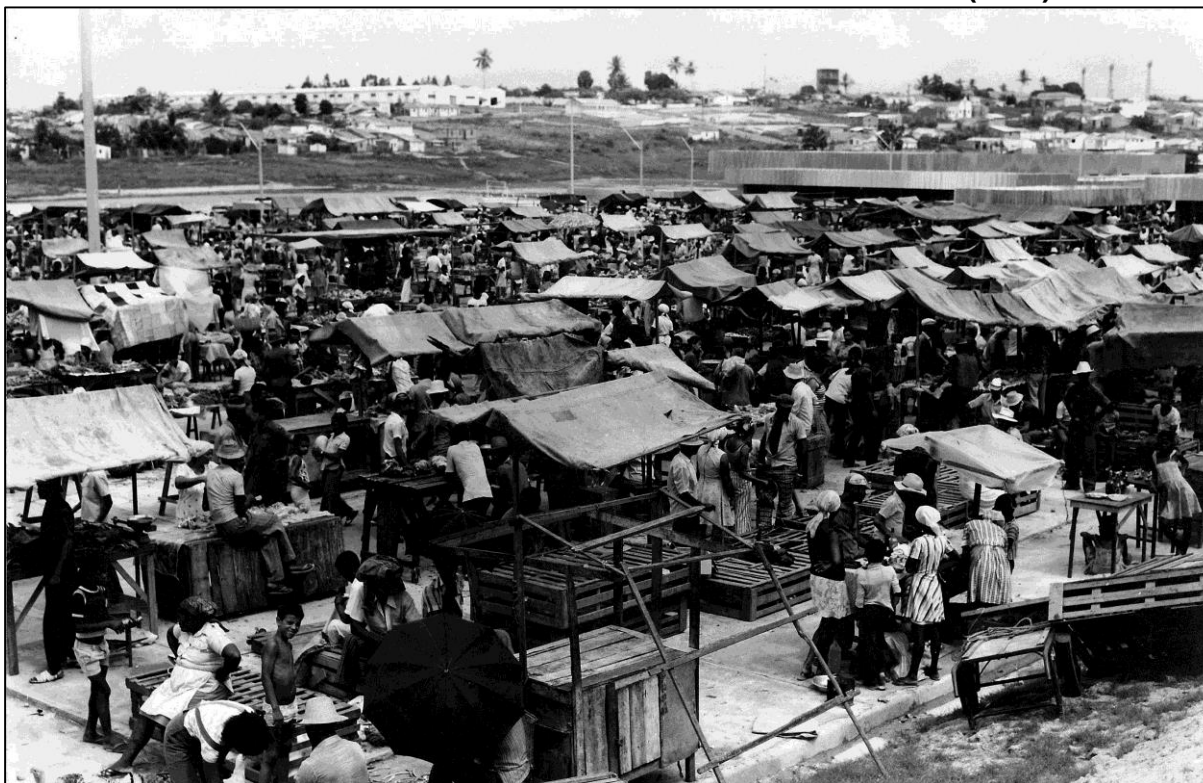


Fonte: MAGALHÃES, 1976.

É interessante como o enquadramento fotográfico pode mostrar sobre o mesmo objeto realidades tão distintas a depender do interesse que se tem. À guisa de comparação tem-se a foto 13 que mostra a o Centro de Abastecimento de um ângulo diferente na sua primeira feira em 1977.

A organização do CAF é a ênfase da fotografia 12. Como Magalhães (2016), em entrevista, falou: “a primeira foto é pró governo é a da assessoria de comunicação da prefeitura. Já a segunda foto é a da oposição, que dirá que mesmo no Centro de Abastecimento a bagunça e a desordem continua, (risos)”. Na foto 13, é possível ver na parte superior a direita a mesma estrutura metálica que está em evidência no primeiro plano na foto 12.

**Foto 13 – Primeira feira no Centro de Abastecimento (CAF)**



Fonte: MAGALHÃES, 1976.

“Parte visceral do complexo feira-livre, o mercado de carnes deveria ter sua funcionalidade redirecionada para se adaptar ao ‘novo’ e desimpedido centro comercial da cidade” (MAGALHÃES, 2009, p. 116). Com a retirada da feira-livre do centro urbano o Mercado Municipal, deixa de ser o local onde se comercializava carnes e, após uma reforma iniciada em 1977, converte-se num Mercado de Arte Popular.

Mas, e os feirantes, de onde eles vinham e para onde eles iam após o término de um dia de feira? A sequência de imagens da feira é finalizada com o que Magalhães (2009) definiu como uma das “expressivas imagens produzidas” pelo fotógrafo Magalhães. Mesmo com a feira no Centro de Abastecimento recém-inaugurado, a Feira de Santana urbana ainda presenciava como que em forma de resistência o cortejo de feirantes ao fim de um dia de um dia de mercado. (FOTO 14).

**Foto 14 – Primeira feira no Centro de Abastecimento de Feira de Santana (CAF)**



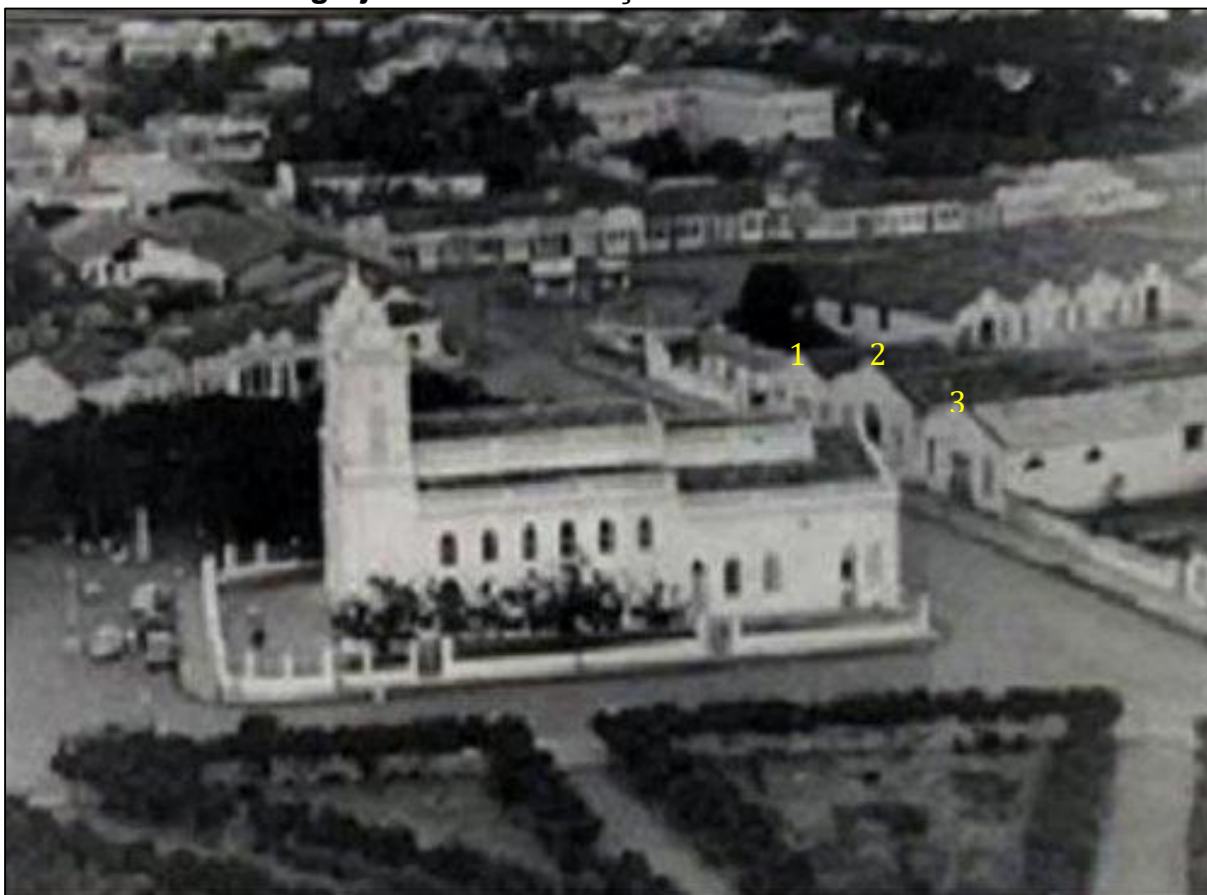
Fonte: MAGALHÃES, 1977.

A fotografia de Magalhães mostra, em meio ao espaço urbano que se expande, um grupo de feirantes, após a primeira feira no Centro de Abastecimento, que enfileirados retornam para as zonas rurais limítrofes da cidade, montados em animais de carga, em que o cavalgar dos animais mescla-se com o som dos automóveis e não mais pode ser ouvido na sua plenitude. É como se pela primeira vez esses feirantes, que tanto contribuíram para o crescimento econômico da cidade, estivessem dessintonizados com a cidade (MAGALHÃES, 2009).

A nova cidade, que anseia o moderno, agora livre da feira, ignora nas entrelinhas o modo de viver rural e os feirantes, que desde os primórdios dividiram o mesmo espaço e tornaram o arraial em cidade. Feira de Santana, agora, já não é mais da feira.

Em junho de 1865, por meio do Decreto Imperial nº 1.242, D. Pedro II autoriza a construção da linha férrea para interligar Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cacheira pela Estrada de Ferro Central da Bahia à Cidade Comercial de Feira de Santana, com 48 km de extensão e foi inaugurado em 02 de dezembro de 1876. A Estação Férrea de Feira de Santana ficava atrás da Igreja Matriz da cidade, onde era basicamente o limite da zona urbana na época, conforme a foto 15.

**Foto 15 – A Igreja Matriz e a Estação Férrea de Feira de Santana**



FONTE: SITE ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. Autor desconhecido. Modificado pelo autor.

Na foto 15, pode-se ver ao centro a Igreja Matriz e ao fundo da igreja um conjunto de três prédios (identificados com os números 1, 2 e 3) que compunham a Estação Férrea de Feira de Santana. A implantação das ferrovias na Bahia ocorreu, segundo Zorzo (2000) com relativo pioneirismo dentro do quadro nacional, já na década de 1850. As ferrovias foram construídas segundo a visão expansionista, em que os produtos agrícolas seriam transportados para pontos estratégicos da costa por meio de dois tipos de vias férreas, “uma, do interior para as cidades dotadas de portos fluviais tais como as cidades do Recôncavo, outras, do interior para os núcleos mais



importantes do litoral e, desses pontos, por navegação para o porto da capital” (ZORZO, 2000, p. 100).

A estrada férrea Brazilian Imperial Central Bahia Railway Company (1875) foi a mais integradora das estradas, seu trajeto era direcionado aos sertões centrais da Bahia e do Brasil via Chapada Diamantina, ligando o Recôncavo com o alto sertão (ZORZO, 2000). Nesse processo, de expansão das estradas férreas, o antigo traçado do caminho das boiadas, as estradas de gado, teve papel muito importante, haja vista Zorzo (2000) afirmar que a construção da estrada de ferro seguiu exatamente o seu traçado. A construção das linhas férreas, ainda segundo o autor, devido à circulação alcançada foi fundamental para o desenvolvimento da produção regional, aumentou o número de unidades agrícolas e assentamentos urbanos.

Em 1942, com a remodelação geral das linhas da região, o trecho entre Conceição de Feira e Feira de Santana passou a ser um ramal, que foi extinto oficialmente em maio de 1975, mas que não operava, pelo menos com passageiros, desde 1964 (ESTAÇÃO FERROVIÁRIA, 2013).

Em 1958, a estação de Feira de Santana foi desativada e uma nova estação foi construída em ponto mais afastado, isolado na época, denominada Estação Nova que se localizava, onde atualmente é a Avenida João Durval Carneiro, no Bairro Ponto Central, mas que nunca foi utilizada. A velha estação passou a servir de depósito da Prefeitura e depois foi abandonada (ESTAÇÃO FERROVIÁRIA, 2013). No final dos anos 1960, a estação velha foi demolida e no seu lugar foi construída a Praça Garrastazu Médici, no período da ditadura militar (FOTO 16).

Para Zorzo (2000, p. 114), o momento de supressão das empresas ferroviárias e, conseqüentemente, das linhas férreas, ocorreu no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, e essa desativação acontece porque “o capital comercial não necessitava mais da ferrovia para reproduzir-se”.

Foto 16 – Praça Garrastazu Médici



Pc. Da Matriz - 1975 - FSA - BA

Pc. Da Matriz - 1975 - FSA - BA

Fonte: MAGALHAES, 1975.

Na foto de Magalhães (1975), pode-se ver ao centro a Igreja Matriz e diferentemente da foto anterior não existe mais o prédio da Estação Férrea de Feira de Santana. No seu lugar está a Praça Garrastazu Médici. O prolongamento da praça em direção a parte superior e central da foto 16 visualiza-se três vias. Da direita para esquerda tem-se, para os dias atuais: a Rua Papa João XXIII, a Rua Dr. Araújo Pinho e a Rua Senador Quintino, que no sentido da imagem seguem para a direção do Casarão da Fazenda Olhos d' Água. Sobre a Rua Senador Quintino ela era a via de acesso carroçal em direção à capital, antes da construção da estrada Bahia-Feira. Sobre a Rua Papa João XXIII tem um fato curioso que o transporte alternativo para à cidade de Cachoeira e Conceição da Feira saem da parte inicial dessa rua, como se fosse a continuidade da linha férrea que interligava esses espaços antigamente.

No ano de 1994, com na gestão do prefeito José Raimundo Pereira de Azevedo, que o Camelódromo denominado de Feiragui<sup>10</sup> foi instalado na Praça Garrastazu Médici (FOTO 17).

**Foto 17 – Praça Garrastazu Médici**



Fonte: SITE SKICRAPERCITY. Autor desconhecido, 2016.

<sup>10</sup> O nome do camelódromo se tornou Feiragui porque os camelôs comercializam produtos feitos na China que compravam no Paraguai.

Desta vez, nos fundos da Igreja da Matriz, tem-se o Camelódromo Feiraguai. Sobre a compressão temporal que vai da ida dos feirantes aos vendedores ambulantes na cidade em 2015, Santos (2016, p. 149) identificou o que denomina de “três movimentos repetitivos”. Para o autor, esses movimentos podem ser expressos da seguinte forma: 1 final da antiga feira-livre e a inauguração do (CAF); 2 retorno dos feirantes para as áreas centrais que levou ao surgimento da feira do brechó ou do rolo, como era mais conhecida, que culminou na criação do Feiraguai e; o movimento 3 que consiste na proposta de retirada dos camelôs e vendedores informais que, mais uma vez, retornaram ao centro da cidade, sendo desta vez proposta a criação de um shopping popular em parceria público privada com a iniciativa privada<sup>11</sup>.

Nos três momentos, apontados por Santos (2016) o que se percebe é a interferência do Estado na formação do espaço urbano, o remodelando e o reconfigurando de acordo com os novos interesses econômicos e desenvolvimentistas que se tem para o município, sendo que mesmo em diferentes tempos os históricos os interesses hegemônicos podem se repetir no que concerne a produção do espaço.

Na década de 1920, produziu-se no sistema viário baiano uma grande euforia rodoviária (ZORZO, 2000). Essa sensação ocorreu em função da aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em 1917, do primeiro plano rodoviário, que autorizava a construção de estradas de rodagem ligando centros produtores a mercados consumidores, estradas de ferro, rios navegáveis ou portos de mar.

O resultado desse plano afirma Zorzo (2000) foi o início da primeira estrada de rodagem moderna da Bahia, a estrada Bahia-Feira, que tornou-se a principal conexão terrestre da capital ao sertão, sendo o trecho final inaugurado em 1929 (FOTO 18). No entanto, o recebimento da cobertura asfáltica na estrada somente aconteceu na década de 1950. Para Zorzo (2000, p. 109) com a construção da estrada Bahia-Feira “uma grande mudança estava em jogo”, sendo essa mudança a preferência pelo modal rodoviário que “se alastrou como uma febre política”.

Para se ter uma ideia da expansão rodoviária, sete anos depois da aprovação do plano rodoviário, Zorzo (2000) ao falar sobre o engenheiro José Americano da Costa, em 1924, traz que nos seus registros treze estradas de rodagem construídas

---

<sup>11</sup> Para saber mais sobre o Shopping Popular ver a matéria veiculada no site Acorda Cidade: <http://www.acordacidade.com.br/noticias/152861/shopping-popular-de-feira-de-santana-deve-ficar-pronto-em-2017.html>. Acessada em 06/02/2016.

ou estavam em preparo, dessas três tinham Feira de Santana como um dos destinos: Capital a Feira de Santana (143,7 km), Feira de Santana a Monte Alegre (180 km), Feira de Santana a Berimbau (10 km).

**Foto 18 – Estrada Bahia-Feira**



Fonte: IBGE. Autor desconhecido, s/d.

A mudança apontada por Zorzo (2000) é corroborada por Fraga (2010) que afirma ter ocorrido transformações aceleradas no Recôncavo baiano na década de 1940.

Naquela época as estradas de rodagens criaram outros percursos ligando a capital com o interior. O caminhão foi substituindo os saveiros e os vapores que singravam os grandes rios da região. As estradas de rodagens deram projeção a Feira de Santana, Cruz das Almas e Alagoinhas em detrimento de antigos portos fluviais como Cachoeira, São Félix e Santo Amaro. (FRAGA, 2010, p. 16).

O sistema rodoviário, a partir da década de 1950, acaba por consolidar a hegemonia de Feira de Santana como principal centro do interior baiano e faz com que sem a navegação a vela, nem os velhos navios de cabotagem, Salvador perca grande parte de seu vínculo com o Recôncavo, com suas águas, com o mar (FRAGA, 2010).

O sistema de ferrovias que segundo Zorzo (2000, p. 109) aparentemente não entrava no incipiente *boom* rodoviário foi decisivo para o desenvolvimento deste

modal, “pois o conjunto de vias férreas deu consistência ao sistema rodoviário em implantação na Bahia”. A ferrovia possibilitou em grande quantidade os caminhos de ligação que faziam parte dos planos rodoviários, reitera Zorzo (2000).

Pode-se inferir, então, que as estradas das boiadas que direcionaram os trajetos das ferrovias, também são por consequência o elemento base da estruturação das rodovias, tendo em vista que elas se fundamentaram no que concerne ao trajeto nos caminhos férreos existentes. E assim, o trinômio Estrada de gado – Ferrovia – Rodovia permite a estruturação do maior entroncamento rodoviário de todo Norte-Nordeste.

Posteriormente, a estrada Bahia-Feira, passa a ser denominada BR-324 e sofre várias reformas, tornando-se atualmente uma estrada asfaltada, duplicada e pedagiada. É ainda a principal via de contato entre Feira de Santana e a capital Salvador e segundo o relatório de tráfego mensal<sup>12</sup> da Concessionária Via Bahia, no mês de maio de 2016, o fluxo de veículos no trecho Feira de Santana – Salvador, na BR 324 foi de 2.117.903 veículos (FOTO 19).

**Foto 19 – BR 324, sentido Feira de Santana-Salvador em 2015**



Fonte: FREITAS, 2015.

---

<sup>12</sup> Para ter acesso ao relatório de tráfego das rodovias concessionadas à empresa via Bahia, desde o ano de 2011, ver o link: [http://www.viabahiasa.com.br/wp-content/uploads/2016/08/julho\\_2016.pdf](http://www.viabahiasa.com.br/wp-content/uploads/2016/08/julho_2016.pdf)  
Acesso em: 02/06/2016.

A urbanização aflora em Feira de Santana cada vez mais expressivo o efetivo demográfico, conforme tabela 1.

**Tabela 1 – População em Feira de Santana entre 1872 e 1950**

<b>ANO</b>	<b>HABITANTES</b>
1872	32.955
1892	13.862
1900	61.758
1920	77.600
1940	83.453
1950	107.205

Fonte: IBGE, 1956

Em 1950, dos 150 municípios baianos apenas quatro municípios tinham população superior a cem mil habitantes e entre esses municípios estava Feira de Santana, como pode ser visualizado na tabela 2.

**Tabela 2 – Municípios com população superior a 100 habitantes na Bahia, em 1950**

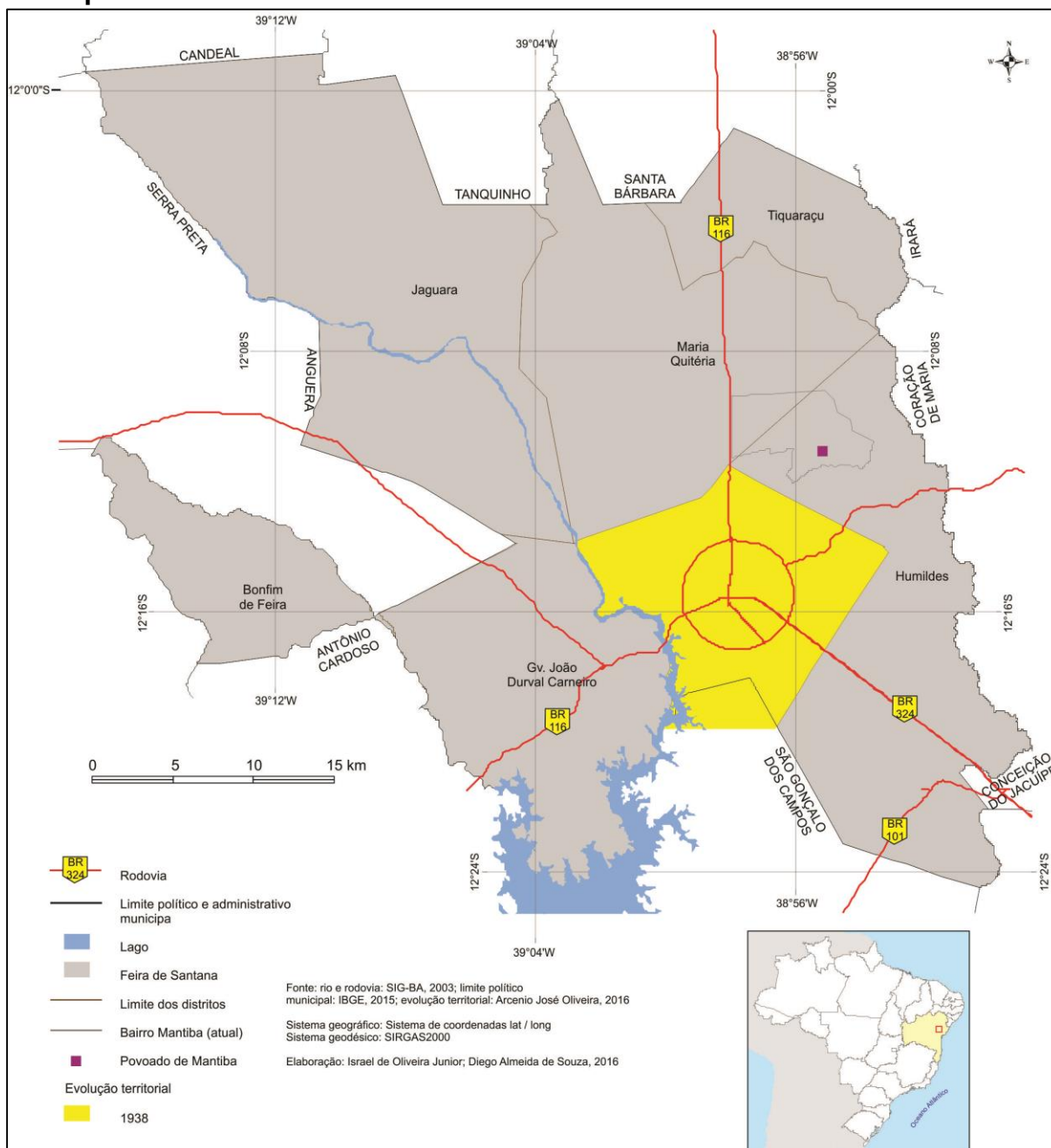
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>HABITANTES</b>
Salvador	417.235
Itabuna	147.240
Ilhéus	134.240
Feira de Santana	107.205

Fonte: IBGE, 1956

Em primeiro lugar a capital, Salvador, que é seguida por Itabuna e Ilhéus que alçaram um grande número populacional em função da atividade cacaueteira que em decênios anteriores alcançou o apogeu econômico. E em quarto lugar Feira de Santana, que a cada censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela-se como um município que exerce atração populacional. De acordo com o IBGE (1956), dos 107.205 habitantes, 56.459 eram mulheres e 50.746 eram homens, desses 22.697 localizavam-se nos quadros urbanos, 11.580, nos suburbanos e 72.928, na zona rural, correspondendo aos seguintes percentuais: urbano 21%, suburbano 11%, rural 68 %. Ainda que os percentuais referentes a população urbana sejam significativos, o percentual rural é duas vezes maior.

Em 1950, a divisão territorial de Feira de Santana, é fundamentada no Decreto Municipal nº 14, de 1938, que fixa os limites da zona urbana, suburbana e rural da cidade e interdistritais (MAPA 3).

**Mapa 3 – Distrito sede de Feira de Santana e os demais distritos em 1938**



No mapa 2 fica evidenciado como o distrito sede de Feira de Santana é pequeno em relação ao território total do município. Sobre os seus limites traz o Decreto Municipal nº 14 que a:



Zona urbana fica compreendida entre as ruas Voluntários da Pátria, Bom Gosto, Visconde do Rio Branco, extremos da Avenida Araujo Pinho, Olhos d'Água, Praça Padre Ovídio e Rua 24 de Maio.

Zona suburbana limita-se por uma linha, partindo do Tanque do Urubú ao Campo Limpo; d'ahi a Lagõa do Prato Raso; d'ahi ao Ponto Central e deste ao Tomba, e d'ahi ao ponto de partida, no Tanque do Urubú.

Zona rural limita-se com o distrito de Humildes por uma linha que partindo da Lagõa de Brotas á nascente do Rio Subahé, á Lagõa do Registro pelo riacho do mesmo nome vae até a passagem do Zabelé, no Rio Pojuca e por este acima até encontrar os limites dos Municípios de Coração de Maria e Irará, até a passagem do Mucambinho. Com o distrito de São José, deste ponto a Lagõa do Pombinho ao Brejo de Cannavieiras; d'ahi a Ponte do Rio Branco no Rio Jacuhype. Com o distrito de Ipuauçu, ex-Gameleira da Ponte do Rio Branco, Rio Jacuhype abaixo, até o bebedouro do Sabino; d'ahi pelos limites com o município de São Gonçalo até o ponto de partida. (PREFEITURA MUNICIPAL, 1938, p. 1-2).

Em 1956, segundo o IBGE (1958) havia em Feira de Santana, 154 logradouros, dos quais, 10 avenidas e praças pavimentadas com paralelepípedos, 82 ruas pavimentadas com pedras regulares e terra melhorada, além de 13 travessas e becos.

No período posterior a 1930, segundo Poppino (1968), momento que as redes de estradas estavam rapidamente estendendo-se por todo o Brasil, a aviação comercial desenvolvia-se com igual rapidez. A importância do domínio do ar durante os anos de guerra, na Primeira Guerra Mundial, despertou o interesse pela aviação no Brasil (POPPINO, 1968). Isso fez com que em 1941, Assis Chateaubriand juntamente com Joaquim Pedro Salgado Filho, então Ministro da Guerra do governo Vargas promovessem a Campanha Nacional da Aviação, com o lema: Deem asas ao Brasil, na qual foi criada a maioria dos aeroclubes da época pelo interior do Brasil. Essa campanha é seguida de um decreto presidencial que determinou a construção de um campo de emergência em cada município do país.

“Em consequência desse decreto inaugurou-se um aeroporto em Feira de Santana organizou-se um aeroclube na cidade, adquiriram-se vários aeroplanos leves e projetou-se uma linha de táxis aéreos entre Feira de Santana e a Capital” (POPPINO, 1968, p. 216) (FOTO 20).

Nos primeiros tempos o clube desenvolveu grande atividade. Segundo Hideobrande Oliveira de Miranda, que foi presidente do aeroclube em Feira de Santana, em entrevista, em 2016, o uso do campo de aviação em Feira de Santana, era na sua maioria por militares. “o Ministério da Aeronáutica usava o campo e aviação daqui para treinamentos de paraquedismo, aqui foi considerada a principal área para saltos de paraquedas”.

**Foto 20 – Campo de Aviação em Feira de Santana**



Fonte: MIRANDA, 2016.

Na foto 20, segundo Miranda (ENTREVISTA, 2016), aconteceu a inauguração do Hangar, no campo de pouso, em Feira de Santana. “Nessa foto está presente Assis Chateaubriand, ele veio para inauguração e até segurou uma de minhas filhas no colo”. Em 1950, o campo de pouso que tinha três aeronaves, passou a ter somente uma aeronave. “Isso aconteceu quando eu sai da presidência do aeroclube, as diretorias que me sucederam fizeram besteira e o ministério da Aeronáutica tomou as três aeronaves. Depois reassumi e consegui uma das aeronaves”. Em anos posteriores, o campo de pouso, com o hangar, caiu em no abandono, sendo o seu funcionamento até o início dos anos 80.

O campo de pouso, era instalado no atual bairro do Campo Limpo, sendo limite com o bairro George Américo, que tem denominações de ruas que lembram a existência do extinto campo de aviação são as ruas: Aeroclube, Aeroporto, Aviação, Campo de Aviação, Espaçonave e Paraquedista (FOTO 21).

O Conjunto Residencial George Américo surge em 28 de novembro de 1987, quando a população, organizada por lideranças, ocupa a área do antigo campo da aviação, localizada no bairro Campo Limpo. É o primeiro registro de ocupação guiada por movimentos sociais em Feira de Santana (FREITAS, 2015).

**Foto 21 – Material de Construção no lugar do hangar**



Fonte: O autor, 2016. Pesquisa de campo.

Na foto acima, tem-se o local exato de onde era o hangar exposto na foto anterior. O local é hoje um material de construção e segundo o proprietário ele não possuía, nenhum registro ou imagem do extinto hangar. A transformação espacial foi completa. O antigo campo virou bairro e o hangar virou um material de construção.

Sobre a construção do aeroporto, Miranda (ENTREVISTA, 2016) afirma que aconteceu em função da sua proximidade com João Durval Carneiro.

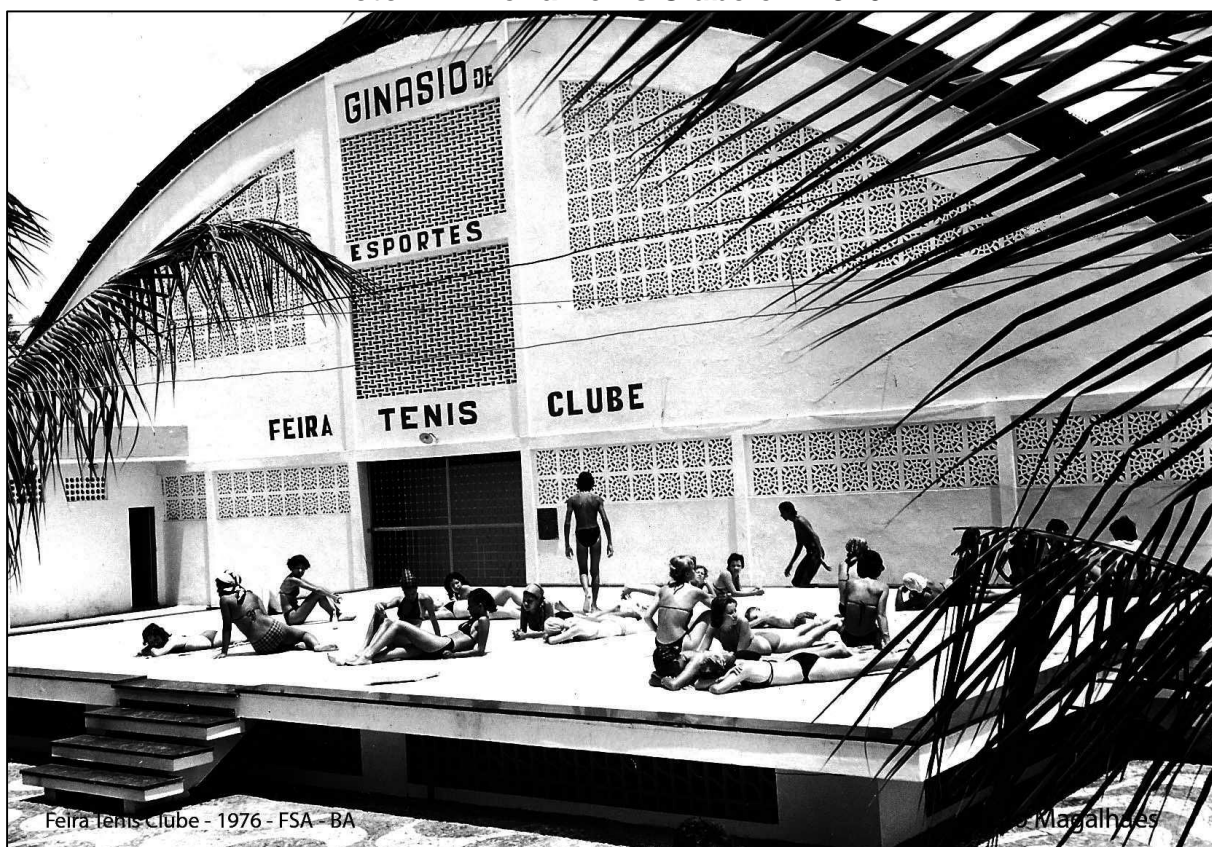
O doutor João Durval me disse que se eleito me daria um aeroporto novo para administrar. Então, ele foi eleito e me chamou e disse: pode providenciar, você tem carta branca para localizar uma área para a gente fazer o aeroporto, você localiza a área e eu mando o pessoal medir a área e verificar se lá é ideal para fazer o aeroporto. Nessas escolhas, eu cheguei a escolher três áreas. A última foi a que o presidente do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, me chamou e disse que estava disposto a doar para a construção do aeroporto. E lá foi aprovado a construção do aeroporto. Você vê esse movimento de Feira de Santana até o aeroporto, aquelas casas construídas, apartamento, tudo aquilo ali, foi por minha causa. Eu tenho a honra de dizer que aquele beneficiamento de toda aquela área até chegar no aeroporto, foi eu o principal causador. [...] o doutor Angelo Calmon comprou avião e usou muito esse aeroporto, usou muito!

Miranda conta ainda que lhe ofereceram dinheiro para que mudasse a estrada do aeroporto de lugar, ao invés do percurso atual, que a estrada fosse pelo areal, que saia na bancada do trem, próximo ao cemitério São João Batista, no bairro Papagaio,

hoje. A fala de Miranda aponta como as relações e interesses pessoais, tem influência e determina a produção do espaço.

A vida cultural de Feira de Santana não passaria incólume ao crescimento econômico vivido pela cidade. Em 1945 os médicos da cidade estabeleceram a Seção Feirense da Associação Baiana de Medicina, lá organizavam a categoria e discutiam as mazelas, e moléstias da saúde sertaneja. Em 1947, foi fundada a primeira rádio da cidade, a Sociedade, em 1950, a segunda, a Cultura. Também, existia na cidade três filarmônicas: a Vitória, a 25 de Março e a Euterpe Feirense. Havia, ainda, o colégio privado, Santanópolis e os Cine Teatro Íris e Cine Euterpe. A inauguração do Feira Tênis Clube, por sua vez, ocorreu em 1944. (Foto 22).

Foto 22 – Feira Tênis Clube em 1976



Feira Tênis Clube - 1976 - FSA - BA

FONTE: MAGALHÃES, 1976.

Ao longo dos anos, segundo Simas (2015), o Feira Tênis Clube (FTC) foi peça importante na vida social, esportiva, cultural e artística desta cidade. O FTC era o lugar para a diversão, oferecendo um equipamento privado capaz de produzir lazeres para a população abastada da cidade. No FTC, aconteciam ainda os bailes momescos, festas juninas, réveillon e as *matinéas* em que as pessoas se reuniam para dançar.

Nos salões do clube aconteceram bailes de formatura, concursos de beleza, convenções comerciais, encontros políticos, palestras e assembleias de entidades diversas.

“Graças ao Tênis, nos seus salões para boates e no ginásio de esportes para desfile de atrações, a Feira de Santana conheceu grandes astros e conjuntos da MPB desde o rei Roberto Carlos e a rainha Rita Lee” (SIMAS, 2015, p. 01).

Na foto 22, do fotógrafo Magalhães, é possível ver as pessoas tomando banho de sol no clube, no seu período áureo. De clube aristocrático, o FTC tornou-se na contemporaneidade um estacionamento (FOTO 23).

**Foto 23 – Feira Tênis Clube – hoje**



Fonte: O autor, 2016. Pesquisa de campo.

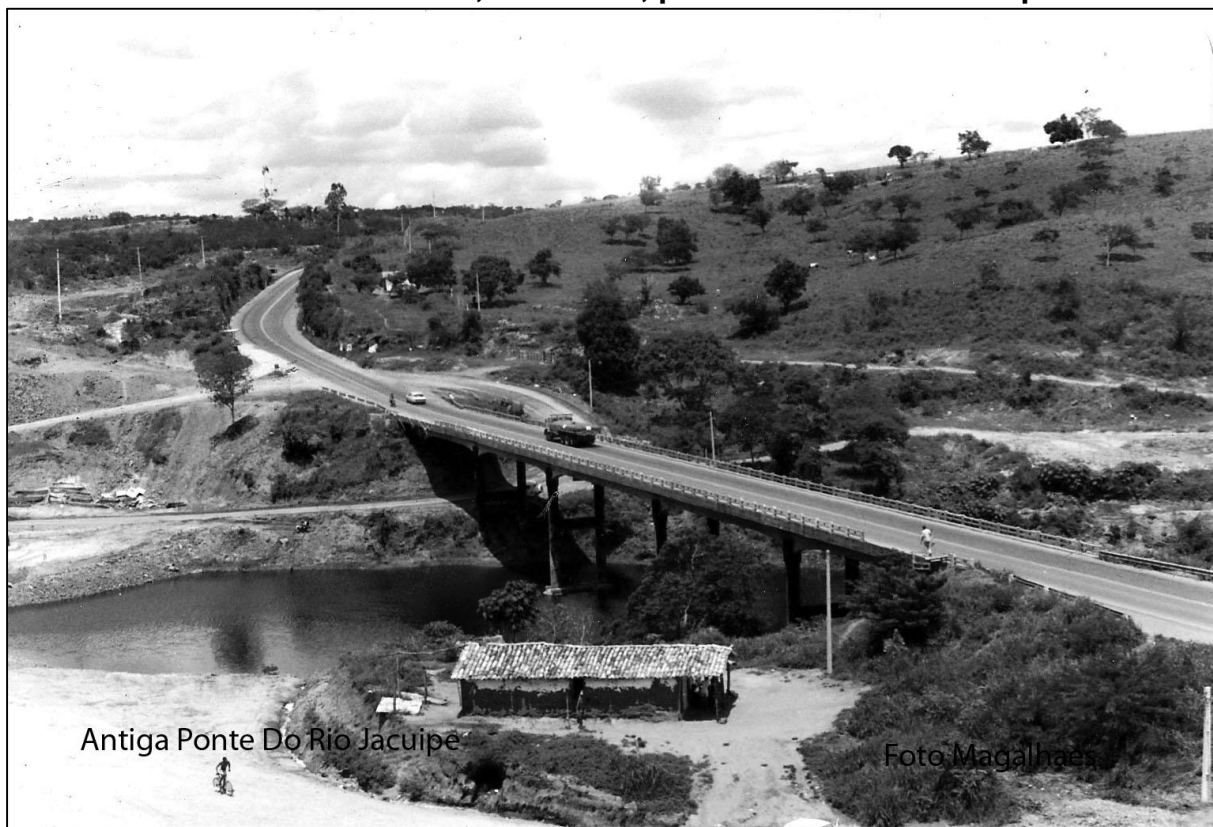
Devido a uma ação judicial de um funcionário requerendo dívidas trabalhistas, o FTC foi a leilão por 1,6 milhões de reais, em 12 de setembro de 2013 (CRUZ, 2013). As dívidas trabalhistas do clube chegavam a R\$ 400 mil reais e nos últimos anos o clube vinha se mantinha por meio da locação do espaço para eventos.

O espaço do clube havia sido declarado como de utilidade pública, desde 2003, sendo sua área de aproximadamente 15 mil metros quadrados.

A dinâmica que metamorfoseia o espaço continua e após 1956 ocorre um “forte crescimento demográfico na cidade, impulsionado muito provavelmente pela seca de fins da década de 50, início de 60 e pela construção das diversas rodovias que viriam

transformar Feira de Santana num anel rodoviário”. (LOBÃO, 2004, p. 06). Dentre essas rodovias tem-se a BR-101 e a BR-116, também conhecida como Rio-Bahia (FOTO 24).

**Foto 24 – BR-116 Sul, Rio Bahia, ponte sobre o Rio Jacuípe**



Fonte: MAGALHÃES, 196-.

Ainda pode ser percebido na foto de Magalhães uma Feira de Santana rural, com grandes propriedades e muitas árvores. Devido a sua dinâmica comercial e o grande número de veículos que passaram a circular pelo local a antiga ponte Rio Branco foi desativada e teve-se início a construção dessa nova ponte sobre o Rio Jacuípe em conjunto com a BR-116.

Para Lobão (2004) a construção das BRs 101, 116 e a duplicação da BR-324 na década de 1970 explica a alta taxa de ampliação do espaço urbano obtida no período, apesar da existência de espaços menos adensados no município de Feira de Santana, como na imagem de Magalhães.

E essa mesma ponte, passa a partir do ano de 2013, por uma ampliação (FOTO 25). No projeto tem-se previsto a duplicação da ponte sobre o Rio Jacuípe e a duplicação da BR-116 Sul, no trecho situado em Feira de Santana.

**Foto 25 – BR-116 Sul, Rio Bahia, ponte sobre o Rio Jacuípe em 2013**



Fonte: AUGUSTO, 2013. Modificado pelo autor.

A duplicação da ponte envolve recursos da ordem de R\$ 16 milhões (AUGUSTO, 2013). O cronograma de execução da obra, definido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), estipula para outubro de 2014 a data de conclusão, apenas da ponte. Até setembro de 2015 as obras referentes a duplicação do trecho da BR 116 Sul, em Feira de Santana ainda não havia sido concluída.

Como sujeitos a serem beneficiados com a obra, Augusto (2013) destaca os moradores do distrito Governador João Durval Carneiro, os futuros moradores do condomínio Alphaville, além dos moradores de distritos mais distantes, a exemplo de Senhor do Bonfim.

Essa fotografia é interessante por mostrar alguns elementos significativos a discussão que se propõem este texto. Mais à direita da fotografia, a ponte e a extensão da BR-116 Sul (letra a), na parte superior da imagem a mancha urbana da cidade de Feira de Santana (letra b), na parte central e inferior o condomínio, de alto padrão, Alphaville (letra c), que se implanta as margens do Rio Jacuípe (letra d), contendo 533 lotes residenciais e outros 12 comerciais, em uma área total de 440.843 m<sup>2</sup>. Segundo notícias veiculadas nos jornais A Tarde (2013) e Grande Bahia (2013), o

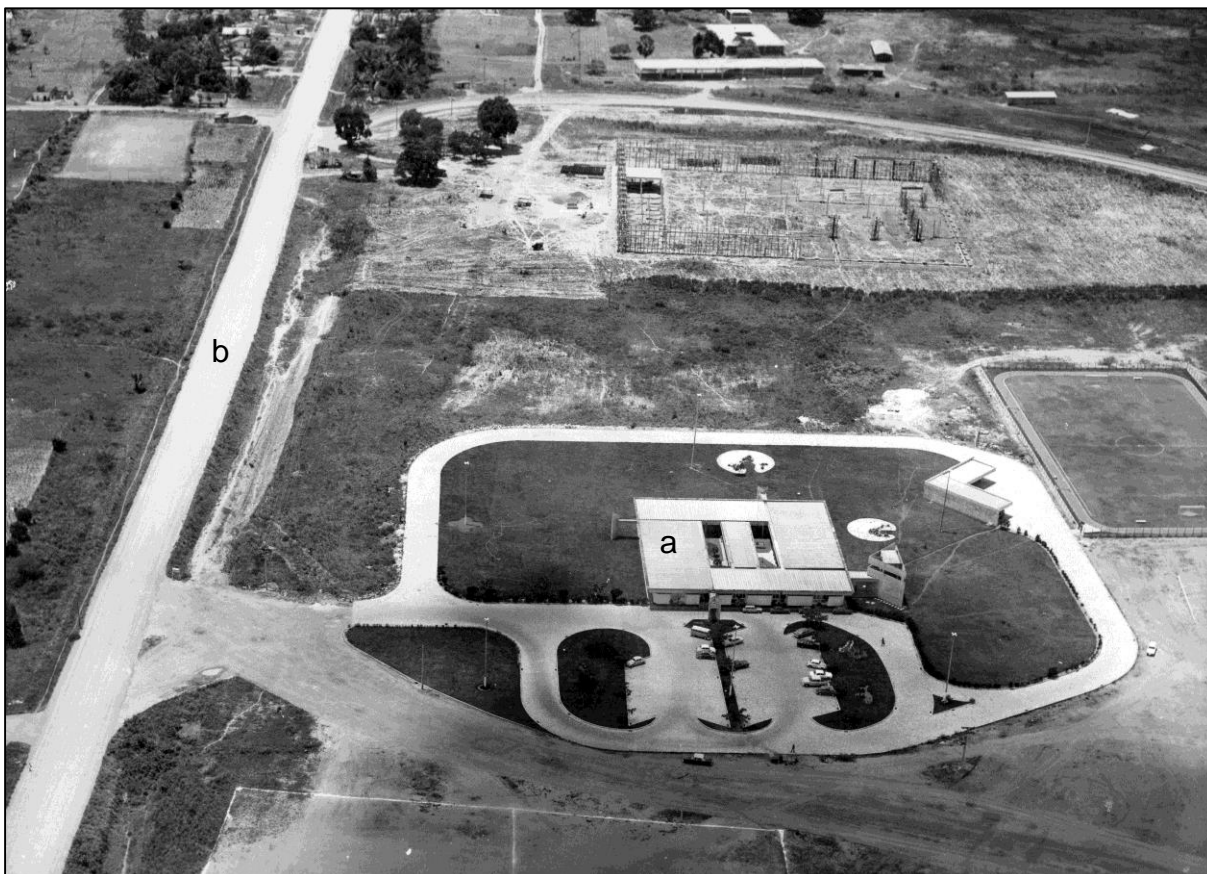
empreendimento será um bairro planejado, com clube, apoio náutico, atracadouro para barcos e 56.714 m<sup>2</sup> de áreas de preservação permanente (APP).

Entre a mancha urbana e o condomínio Alphaville tem-se conforme pode ser visualizado na foto a vastidão do campo, imagem essa que relembra a fotografia 08, produzida por Magalhães que expõem na década de 1970 descontinuidades entre o rural e o urbano em Feira de Santana.

Lobão (2004) afirma ainda que algumas obras foram marcantes por apresentarem forte impacto sobre a expansão física da malha urbana. Para autora na década de 1970 são três obras marcantes: o Centro Industrial do Subaé, a Universidade Estadual de Feira de Santana e os loteamentos que se intensificaram neste decênio.

Em meio ao processo desenvolvimentista iniciado no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, do qual falou Lobão (2004) é criado, no ano de 1969, prevendo inicialmente a ocupação de uma área de 417 hectares, situada entre a BR-116 e a BR-324 em de Feira de Santana, o Centro Industrial do Subaé – CIS (FOTO 26).

**Foto 26 – Sede do Centro Industrial do Subaé na década de 1970**



Fonte: MAGALHÃES, 197-.



São identificados na foto a sede do Centro Industrial do Subaé (letra a), sendo margeado a esquerda pela BA 052 (letra b), que liga Feira de Santana aos municípios de São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira e Cachoeira. Neste período a BA 052 ainda não possui cobertura asfáltica. É possível notar também que a caixa d' água do bairro Tomba ainda não foi construída. Ao se olhar para a parte superior da foto não é possível ver nenhuma residência adjacente a sede do CIS.

A criação do CIS foi reflexo da enorme importância que o planejamento regional assumia no final da década de 1960 para o Brasil e, principalmente, para a região Nordeste e a Bahia. Para Pedrão (2008) a criação do CIS é uma contribuição pessoal de Rômulo Almeida que desenvolveu o sistema Fundagro e formulou os planos de criação do Centro Industrial de Aratu e do Centro Industrial de Feira de Santana. O sistema Fundagro segundo Pedrão (2008, p. 95) baseava-se na presunção de que “o principal fator de atraso da economia rural na Bahia era um sistema de comercialização controlado por atravessadores, em que os produtores não tinham acesso direto ao mercado”.

O surgimento do CIS, então, advém da capacidade de planejamento do Estado, com o poder local, com propostas inovadoras a partir do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, elaborado em 1968 e institucionalizado em julho de 1969. Sobre o PDLI, Freitas (1997) e Santo (2012) ressaltam que Feira de Santana é o primeiro município da América Latina que, não sendo capital, tem um Plano de Desenvolvimento Integrado, elaborado em plena Ditadura Militar, sustentado nas ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que afirmava que o desenvolvimento seria alcançado através da industrialização quando o Estado seria o promotor do progresso.

Obedecendo as determinações do PDLI tem a elaboração da primeira Lei de Zoneamento em Feira de Santana, a Lei nº 631 de 1969, que foi aprovada pela Prefeitura Municipal com a finalidade de corrigir as distorções, ordenar e disciplinar o uso e ocupação do solo urbano (FREITAS, 2015). Em função dessa lei a cidade foi dividida em oito zonas de quatro especificações: comercial, residencial, industrial e mista.

Inicialmente, o CIS atuou como uma autarquia municipal. Elaborado em 1970, o Plano Diretor do CIS, cria por meio da Lei nº 4.167 de 07 de novembro de 1983 a Autarquia – CIS, vinculada a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Neste momento, o distrito industrial foi transformado em autarquia estadual. Em 1989, o CIS

passou a atuar também nos municípios de São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira e Conceição do Jacuípe. O principal objetivo do CIS, na sua fase de implantação, era estimular a expansão de Feira de Santana como polo secundário do Estado da Bahia, para complementar o eixo industrial da capital do Estado.

Hoje, o CIS possui cerca de 150 empresas de grande, médio e pequeno porte, gerando mais de 20 mil empregos diretos e o dobro de empregos indiretos em firmas que prestam serviços de manutenção, contabilidade, alimentação, logística e limpeza (FOTO 27).

**Foto 27 – Sede do Centro Industrial do Subaé em 2010**



Fonte: AUGUSTO, 2013.

Por um outro ângulo, é possível ver na fotografia acima a sede do Centro Industrial do Subaé circundada por residências, que no início da implantação do centro destinava-se ao proletariado que chegava a cidade de Feira de Santana em busca de trabalho (FREITAS, 2015). E como apontado por Lobão (2004) a foto evidencia anos depois que o CIS ocasionou uma maior pressão de crescimento no sentido sul da cidade de Feira de Santana com os vários conjuntos habitacionais populares que foram construídos nesse sentido da cidade.

O CIS é ainda um grande gerador de emprego e renda para o município e toda a Região Metropolitana de Feira de Santana. Com uma produção industrial

diversificada o distrito industrial tem atraído indústrias de diversos ramos de atividade, como indústria de sabão, produtos alimentícios, produtos minerais, indústrias de borracha, madeireiras, indústria de couro, indústria de perfumaria e cosméticos, dentre outras.

Na continuidade deste crescimento na urbe feirense veio a implantação do *campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como resultado de uma estratégia governamental que visava interiorizar a educação superior, até então circunscrita à capital, Salvador (FOTO 28).

**Foto 28 – Universidade Estadual de Feira de Santana em 1976**



Fonte: MAGALHÃES, 1976.

Uma UEFS distante do centro urbano de Feira de Santana, às margens da BR-116 Norte, isolada, mas, que inicia paulatinamente o processo de transformação do espaço rural onde foi construída. Uma pista sem cobertura asfáltica, algumas árvores e a imensidão do campo ao redor dos primeiros módulos da UEFS é o que pode ser visto na fotografia de Magalhães (1976).

E devido aos indicadores econômicos e sociais que o município apresenta, que no âmbito da política de interiorização da educação que Feira de Santana é

caracterizada no Plano Integral da Educação como o mais importante centro polarizador de desenvolvimento do interior do Estado da Bahia (UEFS, 2016), sendo contemplada, em 1968, com uma Faculdade de Educação e, em 1970, com a criação da Fundação Universidade de Feira de Santana (FUFS).

A autorização para a instalação da Universidade somente acontece no dia 31 de maio de 1976, com o seguinte elenco de cursos: Licenciatura de 1º e 2º graus em Letras – Inglês/Francês; Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática e Biologia e em Ciências 1º grau; Licenciatura Plena em Estudos Sociais, com habilitação em Educação Moral e Cívica e em Estudos Sociais 1º grau; e mais os cursos de Enfermagem, Engenharia de Operações – Modalidade Construção Civil, Administração, Economia e Ciências Contábeis.

A UEFS cresce em área construída e também quanto ao número de cursos ofertados à população feirense (FOTO 29).

**Foto 29 – Universidade Estadual de Feira de Santana em 2015**



Fonte: AUGUSTO, 2015.

A UEFS distante e isolada, passa de um para sete módulos, possuindo também laboratórios, residência universitária, academia e biblioteca no seu *campus*. O espaço rural que pode ser visto na foto anterior, agora não mais pode ser visualizado em virtude da criação de um bairro residencial adjacente a universidade, conforme pode

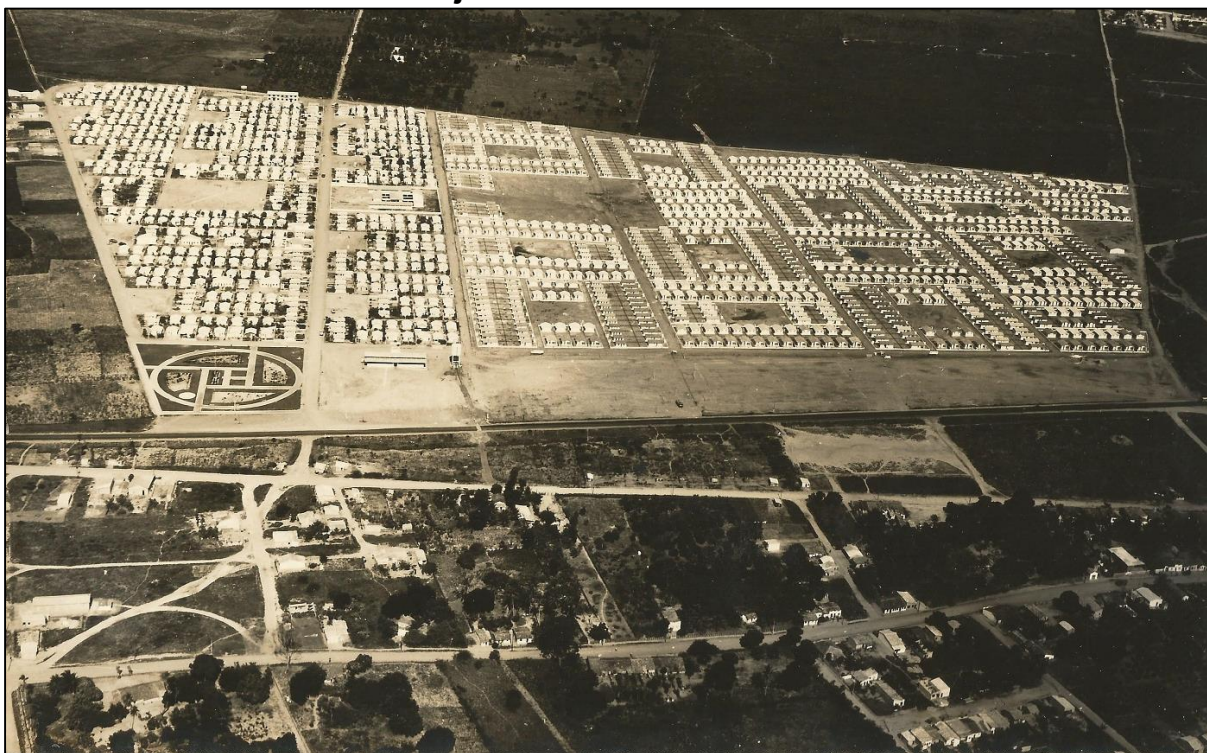
ser visto na parte superior à direita na foto 29. Ainda na parte superior está a BR-116 Norte fazendo uma divisão entre os bairros Feira VI e Papagaio.

A UEFS oferta atualmente 28 cursos de graduação permanente, sendo 14 cursos de bacharelado, 11 cursos de licenciatura e 03 cursos com dupla modalidade, licenciatura e bacharelado. Possui também cursos de especialização, mestrado e doutorado.

A implantação da UEFS na década de 1970, no norte da cidade de Feira de Santana atua como um vetor de atração populacional para este sentido da cidade, bem como contribui para que por meio da política habitacional da década de 1970 ocorra um espraiamento da área urbana do município em consequência da criação dos novos conjuntos habitacionais. Freitas (2015) reitera que esses empreendimentos eram populares e afastados do centro, sendo construídos em espaços urbanos ainda não submetidos à intensa especulação imobiliária.

Os primeiros conjuntos habitacionais construídos em Feira de Santana foram o Feira I e II, em 1969 e 1971, respectivamente.

**Foto 30 – Conjunto habitacional Feira I e Feira II**



Fonte: BLOG GINÁSIO SANTANÓPOLIS. Autor desconhecido, s/d.

Barreto (2016), em entrevista, ao ver a foto 30 destaca o número de praças existentes, “veja como eram os empreendimentos habitacionais antes. De forma

rápida, conto nesta foto, umas 14 praças”. A lógica do planejamento habitacional era outra e conforme a fala de Barreto (2016) a praça, é o lugar do encontro, da socialização e como Lefebvre (1999) traz é o local em que o cotidiano se manifesta.

Esses dois conjuntos habitacionais foram construídos na parte externa do Anel de Contorno Rodoviário, no sentido norte da cidade, sendo adjacentes à recém implantada UEFS, pela Habitação e Urbanização da Bahia S. A. (URBIS), esses dois empreendimentos possuíam segundo Freitas (2015) e Santo (2012) mil seiscentos e trinta e seis unidades habitacionais.

Sobre a construção do Feira I e II é interessante a narrativa de Magalhães (2009, p. 24) sobre esses empreendimentos.

As construções da URBIS parecem perdidas, ilhadas, entre rodovias e vastos campos abertos, dispersas em uma espacialidade fortemente ruralizada, de tal modo, que induzem a percepção de que aquelas áreas encontravam-se seccionadas do núcleo urbano principal e ainda estranhas à cidade em si.

No hodierno, a ilha e os vastos campos abertos que compunham a espacialidade fortemente rural não podem ser mais vistos. Os primeiros conjuntos habitacionais Feira I e II, ganham nova nomenclatura e passam a ser denominados na contemporaneidade de Cidade Nova (FOTO 31).

Na foto de Augusto (2015) pode ser visto na parte inferior da fotografia a BR-116 Norte duplicada, a passarela e mais ao centro-esquerdo pode ser vista a mesma praça da foto 30, sendo que essa praça foi dividida, para que a Estação de Transbordo Norte pudesse ser construída. No centro-direito da imagem a área vaga na imagem anterior, possui, na foto 31, um mercado popular de carnes e hortifrutigranjeiros e um supermercado da Cesta do Povo, podendo ser visto na extrema direita, ao centro, o Centro Social Urbano (CSU), que possui o Centro de Educação Básica da UEFS e o posto de saúde do bairro Cidade Nova.

Nessa ocupação dos espaços até então vazios a população feirense cresceu, e na década de 1970, esse crescimento é em decorrência do Centro Industrial do Subaé e da Universidade Estadual de Feira de Santana, que não apenas atraíram um contingente maior de pessoas à cidade, como também viabilizaram a construção dos novos conjuntos habitacionais que permitiram a fixação dessas pessoas na urbe.

Foto 31 – Bairro Cidade Nova em 2015



Fonte: AUGUSTO, 2015.

A urbanização que em 1950 já era crescente e fazia de Feira de Santana a quarta maior população do Estado da Bahia, nos idos de 2000, faz com que a população feirense seja a segunda maior do Estado, sendo cada vez maiores, o crescimento demográfico feirense e a taxa de urbanização da cidade conforme tabela 3.

**Tabela 3 - Feira de Santana: População Total, Urbana, Rural, Taxa de Urbanização e Taxa de Crescimento da População Urbana 1950-2010**

ANOS	POPULAÇÃO RESIDENTE			TAXA DE URBANIZAÇÃO %	TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA
	TOTAL	URBANA	RURAL		
1950	107.205	34.277	72.928	31,97	90%
1960	141.757	69.884	71.873	49,30	87%
1970	187.290	131.720	55.570	70,31	92%
1980	291.504	233.905	57.599	80,24	100%
1991	406.447	348.973	56.875	85,86	49%
2000	480.949	431.730	49.219	89,77	24%
2010	556.642	510.637	46.007	91,74	18%

Fonte: FREITAS, 2015. Adaptado pelo autor.

Até a década de 1960, a população rural em Feira de Santana era maior que a população urbana, mas o percentual de crescimento da população urbana para as

décadas de 1960, 1970 e 1980 foi superior a 85%, sendo os sendo o planejamento do centro industrial, da universidade e dos conjuntos habitacionais os grandes responsáveis por esses percentuais tão expressivos nessas décadas.

Em contraponto, observa-se uma estabilização da população rural, ainda que decênio, após decênio ela esteja sendo levemente reduzida diante uma taxa de urbanização que no ano de 2010 é de 91,74%. É o rural, mostrando-se ainda, pertencente a Feira de Santana, por mais urbana que ela seja na contemporaneidade.

Sobre a década de 1980, devido ao grande crescimento populacional obtido, o município de Feira de Santana passa por uma outra mudança quanto à sua forma. Essa mudança se concretiza com a Lei Estadual nº 4.548 de 30 de outubro de 1985, aprovada durante o governo de João Durval Carneiro, que fixa os limites interdistritais de Feira de Santana (MAPA 4).

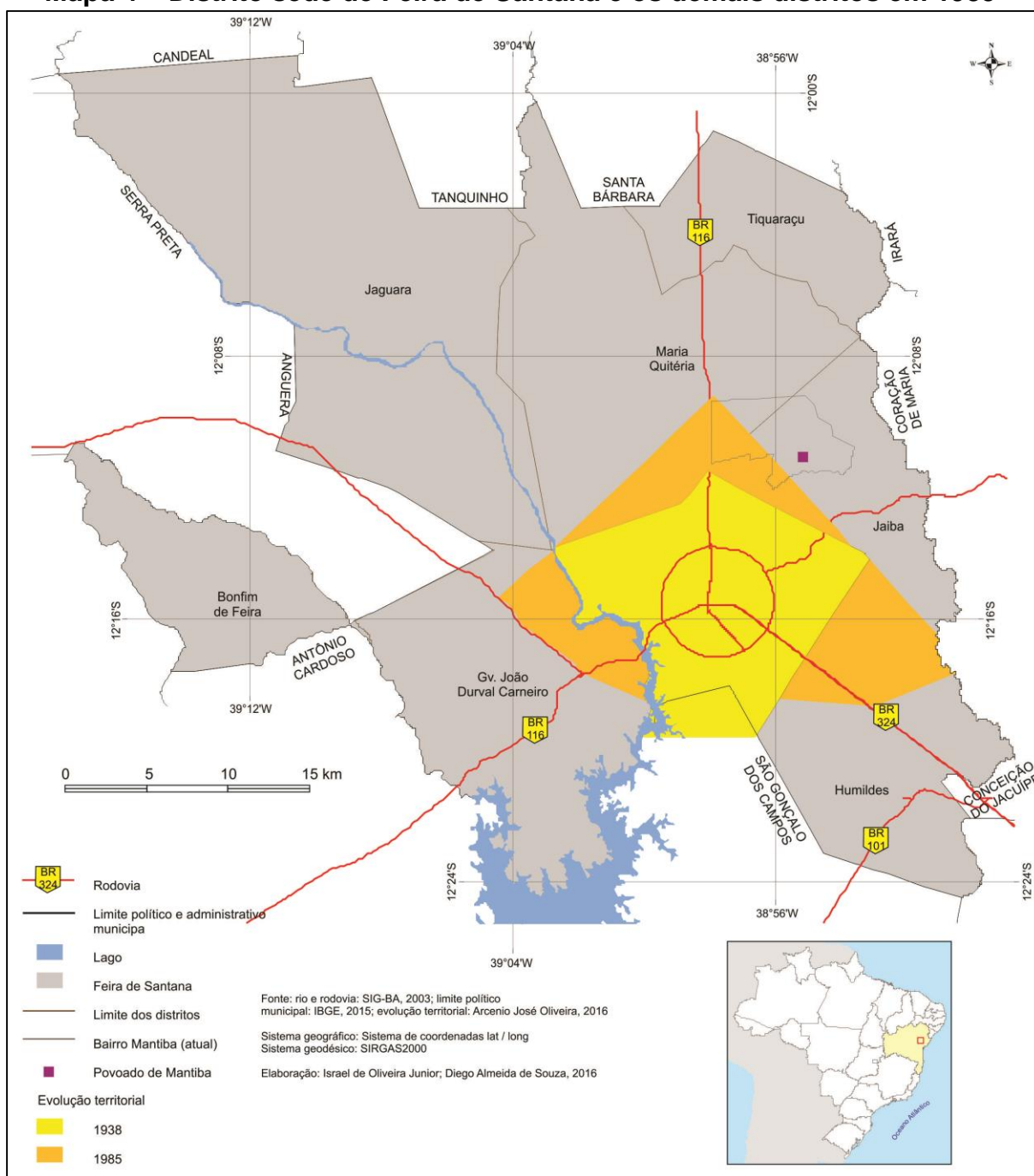
No mapa 4 em comparação com o mapa 2, observa-se o aparecimento do distrito de Jaíba, criado pela Lei nº 628 de 1953, que reduz o tamanho do distrito de Humildes. Sobre o distrito sede de Feira de Santana visualiza-se um crescimento dele sobre os distritos de Governador João Durval Carneiro, Maria Quitéria, Jaíba e Humildes, que tem sua área quase que reduzida pela metade se comparada ao ano de 1938.

O município de Feira de Santana, tem uma área de 1.337.988 Km<sup>2</sup>, representando 0,235 Km<sup>2</sup> da área do Estado da Bahia, tem uma altitude de 234 metros e está em direção nor-nordeste da capital do Estado, de que dista em linha reta, 90Km (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA, 2012). Situa-se no Polígono das Secas, excluindo-se apenas a área do Distrito de Humildes, que situa-se numa área úmida, fazendo limite nesse sentido (leste) com Santanópolis, Coração de Maria, Conceição do Jacuípe e Santo Amaro. Essa porção do espaço feirense é beneficiada, segundo Freitas (2015) pela maior proximidade com o mar, cerca de aproximadamente 60 a 70 Km em linha reta.

Ao norte o município feirense faz limite com Candéal, Tanquinho e Santa Bárbara, ao sul com São Gonçalo dos Campos e ao oeste com Antônio Cardoso, Ipecaetá, Anguera e Serra Preta.



**Mapa 4 – Distrito sede de Feira de Santana e os demais distritos em 1985**



A hidrografia municipal é sem rios perenes. Os principais rios Jacuípe, Pojuca, Calandro e Salgado são afluentes da bacia do Paraguaçu (IBGE, 1956). O rio Subaé que nasce no município, deságua no oceano no município de Saubara. Os acidentes geográficos não estão incluídos em nenhum dos grandes sistemas brasileiros; as serras têm elevações máximas de 200 a 300 metros, situando-se num planalto sedimentar. As principais são a Serra das Agulhas, dos Cágados, de Tanquinho e a Serra Grande.

O clima é o seco a sub-úmido e semiárido, a temperatura média anual é de 23,5° C, média máxima de 28,2°C e a média mínima 19,6° C. As chuvas de inverno normalmente ocorrem de maio a agosto. Pluviosidade média anual máxima 1.595 mm e a mínima de 444 mm, sendo a vegetação de transição com predominância das espécies arbustivas e gramíneas (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA, 2012).

E foi com essas configurações geomorfológicas que o espaço feirense se transformou no decorrer dos anos, sendo as fotografias comprovações verossímeis, de uma Feira de Santana que foi do rural, apoiada na feira de gado e na comercialização dos excedentes, em direção a uma Feira de Santana que se agiganta enquanto urbana e centro econômico e de poder político, em grande parte, por conta da sua gênese rural.

A separação entre campo e cidade com o evento da grande indústria transforma o espaço da cidade, promovendo a separação das duas escalas colocando-as em oposição; se antes o campo necessitava da cidade para complementar as suas necessidades, passa a depender desta para a sua própria reprodução – questão que é início e fim da gênese da urbanização. (FREITAS, 2015, p. 194).

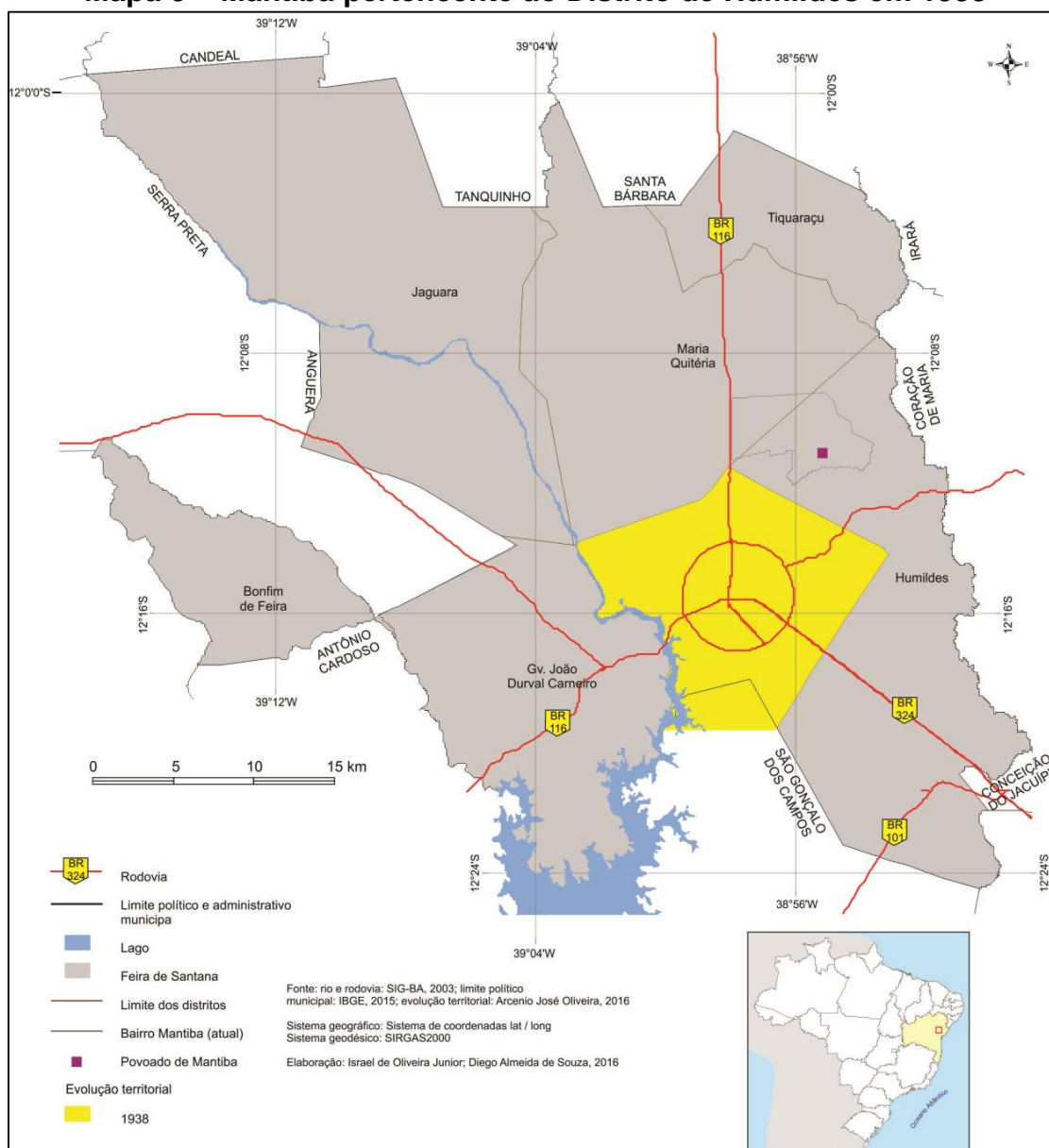
E nesse contexto de continuidades e descontinuidades da produção do espaço feirense, está a Feira de Santana do século XXI, que em meio ao processo de urbanização vive, na completude do seu espaço, o seu conflito de fronteira entre o rural e o urbano, a exemplo da Mantiba, espaço compreendido nesse *continuum* totalizante que é a relação campo-cidade.

#### 4 MANTIBA QUE ESPAÇO É ESSE?

A Mantiba localiza-se no nordeste do centro urbano de Feira de Santana, a aproximadamente 12 km do centro da cidade. Na década de 1940, esteve vinculada ao distrito de Humildes, por meio do Decreto Municipal nº 14 de 1938, que delimitava o perímetro urbano, suburbano e rural de Feira de Santana. (MAPA 5).

Não se sabe a etimologia da palavra Mantiba. Provavelmente, o termo seja originário de mandiba, advinda do Tupi *mandi'iva* e significa espécie de mandioca.

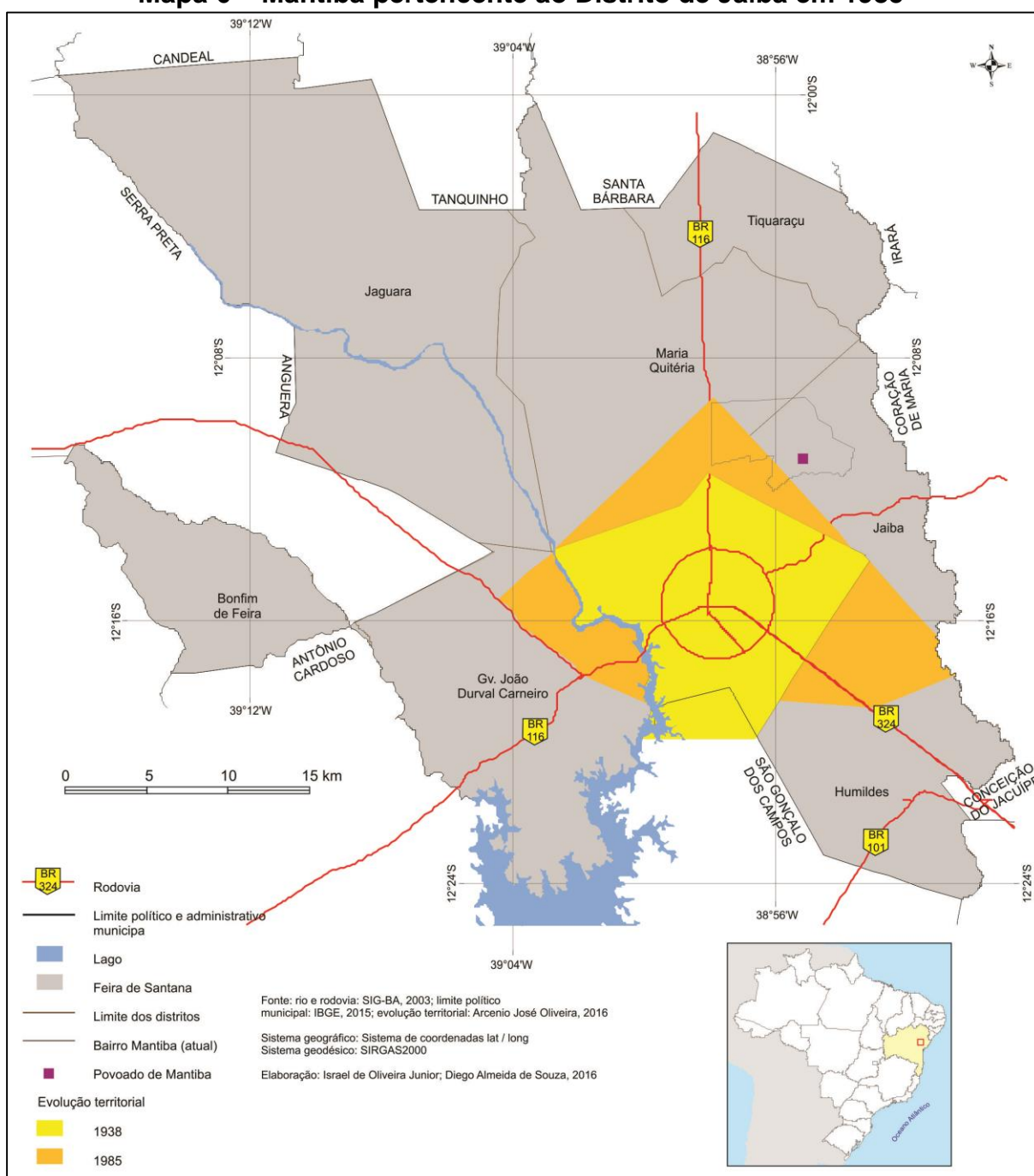
**Mapa 5 – Mantiba pertencente ao Distrito de Humildes em 1938**



O distrito de Humildes em 1938 localizava-se em toda porção leste do município de Feira de Santana. Era o maior em extensão, fazendo limite ao sul com Conceição

do Jacuípe e São Gonçalo dos Campos, e ao norte com Coração de Maria e o distrito de Maria Quitéria. Em 1953 o povoado de Jaíba passa a ser distrito de Feira de Santana, através da Lei Estadual nº 628, e a Mantiba povoado vinculado à Jaíba, até 1985, mediante Lei Estadual nº 4.548/1985 (MAPA 6).

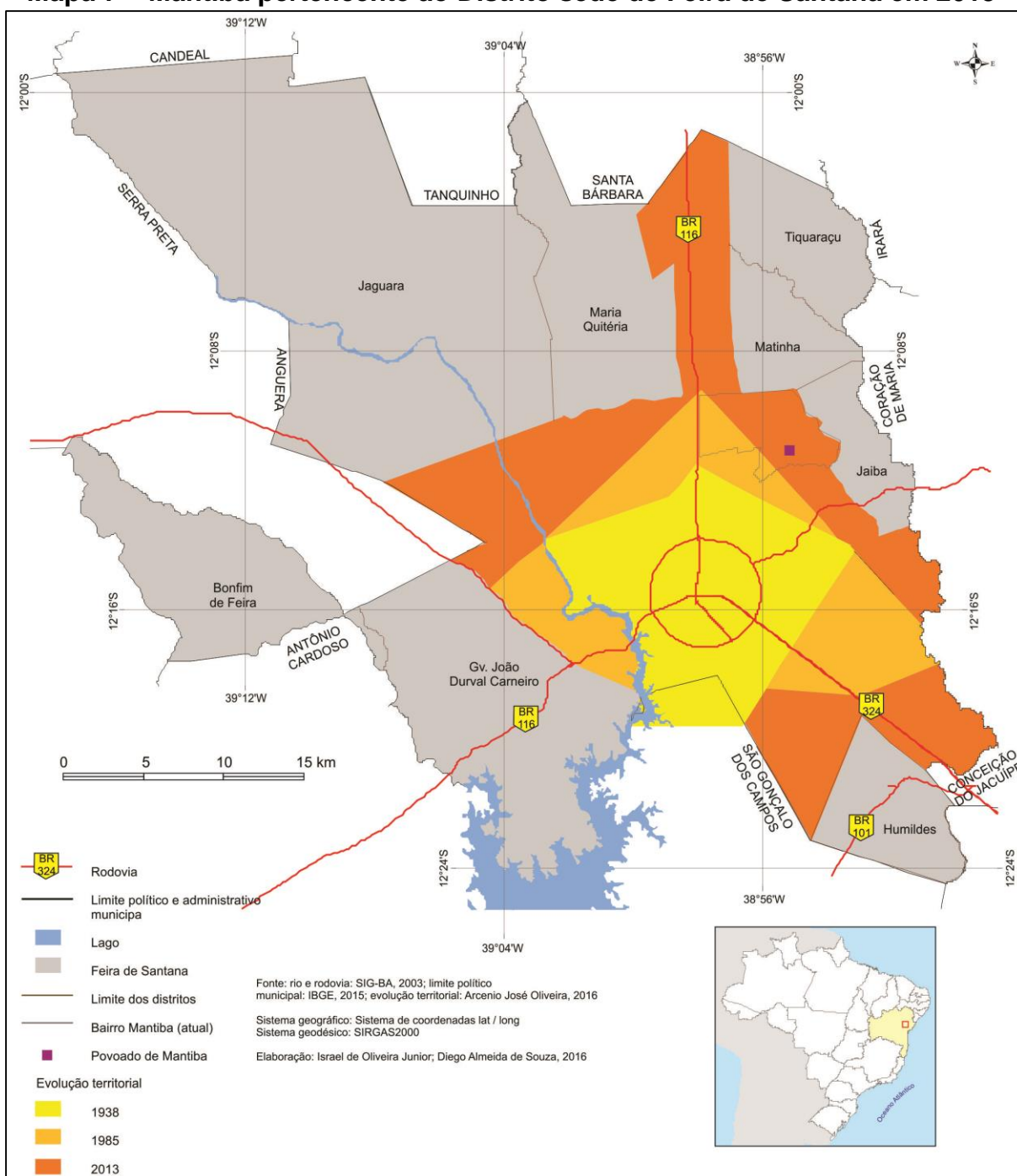
**Mapa 6 – Mantiba pertencente ao Distrito de Jaíba em 1985**



A expansão urbana de Feira de Santana atinge Humildes, Jaíba e também as áreas próximas da Mantiba desde 1985. O espaço de Humildes, por sua vez, deixa de fazer limite ao norte com o município de Coração de Maria e o distrito de Maria

Quitéria e passa a fazer limite apenas com o distrito sede nesse sentido. No entanto, em 2013 com a aprovação da Lei Complementar 075/2013, o distrito sede expande outra vez e incorpora a Mantiba ao seu espaço urbano a transformando em bairro da cidade de Feira de Santana (MAPA 7).

**Mapa 7 – Mantiba pertencente ao Distrito sede de Feira de Santana em 2013**



Sobre a produção do espaço da Mantiba não há registros no IBGE, na Prefeitura Municipal ou mesmo na Biblioteca Central Julieta Carteadó (BCJC), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A história de fundação da Mantiba é em grande parte oral, sendo registrada apenas em dois diários que foram escritos por um dos fundadores da Mantiba, Braz Ferreira da Fonseca. Sobre esses diários Naiara da Fonsêca, neta de Braz, em entrevista (2016), afirma sobre a importância desses diários enquanto registros históricos.

Esses dois livros são na verdade dois diários que foram deixados por o meu avô, o senhor Braz. Esse aqui [foto 32] ele conta a chegada dele aqui ao povoado de Mantiba, ele descreve como ele fez pra poder construir o cruzeiro, pra construir a capela e ele faz um relato de todas as missas que houveram aqui desde o ano de 1951 até 83. E nesse livro aqui [foto 33] ele conta o nascimento dos filhos dos amigos, principalmente dos filhos dele também né!? Ele conta não só o nascimento, mas também o batismo, o dia do batismo os padrinhos, quem foi batizado. Eu acredito que esses dois diários são muito importantes para a história porque se não fosse por eles eu mesmo apesar de ter tido acesso ao meu avô e a escutar meu pai falando muito de quando ele chegou aqui com seis anos... Eu não saberia de muita coisa e não só Mantiba, mas até de Feira também. (FONSÊCA, N., Entrevista, 2016).

Corroborando com a entrevistada, tem-se o Padre Luciano Curvelo de Almeida que em entrevista (2016), fala de como em Feira de Santana, muitos documentos históricos da Igreja Católica se perderam no decorrer do tempo, na Bahia e em Feira de Santana.

A Igreja Católica sempre foi essa instituição de agregação da sociedade contendo documentos e registros muito preciosos para a história local e a história nacional. Depois as dioceses foram se criando. A nossa aqui é de 1962. Muita coisa foi perdida pela extensão do trabalho na Bahia inteira, muita coisa foi perdida por as comunidades serem pequenas e isoladas, com poucos padres na época. Aqui, em Feira de Santana, na diocese nós temos os livros das paróquias que compõem hoje a diocese de Feira de Santana. **E a mais antiga é São José das Itaporocas. Muito daquilo que se viveu em São José nos livros de tombo, nós não temos mais porque os séculos foram passando, as décadas passando e ninguém sabe onde foi parar.** Nós tentamos ao máximo reunir aqui na cúria metropolitana documentos de batismo, casamento, óbito das pessoas da época porque como não tinha cartório a Igreja Católica era a responsável de fazer todos os registros. Casamentos, batismos, óbitos e até por exemplo nós temos aqui o batistério de pessoas importantes como Maria Quitéria da paróquia de São José. Então, nós temos aqui as informações do batismo de Maria Quitéria. Enquanto conservação nós fazemos o esforço de manter em um lugar só esses livros históricos alguns com mais de 300 anos. Alguns nem podem ser mais manuseados pelo tempo. (ALMEIDA, Entrevista, 2016, grifo nosso).

Foto 32 – Diário de Braz Ferreira que narra a história da Mantiba

3

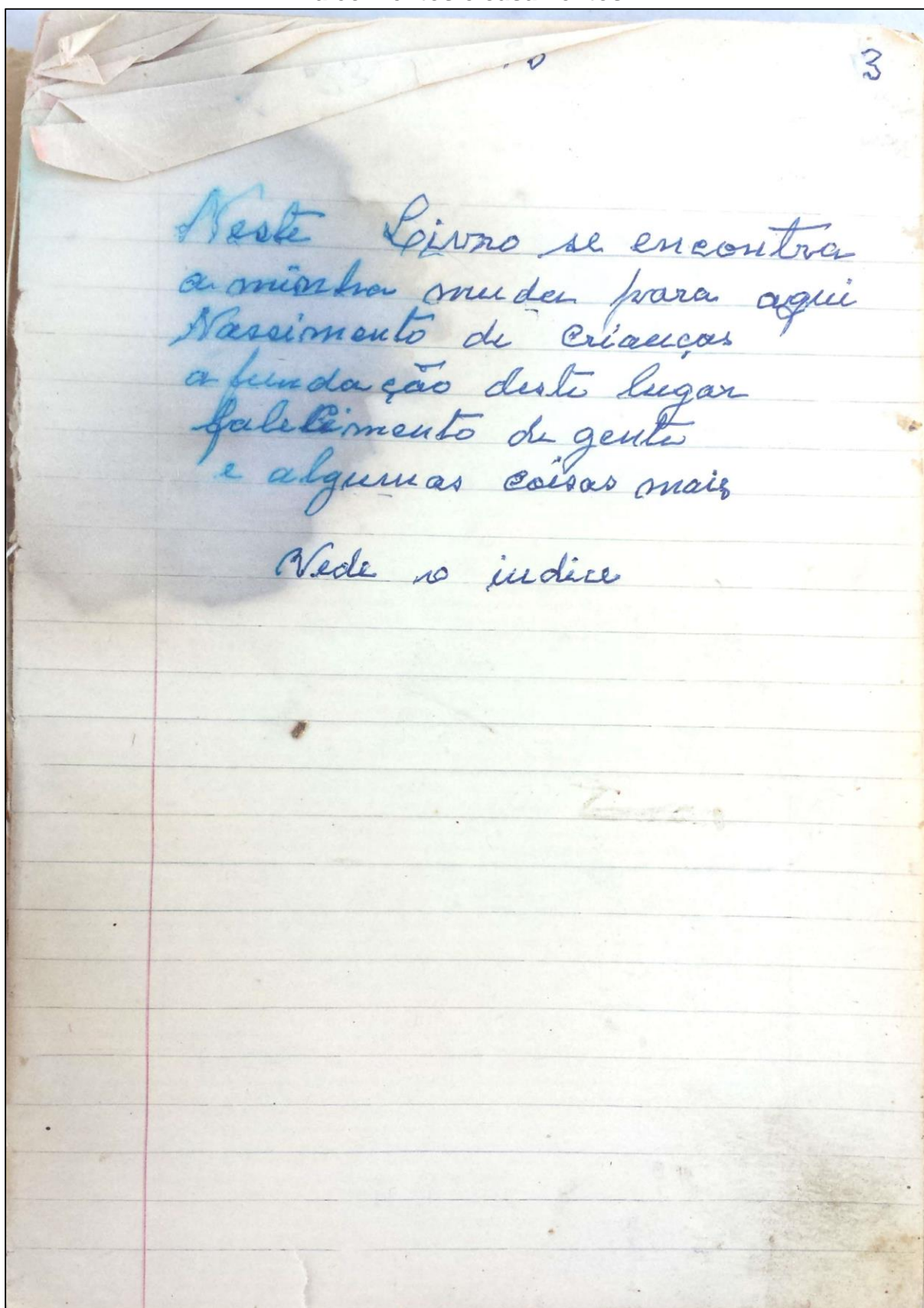
Comêço deste Livroado de  
 São Judas Tadeu

No dia 15 de Dezembro de 1926  
 eu Braz e João Carpinteiro a pe-  
 lidade por João Quirino saímos  
 para a Fazenda Abaúel Simões  
 para procurar o jão para o ma-  
 deira da Santa Cruz, encontramos  
 1 tapicuriu seco e caído na beira do  
 Rio Lavramos e conduzimos na  
 na mesma tarde, depois da que  
 não serviu para obra designada  
 no dia 18 do mesmo mês torna-  
 mos a voltar não para a Fazenda  
 Simões, sim para Bandedal onde  
 encontramos 1 tapicuriu derreibe-  
 mos e lavramos quando medimos  
 não deu a altura desejada então  
 Em Braz resolvi dar uma volta  
 na Catanga que eu conhecia  
 desde a infancia, por fim encon-  
 um Tapicuriu caído e seco parecia

continua

Fonte: O autor, 2016. Pesquisa de campo.

Foto 33 – Diário de Braz Ferreira que registrou batismos, nascimentos, falecimentos e casamentos





Almeida (2016), ao ser entrevistado afirma que os registros de batismo, nascimento, falecimentos e casamentos feitos por Braz Ferreira tem uma importância ainda maior, pois desde a inauguração da capela de São Judas Tadeu, na Mantiba, ela esteve circunscrita a Paróquia de São José das Itapororocas, a mais antiga de Feira de Santana. No entanto, conforme narrou, e pode ser verificado em campo, a Paróquia de São José das Itapororocas, localizada no distrito de Maria Quitéria não tem nenhum registro sobre os atos de batismos, casamentos, nascimentos ou falecimentos acontecidos na Mantiba.

Então, devido a Braz Ferreira o presente-passado concreto da Mantiba e por conseguinte parte da história de Feira de Santana se torna possível de ser conhecida, convalidando o pensamento lefebvriano de que “o Ser tem uma história e a história é apenas a História do Ser. A linguagem não é outra que a Morada do Ser” (LEFEBVRE, 2006, p. 101e102). Sem o pioneirismo de Braz Ferreira e a sua acurácia nos registros não seria possível saber a história da Mantiba, a história do seu moradores, a história do seu povo.

“O passado deixou seus traços, suas inscrições, escrita do tempo. Mas esse espaço é sempre, hoje como outrora, um espaço presente, dado como um todo atual, com suas ligações e conexões em ato” (LEFEBVRE, 2006, p. 39). Dentre essas inscrições tem-se em um dos diários de Braz Ferreira o registro de sua chegada à Mantiba, juntamente com a sua família. “Comprei esse lugar aqui onde moro em mão de Abdon em janeiro de 1943, lavrei a escritura no dia 31 do mesmo, me mudei com a família no dia 15 de abril de 1944” (FONSÊCA, B., 2016, p. 05). A neta de Braz, no entanto, afirma existir uma história anterior.

E em entrevista com Pedro Nunes de Oliveira, o morador mais idoso da Mantiba, 84 anos, é categórico ao afirmar que houve outros moradores antes de Braz Ferreira.

Os primeiros moradores que conheci foi finado Caetano, Tia Pombinha, Tio Lucinho, Tia Fia, finado Felinto e aí veio os outros comprando como Tertuliano. Braz veio chegar depois. Eu casei com a filha dele. Naquele tempo não tinha gente aqui (OLIVEIRA, Entrevista, 2016).

E sobre a fundação da Mantiba, Fonsêca N. (2016) expõe:

Meu avô chamado Braz ele se mudou do Rio Fundo pra cá né em [19]46 mesmo junto com os companheiros como João Quirino, eles decidiram

começar esse Povoado. E o povoado começou mesmo por volta de um cruzeiro a princípio, esse cruzeiro não existe mais. É uma pena, mas a primeira coisa que foi erguida aqui para sinalizar que aqui era um povoado onde eram cruzeiro grande que tinha no meio da praça. Então ele volta ao povoado dele de origem o Rio Fundo e começa a procurar madeira própria pra poder fazer o cruzeiro primeiro ele encontra não é a aquela parte que fica na horizontal e depois ele corre pra conseguir o braço da cruz. Foram várias tentativas ele e os amigos dele pra poder encontrar essa madeira perfeita pra começar e ter o marco. E aí ele conta que foram uma, duas, três tentativas e acredito que na quarta tentativa de ir no mato procurar a madeira que ele encontra e ele fala madeira Tupicuruí alguma coisa assim que eu acho bonita quando ele fala no diário e que ele avista madeira e parece que essa árvore foi feita para este fim! Eu achei bem bonito. E aí eles começam. **Aí, esse início do povoado se confunde muito com o início da igreja** aqui também na comunidade que aquela coisa que as festas tanto profanas quanto religiosas eram muito juntas então o pessoal começa a se reunir em torno daquela cruz para rezar, quando tinha aniversário também. Então ali passou a ser o ponto de encontro deles. Primeiro eles fazem um cruzeiro e nos anos 50 eles fazem o lançamento da pedra angular da capela. A Mantiba cresce volta né a princípio da capela então começa a ter influência também de outras pessoas pra construir a capela eles e seus colegas vão atrás de política dos políticos da época aí vai os pelos primeiros padres começam a chegar dão coisas pra igreja que estão aí até hoje o que eu sei da origem da Mantiba é isso que tinha poucas pessoas né quando ele chegou Braz e depois ele a junta aos companheiros em começa o povoado. (FONSÊCA, N., Entrevista, 2016).

Assim, como a história de origem de Feira de Santana que se iniciou nas proximidades de uma capela, com a Mantiba não é diferente. Em torno da capela e depois Paróquia de São Judas Tadeu a Mantiba tem o povoamento efetivado. O cruzeiro narrado por Fonsêca, N. (Entrevista, 2016) passa a ser muito mais que apenas um lugar religioso, além de marco, espécie de pedra fundamental da Mantiba, ele se torna o lugar do encontro, do festejo, onde os moradores podem não apenas orar, como também realizar os mais diversos festejos, é o cruzeiro o lugar da manifestação do cotidiano na Mantiba.

Sobre o nome Mantiba, Fonsêca, N. (Entrevista, 2016) diz não saber a origem do termo e afirma que o seu avô, em um dos diários apenas escreveu: “nesse livro narro o início deste povoado de Mantiba” e em nenhum outro momento ele se refere mais a Mantiba como Mantiba, mas, sim, como cruzeiro. E reitera “o meu pai falava eu vou para a rua do cruzeiro”.

Mas, quem foi Braz Ferreira da Fonsêca que possibilitou a existência da Mantiba no espaço-tempo? Falar sobre Braz, descrevê-lo, falar de suas ações traz “o passado inteiro, enterrado na memória e no esquecido; mas é também a realidade da carne que se atualiza. O corpo vivo está presente, como lugar de passagem das

profundidades à superfície, do esconderijo à descoberta [...]” (LEFEBVRE, 2006, p. 222).

O padre Marino de Offida (2016) conta que foi pároco na Mantiba, a pedido de Dom Severo em janeiro de 1988, inicialmente era para ser apenas por quatro meses, mas ficou por mais de quatro anos na Mantiba. Sobre Braz Ferreira, Offida, em entrevista, 2016, relembra:

Era uma das várias comunidades Mantiba da Paróquia de São José das Itapororocas e o que não esqueço é quando fizemos um curso de preparação ao matrimônio era pessoa sabia, idoso e mesmo no verão ele tinha um manto e muito calmo, muito cheio de sabedoria como se diz. Era um patriarca não somente da família, mas todo mundo apreciava ele porque ele nunca dizia besteira e era de respeito, mas toda a palavra dele calma, era agradável. (OFFIDA, Entrevista, 2016).

Fonsêca, N. (Entrevista, 2016) reitera reafirmando as características físicas de Braz Ferreira. “Fisicamente era uma figura que chamava atenção porque ele era alto eu lembro que ele usava um sobretudo mesmo no calor, um sobretudo gigante tinha uns óculos bem fortes, fundo de garrafa e um cacete” (FOTO 34). Oliveira (Entrevista, 2016) ao lembrar de Braz Ferreira, o seu sogro, diz:

Seu Braz morava na caatinga e comprou aqui. Seu Braz era um moreno, que tinha umas condiçõezinhas, casado com uma mulher clara que era a minha sogra, morreram. Quem criou isso aqui foi ele. Quem criou essa praça aqui, foi ele e o Abdon, depois do Caetano que era o dono dessa propriedade aí, adiante, naquela estrada ali. A fonte [d'água] quem cavou foi o meu sogro antes de eu casar. Quando eu casei estava cavando. Eu casei um 1956. (OLIVEIRA, Entrevista, 2016).

A construção da fonte, adjacente a Praça Central da Mantiba, é um outro elemento importante para a população da Mantiba, representação do trabalho coletivo, da criação de uma infraestrutura local e própria para o abastecimento de água à população que lá morava e chegava, tendo em vista a ausência de água encanada, não apenas na Mantiba, mas em Feira de Santana. A fonte, por sua vez, tem a água enquanto elemento de vida, resignificada por meio da fé. “Quando ele fez essa cisterna, no dia que deu água, ele desceu São Judas Tadeu num cesto três vezes. Por isso que tem muita água nessa cisterna. Até na boca” (SANTOS, J., Entrevista, 2016).

**Foto 34 – Braz Ferreira da Fonsêca e sua esposa, Francisca Ferreira da Fonsêca, no altar da Paróquia de São Judas Tadeu, na Mantiba**



Fonte: O autor, 2016. Pesquisa de campo.

Santos, J., moradora da Mantiba, em entrevista (2016), revela ainda mais uma ação de generosidade e empreendedorismo de Braz Ferreira, na Mantiba.

Ele que me deu esse terreno da minha casa que eu moro, foi ele quem me deu. Seu Braz era um senhor que ele fundou muito essa Mantiba aqui. Aqui, tem muitas casas que foi ele deu o terreno para as pessoas fazer as casa e ele não cobrou nada. Aí, ele fundou. Fez a comunidade e foi fazendo as

casas. Ele deu o terreno e as pessoas foram fazendo as casas. A maioria dessas casas aqui ninguém comprou foi o senhor Braz que deu. Seu Braz me deu esse terreno foi em 1990, que ele me deu o meu terreno. (SANTOS, J., Entrevista, 2016).

Num país em que a disputa por terras<sup>13</sup>, já ocasionou inúmeras mortes, a ação de Braz Ferreira em distribuir terras na Mantiba, é uma ação pioneira, sem precedentes em Feira de Santana, não sendo repetida na Mantiba por nenhum outro morador. E corroborando com Santos, J. (2016), tem-se Léia Alves, moradora na Mantiba, que também em entrevista (2016) diz:

Onde eu morava mesmo, meus avós que já faleceram, foi terra doada dele, viu! A maioria aqui são tudo terras doadas dele e tenho boas lembranças dele. O que ele poderia ajudar se a pessoa tivesse dificuldade em alguma coisa, chegasse lá e: seu Braz é isso e isso, a pessoa poderia se abrir com ele, que era uma pessoa de confiança que ele não saía para conversar com outras pessoas. Se você conversasse um caso com ele, ficava ali mesmo. Era uma pessoa muito ótima ele. (ALVES, Entrevista, 2016).

Vaneide Oliveira de Jesus, moradora, afilhada de Braz Ferreira e presidente da Associação Comunitária Rural da Mantiba, narra que mesmo Braz Ferreira não sendo o primeiro morador, ele foi o mais importante, por tudo o que criou na Mantiba. Fala também como é importante que a história de Braz Ferreira não se perca e se apague da memória da população da Mantiba no decorrer do tempo, para ela é essencial que a população mais jovem da Mantiba tenha acesso à história da liderança que foi Braz Ferreira.

A gente pegou conhecimento que seu Braz era aquela pessoa que ele sempre se doou pela comunidade. A gente sempre sabe que ele foi professor sem receber nada. Onde é a sede da associação foi um terreno que ele deu à comunidade e construiu esse prédio que fez uma escola. Ele foi um dos primeiros professores aqui. Até que a prefeitura começou a mandar professores e ele foi aquele professor de catequese até o final da vida dele. Hoje, eu sei que não tem ninguém aqui na Mantiba e na comunidade é até difícil, alguém doar o que seu Braz doou, porque seu Braz doou a maior parte dessa comunidade toda porque cada filho de um amigo dele que ia casando ele ia doando um lote, um lote, que hoje povoou a comunidade da Mantiba. Então, seu Braz para mim é uma pessoa muito importante e sempre eu falo: é uma história que não tem que deixar morrer, que a geração tem quem saber quem fundou essa comunidade porque tinha moradores antes que eu nem sabia que tinha antes. Mas, essas pessoas, foram pessoas que não fundou, não fez o que o senhor Braz fez. Para mim o importante hoje é o senhor Braz,

---

<sup>13</sup> Número de mortes em conflitos por terras cresce 10,3% em todo o país entre 2011 e 2012. <http://oglobo.globo.com/brasil/numero-de-mortes-em-conflitos-por-terras-cresce-103-em-todo-pais-entre-2011-2012-7731653#ixzz4JhoN3B24>

porque senhor Braz foi quem criou esse universo, criou isso aqui tudo. Então, eu acho que hoje está difícil alguém na comunidade fazer o que o senhor Braz fez. (JESUS, Entrevista, 2016).

Em um dos seus diários Braz Ferreira fala que no dia 27 de maio de 1984 foi inaugurada a escola municipal existente na Mantiba. A escola tinha duas salas, dois banheiros, uma dispensa e uma diretoria, sendo o terreno desmembrado de sua propriedade de trinta metros de frente por quarenta metros de largura. Na solenidade de inauguração que aconteceu às quatro horas da tarde estavam presentes o prefeito de Feira de Santana, José Falcão da Silva, o secretário municipal de Educação, José Francisco do Amaral, o vereador Antonio Carlos Coelho e a sua mãe a professora Maria Amália Martins Daltro Coelho, que deu nome a escola. A homenagem à Braz Ferreira da Fonsêca e Celso de Almeida Oliveira moradores da Mantiba foi a indicação do nome deles para as duas salas de aula existentes na escola. Sobre essa homenagem Naiane Fonsêca diz que anos depois a escola passou por uma reforma e os nomes do seu avô e de Celson foram retirados da sala, enquanto o nome da escola permanece o mesmo.

Conforme escreveu Braz Ferreira, a construção do cruzeiro na praça da Mantiba iniciou-se no dia 15 de dezembro de 1946, posterior à fixação do cruzeiro houve o início da construção da Capela de São Judas Tadeu, que inicialmente dava nome a comunidade, sendo chamada de Alto do Cruzeiro de São Judas Tadeu em Mantiba. Em 15 de abril de 1951 foi realizada a primeira missa na Mantiba e somente no dia 17 de dezembro de 1961 houve a inauguração da capela com a chegada da imagem de São Judas Tadeu.

Muito querido pelos habitantes da Mantiba, as festas organizadas por Braz Ferreira iniciavam-se na Paróquia de São Judas Tadeu e depois para a sua residência. De portas abertas para receber a todos, a casa de Braz Ferreira tornava-se pequena diante o grande número de pessoas que participavam das festas que organizava.

Na foto 35, Braz Ferreira comemora os cinquenta anos de casamento com a sua esposa<sup>14</sup>. No enquadramento da foto podem ser vistas mais de quarenta pessoas entre filhos, amigos, afilhados e netos, muitos de pés no chão, mas, sorridentes e alegres em festejar com o patriarca a longevidade do seu casamento.

---

<sup>14</sup> A sra. Francisca Ferreira da Fonsêca faleceu em 1979. O sr. Braz Ferreira da Fonsêca faleceu em 1994.

E a primeira natureza na Mantiba se transforma. “Um espaço já transformado já é o berço, o lugar de nascimento do que advirá”. (LEFEBVRE, 2006, p. 200). A Mantiba quanto à caracterização geomorfológica segundo Marialvo Barreto, em entrevista (2016), situa-se no clima tropical sub úmido (com chuvas de inverno) ou semiúmido, isso quer dizer que é uma faixa de transição entre a zona da mata, do litoral mais chuvoso ao semiárido, com precipitação em torno de 850mm ao ano, com chuvas concentradas entre os meses de abril e julho. É coberta por uma vegetação denominada mata de cipó que seria a transição entre a mata atlântica e a caatinga, tendo originariamente uma floresta estacional semidecidual caracterizando-se por perder as folhas parcialmente no período mais seco.

**Foto 35 – Braz Ferreira da Fonsêca e sua esposa, Francisca Ferreira da Fonsêca, em casa, entre filhos, amigos, afilhados e netos**



Fonte: O autor, 2016. Pesquisa de campo.

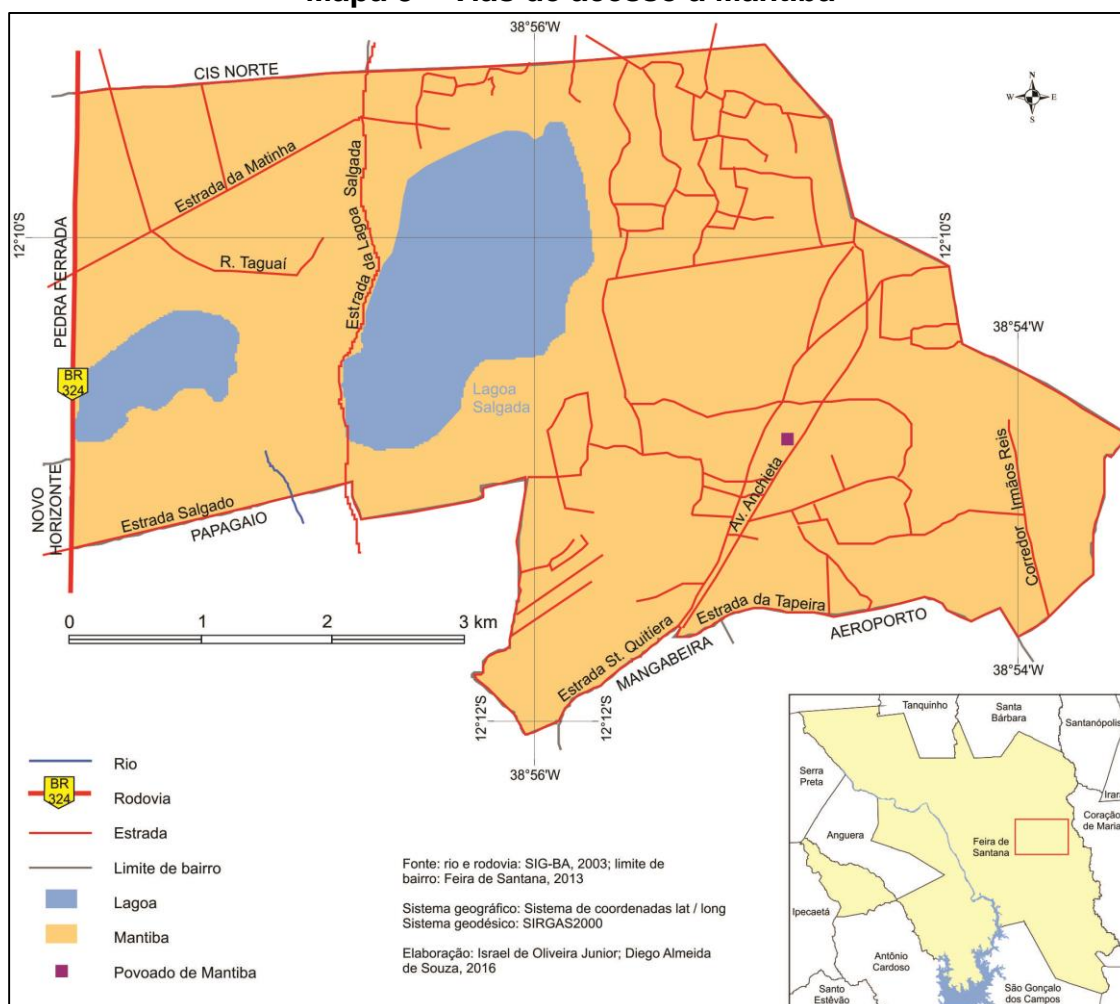
O relevo é o planalto sedimentar pré-litorâneo, sendo plano, bastante nivelado e com a presença de lençol freático, responsável pela existência de água no subsolo

com 20 a 30 metros de profundidade, sendo que nas áreas mais baixas a água aflora e fica mais visível na superfície. Como é uma área sedimentar a população mais antiga se abastecia com as cisternas circulares cavadas com 20, 25, 30 metros e buscava água do subsolo, a exemplo da fonte cavada lateral a Praça da Mantiba.

Barreto em entrevista (2016) continua afirmando que na Mantiba os solos são relativamente profundos e que tecnicamente na agricultura era uma área de produção de mandioca onde encontra-se também as frutas que dependem de solo mais profundo como a mangueira, a jaqueira, o coqueiro. Compreende uma área rural, com chácaras com árvores frutíferas porque o solo é profundo, de baixa fertilidade, mas que com recomposição adequada torna-se próprio para o desenvolvimento da agricultura.

Conforme o mapa 8 pode-se chegar a Mantiba por várias vias. Muitas dessas vias são estradas vicinais, sem sinalização, o que torna difícil a chegada a Mantiba para quem é visitante pela primeira vez.

**Mapa 8 – Vias de acesso à Mantiba**





Dentre as possíveis vias existentes para se chegar à Mantiba, tem-se quatro percursos principais. O primeiro deles é pelo distrito da Matinha, em que após sair da BR-324-Norte, segue-se pela Estrada da Matinha, depois percorre várias estradas vicinais até encontrar o sentido norte da Estrada Santa Quitéria e seguir por ela até chegar a praça da Mantiba. Para quem visita a Mantiba pela primeira vez, dentre os percursos principais é o mais difícil (MAPA 8).

Outro caminho situa-se nas proximidades do bairro Novo Horizonte, em que, estando na BR-324-Norte a altura da Pousada Itajuípe, segue em direção a Estrada Salgado, localizada na lateral da pousada e segue no sentido leste. Mais uma vez, passa-se por algumas outras vias vicinais, até encontrar a Estrada Santa Quitéria, nas proximidades da Praça da Mantiba (MAPA 8).

Outra possibilidade de acesso à Mantiba é pelo bairro Papagaio, seguindo em direção à UEFS pela Av. Transnordestina, em que deve-se encaminhar para a Rua Rubéns Francisco Dias, também conhecida como rua do Centro Arquidiocesano, até o final da mesma e encontrar o sentido sul da Estrada Santa Quitéria (MAPA 8).

O percurso principal e mais fácil para quem vai a primeira vez à Mantiba é pelo bairro da Mangabeira, seguindo pela Avenida Ayrton Senna, até a rotatória adjacente ao cemitério São João Batista. Após a rotatória segue em sentido ao pontilhão (FOTO 36) situado sobre o brejo (FOTO 37) que há no local e encontra-se a bifurcação que dá acesso à Estrada Santa Quitéria e a Avenida Anchieta, podendo-se alcançar, por qualquer uma dessas vias, e após 3,5 km chega-se a Praça da Mantiba. Acrescenta-se, que ambas as vias não possuem cobertura asfáltica e nos meses de chuva (abril a julho), o acesso à Mantiba é dificultado por conta da lama e dos buracos que surgem. (FOTO 38).

Este pontilhão segundo Barreto (Entrevista, 2016) foi construído para passar a estrada de ferro da Empresa Leste Brasileiro que ligaria o município de Feira de Santana ao município de Araçás. Com a chegada de Juscelino Kubitschek ao poder em 1956, a colocação de trilhos foi encerrada e não houve a chegada de trens para a Estação Nova.

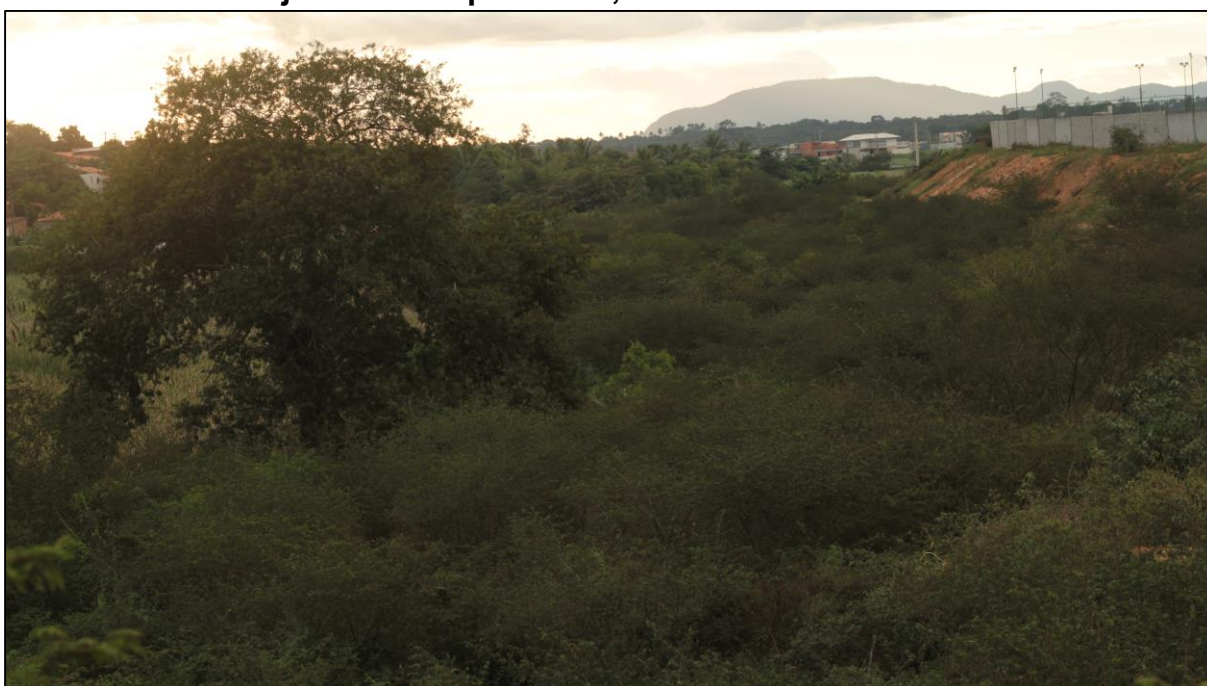
**Foto 36 – Bifurcação da Estrada Santa Quitéria (esquerda) e Av. Anchieta (direita) vista do pontilhão**



Fonte: O autor, 2016. Pesquisa de campo.

Para quem utiliza transporte público há a possibilidade de acesso à Mantiba por meio do transporte alternativo na linha que faz o percurso para Candéal II. As duas linhas de ônibus que dão acesso a Mantiba são: Candéal II e Mantiba/Santa Rita/Parque Ipê via Estação Norte de Transbordo, no bairro Cidade Nova.

**Foto 37 – Brejo lateral ao pontilhão, em uma das entradas da Mantiba**



Fonte: O autor, 2016. Pesquisa de campo.

De acordo com Barreto (em entrevista 2016), no baixio, tem-se a vegetação de brejo com a taboa, local que dá origem a um afluente do rio Pojuca, havendo existência de nascentes na área da Mantiba, apenas nesse baixio (FOTO 37).

**Foto 38 – Estrada Santa Quitéria no período de chuva**



Fonte: O autor, 2016. Pesquisa de campo.

A Mantiba faz limite ao sudoeste com o bairro Papagaio, ao sul com o bairro Mangabeira, e o bairro Aeroporto ao sudeste, distando do Aeroporto João Durval Carneiro em apenas 3 Km; ao leste faz limite com o distrito de Jaíba, ao Norte limita-se com o bairro CIS-Norte e o distrito da Matinha e ao oeste tem a BR 116 – Norte como limite (MAPA 9).

Segundo o IBGE<sup>15</sup> (2010) a Mantiba é dividida em dois setores censitários<sup>16</sup>, um urbano e outro rural. O setor urbano é o quadrilátero destacado no mapa 8 e compreende, anteriormente a Lei Complementar 075/2013, ao povoado da Mantiba.

Para o IBGE um povoado tem a seguinte definição:

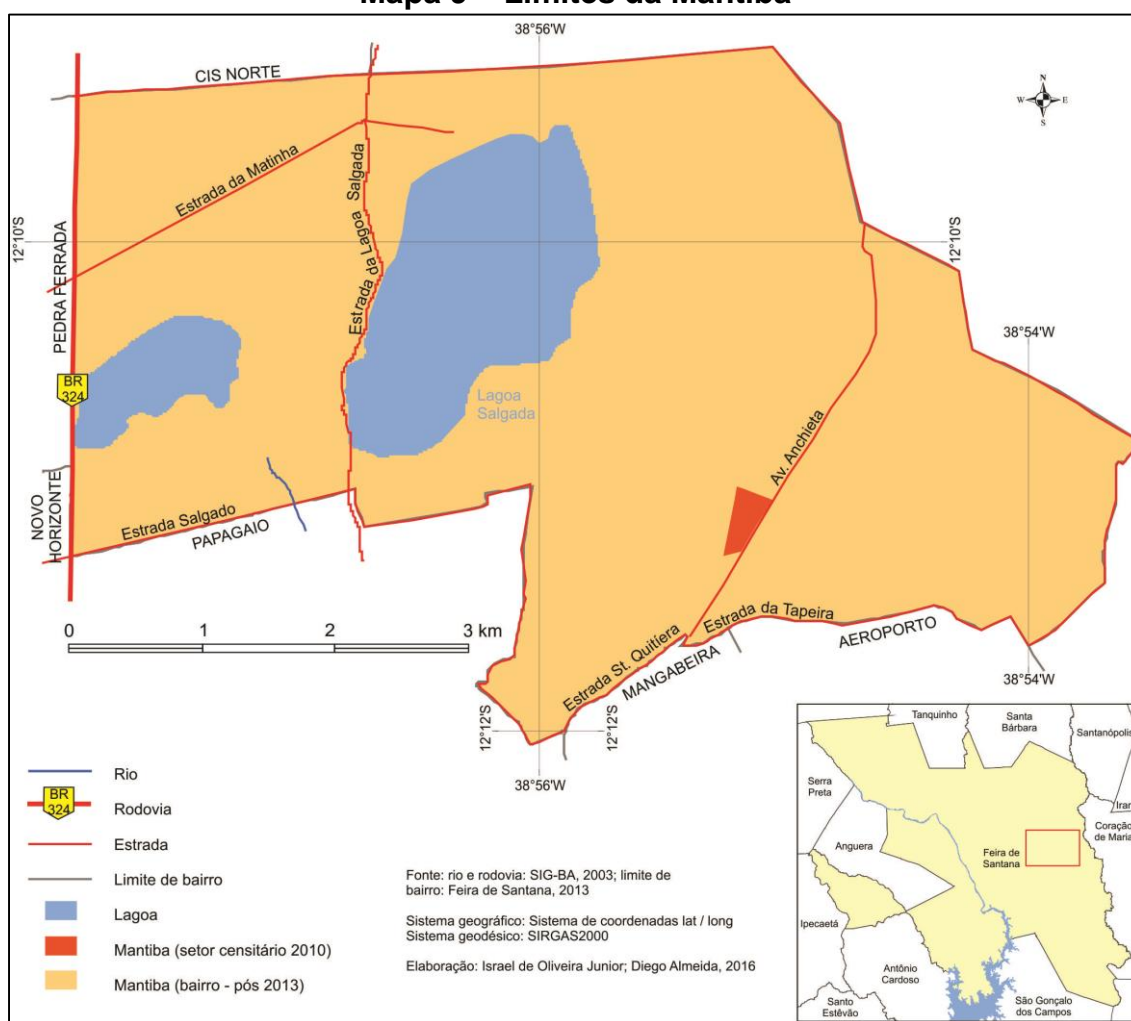
Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um)

<sup>15</sup> Os dados que o IBGE possui sobre a Mantiba são anteriores a Lei Complementar 075/2013.

<sup>16</sup> O setor censitário que faz referência ao Povoado da Mantiba é urbano e tem a seguinte numeração 291080030000005. O setor rural é maior e tem a seguinte numeração 291080030000003.

estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou, mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela. (IBGE, 2015, p. 04).

**Mapa 9 – Limites da Mantiba**

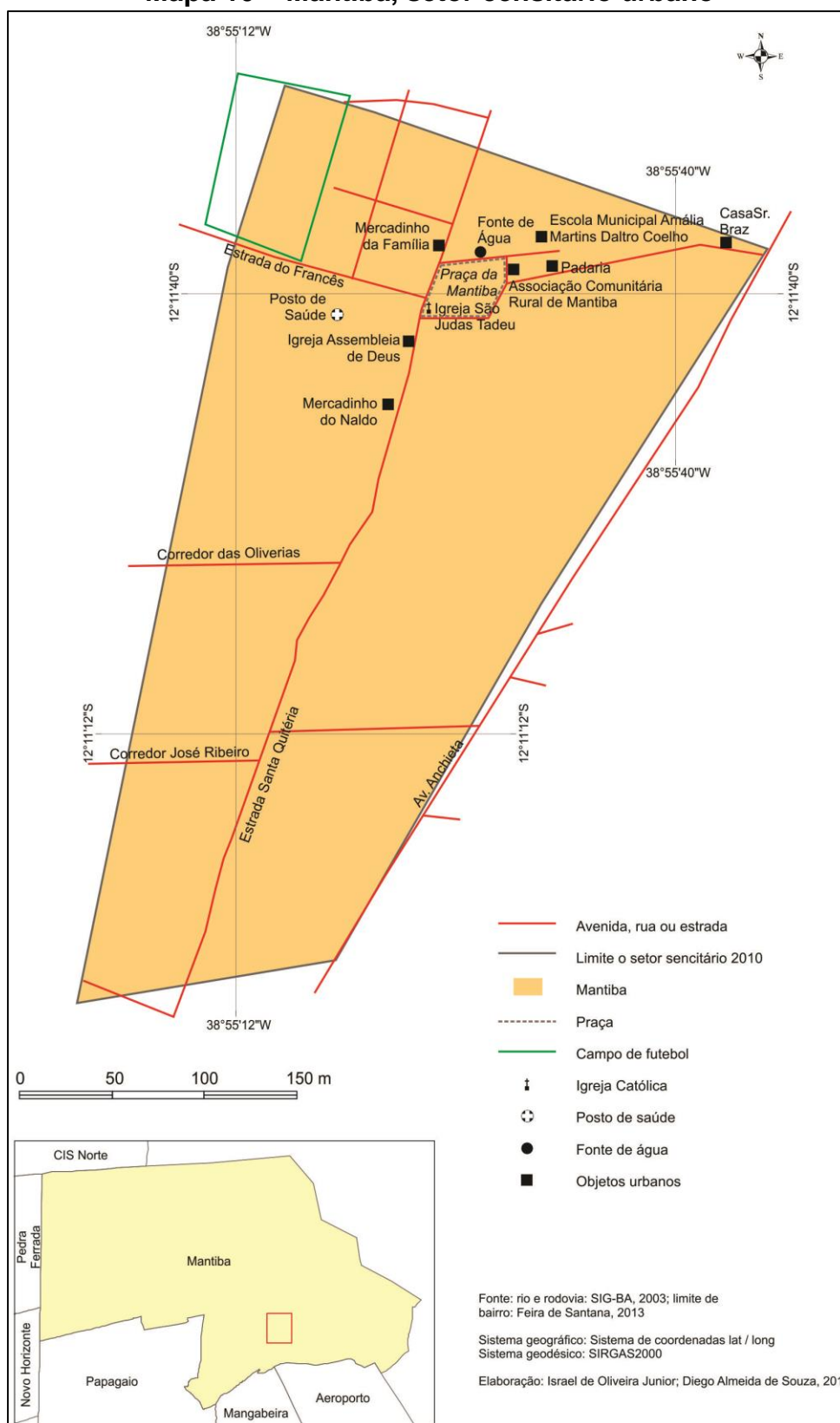


Fonte: IBGE 2010, alterado pelo autor, 2015.

Um aglomerado rural isolado, por sua vez, tem por definição estar localizado a uma distância igual ou superior a 1 Km da área urbana de uma cidade, ou vila. Assim, a Mantiba ao ter um minimercado, a Escola Municipal Maria Amália Martins Dalto de ensino básico e fundamental, um posto de saúde, que tem atendimento médico uma vez na semana, e a Paróquia de São Judas Tadeu, lhe era conferida a nomenclatura de povoado pelo IBGE.

O setor censitário urbano proposto pelo IBGE, antes da Mantiba ser transformada em bairro é indicado no mapa 10.

**Mapa 10 – Mantiba, setor censitário urbano**



Neste setor pode ser observado ao Nordeste a casa de Braz Ferreira e uma padaria, mais ao norte a Praça da Mantiba, juntamente com a Paróquia de São Judas Tadeu e adjacente à praça, à fonte d'água, à Associação Comunitária Rural de

Mantiba e à Escola Municipal e ao Mercadinho da Família. Mais a oeste o Mercadinho de Naldo, o posto de saúde, a Igreja Assembleia de Deus e um campo de futebol de terra batida. Como principais vias de acesso tem-se a Estrada Santa Quitéria e a Avenida Anchieta, e como vias secundárias tem-se a estrada do Francês, o Corredor das Oliveiras e o Corredor José Ribeiro.

Na foto 39 pode ser visualizada a praça central da Mantiba em que se tem ao lado direito a Paróquia de São Judas Tadeu, o cruzeiro, feito em madeira por Braz Ferreira em conjunto com outros moradores que ficava, segundo Naiane Fonsêca, (ENTREVISTA, 2016), na frente da paróquia, com uma reforma na década de 1980, foi retirado.

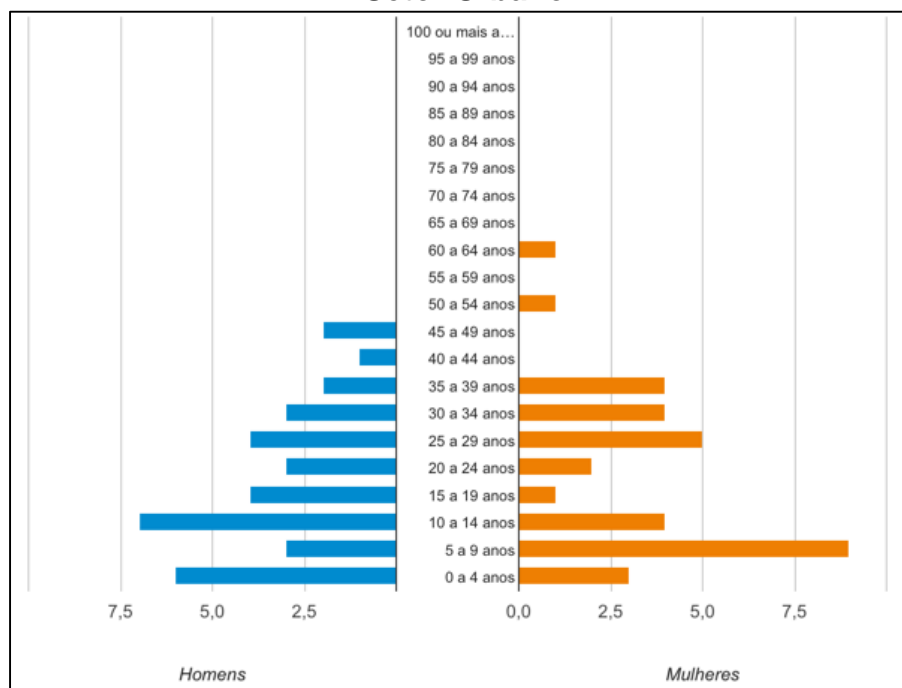
**Foto 39 – Praça da Mantiba e a Paróquia de São Judas Tadeu**



Fonte: O autor, 2016. Pesquisa de campo.

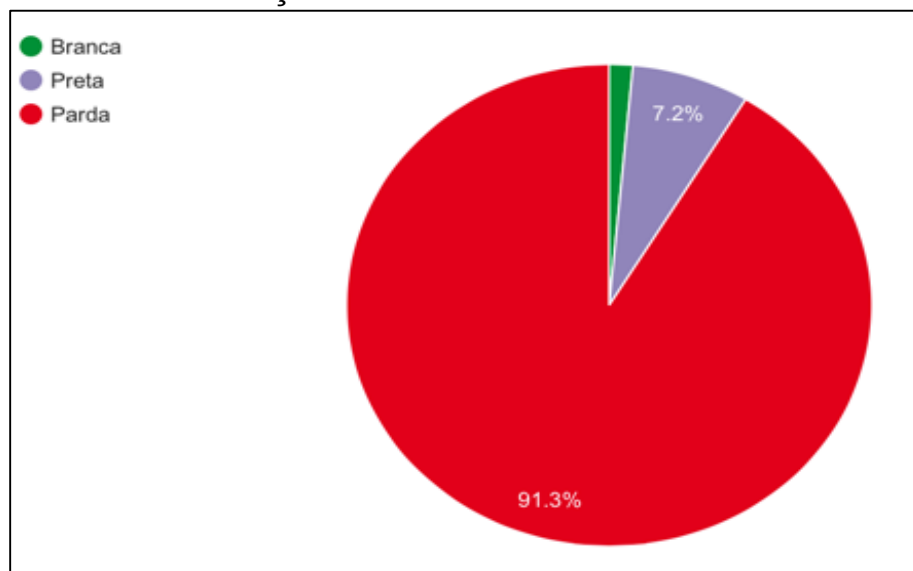
A população da Mantiba, segundo o IBGE (2010), para o setor censitário urbano que compreendia o povoado, é composta 34 mulheres e 35 homens, desse total 91,3% se autodeclaram pardas; 7,2% preta e 1,4% branca, conforme as figuras 3 e 4, respectivamente.

**Figura 3 – População Residente – Sexo – Pirâmide Etária – Setor Urbano**



Fonte: IBGE, 2010.

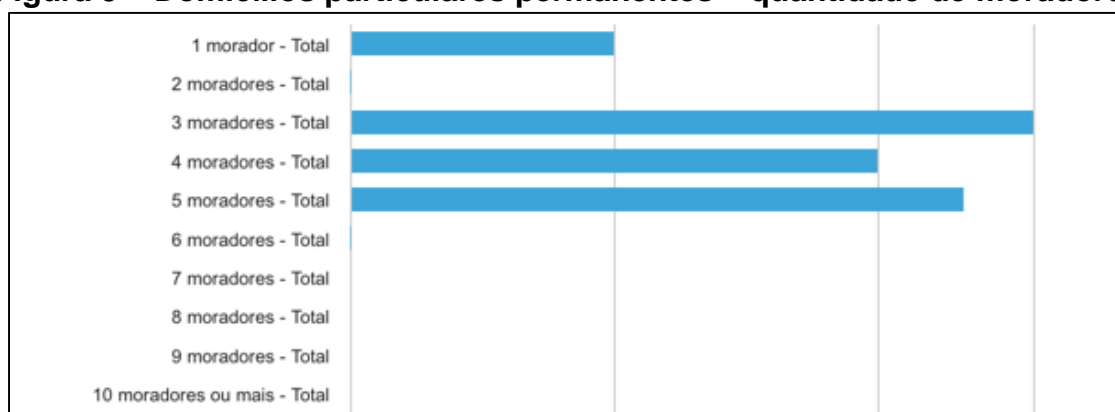
**Figura 4 – População Residente – Percentual de autodeclaração da cor no setor urbano da Mantiba**



Fonte: IBGE, 2010.

O tipo de domicílio particular permanente existente são 19 casas, sendo apenas 01 alugada. A média de moradores são 03 pessoas, podendo ser encontrado o máximo de 05 moradores. Os domicílios do povoado têm luz elétrica, coleta regular de lixo e predomina o recebimento de água por meio de rede geral. (FIGURAS 5 e 6).

**Figura 5 – Domicílios particulares permanentes – quantidade de moradores**



Fonte: IBGE, 2010.

**Figura 6 – Domicílios particulares permanentes – Destino do lixo**

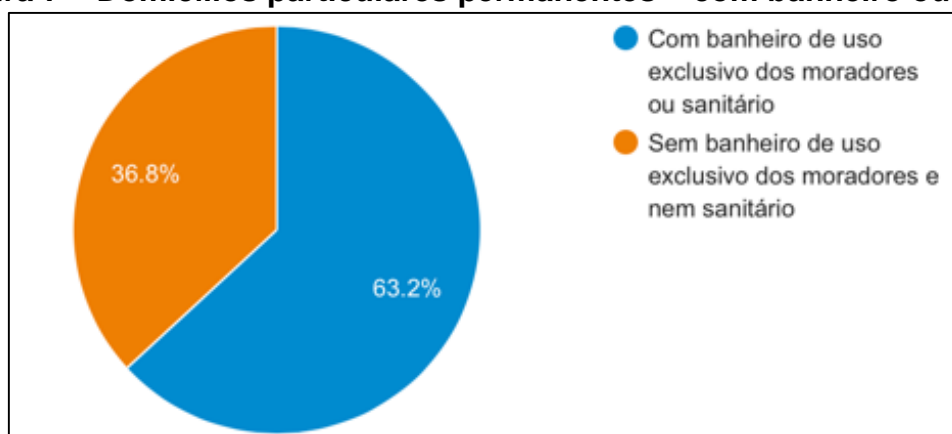


Fonte: IBGE, 2010.

No entanto, preocupa o fato de que dos 19 domicílios existentes 07 (36,8%) não possuem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário (IBGE, 2010), conforme a figura 7.



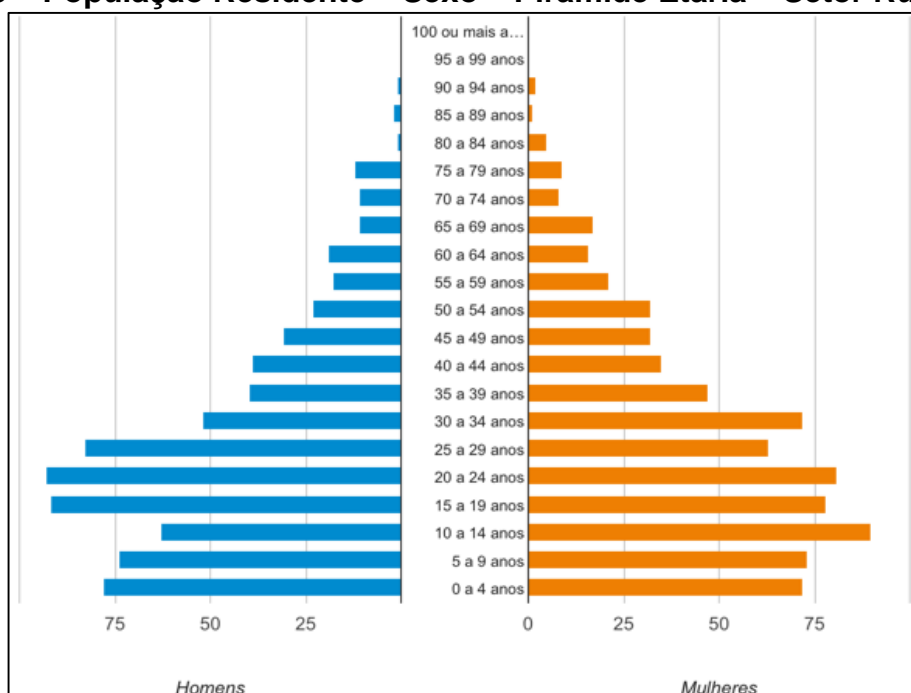
**Figura 7 – Domicílios particulares permanentes – com banheiro ou sanitário**



Fonte: IBGE, 2010.

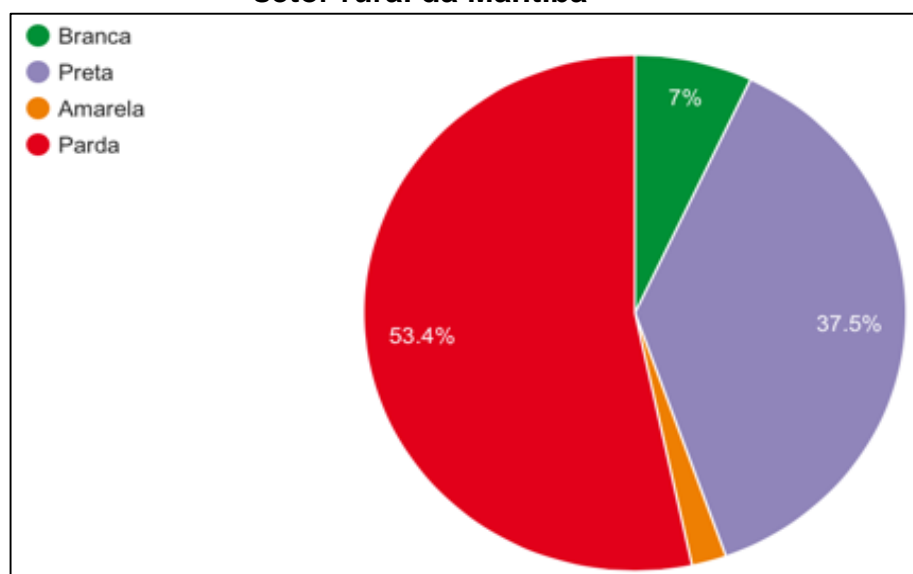
O setor censitário rural da Mantiba, segundo o IBGE (2010) tem uma população maior, em comparação com o setor urbano, 1.497 habitantes, sendo o percentual de moradores que se autodeclaram pretos de 37,5%. (FIGURAS 8 e 9).

**Figura 8 – População Residente – Sexo – Pirâmide Etária – Setor Rural**



Fonte: IBGE, 2010.

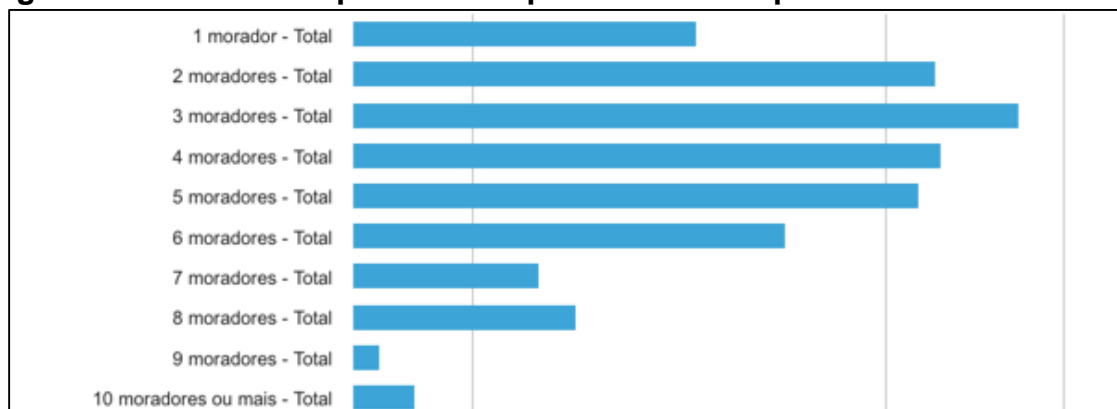
**Figura 9 – População Residente – Percentual de autodeclaração da cor no setor rural da Mantiba**



Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com os dados expostos na figura 10, há 365 casas com uma média de 04 moradores, podendo ser encontrado o máximo de 10 moradores em uma casa. Os domicílios deste setor, em sua maioria, têm luz elétrica, apenas 02 não tem luz; o predomínio é o recebimento de água por meio de rede geral, podendo ser encontrado domicílios que possuem poços, nascentes ou fazem armazenamento em cisterna da água da chuva. Observa-se que 17% dos domicílios existentes não têm banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário; e quanto a coleta de lixo regular predomina em 70% dos domicílios, mas nos 30% restante o lixo pode ser queimado ou enterrado na propriedade, ou mesmo ser jogado em terreno baldio, o que permite inferir que a coleta de lixo não atinge todo o setor (IBGE, 2010). (FIGURA 10 e 11).

**Figura 10 – Domicílios particulares permanentes – quantidade de moradores**



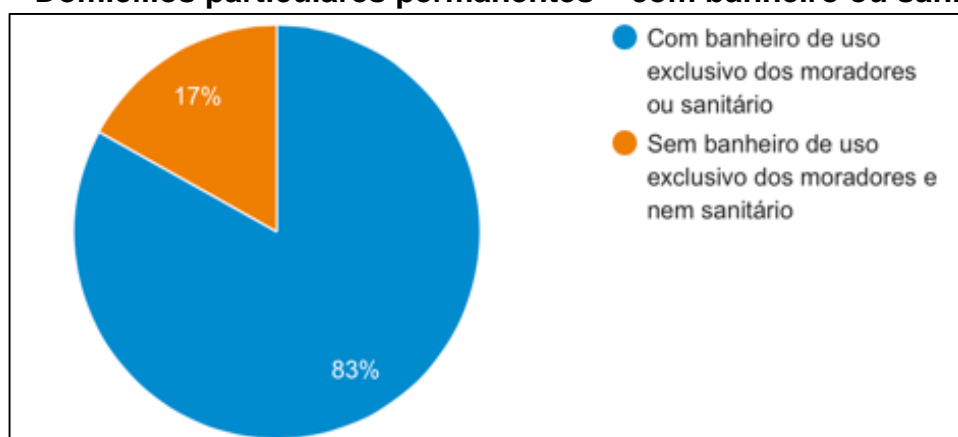
Fonte: IBGE, 2010.

**Figura 11 – Domicílios particulares permanentes – destino do lixo**



Fonte: IBGE, 2010.

**Figura 12 – Domicílios particulares permanentes – com banheiro ou sanitário**



Fonte: IBGE, 2010.

Ao somar a população dos setores censitários que fazem referência a Mantiba chega-se a um total de 1.567 habitantes, que representam 3,4% da população rural de Feira de Santana, que em 2010, segundo o IBGE era de 46.007 habitantes.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura de Feira de Santana (SEAGRI-2015), estão cadastrados 19.056 agricultores no sistema SEAGRI, sendo 18.238 o número de cadastros ativos. Cada agricultor representa uma família, tendo em vista que a média é de no mínimo 03 pessoas por família no espaço rural em Feira de Santana, os dados da SEAGRI em comparação com os dados do IBGE apontariam a existência de 57.168 habitantes no campo, número esse que é maior em 11.161 habitantes se comparado com os dados do último censo.

Para fazer o registro e ter acesso aos benefícios municipais o agricultor tem que comprovar titularidade sobre a terra que possui. Segundo a SEAGRI (2015) 66% são proprietários com documento do imóvel registrado; 14% tem títulos do Governo do Estado da Bahia emitidos pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), 7% são jovens e tem comodato dos pais ou parentes e 3% declaração de posse de pequenas glebas compradas ou recebidas como heranças.

Os benefícios recebidos pelos agricultores cadastrados na prefeitura são os seguintes: sementes de milho e feijão, mudas para plantio de frutas próprias da região como cajueiros, umbuzeiros, assessoria aos pequenos produtores rurais por meio de agrônomos e veterinários que trabalham na SEAGRI, auxílio dos técnicos em Apicultura e a retirada de enxames na zona urbana, levando para os apicultores dos 05 (cinco) distritos da zona rural, (Matinha, Tiquaruçu, Maria Quitéria, Jaguará, Humildes), organização de feiras de alimentos e artesanatos no centro da cidade e eventos nos municípios circunvizinhos, auxílio na documentação, criação, desenvolvimento e captação de recursos de cooperativas nas comunidades ativas da agricultura familiar (SEAGRI, 2015).

No entanto, segundo José Ferreira Sales, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Feira de Santana, em entrevista, 2016, apenas esses benefícios concedidos pela SEAGRI não são suficientes para o fortalecimento da agricultura familiar. O sindicalista argumenta ainda que como não há uma política de fortalecimento da agricultura familiar, o agricultor, que na sua maioria são de micro e pequenos porte, desiste da propriedade no campo e migra para o centro urbano de Feira de Santana. “Em Feira de Santana tem sido um desafio muito grande a agricultura familiar produzir, produzir com qualidade para poder colocar os seus produtos no mercado e ter a subsistência da sua família” (SALES, Entrevista, 2016).

É neste, espectro do rural ao urbano que se encontra a Mantiba e a sua população, num espaço transformado do ponto de vista jurídico, mas que no dia a dia ainda tem arregimentado o modo de viver anterior, uma forma de viver rural em que o morador/agricultor tem a necessidade de plantar para obter o alimento que estará na mesa, o alimentando. Mas, para isso é necessário a terra. Esta, porém, teve o seu valor de troca sobreposto ao valor de uso e assim, este morador/agricultor vai vivendo o desafio de estar no campo e cidade e ser rural e urbano.

## 5 O DESAFIO DE ESTAR NO CAMPO E NA CIDADE: SER RURAL E URBANO

*A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se através de sentimentos e idéias.*  
*Raymond Williams*

*A vida de uma pessoa não é o que lhe acontece, mas aquilo que recorda e a maneira como o recorda.*  
*Gabriel García Márquez*

Estas epígrafes não são um mero enfeite textual. O ato de viver e a busca cotidiana – ainda que inconsciente – em manter-se vivo faz com que famílias sejam construídas e perpetuem-se por gerações seja no campo, na cidade ou no movimento pendular entre ambos espaços. O movimento é inerente à vida e estende-se ao espaço em que se vive. Os sentimentos e as ideias sobre a vida em determinado espaço no decorrer do tempo é uma construção individual e coletiva, que traz consigo a ideia de pertencimento e os sentimentos de bem-querer, amor, nostalgia. A memória, nesse processo, é o elo entre as gerações, que porventura não conhecem um ou outro espaço vivido, amado ou mesmo odiado pela família.

A escrita de Williams (1989) no livro *O campo e a Cidade: na história e na literatura* é lúdica e nostálgica nos capítulos iniciais. No primeiro capítulo, intitulado *Campo e cidade*, por exemplo, o autor relembra a sua relação com o campo e a cidade desde a mais tenra idade. Revive Williams (1989, p. 14-15): “como já disse antes, nasci numa aldeia e até hoje moro numa aldeia. [...] As pedras da estrada soterrada são mais velhas que a universidade [...] De certa forma, os trinta centímetros de terra que cobrem equivalem a um milênio.”

A questão central do pensamento de Williams está em mostrar por meio da literatura – principalmente a inglesa – como o campo e a cidade eram vistos no passado. O tempo verbal utilizado pelo autor, nos três primeiros capítulos, é a primeira pessoa do singular o que aproxima a sua escrita de um relato memorial, fato este que particulariza a narrativa e o diferencia de outros autores como: Benevolo (1983); Lefebvre (1976, 1978, 1991, 2001, 2002, 2006); Mumford, (1998); Oliveira (2007); Rolnik (1989); Sposito (2010) que discutem campo e cidade.

Segundo Williams (1989, p.13):

O resultado é este livro; ainda que frequente e necessariamente ele adote procedimentos impessoais de exposição e análise, há sempre por trás de tudo, um ímpeto, um **engajamento pessoal**. E como a relação entre campo e cidade não apenas um problema objetivo e matéria de história como também, para milhões de pessoas hoje e no passado, uma vivência direta e intensa, não julgo necessário justificar essa causa pessoal, ainda que faça questão de mencioná-la. Assim, logo de saída, antes mesmo de iniciar a argumentação devo dizer que para mim a vida rural tem diversos significados (grifo nosso).

Então, como um militante, que defende os seus ideais e as suas causas, o autor sai em defesa dos seus pontos de vistas sobre o campo e a cidade com base nos seus sentimentos e na sua experiência de vida.

A segunda frase, de autoria do escritor colombiano Gabriel García, remete ao espaço familiar, principalmente quando se vive – ou viveu – com os avós e por meio deles se ouviu causos sobre o espaço rural que viviam, estórias misteriosas; crendices relacionadas com a casa de farinha; o mau agouro dos sons emitidos, à noite, pela coruja rasga-mortalha; as narrativas de tempestades e dos períodos de seca.

Esse contato com os avós, é ou foi, para muitas pessoas, o elo de aproximação com espaços rurais longínquos dos grandes centros urbanos brasileiros, em que muitas vezes, tem ou tinham nomes estranhos como Grotão, Barriguda, ou mesmo nomes mais simples como a Fazenda de Firmino, de Cícero, ou simplesmente: a roça. Esses lugares deslocam-se para o campo da memória, de um imaginário obtido por meio de terceiros, e talvez nunca foram ou serão conhecidos, nem ao menos por meio de fotos, mas esses espaços rurais distantes e desconhecidos da maioria da população não são de menor valor ou importância, ao contrário “a vida campestre tem muitos significados: de sentimentos e de atividades; no espaço e no tempo” (WILLIAMS, 1989, p. 14-15).

Com a morte dos avós, que agiam como militantes e que engajaram-se, muitas vezes, em passar para as gerações vindouras os seus ideais, causas, valores e tradições é como se a totalidade campo-cidade, sofresse uma fissura e permitisse o iniciar de uma luta contraditória entre campo *versus* cidade, saindo vitoriosa a cidade. Os avós-militantes eram a única aproximação imaginativa com o campo. A citada luta que transcorre ou transcorria num passado-presente é contraditória porque esses netos nunca dormiram na roça, nunca tiveram um filho que nascesse na roça por meio de uma parteira, nunca tiveram que curar o filho de um mal-estar com uma rezadeira, nunca estiveram numa plantação, nunca araram ou mesmo jogaram a semente na terra, tendo a preocupação de que na época certa chovesse. E, enquanto

adolescentes, esses netos, se permitiram, ainda que inconscientemente, que o campo fosse associado ao lugar da pobreza, da ignorância, do atraso. É como se, inebriados com a ideia de cidade – centro de realizações, luz, comunicações, não tivessem se permitido escutar o barulho dos congestionamentos, ver os muros das casas cada vez mais alto e perceber a distância que existe entre os vizinhos, que há anos moram no mesmo andar do prédio. São a geração *playground*, a geração urbana.

Assim, as epígrafes anteriormente citadas são utilizadas como subsídio para recordar o quanto é rica e valorosa a experiência de uma família, dos avós ou mesmo de um militante no decorrer do tempo, com a interface campo-cidade.

Conforme expõe Williams (1989) campo e cidade são palavras muito poderosas. Mas, também são palavras que se tornam perigosas para o sujeito que alheio a diversidade de conceitos, caracterizações e categorias de análises envereda na tentativa de elucidar e discutir textualmente as mais variadas definições e posicionamentos a respeito dos termos campo, cidade, rural e urbano.

### **5.1 Retornando ao início: aldeia-cidade, campo-cidade, rural-urbano**

A predisposição à vida social segundo Mumford (1998) foi o elemento que veio antes de tudo: antes da cidade, da pequena povoação, do santuário e a aldeia, antes da aldeia, do acampamento, do esconderijo, da caverna, do montão de pedras.

O termo aldeia é originário do árabe *ad-dayha* e significa pequena aglomeração de casas. E foi na aldeia onde a predisposição à vida social inicialmente se manifestou com maior intensidade. Neste contexto duas conquistas foram fundamentais: a domesticação de animais e a reprodução de vegetais comestíveis por meio de mudas, que garantiram a existência de suprimento alimentar ainda no período mesolítico, “talvez a 15 mil anos atrás” (MUMFORD, 1998, p. 11).

Acontece por meio destas duas conquistas o que Marx e Engels (2007) denominam como o primeiro ato histórico, que nada mais é, que a produção dos meios para a satisfação das necessidades para se viver. Marx e Engels (2007) reiteram que a produção da própria vida material, é sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, simplesmente para manter os homens vivos.

O período mesolítico foi uma era de transição do paleolítico para o neolítico. Este período é diretamente ligado à era glacial, que provocou drásticas alterações

climáticas em alguns continentes. No período mesolítico, o homem começa a utilizar a descoberta do fogo de forma estratégica: para espantar os animais maiores, iluminar as habitações provisórias – pois eles ainda eram, em sua maioria, nômades –, cozinhar os alimentos e, principalmente, se protegerem do frio da época.

Pautado pela necessidade de sobrevivência, o homem mesolítico começa a se habituar com o sedentarismo e inventa novos tipos de armamentos para combater os animais ferozes e coletar alimentos. Neste período, já existe a divisão das tarefas sociais por sexo: homens são responsáveis pela segurança e por trazer alimento, enquanto as mulheres cuidam das crianças e da organização das habitações.

Não importa que outras funções pudesse ter, era a aldeia o ninho coletivo para o cuidado e nutrição dos filhos. Na aldeia, a mulher prolongou o período de cuidados às crianças e o de alegre irresponsabilidade, de que dependem tantos dos maiores feitos do homem. A vida estável da aldeia tinha uma vantagem sobre as formas itinerantes e mais frouxas de associação, dos grupos menores, pelo fato de proporcionar um máximo de facilidades para a fecundidade, nutrição e proteção. Graças à divisão do cuidado com os filhos pela comunidade, pôde prosperar um número maior deles. Sem esse longo período de desenvolvimento agrícola e doméstico, os excessos de alimento e capacidade de trabalho que tornaram possível a vida urbana não teriam existido (MUMFORD, 1998, p. 12).

O constante avanço do convívio humano em sociedade e o desenvolvimento de novas tecnologias permitiram o plantio de sementes de certas gramíneas, a domesticação de outras plantas dotadas de sementes e a utilização de animais em rebanhos, que paulatinamente permitiu o aumento da capacidade de tração e da mobilidade coletiva pelo espaço, culminaram no término do período mesolítico, dando início ao período neolítico, a última das eras pré-históricas, e em meio a todos esses acontecimentos, o mais importante talvez tenha sido a domesticação do próprio homem, que constitui em si mesma uma prova de crescente interesse pela sexualidade, reprodução, pela família (MUMFORD, 1998).

Nesse momento, surge o que Marx e Engels (2007) denominam como a terceira condição que intervém no desenvolvimento histórico: a reprodução. Assim, o homem ao cuidar diariamente da sua própria vida, começa a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. No entanto, a produção da vida aparece desde o primeiro momento como uma relação dupla: de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade.



Para Marx e Engels (2007), então, segue-se daí, que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – “força produtiva” –, e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas.

Todos esses novos hábitos e funções, somados à “força produtiva” emprestaram sua contribuição à cidade, quando ela veio a surgir; e, sem esse componente de aldeia, até a maior comunidade urbana teria carecido de uma base essencial de permanência física e continuidade social. Mumford (1998) afirma que a estrutura inicial da cidade já existia na aldeia:

Casa, oratório, poço, via pública, agora - que não era ainda um mercado especializado -, tudo isso tomou forma primeiro na aldeia: invenções e diferenciações orgânicas, que aguardavam o momento de serem levadas avante na estrutura mais complexa da cidade. O que vale para a estrutura geral da aldeia vale também para as suas instituições. Os começos da moralidade organizada, do governo, do direito e da justiça existiam nos Conselhos de Anciões da aldeia. [...] note-se o quanto a cidade deve, tecnicamente, à aldeia: dela surgiram, diretamente ou pela elaboração, o celeiro, o banco, o arsenal, a biblioteca, o armazém. Lembremo-nos também de que a vala de irrigação, o canal, o reservatório, o fosso, o aqueduto, o dreno, o esgoto também constituem recipientes destinados ao transporte automático ou à armazenagem. O primeiro deles foi inventado muito antes da cidade; e sem essa ordem de invenções a cidade antiga não poderia ter tomado forma, como afinal ocorreu; pois não era ela nada menos que um recipiente de recipientes (MUMFORD, 1998, p. 18).

A aldeia se multiplicou e propagou sobre o globo, permitindo as mais variadas gradações entre elas e as cidades neolíticas, sendo os encontros cerimoniais que aconteciam em intervalos determinados e regulares, nos sítios ao qual grupo de clãs eram atraídos na concepção de Mumford (1998, p. 09) “o primeiro germe da cidade”.

Para Benevolo (1983) a formações das cidades mais antigas teriam ocorrido segundo as escavações arqueológicas a partir do IV milênio a.C., enquanto Mumford (1998) frisa que os mais antigos restos humanos, com exceção de Jericó, são datados por volta de 3.000 a.C.

Mas, no entanto, conforme indaga Mumford (1998) o que é a cidade? Como foi que começou a existir? Que processos promove? Que funções desempenha? Que finalidades preenche? Para o autor as origens da cidade são obscuras e não há conceito capaz de descrever a totalidade das transformações pela qual a cidade passou no decorrer do tempo.

Rolnik (1989), por sua vez, vê a cidade como um imã, capaz e atrair pessoas e formar um aglomerado urbano, sendo que essa mesma cidade tem uma escrita própria que a difere das outras cidades à medida que ela constrói, prédios, casas, monumentos, etc.

De acordo com Williams (1989), no século XVI tem-se o termo *city* (cidade), que se origina do latim *civitas*, que por sua vez vem de *civis* (cidadão), no período, o termo *city* tem a acepção de cidade grande e era um termo utilizado para contrastar com o termo *country*. A palavra *country* que em inglês tanto pode significar campo, enquanto país vem do termo latino *contra*, que em seu sentido original é a terra que se estende contra o observador, defronte dele.

O campo e a cidade para Williams (1989, p. 387) “são realidades históricas e em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações”.

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também, constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar do barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar do atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à antiguidade clássica (WILLIAMS, 1989, p. 11).

Para Marx e Engels (2007) a contradição entre a cidade e campo chega a ser anterior a antiguidade clássica conforme afirmou Williams, começa com a passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação, e mantém-se por toda a história da civilização até os dias atuais, devido a existência da divisão do trabalho e somente pode ocorrer a oposição entre cidade e campo no interior da propriedade privada, ao se ter a população dividida em duas grandes classes, que se baseiam na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade e do campo, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano e rural (CARLOS, 2007), sendo permitido neste contexto visualizar a metáfora de Harvey (1980) ao comparar a cidade [e o campo – mesmo com a existência de latifúndios, o campo pode ser incluso nessa metáfora] com um teatro, sendo cada lote urbano [e rural] uma poltrona, em que quem chega por último ocupa os piores lugares e o que define a ordem de chegada é a condição de classe.

Lefebvre (1999) concorda com Marx e Engels (2007) ao afirmar que a divisão do trabalho é consequência da diferença entre o campo e a cidade, ao ser o campo a

dispersão e o isolamento e a cidade a representação da concentração. Assim, “nessa separação compete ao campo o trabalho material desprovido de inteligência; à cidade pertence o trabalho enriquecido e desenvolvido pelo intelecto”, havendo com essa separação o bloqueio e mutilação da totalidade social, cabendo ainda à cidade as funções de administração, comando e política (LEFEBVRE, 1999, p. 49).

Então, chega-se ao momento em que a força produtiva não dá conta das demandas existentes na sociedade e por meio da força motriz cria-se a grande indústria, a industrialização, que na concepção de Marx e Engels (2007, p. 60) destruiu a naturalidade no interior do trabalho, e dissolveu todas as relações naturais em relações monetárias. “No lugar das cidades formadas naturalmente, surgiram as grandes cidades industriais modernas, nascidas da noite para o dia. Completou a vitória da cidade comercial sobre o campo,” à medida que se ampliou a divisão do trabalho e aumentaram os aperfeiçoamentos técnicos. Soma-se, ainda, a dimensão política da cidade que, segundo Rolnik (1989), ao reger o convívio social coletivo e ao concentrar pessoas intensifica a possibilidade de trocas e colaborações entre os homens, potencializando sua capacidade produtiva por meio da divisão do trabalho.

Desta forma, “a cidade, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, cria o mercado. E assim, se estabelece não apenas a divisão do trabalho entre campo e cidade, mas também uma especialização do trabalho no interior da cidade” (ROLNIK, 1989, p. 26).

Nesse sentido, a superação da oposição campo e cidade não pode ser concebida como uma neutralização recíproca, em que o espaço campestre e as atividades agrícolas estarão fadados a sumirem por conta da expansão da cidade em sua direção (LEFEBVRE, 1991). Essa superação, vitória da cidade sobre o campo, conforme chamou Marx e Engels (2007), ou mesmo divisão do trabalho entre campo e cidade (ROLNIK, 1989), está ligada às relações de produção.

O efeito da industrialização faz com que a produção e a reprodução sejam potencializadas. No período mesolítico a preocupação do homem era, conforme aponta Marx e Engels (2007), em manter-se vivo ao produzir as condições necessárias para a continuidade das gerações vindouras. No período neolítico, o homem alcança o sedentarismo e ao ter tempo ocioso e suficiência alimentar, ao produzir o seu próprio alimento, começa a preocupar-se em reproduzir-se para povoar, e conseqüentemente, ao ter mais membros na sua aldeia, maiores são as necessidades do grupo por alimento e espaço. Com a chegada das grandes

máquinas, as necessidades se avolumam e passam a serem atendidas por meio das mercadorias, que no processo de produção e reprodução está imbrincada com a divisão do trabalho e a ampliação das técnicas.

A noção de produção se vincula ao ato de produzir do homem e de sua humanidade, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, estando articulada com reprodução das relações sociais *lato sensu* e *stricto sensu*, significando, neste contexto, o que se passa fora da esfera específica da criação de mercadorias e do mundo do trabalho para estender-se ao plano do habitar, do lazer e das horas fora das atividades produtivas, à vida privada que conserva o sentido das relações entre as necessidades e os desejos que marcam a reprodução individual e da sociedade (CARLOS, 2007). Desta forma, o conceito de produção também revela a sua generalização em um processo conflituoso e contraditório englobando todas as esferas da reprodução social e conseqüentemente irá repercutir no cotidiano.

A produção se abre para a reprodução e, nesta direção, sinaliza o processo de desenvolvimento da sociedade humana, evidenciando a profunda dialética homem-natureza. Nesta perspectiva, a noção de produção supera - sem ignorar - o plano do econômico, colocando a análise num outro patamar (aquele da sociedade), na medida em que a **cidade revela o processo de generalização da troca, da constituição e ampliação do mundo da mercadoria**, da concretização da ordem distante no lugar, influenciando na realização da vida enquanto prática sócio-espacial. Nessa direção, a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais — relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social — produzindo um espaço — ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade. (CARLOS, 2007, p. 21, grifo nosso).

A cidade ao revelar o processo de generalização da troca e a ampliação do mundo da mercadoria evidencia-se como resultado da materialização das relações sociais ao longo do processo histórico de uma série de gerações, em que o processo cumulativo repercute no modo de vida e por extensão no cotidiano, podendo as transformações espaciais ocorridas na cidade, no passado, presente ou futuro serem compreendidas apenas na relação de continuidades e discontinuidades do espaço-tempo no momento histórico analisado. Nessa orientação, campo e cidade, urbano e o rural “são momentos reais do movimento de realização da sociedade e revelam os conteúdos da vida, como momentos da reprodução da sociedade saídos da história da industrialização” (CARLOS, 2007, p. 107).

Pensando, por sua vez, no rural como “momento real”, Martins (1981) traz as seguintes questões: em que consiste a crise que fundamenta o aparecimento da sociologia rural? É a crise que provoca a necessidade de refletir sociologicamente sobre o mundo rural?

Solari (1965) ao falar de Martins (1981) aponta que a crise tem duas dimensões: a migração do campo para a cidade e o conseqüente despovoamento do campo; e, a invasão do campo pela cidade, que leva a urbanização do meio rural. Por conta das mudanças em um dos polos, neste caso o rural, surge uma sociologia especial, no caso a sociologia rural.

A sociologia surge como um recurso para a preservação do equilíbrio do sistema global e é em si mesma expressão da dominação do urbano sobre o rural. Se, no entanto, a crise é crise para o sistema social rural e a resposta a ela é científica, isto é, a resposta à crise é a sociologia rural, a crise no caso está sendo interpretada a partir da perspectiva da expansão do urbano sobre o rural, na medida em que o conhecimento científico está fundado no mundo urbano e na expansão das cidades (MARTINS, 1981, p. 25).

Então, a sociologia rural, ao não ter o conhecimento científico sobre o espaço que estava a investigar, ainda na década de 1930, por meio dos sociólogos Sorokin, Zimmerman e Galpin, fez a seguinte pergunta: o que é o rural?

De acordo com Williams (1989), a origem do termo rural data o século XV, sendo o termo proveniente de *ruralis* que surge como termo descritivo e no final do século XVI ganha conotação social.

Ocorreu, então, a partir da pergunta o que é o rural? a primeira sistematização da sociologia rural sobre o rural, que pode ser visualizada no artigo: Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. Neste estudo, cinco características ou “traços caracterizadores” do rural foram identificados, sendo o principal desses traços o fato de que a sociedade rural é essencialmente aquela na qual os indivíduos ativamente ocupados estão na atividade agrícola. Desta característica se destaca o fator ocupacional em que por meio da ocupação agrícola pode ser feita a coleta e o cultivo de plantas e animais (SOROKIN, ZIMMERMAN E GALPIN, 1930).

A segunda característica diferenciadora entre o rural e o urbano é o ambiente. Os autores consideram que o trabalhador rural ao estar no campo está sujeito a preponderância da natureza diante o trabalho humano que desenvolve, sendo que na cidade ocorre o oposto, a natureza é subjugada ao trabalho humano.

O tamanho das comunidades é a terceira característica. A proporção homem/terra é menor no campo e muito maior na cidade. Para os autores, o próprio caráter das atividades agrícolas são responsáveis por tal característica à medida que exige que o trabalhador more permanentemente mais ou menos perto da terra cultivada e ao necessitar de terra para cultivar obrigatoriamente reduz o número de habitações e conseqüentemente o tamanho da comunidade.

Em quarto lugar tem-se a homogeneidade e a heterogeneidade dos integrantes, respectivamente, do campo e da cidade. “a população das comunidades rurais tende a ser mais homogênea em suas características psico-sociais do que a população das comunidades urbanas.” (SOROKIN, ZIMMERMAN E GALPIN, 1930, p. 204). Por homogeneidade das características psicossociais entende-se que no campo há uma maior similaridade da linguagem, crenças, opiniões, tradições e padrões de comportamento. Já na cidade, segundo os autores as personalidades humanas são as mais heterogêneas possíveis.

A quinta característica é a mobilidade que pode ser territorial e social. No que se refere a mobilidade territorial (mobilidade horizontal), a população urbana se desloca de um lugar para o outro, assim como de um domicílio para o outro com uma frequência muito maior se comparado com a população rural.

A mobilidade social pode ser ascendente e descendente. Mais uma vez, na população urbana a ocorrência da mobilidade social é maior, visto que as pessoas ascendem ou descendem socialmente com maior frequência ao se comparar com a população rural. Nas palavras dos autores: “apesar da grande quantidade de pessoas que emigra do campo à cidade, não há nenhuma profissão, segundo os estudos comparados, nas quais maior porcentagem dos filhos siga a profissão dos pais do que entre os agricultores” (SOROKIN, ZIMMERMAN E GALPIN, 1930, p. 214). Derivado da mobilidade social, surge o princípio da herança, que tem um tom determinista, haja vista que no campo, o lugar a ser ocupado por uma pessoa ser determinado essencialmente pelo lugar que os seus pais ocupavam.

Os autores acabam por interpretar o rural e o urbano como meios de qualidades sociais internamente homogêneas, mas polarizadas e contrapostas entre si, sendo que a polarização e o conservadorismo metamorfoseia o campo em uma realidade desigual em relação à realidade urbana, de modo que o mesmo processo não possa ser visto sob idênticos critérios seja no campo ou na cidade. (MARTINS, 1981). “Na verdade, a migração campo/cidade indica a existência de um **elo** no mercado de

trabalho ou mercado ocupacional que superpõe à distinção qualitativa do meio rural e do meio urbano” (MARTINS, 1981, p. 27, grifo nosso). E esse **elo** é, então, o responsável pela criação de um contínuo rural/urbano, que na interface campo/cidade cria gradações intermediárias que não excluem ou negam as diferenças qualitativas entre o rural e o urbano, nem a polarização entre os termos.

No entanto, por meio das gradações intermediárias originária dos fluxos campo/cidade, cidade/campo um novo espaço surge, denominado por Sposito (2010) como superposição das formas espaciais campo/cidade capaz de constituir um contínuo e uma descontinuidade territorial. A superposição campo/cidade seria a espaço de transição entre o que se apreende como cidade e o que se apreende como campo, gerando um nível maior de indefinição ou dificuldade de distinção entre os espaços urbanos e espaços rurais.

O reconhecimento de um contínuo cidade/campo não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a **constituição de áreas de transição** e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano (SPOSITO, 2010, p. 121, grifo nosso).

Volta-se, neste ponto, a discussão lefebvriana da superação da oposição (campo e cidade) em que o espaço campestre e as atividades agrícolas não estarão fadados a sumirem por conta da expansão da cidade em sua direção, sendo que para Sposito (2010), na contemporaneidade, devido às práticas socioespaciais de interesses políticos e econômicos, os espaços campo e cidade vão se transformando, muitas vezes, não apenas na forma, como também no conteúdo, o que permite o aparecimento de áreas de transição, que por sua vez, seriam híbridas.

No entanto, ao falar do processo de urbanização Sposito (2010) traz que determinados atributos sempre estiveram associados aos espaços urbanos e que podem ser considerados como marcas das cidades ao se associarem com os diferentes modos de produção. Esses atributos seriam: a diferenciação social, a unidade espacial e a concentração demográfica.

Ao falar da diferenciação social Sposito (2010) retorna ao processo de sedentarização dos grupos humanos no período neolítico que gerou um contexto favorável a primitiva divisão do trabalho entre homens e mulheres. Assim, a autora concorda com Marx e Engels (2007) ao afirmar que o estabelecimento da divisão

social do trabalho e das relações de poder teve como consequência a constituição de dois espaços diferentes e antagônicos entre si – campo e cidade.

Desta forma, continua Sposito (2010, p. 115):

Segundo essa perspectiva, a diferenciação social não é atributo apenas da cidade, mas do campo também. Assim, a oposição entre a cidade e campo cede lugar, do ponto de vista analítico, para o enfoque das relações entre cidade e campo e da unicidade e complementaridade compreendida por esse par dialético, podendo adotar, por conseguinte, a expressão cidade  $\Leftrightarrow$  campo (cidade em suas relações com o campo).

Nesse sentido, aponta Sposito (2010) nessa relação cidade  $\Leftrightarrow$  campo o mais importante não é a diferenciação entre esses dois espaços, mas sim as relações políticas, econômicas e os valores culturais que em cada espaço-tempo orientam as relações entre cidade e campo.

O segundo atributo é a unidade espacial que é associado aos espaços urbanos desde a antiguidade. A unidade espacial de forma resumida, segundo Sposito (2010), expressa no plano territorial, que os espaços urbanos eram contínuos, sendo separados, muitas vezes, dos espaços rurais por muros ou muralhas. Relembra Benevolo (1983, p. 270) “toda cidade deve ter um cinturão de muros para se defender do exterior, e enquanto cresce deve construir muitos cinturões concêntricos. [...] A construção de um novo cinturão é adiada até que no velho não haja espaços disponíveis”, sendo a Idade Média o período que a concentração urbana teve maior força e evidencia.

Seguindo a tendência da unidade espacial tem-se Davis (2006) que afirma que chegamos ao final da fronteira de áreas livres ou quase livres para ocupação, sendo a ocupação tradicional, apenas possível, agora, em locais residuais e perigosos, onde inundação, falhas no terreno ou proximidade a depósitos tóxicos fazem com que a área seja quase sem valor, e a vida, uma constante luta contra o desastre. A visão de Davis (2006) remete a ideia de que a expansão da cidade em direção às áreas adjacentes chegou ao fim e não há mais espaços livres que permita a continuidade de crescimento da cidade.

Do atributo unidade espacial, que tem a tendência histórica da cidade se estender sobre as áreas do entorno, a Sposito (2010) propõe que a análise da relação campo-cidade neste caso é diferente (campo  $\neq$  cidade).



Por fim, tem-se o atributo concentração demográfica, que é o mais utilizado em estudos de contagem populacional para se definir o percentual populacional urbano e rural, e por extensão o que é cidade, sendo o seu contrário campo. Como exemplo da utilização do atributo concentração demográfica tem-se os estudos da ONU – *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision* e *Hábitat y pobreza los objetivos de desarrollo del milênio desde la ciudad* – e os censos demográficos realizados pelos IBGE.

Do ponto de vista metodológico, Sposito (2010, p. 113) chama a atenção para o fato de que a redução da urbanização à apreensão da dinâmica populacional é um problema e conclui “reconhecer uma parcela urbana porque nela se observam determinados níveis de densidade habitacional, pode ser um ponto de partida, mas nunca um ponto de chegada para a análise”.

É, então, do atributo da concentração demográfica que autores como Abramovay (2000) e Veiga (2002) se utilizam para criticar as definições do IBGE para as áreas rurais e urbanas, bem como os aspectos metodológicos utilizados pelo instituto para a contagem populacional. Abramovay (2000) utiliza-se da expressão de Saraceno (1999) para afirmar que o conceito de área rural do IBGE é residual, à medida que as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, das áreas urbanas, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais.

O urbano, por sua vez, na concepção Lefebvriana (2002) define-se como uma realidade não acabada, sendo o urbano o possível, capaz de romper com os obstáculos que o tornam impossíveis. O termo urbano tem origem etimológica no termo latino *urbanus* no século XVI. (WILLIAMS, 1989).

Carlos (2007) afirma que o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana. Esse sentido diz respeito à superação da ideia de cidade reduzida à simples localização dos fenômenos da indústria, por exemplo. A cidade leva tudo para ela e o explode, tornando-o a concentração urbana e o êxodo rural uma extensão do tecido urbano, subordinando por consequência o agrário ao urbano. Assim, a cidade se realizaria também, como lugar do possível – possibilidade de um projeto voltado para o futuro.

Así es como toma forma ese nuevo concepto: lo urbano. Es en todo punto preciso establecer un distingo entre la ciudad y lo urbano. Este se distingue de la ciudad precisamente porque aparece y se manifiesta en el curso de la

dispersión de la ciudad, pero permite reconsiderar y comprender determinados aspectos de ésta, aspectos que habían pasado desapercibidos por espacio de mucho tiempo: la centralización, el espacio como punto de reunión, la monumentalidad, etc. Lo urbano, es decir, la sociedad urbana, no existe todavía y, sin embargo, existe virtualmente; a través de las contradicciones existentes entre el habitat, las segregaciones y la centralización urbana - que resulta esencial para la práctica social - se pone de manifiesto una contradicción llena de sentido. Lo urbano es un concepto teórico [...] es más bien una forma, la del encuentro y de la reunión de todos los elementos que constituyen la vida social, desde los frutos que nos da la tierra (trivialmente: los productos agrícolas) hasta los símbolos y las obras llamadas culturales. Lo urbano se manifiesta en el seno mismo del proceso negativo de la dispersión, de la segregación, en tanto que exigencia de encuentro, de re- unión, de información. (LEFEBVRE, 1976, p. 68).

Neste sentido, desafiando as complexidades e superposições campo-cidade, rural-urbano fica para a reflexão a possibilidade da sociedade como um todo, conforme abordou Mumford (1998) estar mais próxima da possibilidade de construir um novo tipo de cidade que, livre das contradições interiores, enriquecerá e incentivará de maneira positiva o desenvolvimento humano por meio dos mais diversos tipos de encontros que se manifestam no cotidiano.

## **6 FEIRA DE SANTANA: DO RURAL AO URBANO – A LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2013**

Analisar a produção do espaço urbano, requer a contextualização histórica e análises dos interesses que envolve o processo. Segundo Carnoy (2004), para compreender a dinâmica de uma sociedade é preciso explicar o papel do Estado, assim como a sua relação com a sociedade.

Para Dallari (2002, p. 441) é importante refletir sobre o Brasil, partindo da reflexão sobre a afirmação de que este país “começou errado, porque teve o Estado antes da sociedade”. A avaliação desta afirmativa implica na transposição do Estado português no Brasil, sem levar em consideração as peculiaridades de cada localidade. Paulatinamente, tem-se também no processo de formação brasileiro a ampliação dos poderes locais, que dada a ineficiência do Estado português em controlá-los, permitiu uma autonomia na organização política local, fundamentada no direito municipal que, na visão do autor, é a raiz histórica da formação de oligarquias regionais e da autonomia dos municípios.

Tinha-se, no período colonial brasileiro, por meio da municipalidade, a concentração do mando político e do domínio econômico na figura da autoridade local e mesmo com o advento da república essa configuração perdura até os dias atuais no que se denomina como uma herança colonial para o Estado brasileiro em que os interesses locais, muitas vezes, sobrepõem-se aos de natureza geral (DALLARI, 2002). Chega-se, assim, facilmente, ao que Faoro (1975) identificou como um aparelhamento político, que impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando em que usa-se os recursos públicos e o aparato administrativo na consecução de interesses exclusivistas e elitistas.

O atraso e as contradições existentes nas Regiões brasileiras são consequências desse legado herdado do período colonial. Assim, conforme afirma Bresser (2001) no plano político transitamos do Estado oligárquico ao Estado democrático (de elites) e no administrativo, do Estado patrimonial ao Estado gerencial.

É, então, com a consolidação das relações capitalistas e com a complexidade relacional entre o domínio político e o domínio econômico que o Estado atua na organização espacial da cidade. O Estado personifica-se e age, como aduziu Corrêa (1989) como um grande industrial, consumidor de espaços e de localizações específicas, regulando a utilização do solo, e direcionando investimentos e a

implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação. Muitas vezes, as escolhas ocorrem em detrimento de outras áreas ocorrendo o que se identifica como a valorização de determinados espaços urbanos em detrimentos de outros.

Segundo Samson (1980, *apud* Corrêa, 1989) o Estado dispõe de um conjunto de instrumentos regulatórios e jurídicos que pode utilizar no espaço urbano, são alguns deles: o direito de desapropriação, limitação do uso da terra que cada um pode se apropriar, taxação de terrenos e impostos sobre a propriedade. Entretanto, esses instrumentos não são utilizados de forma neutra, isenta de quaisquer interesses, pois o “planejamento urbano e a gestão urbanas jamais são neutras”, (SOUZA, 2013. p. 83). A atuação do Estado sobre o espaço urbano tem atuação na esfera Federal, Estadual e Municipal. Mas, é no âmbito municipal onde a racionalidade político-jurídica se arrefece e dá brecha aos interesses particulares e ações de corrupção. Lopes e Toyoshima (2013), em recente estudo sobre a corrupção, a esfera municipal nordestina tem os maiores índices de corrupção do Brasil, sendo pagamento de propinas, fraudes em licitações, desvios de verbas e compra de votos as ações mais comuns.

Ainda sobre a corrupção, o conflito de interesses e a ordenação do espaço urbano tem um outro fator que não pode passar despercebido, que é o financiamento de campanhas eleitorais realizados por construtoras. Nas eleições presidenciais, em 2010, os maiores financiadores foram empresas da construção civil, assim como aconteceu nas eleições municipais de Salvador<sup>17</sup>. No caso das empresas financiadoras da última campanha presidencial, segundo levantamento feito pelo site UOL (2014) foi constatado que sete das dez maiores empresas doadoras<sup>18</sup> de campanha nas eleições de 2010 foram ou estão sob investigação devido a indícios de corrupção envolvendo contratos públicos ou por conta dos seus relacionamentos com partidos e políticos.

Para especialistas em direito eleitoral e em contas públicas, conforme traz a matéria, os altos valores doados por empresas a candidatos criam uma relação de

---

<sup>17</sup>O candidato Nelson Pellegrino (PT) recebeu doação de R\$ 850 mil da construtora OAS Ltda. e R\$ 600 mil da UTC Engenharia S/A; o candidato Mário Kértész (PMDB) recebeu doação de R\$ 500 mil da Construtora OAS Ltda. e R\$ 300 mil da UTC Engenharia S/A; e o candidato ACM Neto (DEM) recebeu doação de R\$ 130 mil do Shopping Salvador S/A.

<sup>18</sup>As sete maiores doadoras das eleições presidenciais de 2010, suspeitas em casos de corrupção são: Construções e Comércio Camargo Correa S.A, Construtora Andrade Gutierrez S.A, JBS S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A, Construtora OAS S.A, Banco BMG e Galvão Engenharia S.A.

promiscuidade na política que favorece a corrupção no Brasil. Para Gil Castello Branco, secretário-geral e fundador da ONG Contas Abertas (UOL, 2014), as doadoras “fizeram uma doação e precisam conseguir o retorno. As únicas formas de elas recuperarem o investimento é superfaturando obras ou conseguindo contratos generosos por conta de benefícios concedidos”.

Com os exemplos supracitados sobre os financiadores jurídicos de campanhas eleitorais fica evidenciado, quanto ainda tem sido predominante no Brasil a concepção positivista do direito (DALLARI, 2002), haja vista o argumento sobre os altos financiamentos por parte dos políticos e dos partidos afirmarem que as doações seguiram a formalidade jurídica da legislação eleitoral e que portanto ao seguir a lei e estando na lei, é legítimo. Assim, “o poder do Estado é o poder que as normas jurídicas lhe conferem” (MASCARO, 2013). No sentido weberiano, migramos, paulatinamente, da forma de dominação tradicional, fundamentado nos costumes que são santificados pelo meio social, a exemplo dos coronéis e dos seus descendentes sobre os currais eleitorais anteriormente formados; para a dominação legal, baseada em estatutos e na legalidade formal de suas disposições.

Em todos os setores da administração estatal e paraestatal em que se oferecem perspectivas de negócios, logo se insinua e inserem interesses e iniciativas privadas a se prevalecerem delas. Organiza-se assim generalizadamente em torno da administração pública uma densa trama de negócios particulares, que direta ou indiretamente se alimentam e mantêm à custa das funções públicas. (PRADO JR., 1972, p. 192 *apud* DALLARI, 2002, p. 481).

Coaduna-se com os interesses e as iniciativas privadas, membros do Legislativo, do Executivo e do Judiciário que agem como protetores dos interesses das elites e, principalmente, pelo aparato das leis trabalham e organizam-se para manutenção do *status quo*. E conforme apontou Faoro (1975) na peculiaridade histórica brasileira, todavia, a camada dirigente atua em nome próprio, servida dos instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelhamento estatal.

Assim, em meio aos vezos de raízes históricas explanados anteriormente, como pensar em políticas públicas, em específico de planejamento, gestão urbana e produção do espaço, que contenham participação social e tragam consigo os aspectos de justiça social e qualidade de vida? A ideia não é termos políticas públicas isentas ou impessoais, pois conforme já foi dito anteriormente não é possível essa

isenção, mas, sim, nos aproximarmos da ideia exposta por Souza (2013) de que essas políticas públicas não sejam nem “neutras”, nem “conservadoras”.

Sobre o desenvolvimento das políticas públicas, nos países de cultura ibérico-latina, no qual o Brasil faz parte, a perspectiva jurídica mantém sua vigência alicerçada no legalismo próprio da conformação dos seus sistemas estatais conforme aponta Saravia (2006). Tal fato advém justamente da transposição do direito português ainda no período colonial brasileiro.

No entanto, “o contexto em que se desenvolvem as atividades estatais é crescentemente dinâmico” (SARAVIA, 2006) e por conta da globalização das finanças e do comércio, e do desenvolvimento tecno-científico-informacional, após Segunda Guerra Mundial, houve uma aproximação do modo de organizar os processos administrativos estatais do que era comumente desenvolvido pelas organizações empresariais. Então, com o advento do planejamento estratégico no âmbito empresarial na década de 1950 e 1960, a esfera estatal passa a utilizar-se do planejamento governamental sendo o crescimento econômico orientado e financiado pelo Estado, e isso pode ser observado em países que adotaram política intervencionista e regulatória keynesiana.

Em meados da década de 1970, avolumam-se as críticas sobre a ideia do planejamento, seja pelos resultados insatisfatórios que da intervenção estatal, nem sempre capaz de cumprir com as promessas de bem-estar social, ao requerer, cada vez mais, a contribuição da população por meio do pagamento de impostos. Acrescenta-se a tais aspectos as sucessivas crises do capital. O recuo dos ideais keynesianos, bem como a sua fragilidade da margem aos avanços neoliberais, e o enfraquecimento do planejamento, surge a popularização do termo gestão, que vem envolto da ideia de que se administra aqui e agora, ao operar no curto e médio prazo, é o que Souza (2013) denominou de triunfo do imediatismo. “Em outras palavras, ele representa a substituição de um planejamento forte, típico da era fordista, por um planejamento fraco (muita gestão e pouco planejamento), o que combina bem com a era do pós-fordismo, da desregulamentação e do Estado mínimo” (SOUZA, 2013, p. 31).

Entretanto, “o *government by policies*, em substituição ao *government by law*, supõe o exercício combinado de várias tarefas que o Estado liberal desconhecia por completo” (COMPARATO, 1989. p.102 *apud* SARAVIA, 2006, p. 28). Deste modo, conforme o autor o governo por políticas:

Supõe o levantamento de informações precisas sobre a realidade nacional e mundial, não só em termos quantitativos (para o qual foi criada a técnica da contabilidade nacional), mas também sobre fatos não redutíveis a algarismos, como em matéria de educação, capacidade inventiva ou qualidade de vida. Supõe o desenvolvimento da técnica previsional, a capacidade de formular objetivos possíveis e de organizar a conjunção de forças ou a mobilização de recursos – materiais e humanos – para a sua consecução. Em uma palavra, o planejamento. (COMPARATO, 1989. p.102 *apud* SARAIVIA, 2006, p. 28).

Souza (2013), corrobora com Comparato (1989) *apud* Saravia (2006) ao enfatizar a importância do planejamento e a impossibilidade de se substituir o planejamento pela gestão. Assim, Souza (2013), afirma que ao se negar o planejamento nega-se a possibilidade de escolher o futuro, é aceitá-lo, seja ele qual for. Ainda fundamentado em Souza (*ibidem*) cinco elementos são fundamentais em qualquer atividade de planejamento: o pensamento orientado para o futuro; a escolha entre alternativas; a consideração de limites, restrições e potencialidades; a consideração de prejuízos e benefícios; a possibilidade de diferentes cursos de ação, os quais dependem de condições e circunstâncias variáveis; e a preocupação com os conflitos de interesse. Este último elemento é, na opinião do autor, o item mais importante a ser considerado no planejamento e, conseqüentemente, na formulação de uma política pública, haja vista as raízes históricas brasileiras já citadas e os atos de corrupção que porventura podem ocorrer no processo de formulação e/ou tramitação da política pública.

A política pública pode então ser definida como:

um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. (SARAIVIA, 2006, p. 28-29).

O problema, então, volta-se, mais uma vez, à força que o direito positivista tem, e ao fundamentar-se na lei, advoga que só o Estado é responsável pelo planejamento e pela gestão da urbe, bem como a proposição de outras políticas públicas, seja por ter um quadro técnico de agentes supostamente qualificados e detentores da verdade que ditam, muitas vezes, sem o conhecimento das especificidades econômico e sociais dos locais propõem intervenção, seja porque o Estado tem os recursos necessários para realização das intervenções e o monopólio da violência legítima.

Ainda acrescenta-se, neste quadro, o discurso ideológico de que o Estado executa suas ações em nome do interesse público (SOUZA, 2013).

Para incrementar e problematizar, Corrêa (1989) afirma que a cidade é feita e refeita pelos agentes sociais. Agentes esses que, conjuntamente com o Estado, incluem-se os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos. Dessa forma, percebe-se, que a ideia do interesse público, do interesse de todos, que o Estado procura defender, está delimitada pelas normas jurídicas que regulamentam a ação de cada um dos agentes citados.

Ao complexo conjunto de usos da terra, simultaneamente fragmentado e articulado ao qual se define o espaço urbano (CORRÊA, 1989), no que concerne ao seu planejamento e gestão Souza (2013) propõe um planejamento colaborativo/comunicativo com enfoque autonomista em que o cidadão busque o seu *empowerment* e quebre o monopólio estatal sobre o interesse público. Não distante, Souza (2013) apregoa que o planejamento participativo e colaborativo tenha como base os princípios da justiça social e da qualidade de vida elencados por Harvey (1980).

Em Feira de Santana, que atualmente possui mais de 550 mil habitantes, e detém o quarto PIB baiano exercendo influência sobre mais de 90 municípios, segundo o a divisão espacial das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) (adotada pelo IBGE em 2003), é preciso discutir como ocorreu a criação de novos bairros assim como avaliar quais os motivos que tornaram possível a Lei Complementar nº 075 de junho de 2013 que fixou novos limites interdistritais, ampliou o perímetro urbano e delimitou a criação de 06 novos bairros<sup>19</sup>.

Para Arcenio Oliveira, em entrevista, (2016), arquiteto e ex-secretário de Gestão e Convênios do município de Feira de Santana, o estudo para a criação da citada lei aconteceu no início do ano de 2013. Segundo o entrevistado “nós começamos a fazer esse estudo em cima de mapas, delimitando a área urbana, foram praticamente esses 06 meses a duração desse trabalho”, sendo toda a delimitação das áreas urbanas e dos bairros feitas em campo, segundo Oliveira (2016).

---

<sup>19</sup> Os 06 novos bairros no município de Feira de Santana são: Vale do Jacuípe, Pedra Ferrada, CIS Norte, Mantiba, Registro e Chaparral.



Em contraponto a informação de que houve uma delimitação das áreas urbanas e dos bairros feitas em campo, tem-se a opinião de Roberto Lima, técnico do IBGE, que em entrevista (2016) afirmou:

Até onde eu tenho conhecimento dessa nova delimitação, do perímetro urbano e rural do distrito sede e o surgimento desses novos bairros, eles foram realizados em cima de um mapa, de uma malha cartográfica, em uma carteira, no ar condicionado dentro de um escritório, mas lá no campo mesmo, até onde eu sei não houve uma delimitação territorial aonde esses bairros começam e aonde esses bairros terminam (LIMA, Entrevista, 2016).

Lima (em entrevista, 2016) explica que a questão da divisão territorial, na divisão por bairros existe um problema para se definir o que é um bairro, sendo este problema justamente as delimitações de “onde é que começa, onde é que termina o bairro, quais são os seus limites territoriais, onde começa um, onde termina o outro”. Assim, afirma que tem que se ter essas delimitações no espaço geográfico, no terreno, para que, quando chegar a realização dos censos o IBGE se possa fazer a delimitação territorial desses bairros para que os levantamentos geográficos, cartográficos, estatísticos sejam levantados levando em consideração esse território, e conclui enfatizando que “não é uma coisa muito fácil de se fazer essas delimitações geográficas”.

A informações de Lima (em entrevista, 2016), a preocupação que denota com a delimitação em *locus* dos bairros, sugere que a complexidade do espaço – ruas, estradas, árvores, mata, pessoas – tornasse o estudo por demasiado longo, inviabilizando interesses imediatos por parte dos agentes executores da Lei Complementar 075/2013, o que a torna de fato uma lei de escritório, de uma sala refrigerada.

Ainda no que se refere aos aspectos técnicos utilizados na elaboração da supracitada lei e que a tornaram possível, o secretário municipal de Planejamento, Carlos Brito, em entrevista, (2016) traz que

o aspecto técnico principal **foram os projetos que vinham sendo apresentados para a aprovação na SEDUR dos novos condomínios e empreendimentos residenciais**. Nós fizemos um levantamento quando iniciamos o governo sobre onde estavam sendo demandados os maiores empreendimentos e analisando essa tendência nós entendemos que, para que todos esses projetos pudessem ser implementados dentro da nossa realidade, tínhamos que definir um novo perímetro urbanístico. (BRITO, Entrevista, 2016, grifo nosso).

Na visão de Lefebvre (2006, p. 29) “a racionalidade do Estado, técnicas, planos e programas, suscita a contestação”. Na opinião do secretário entrevistado, o reclamo a ser feito, advém do fato de o capital, por meio das imobiliárias, construtoras e incorporadoras, transvestidos de projetos determinarem a ação de planejamento municipal. O professor de Geografia, Marialvo Barreto, em entrevista (2016), ao ser questionado sobre as ações de planejamento municipal na elaboração da Lei Complementar 075/2013 foi categórico:

Aqui, o que aconteceu em Feira de Santana foi que o setor imobiliário traçou um plano de expansão para faturar em cima das áreas rurais, executou esse plano de expansão e a prefeitura assistiu não fez como deveria ser, a prefeitura a planejar determinadas áreas de expansão e depois chamar o poder privado para o poder privado para investir. Aqui, foi o contrário, quem planejou foi o capital, quem planejou foi o setor imobiliário e ao planejar, planejou cometendo todos aqueles crimes clássicos, deixando o terreno de engorda vamos dizer assim, usando de meios não muito lícitos para transformar imensas as áreas rurais em áreas urbanas dentro da câmara de vereadores. (BARRETO, Entrevista, 2016).

“Estes espaços são *produtos*. A partir de uma ‘matéria-prima’, a natureza. São produtos de uma atividade que implica o econômico, a técnica, mas vai bem além: produtos políticos, espaços estratégicos” (LEFEBVRE, 2006, p. 75, grifo do autor) e envolto a estratégia que se determinou para o espaço, chega-se a uma pergunta muito simples: o que motivou a criação da Lei Complementar 075/2013?

Das treze pessoas entrevistadas (secretários, vereadores, professor, sindicalista, deputado, engenheiro, liderança, prefeito) que expuseram sobre o assunto foi recorrente a utilização das seguintes expressões enquanto respondiam a essa questão: explosão demográfica, *boom* imobiliário, pressão imobiliária, arrecadação de IPTU na zona rural, construtoras estavam vindo para cá comprar áreas rurais, incorporar áreas rurais ao espaço urbano, explosão de condomínios, Programa Minha Casa, Minha Vida. Todas essas expressões acabam por corroborar que o capital imobiliário, nas mais variadas nuances foi a razão determinante para a criação da citada lei. Para os agentes entrevistados essa nuance emite cores diferentes, que variam de acordo com a sua profissão, cargo e visão sobre o fenômeno da produção do espaço.

O secretário municipal de Planejamento, enquanto um dos agentes que diretamente participaram da elaboração dessa lei no executivo feirense afirma que a

razão da nova definição do perímetro urbano de Feira de Santana, estava intrinsecamente relacionada ao seu desenvolvimento.

Feira pelas suas características geográficas recebe uma gama muito grande de pessoas, recebe um volume de tráfego muito grande das 03 BRs, e a cidade vinha se apresentando, como vem se apresentando, com **a explosão de condomínios nas mais diversas áreas da cidade**. Especificamente, esses 06 novos bairros foram criados em função dentro de um estudo da Secretaria de Planejamento e de Desenvolvimento Urbano sobre a tendência de aprovação de novos projetos de empreendimentos, assim o foi com todos esses 06 bairros criados. Um especificamente, foi diferenciado que foi o do Jacuípe com essa nova expansão urbana que se apresenta no sul e no oeste de nossa cidade, assim como na região do Papagaio (MANTIBA), do Chaparral. Enfim, toda essa realidade foi trabalhada em função do quadro e dentro de uma perspectiva que nós tínhamos de crescimento que **nós tínhamos para evitar maiores constrangimentos para as comunidades que para lá se deslocassem** em função dos novos empreendimentos ali instalados. (BRITO, Entrevista, 2016, grifo nosso).

A exposição do secretário municipal de planejamento reitera sua fala anterior, quando disse que o aspecto técnico utilizado na elaboração da lei foram os projetos de novos condomínios que se apresentaram na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que devido “a explosão de novos condomínios nas mais diversas áreas da cidade” houve a necessidade de ampliação do perímetro urbano do distrito sede do município. No entanto, desperta a atenção a parte final da fala do secretário, em que diz, que tinha-se que evitar constrangimentos para as populações que lá se deslocassem em função dos novos empreendimentos ali instalados. Os munícipes que lá viviam não eram os agentes a serem ouvidos, ou mesmo, os agentes que necessitariam do acesso à uma infraestrutura básica imprescindível à urbe, mas, sim, às populações que pagaram ou que pagariam os mais variados valores por um imóvel nesses condomínios. Mais uma vez, mesmo na ótica de quem vai habitar esses espaços o que prevalece é a visão do capital, a percepção de quem pagou e tem mais dinheiro.

A opinião do vereador Alberto Nery, líder da oposição na câmara municipal e presidente da Comissão de Obras, Urbanismo, Infraestrutura Municipal e Meio Ambiente, em entrevista, 2016, destaca a chegada de dois empreendimentos imobiliários de alto padrão em Feira de Santana e apresenta alguns números que esses empreendimentos deixaram no município.

Surgiram em Feira de Santana duas grandes imobiliárias. Uma delas a Damha imobiliária que é naquela região de Registro, Jaíba. Esse

empreendimento colocou a venda aproximadamente 1400 lotes, cada lote foi negociado na época a R\$ 140 mil reais, então 1000 lotes representam R\$ 140 milhões para o município e com isso também as pessoas passaram a pagar um IPTU caríssimo, o IPTU daquela região chega a mil e tantos reais mês. Então, a prefeitura não se preocupou com o povo. Ela se preocupou com o empreendimento que estava sendo imposto ao nosso município, como também na região contrária onde foi feito um conjunto imobiliário chamado Alphaville e também foi ali vendido em um só dia 500 lotes com preços caríssimos, então a prefeitura, não visou e não buscou o benefício e a melhoria dos moradores das pessoas que cresceram naquela região do distrito. Ela se preocupou somente com o empreendimento que estava sendo imposto no município. Eu acho que nós não podemos impedir que a cidade cresça, se desenvolva, mas nós temos agentes que devem participar também dessa discussão, eles não podem ser subnegados, colocado em segundo plano e o plano principal ser o empreendimento e nada mais. (NERY, Entrevista, 2016).

No dia 06 de março de 2013, conforme notícia publicada no Jornal Grande Bahia, a Damha Urbanizadora lança o primeiro empreendimento em Feira de Santana e vende os 610 lotes residenciais na fase de pré-venda e no dia 15 de junho de 2013, a empresa lança segundo empreendimento no município. A urbanizadora Alphaville no dia 07 de maio de 2013, noticia o lançamento do seu empreendimento em Feira de Santana.

Corroborando com Nery (2016) tem-se Danilo Ferreira, engenheiro responsável pelo projeto da Rodovia Perimetral Norte, que em entrevista, 2016, considerou que a elaboração da Lei Complementar nº 075/2013 teve o planejamento urbano como um item secundário.

Eu acredito que a lei 075/2013 surge mais por uma arrecadação de impostos, do que por uma questão de planejamento urbano. Ela surge muito mais por uma questão da pressão imobiliária ocupar novos espaços rurais, quando na verdade os terrenos urbanos já deixam de ter um valor rentável para o seu negócio do que por uma questão de planejamento urbano. (FERREIRA, Entrevista, 2016).

A visão de aumento da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano também é defendida por José Sales, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Feira de Santana, que afirma em entrevista (2016) que “o motivo maior para a criação dessa lei pelo poder público local de Feira de Santana é simplesmente de arrecadação de IPTU na zona rural de Feira de Santana”.

Pautado, segundo os entrevistados, nos mais variados interesses de reprodução do capital imobiliário, no dia 17 de junho de 2013, o projeto da Lei Complementar que transformaria espaços rurais em urbanos chegou à câmara

municipal. Nesse dia, ele apenas foi citado e posto para a votação, no dia 19 de junho de 2013, juntamente com outros projetos que foram encaminhados pelo executivo municipal para votação na câmara de vereadores. No dia 18 de junho, dia anterior a votação os vereadores receberam uma cópia do projeto de lei encaminhado pelo executivo ao legislativo para que pudessem ler e discutí-lo no dia da votação.

Chegado o dia da votação, após quarenta minutos de sessão, o líder do governo na época, o vereador Carlito do Peixe (DEM), interrompe a sessão e solicita uma reunião com a bancada governista, na Sala das Comissões, na câmara municipal. A reunião é concedida e a sessão é suspensa por quinze minutos. Com a reabertura da sessão inicia-se a votação dos projetos encaminhados pelo executivo, dentre esses projetos a Lei Complementar 075/2013. Em apenas, oito minutos, o projeto teve a urgência aprovada, foi discutido e aprovado na câmara de vereadores, conforme vídeo da sessão da sexagésima sessão ordinária da câmara.

Senhores vereadores, projeto número 75/2013 em votação a urgência. Os vereadores que aprovam a urgência fiquem sentados! Aprovado por maioria. Em discussão o parecer do projeto 75/2013. Em votação o parecer. Os vereadores que aprovam o parecer permaneçam sentados. Em discussão o projeto. Em votação, o painel está liberado [...]. Aprovado por maioria dos presentes. (60ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, 2013).

Apenas, os vereadores de oposição, Beldes Ramos (PT), Pablo Roberto (na época PT, hoje PHS) e Alberto Nery (PT) votaram contra, e durante a discussão, questionaram se os moradores dessas localidades foram ouvidos para fazer parte da zona urbana afirmando que o poder executivo atropela o processo democrático de discussão e não dá a oportunidade da câmara discutir, ouvindo a população que será atingida como a mudança; concluem explicando que o executivo feirense interfere mais uma vez nessa casa.

Logo na sequência, o vereador Carlito do Peixe, líder do governo, pede a palavra e sai na defesa do projeto de lei, buscando justificar a necessidade da sua aprovação.

Como Feira é um polo crescente no comércio, na indústria, nas faculdades eu vou dar um exemplo aqui. Recentemente, chegou uma empresa em Feira de Santana chamada Damha que adquiriu uma área de terra próximo da Lagoa de Berreca, ali nos distrito de Jaíba, nas proximidades do Povoado de São Roque. Esta fora da área urbana! Lá mesmo a empresa fazendo a estrutura lá dentro para vender os seus lotes é considerada área rural, o município para fazer o atendimento da zona urbana, precisa ampliar essa zona urbana, pra chegar lá os pavimentos, os serviços públicos nessas

comunidades, tem que ser classificada como área urbana. Outro exemplo, logo após o Rio Jacuípe, aqui na 116, se instalou o Alphaville, ali é considerada área rural, o município tem que transformar em área urbana. Estamos dando como exemplo que com a chegada desses condomínios, crescente como está, já não há mais área para a construção de condomínios no centro ou próximo o anel de contorno de Feira, a ampliação está se dando em todos os sentidos em volta da cidade e para que o serviço seja prestado como área urbana, tem que se cobrar os encargos de área urbana para que os serviços públicos cheguem a essas comunidades de todas as regiões. O governo não está atropelando, o governo está discutindo e está aberto ao diálogo.

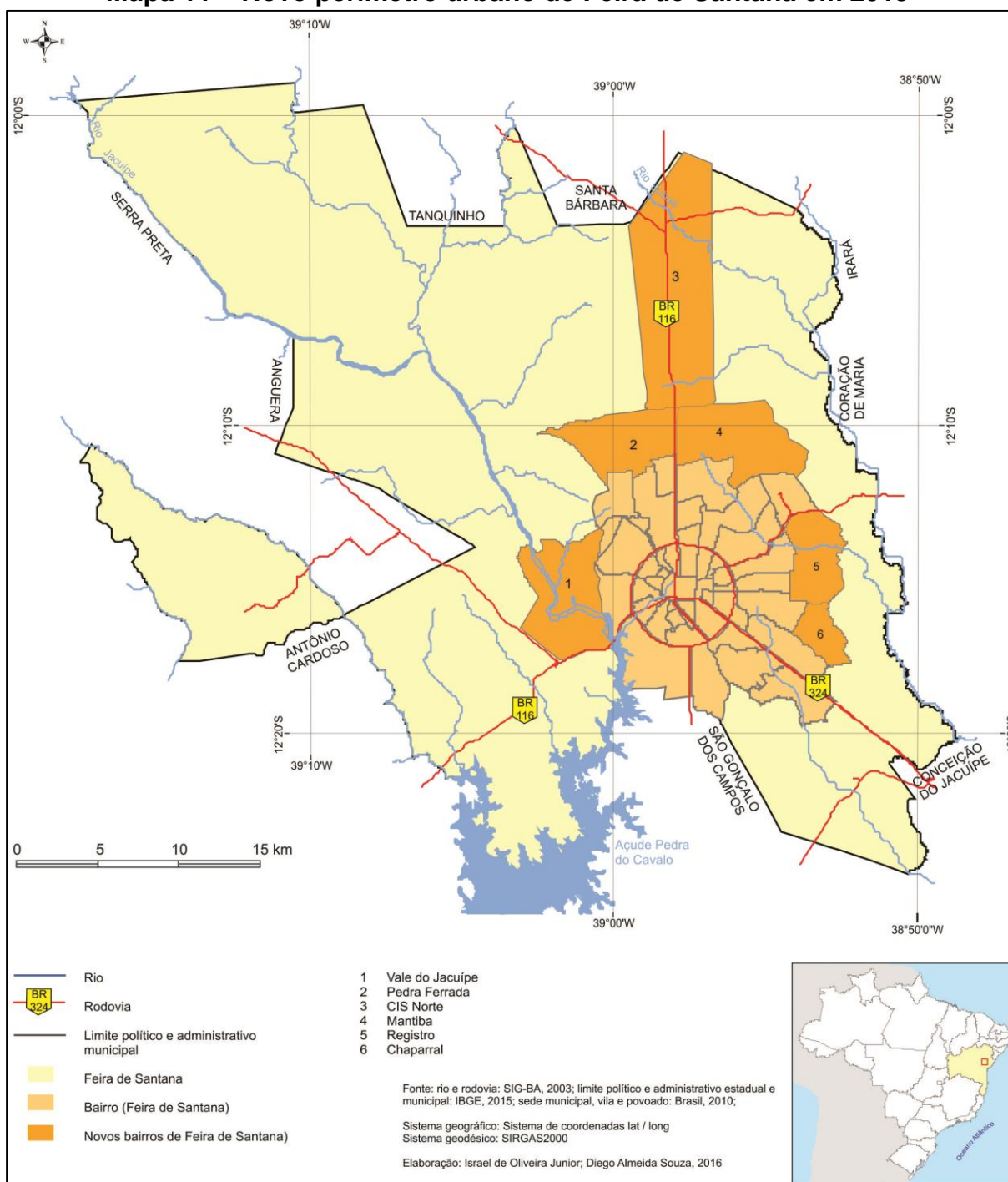
Mais uma vez, os condomínios Damha e Alphaville aparecem na discussão e ratificam a ideia de que a lei foi elaborada e aprovada, visando atender e trazer beneficiamento em termos de infraestrutura para esses empreendimentos de alto padrão que estavam fora do perímetro urbano da cidade. Não distante, a necessidade de arrecadação municipal também é posta em evidência. Conforme, traz Lefebvre (1978, p. 09) o que se descreve e oferece aos olhos é a reflexão sobre a problemática que é a passagem do rural ao urbano, “a urbanização cuja importância cresce sem cessar transforma tudo que existia antes.”

O deputado estadual, José Neto (PT), em entrevista, 2016, confirma os interesses imobiliários na aprovação da lei e fala sobre os problemas que uma votação em caráter de urgência traz a população.

Por detrás daquela aprovação com urgência tinha interesses imobiliários. Isso está muito claro para mim. O que eu também não acho que seja ilegítimo. Só acho que quando as coisas são feitas com essa pressa e sem ouvir a comunidade acaba gerando situações que deixam mais sequelas do que benefícios. (NETO, Entrevista, 2016).

Com a aprovação da Lei Complementar nº 075/2013 na câmara municipal de Feira de Santana o perímetro urbano se ampliou e a cidade passou a ter 50 bairros, conforme o mapa 11.

**Mapa 11 – Novo perímetro urbano de Feira de Santana em 2013**



Desde a elaboração da Lei Complementar 075/2013 pelo executivo municipal e a sua aprovação na câmara municipal não houve a realização de nenhum debate ou mesmo audiência pública com as populações que seriam atingidas com a transformação dos espaços rurais em espaços urbanos, contrariando a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

Uma questão fundamental do Estatuto da Cidade é a promoção da participação da sociedade na gestão urbana. No inciso II, do Artigo 2, reza que a formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano devem ocorrer por meio da gestão democrática com a participação popular e de associações representativas da comunidade. Não distante, o artigo 43, no inciso II indica que debates, audiências e consultas públicas devem ser os instrumentos garantidores da gestão democrática. Assim, as decisões sobre o futuro das cidades não podem se limitar somente à democracia representativa existentes nas câmaras de vereadores, mas devem garantir que todos aqueles diretamente afetados pelas ações e investimentos públicos sejam envolvidos no processo de produção do espaço.

Verdadeiramente, a gente não teve audiência pública para discutir o assunto, a câmara recebeu o projeto e o projeto foi aprovado. Agora, eu não tenho a informação se a secretaria de Planejamento do município realizou ou não uma discussão mais ampla através de audiência pública, através de reuniões com a comunidade que mora na região. **Agora, no caso específico da região, ali da Lagoa do Berreca, Registro, Corredor dos Araçás que era também considerada zona rural eu não tenho dúvida que ali a gente vê a olho nu que não existe mais zona rural, e sim uma área totalmente urbanizada.**

Na verdade, não despertou por parte de nenhum vereador, independente de ser situação ou oposição, a ideia do reflexo que daria essa decisão tomada. A gente não imagina, eu particularmente, juntamente com os demais vereadores, não se questionou o que traria de benefícios o que traria de prejuízo para a população porque na verdade sub se entendeu de que era um **projeto comum** em que a área próxima a zona urbana estaria sendo urbanizada e a questão que a gente observa é que não houve na verdade uma discussão sobre a questão porque ninguém chamou a atenção, nem os próprios moradores, nem tão pouco os vereadores. E como eu disse não tenho conhecimento se teve ou não audiência pública. (CARNEIRO, Entrevista, 2016).

Na visão, do vereador, justifica a ausência de audiências públicas na câmara o fato da região que cita como exemplo ter características predominantemente urbana, mesmo sendo ainda uma área rural. No segundo momento, o membro do legislativo, na sua fala busca passar para a secretaria municipal de planejamento a responsabilidade pela realização das audiências públicas, buscando eximir a si e aos outros vereadores de responsabilidade quanto à proposição do debate público. Por fim, o vereador fala que a projeto da Lei Complementar 075/2013, foi considerado por ele e por outros vereadores como um “projeto comum”, em que seria apenas mais um a ser votado no decorrer da sessão.

Seguindo a linha de pensamento do vereador, tem-se a fala do secretário municipal de planejamento, Carlos Brito, em entrevista, (2016) que apesar de alguns



espaços apresentarem um perfil de moradia urbana e não rural foi feito um contato com os administradores dos distritos, que são os representantes da comunidade.

Em alguns casos, especificamente como o da Mantiba, nós tivemos o cuidado de pesquisar o que poderia acontecer de prejuízo para aquela comunidade e chegamos a conclusão que não se teria prejuízo sobre alguns direitos trabalhistas para as pessoas que trabalham na atividade rural. Aí, depois do contato com esses representantes da comunidade, nós tomamos a decisão de enviar para a câmara de vereadores e aprovar o novo perímetro urbano da cidade. (BRITO, Entrevista, 2016).

Para o prefeito José Ronaldo (DEM) em entrevista, 2016, “a Lei Complementar nº 075/2013, teve para sua concepção a realização de reuniões com as lideranças e moradores das diversas localidades envolvidas no projeto”. Em que, segundo o edil, foi demonstrado para as lideranças e moradores “que o avanço do desenvolvimento era algo irreversível e seria altamente positivo a implantação dos limites territoriais previsto na lei”.

Mas, segundo os moradores da Mantiba não foi feito esse contato anteriormente ao envio do projeto para a câmara de vereadores. Segundo Jucélia Santos, moradora da Mantiba, em entrevista, 2016, “não teve diálogo nenhum, simplesmente eles falaram e passou no diário oficial e pronto”. E continua informando que soube da aprovação do projeto pela TV, “Eu soube falando no BA TV, em uma entrevista que falou no BA TV. Aí, que a gente soube. No outro dia, a gente fez protesto, mas não resolveu nada”. A presidente da Associação Comunitária Rural da Mantiba, Vaneide de Jesus, confirma e fala de Santos (2016) e em entrevista, (2016), informa que não houve discussão com o poder público municipal antes do envio do projeto de lei à câmara e diz que “ficou sabendo da aprovação da lei quando saiu no jornal”.

Sales (2016), reitera a fala das moradoras da Mantiba e afirma que o sindicato dos trabalhadores rurais em nenhum momento foi comunicado ou mesmo convidado para discutir ou debater o projeto da Lei Complementar nº 075/2013.

Na verdade, essa foi uma lei colocada na câmara de vereadores em que não houve nenhuma discussão nas comunidades onde foram criados os 06 bairros em Feira de Santana. A população rural não ficou sabendo que havia intenção do município e do prefeito em estar criando essa lei que estaria beneficiando praticamente o poder público municipal e de uma hora para a outra pega todo mundo surpreso inclusive o sindicato na criação dessa nova lei que prejudica os trabalhadores e as trabalhadoras rurais de Feira de Santana. Nós provocamos várias discussões, mas mesmo assim nem o

prefeito e nem a câmara fizeram nenhum debate e nem voltaram atrás desse lei. (SALES, Entrevista, 2016).

O ex-secretário de gestão e convênios, Arcenio Oliveira, tem uma opinião diferente sobre a discussão do projeto de lei com as comunidades envolvidas na ampliação do perímetro urbano de Feira de Santana.

**O diálogo inicialmente não houve** porque olhou-se primeiro esse planejamento que estava sendo feito até pela comunidade. A comunidade já tinha ciência disso, de que aquelas construções estariam invadindo a parte rural e decorrente disso a gente optou somente em estender a área urbana para abranger todos esses pontos. **Mais tarde sim, depois da lei já na câmara de vereadores houve uma manifestação na Mantiba**, que nós, eu digo nós porque eu estava como secretário estava presente em uma reunião que teve com alguns vereadores, algumas lideranças da comunidade e que colocaram uma coisa que para a gente era nova, de que perderiam os direitos rurais caso se tornasse urbana, quando na verdade é um engano muito grande porque se tivesse que perder direitos já teriam perdido, porque a Mantiba no caso específico, ela já era considerada urbana a partir do senso do IBGE. Então, se tivesse que perder direitos federais eles já teriam perdidos porque o IBGE determina que aglomerações acima de 50 unidades são consideradas urbanas e isso foi passado para a comunidade, não sei se isso ficou bem claro, mas desse período para cá, a comunidade viu realmente que não perdia os direitos, o que era área rural continuou você tendo essa atividade pagando o ITR e considerando que a atividade dele é agropastoril, não era uma atividade urbana, então, ele só pode ser lançado no IPTU se tiver essa qualificação de área urbana e que não tenha essa condição de trabalho rural. (OLIVEIRA, Entrevista, 2016).

O ex-secretário deixa claro que não houve reunião com os moradores ou com as lideranças antes do envio do projeto de lei à câmara, contrariando a fala do secretário de planejamento e do prefeito. A reunião realizada com os moradores e lideranças, então, teria sido realizado segundo Oliveira (2016) após manifestação na câmara de vereadores que exigiu uma reunião com os vereadores e com o prefeito na Mantiba para esclarecer dúvidas sobre a lei, dentre elas a possível perda dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais.

Para o secretário municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural, Joedilson Freitas, em entrevista, (2016), existe a questão cultural e não é a lei que vai determinar se o agricultor vai deixar de plantar ou não.

Dentro do município as pessoas que estão na zona rural eles continuam plantando e continuam colhendo, agora à medida que você vai edificando casas, vai multiplicando a questão das construções, aí, sim, se tem um impacto com relação a questão da produção, mas enquanto a questão da lei em si, não. Porque isso é uma questão de longo prazo e as pessoas vão se adequando a essa questão da produção. A gente sabe que a população rural ela produz o alimento e para isso ela precisa da terra. **A entrega de**

**sementes esse ano nós colocamos um percentual de 25% a mais que nos anos anteriores porque nós acreditamos que a produção deve ser cada vez maior porque a população cresce.** Então, por isso fizemos uns cálculos e com esses cálculos percebemos que tivemos que aumentar a questão da produção porque **o agricultor ele também está expandindo a questão da produção, tecnificando para produzir cada vez mais.** (FREITAS, J., Entrevista, 2016, grifo nosso).

O secretário municipal Joedilson Freitas, afirma que o impacto da lei não é imediato, com relação ao agricultor, ou mesmo com a produção dos alimentos no campo e segundo o secretário há uma adequação da produção no decorrer dos anos. O responsável pela pasta de agricultura, recursos hídricos e desenvolvimento rural, afirma ainda que no ano de 2016 houve um aumento de 25% na distribuição das sementes em comparação com os anos anteriores porque o agricultor está expandindo a produção e tecnificando-se para produzir cada vez mais. No entanto, se os espaços rurais foram suprimidos e como afirmou Barreto (2016) onde se plantava mandioca em Feira de Santana estão sendo construídos condomínios como é possível o aumento da produção nesse contexto? Acrescenta-se, ainda, que o agricultor feirense é caracterizado, segundo Sales (2016), como micro e pequeno, que possui pequenas propriedades e produz para subsistência, sendo o excedente comercializado, não possuindo tecnologia, nem conhecimento técnico que permita a maximização da produção numa área rural pequena, nesse contexto, de qual produtor rural estaria falando o secretário de agricultura?

Sales (2016) afirma que era preciso que houvesse uma política pública de fortalecimento da agricultura familiar em Feira de Santana. Como não há essa política de fomento da agricultura familiar, “termina o agricultor desistindo da sua propriedade”, sendo um desafio muito grande para os micro e pequenos agricultores feirenses que precisam de acompanhamento e de assistência técnica mais presente, a comercialização dos seus produtos, a valorização da agricultura familiar, bem como ter a subsistência da sua família.

Ainda sobre o diálogo e a existência de debates acrescenta-se que os agentes municipais responsáveis pela elaboração da Lei Complementar nº 075/2013 não manteve nenhum diálogo com nenhum outro órgão ou instituição no município que fosse responsável por algum equipamento urbanístico na cidade. Sobre essa ausência de diálogo Lima (2016), técnico do IBGE, se manifesta:

Até o que chega ao meu conhecimento não teve esse diálogo. Principalmente, na questão do IBGE que é uma parte interessada porque o IBGE trabalha com setores censitários dentro da divisão cartográfica da cidade e também na delimitação do que é zona urbana e é zona rural. Por que os dados do censo demográfico eles são desagregados ao menor espaço territorial que são os bairros. A partir do momento que a cidade incorpora zonas que eram iminentemente rurais para a zona urbana havia uma necessidade que houvesse uma integração entre o poder público local municipal e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para que o IBGE possa adequar a divisão geocartográfica do censo demográfico, agropecuário – que deveria ter sido feito e não fez – dentro de uma nova realidade territorial, separando o que é zona urbana, zona rural e dentro da zona urbana o que são os bairros. Então, com essa nova divisão não houve no meu conhecimento essa nova divisão não houve, no meu conhecimento, essa integração entre esse dois órgãos chamado IBGE e o poder público municipal local. (LIMA, Entrevista, 2016).

E conforme apontou Lima (2016) o IBGE terá grandes dificuldades da realização dos próximos censos demográficos e agropecuários no município por conta da ausência desse diálogo entre o instituto e a prefeitura municipal.

Jayro Miranda, diretor geral do Centro Industrial em Feira de Santana, em entrevista, 2016, louva a iniciativa do poder público municipal na elaboração de uma nova zona industrial no município, pois futuramente novas indústrias poderão ser alocadas no local, gerando mais recursos. No entanto, segundo Miranda (em entrevista 2016) “não houve conversa com o CIS. Nós recebemos a lei complementar já com a poligonal definida”.

Sobre o Centro Industrial do Subaé, na sua extensão norte, o deputado Zé Neto, (2016), é enfático ao afirmar:

“O que nós aprovamos foi a ideia do CIS-Norte da construção do Cis-norte. Isso aí esta na minha cabeça como uma coisa concreta. O que foi aprovado como CIS Norte não tem nada a ver com o CIS apenas o município utilizou a mesma nomenclatura porque não tem absolutamente nenhuma ligação entre o que foi feito pelo município dizendo que ali era o CIS Norte, até uma forma de tentar tergiversar das suas competências e colocar que havia por parte do Estado também uma coadunação com esses interesses de criação aleatória de zonas industriais, zonas comerciais dando claramente um tom de um certo desprezo por tudo que tinha ali naquela região. Nós tínhamos o interesse em conversar com a comunidade. Porque a grande diferença que você tem nesse momento de concepção é que eu acho que ninguém aqui é contra, nem eles lá da região norte de se criar áreas industriais. Mas, o fato de se criar áreas industriais, não quer dizer que todas as regiões sejam potencialmente urbanas, não tem a necessidade disso. Já pensou, onde você colocar a indústria tem que ser urbano? Não é assim, tem muitas industrias que vão estar situadas em áreas rurais. Isso não tem absolutamente nada que impeça do ponto de vista absolutamente legal. Então, eu acho que a diferença é essa. (NETO, Entrevista, 2016).

A grande diferença entre o Cis-Norte idealizado pelo município e o Cis-Norte idealizado pelo Estado é que o município transformou todas as áreas rurais em urbano para que as indústrias pudessem ser instaladas, enquanto que o Estado pensou em um Cis-Norte rural, contendo indústrias na sua extensão.

Sobre a Rodovia Perimetral Norte que conectaria o aeroporto ao Cis-Norte, bem como as BRs 324, 116 e posteriormente a 101, o engenheiro responsável por sua elaboração, Danilo Ferreira, em entrevista, 2016, informa que não existiu nenhuma relação entre a aprovação da Rodovia Perimetral Norte pela ANTT e a posterior aprovação da Lei Complementar nº 075/2013 na câmara de vereadores, “o que parece para a gente é que toda essa transformação dos bairros, ela acontece de forma desconexa com o planejamento da via”. E reitera afirmando que:

toda essa discussão vem junto, discussão de bairro, discussão de zona industrial, de aproveitamento de zona de logística, tudo isso tem que ser colocado junto, não adianta você pensar na transformação do bairro sem pensar no futuro para realmente os potenciais daqueles espaços, os potenciais que aquelas estruturas podem gerar para a região (FERREIRA, Entrevista, 2016).

Quanto à realização de debates, discussões e mesmo audiências com munícipes e outras instituições e órgãos em assuntos correlacionados com o planejamento urbano e a sua consequente produção do espaço, a câmara municipal no ano de 2015, aprovou a Lei nº 3.522/2015 que cria o Conselho da Cidade de Feira de Santana, o CONCIDADE.

O conselho é um órgão colegiado, de caráter consultivo e propositivo, que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, sendo componente da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, constituindo-se parte integrante da gestão urbana do Município e do Sistema Nacional de Política Urbana, tendo por objetivo acompanhar, estudar, analisar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano, visando à promoção, compatibilização e a integração do planejamento e das ações de gestão do solo urbano, habitação, saúde, educação, saneamento ambiental, mobilidade e acessibilidade.

A reflexão que fica, é que mediante a pressa pela chegada dos recursos financeiros provenientes do setor imobiliário o município, enquanto executivo e legislativo, não obedeceu às diretrizes do Estatuto das Cidades no processo de elaboração e aprovação da Lei Complementar nº 075/2013. Então, caso se tenha uma

nova urgência quanto à chegada de recursos, quem garante que o CONCIDADES irá funcionar enquanto prerrogativa municipal? Por outro lado, o CONCIDADES, se bem utilizado passa a ser mais um mecanismo, que busca a exigência de vigência do processo de gestão democrática em que os munícipes, instituições e outros órgãos possam discutir a produção do espaço feirense.

Ainda sobre os motivos que ocasionaram a elaboração da Lei Complementar nº 075/2013 envolto aos aspectos e interesses imobiliários surge mais duas opiniões. A primeira delas é do secretário de planejamento, Carlos Brito (2016), que afirma:

Especificamente, o do Vale do Jacuípe também, além de grandes empreendimentos, nós tínhamos a perspectiva de implantar naquela região o Novo Centro de Abastecimento no setor de atacado, na região que era do Distrito de João Durval Carneiro, então sabíamos que um empreendimento dessa magnitude é um polo atrativo de pessoas e conseqüentemente de moradias que iriam demandar grande parte dos nossos serviços, educação, lazer e outras coisas mais. (BRITO, Entrevista, 2016).

Arcenio Oliveira (2016), aponta que não apenas ocorreu a demanda imobiliária de alto padrão aquisitivo na cidade, ocorreu também a busca de espaços para a construção de imóveis para o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Os motivos que aconteceram decorrem do boom imobiliário que teve início em 2009 com o programa MCMV e que diante tanta demanda em 2009, 2010, 2011 e 2012 as empresas começaram a procurar áreas em Feira e decorrente disso começou a ter uma especulação imobiliária muito grande, as áreas que tinham um valor abaixo e que se adequavam ao programa, os proprietários começaram a aumentar o preço das áreas e decorrente desse aumento as empresas começaram a buscar áreas mais afastadas do centro da cidade. Na verdade, decorrente dessa expansão que já estava havendo no município inclusive distritos estarem vendendo áreas com essa finalidade de fazer conjuntos habitacionais e aí a gente pode ver no distrito de Humildes, Jaíba e na Matinha. Todos esses distritos começaram a vender áreas com essa finalidade de expansão e o município ficou com essa área que era da zona rural, sem estar na zona urbana do município e decorrente disso houve essa necessidade. (OLIVEIRA, Entrevista, 2016).

De acordo com a figura 13 que contém a lista de condomínios do PMCMV, faixa 1, enviado pelo Ministério das Cidades, foram construídos 54 empreendimentos em Feira de Santana, sendo 47 condomínios urbanos e 07 condomínios rurais. Dos condomínios urbanos apenas 02 foram financiados pelo Banco do Brasil – Residencial Parque dos Coqueiros I e o Residencial Vida Nova Caraíbas –, sendo todos os outros financiados pela Caixa Econômica Federal.

**Figura 13 – Lista dos empreendimentos do PMCMV, faixa 1, em Feira de Santana, em junho de 2016**

 <b>MINISTÉRIO DAS CIDADES</b> <b>Secretaria Nacional de Habitação</b> Setor de Autarquias Sul – SAUS, quadra 01 – Lote 1/6, Bloco H – 11º andar - Brasília - DF CEP 70070-010 Tel: (61) 2108-1912 – snh@cidades.gov.br					
Posição em 30 de junho de 2016					
<b>Programa Minha Casa, Minha Vida - Faixa 1 - Feira de Santana/BA</b>					
Modalidade	Data de Assinatura	Nome do Empreendimento	Construtora/Entidades	Número de Unidades Contratadas	Valor Total (R\$)
Entidades	03/09/10	RESIDENCIAL MANGABEIRAS	UMP BA	300	2.324.533
Entidades	18/07/14	CAMPO BELO - HABITAR DO SERTAO	HABITAR DO SERT	248	14.880.000
FAR	27/07/09	RESIDENCIAL RIO SAO FRANCISCO	CEPRENG	240	9.603.033
FAR	12/08/09	RESIDENCIAL SANTA BARBARA	FM CONSTRUTORA	380	15.175.282
FAR	09/09/09	RESIDENCIAL CONCEICAO VILLE	R CARVALHO	440	18.034.697
FAR	09/09/09	RESIDENCIAL NOVA CONCEICAO	R CARVALHO	440	18.034.695
FAR	15/09/09	RESIDENCIAL VIDA NOVA AVIARIO 1 - MODULO 1	L MARQUEZZO	500	20.357.416
FAR	15/09/09	RESIDENCIAL VIDA NOVA FEIRA VII	L MARQUEZZO	240	9.832.882
FAR	15/09/09	VIDA NOVA AVIARIO 1 MODULO 2	L MARQUEZZO	220	8.983.260
FAR	30/11/09	RESIDENCIAL SANTO ANTONIO	CEPRENG	224	9.103.225
FAR	11/12/09	RESIDENCIAL FIGUEIRAS	R CARVALHO	420	17.220.000
FAR	11/12/09	RESIDENCIAL VIDEIRAS	R CARVALHO	440	18.039.996
FAR	23/12/10	RESIDENCIAL JARDIM DAS OLIVEIRAS	ATRIUM CONSTRUC	520	21.320.000
FAR	23/12/10	RESIDENCIAL VIDA NOVA AEROPORTO I	L MARQUEZZO	500	20.500.000
FAR	23/12/10	VIDA NOVA AVIARIO III	L MARQUEZZO	520	21.320.000
FAR	24/12/10	RESIDENCIAL ALTO DO PAPAGAIO	CSO ENGENHARIA	320	13.118.995
FAR	24/12/10	VIDA NOVA AEROPORTO II	FCK CONSTRUcoes	500	20.474.128
FAR	27/12/10	IGUATEMI 2 ETAPA	ATRIUM CONSTRUC	320	13.120.000
FAR	27/12/10	RESIDENCIAL ACQUARIUS	CEPRENG	214	8.746.000
FAR	27/12/10	RESIDENCIAL LARANJEIRAS - II ETAPA	ATRIUM CONSTRUC	220	9.020.000
FAR	27/12/10	RESIDENCIAL VIVER IGUATEMI - I ETAPA	ATRIUM CONSTRUC	320	13.120.000
FAR	27/12/10	RESIDENCIAL VIVER IGUATEMI 3 ETAPA	ATRIUM CONSTRUC	360	14.760.000
FAR	08/12/11	RESIDENCIAL ECOPARQUE	CEPRENG	237	12.790.000
FAR	19/01/12	RESIDENCIAL ASA BRANCA - SETOR 1	SERTENGE SERVIC	248	14.136.000
FAR	19/01/12	RESIDENCIAL ASA BRANCA 2	SERTENGE SERVIC	248	14.136.000
FAR	19/01/12	RESIDENCIAL ASA BRANCA 4	SERTENGE SERVIC	248	14.136.000
FAR	23/01/12	CONDOMINIO SOLAR DA PRINCESA 3	ATRIUM CONSTRUC	456	25.992.000
FAR	23/01/12	CONDOMINIO SOLAR DA PRINCESA 4	ATRIUM CONSTRUC	464	26.448.000
FAR	26/01/12	RESIDENCIAL ASA BRANCA 3	SERTENGE SERVIC	248	14.136.000
FAR	07/02/12	VIDA NOVA AVIARIO 2	L MARQUEZZO	340	19.380.000
FAR	29/06/12	RESIDENCIAL VIVER PARQUE DA CIDADE - TRANSICAO	R CARVALHO	79	4.186.842
FAR	09/07/12	RESIDENCIAL ALTO DO ROSARIO - ETAPA TRANSICAO	R CARVALHO	92	4.876.000
FAR	09/07/12	RESIDENCIAL SOLAR LARANJEIRAS	R CARVALHO	320	17.280.000
FAR	27/07/12	RESIDENCIAL VERDE AGUA	CEPRENG	240	13.680.000
FAR	31/10/12	RES PARQUE DOS COQUEIROS I	C S O ENGENHARIA LTDA	540	29.689.934
FAR	28/11/12	RESIDENCIAL ECOPARQUE 2	CEPRENG	224	14.336.000
FAR	29/01/13	RESIDENCIAL ASA BRANCA 5	SERTENGE SERVIC	504	32.163.874
FAR	06/02/13	RESIDENCIAL PARQUE DA CIDADE	R CARVALHO	732	45.719.320
FAR	28/02/13	RESIDENCIAL VIDA NOVA ASA BRANCA	L MARQUEZZO	996	63.701.837
FAR	28/02/13	RESIDENCIAL VIDA NOVA AVIARIO 4	L MARQUEZZO	300	19.131.059
FAR	28/02/13	RESIDENCIAL VIVER ALTO DO ROSARIO	R CARVALHO	1.520	97.280.000
FAR	28/03/13	RESIDENCIAL VIDA NOVA CARAIBA	L MARQUEZZO	728	46.541.885
FAR	28/06/13	RESIDENCIAL BELA VISTA I	R CARVALHO	360	23.040.000
FAR	28/06/13	RESIDENCIAL CAMPO BELO 1	R CARVALHO	888	56.832.000
FAR	28/06/13	RESIDENCIAL RESERVA DO PARQUE	CEPRENG	632	40.448.000
FAR	28/06/13	RESIDENCIAL SOLAR DA PRINCESA AEROPORTO	ATRIUM CONSTRUC	1.000	64.000.000
FAR	09/09/14	RESIDENCIAL PONTO VERDE	CEPRENG	400	25.600.000
Rural	05/11/13	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA I	ONG CABUCU VIVA	15	442.500
Rural	12/11/13	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA II	CARANGONDE CIDADANIA	48	1.416.000
Rural	19/11/13	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA III	ONG CABUCU VIVA	14	413.000
Rural	17/12/13	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA VII	ONG CABUCU VIVA	42	1.239.000
Rural	31/03/14	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA IV	ONG CABUCU VIVA	46	1.357.000
Rural	31/03/14	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA V	ONG CABUCU VIVA	29	855.500
Rural	31/03/14	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA VI	ONG CABUCU VIVA	16	472.000
<b>Total</b>				<b>20.140</b>	<b>1.062.943.894</b>


Fonte: Ministério das Cidades, Banco de dados Instituições/Agentes Financeiros, 2016.

No total, 20.140 unidades habitacionais, faixa 1, foram construídas no município, sendo apenas 210 unidades habitacionais rurais. O montante investido na construção desses empreendimentos foi de mais de R\$ 1 bi de reais, predominando a modalidade de Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que recebeu recursos transferidos do Orçamento Geral da União (OGU) para viabilizar a construção das unidades habitacionais.

Sobre os condomínios construídos nas faixas II e III, não é possível saber o nome desses empreendimentos, bem como a sua localização porque segundo o Ministério das Cidades (2016) o contratos que regem os empreendimentos dessas faixas são protegidos pelo sigilo bancário e se submetem aos ditames da Lei Complementar Federal nº 105/2001, devendo as instituições financeiras agirem em conformidade ao que determina o Art. 6º, inciso I, do Decreto nº 7.724, de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação

Desta forma, apenas um panorama geral desses empreendimentos foi possível saber, conforme a Figura 14.

**Figura 14 – Panorama dos empreendimentos do PMCMV, faixa 2 e 3, em Feira de Santana, em junho de 2016**

 MINISTÉRIO DAS CIDADES Secretaria Nacional de Habitação Setor de Autarquias Sul – SAUS, quadra 01 – Lote 1/6, Bloco H – 11º andar - Brasília - DF CEP 70070-010 Tel: (61) 2108-1912 – snh@cidadaes.gov.br		Posição em 30 de junho de 2016	
<b>Programa Minha Casa, Minha Vida - Faixa 2 e 3 - Feira de Santana/BA</b>			
Modalidade	Faixa	Número de Unidades Contratadas	Valor Total (R\$)
CCFGTS	Faixa 2	18.039	1.417.349.932
CCFGTS	Faixa 3	4.911	404.111.798
<b>Total</b>		<b>22.950</b>	<b>1.821.461.730</b>

Fonte: Ministério das Cidades, Banco de dados Instituições/Agentes Financeiros, 2016.

Na faixa 2 do PMCMV, que é voltado para famílias que ganham acima de R\$ 1.600 até R\$ 3.275, foram construídas 18.039 unidades habitacionais em Feira de Santana, sendo o aporte total financiado de quase R\$ 1,5 bi de reais.

Na faixa 3 do PMCMV, que é destinado para famílias que ganham de R\$ 3.275 até R\$ 5.000, não há a concessão de subsídios como nas outras duas faixas, mas existe um desconto no valor dos seguros obrigatórios e também uma taxa de juros mais baixa. Nessa faixa, foram construídas 4.911 unidades habitacionais, sendo o valor financiado de aproximadamente R\$ 404 mi de reais.



No somatório geral, somente do PMCMV, nas três faixas, o município de Feira de Santana recebeu 43.090 unidades habitacionais, sendo a soma das unidades habitacionais nas faixas 2 e 3, superiores a faixa 1.

No mapa 12, pode ser vista a localização dos condomínios do PMCMV faixa 1, em Feira de Santana. O que se destaca é que dos seis novos bairros ao menos em três – Pedra Ferrada, Registro e Vale do Jacuípe – pode ser vistos empreendimentos construídos do PMCMV, sendo que para os dois primeiros bairros os empreendimentos são do ano de 2012 e por isso anteriores a Lei Complementar nº 075/2013 que transformou esses espaços até então rurais em bairros.

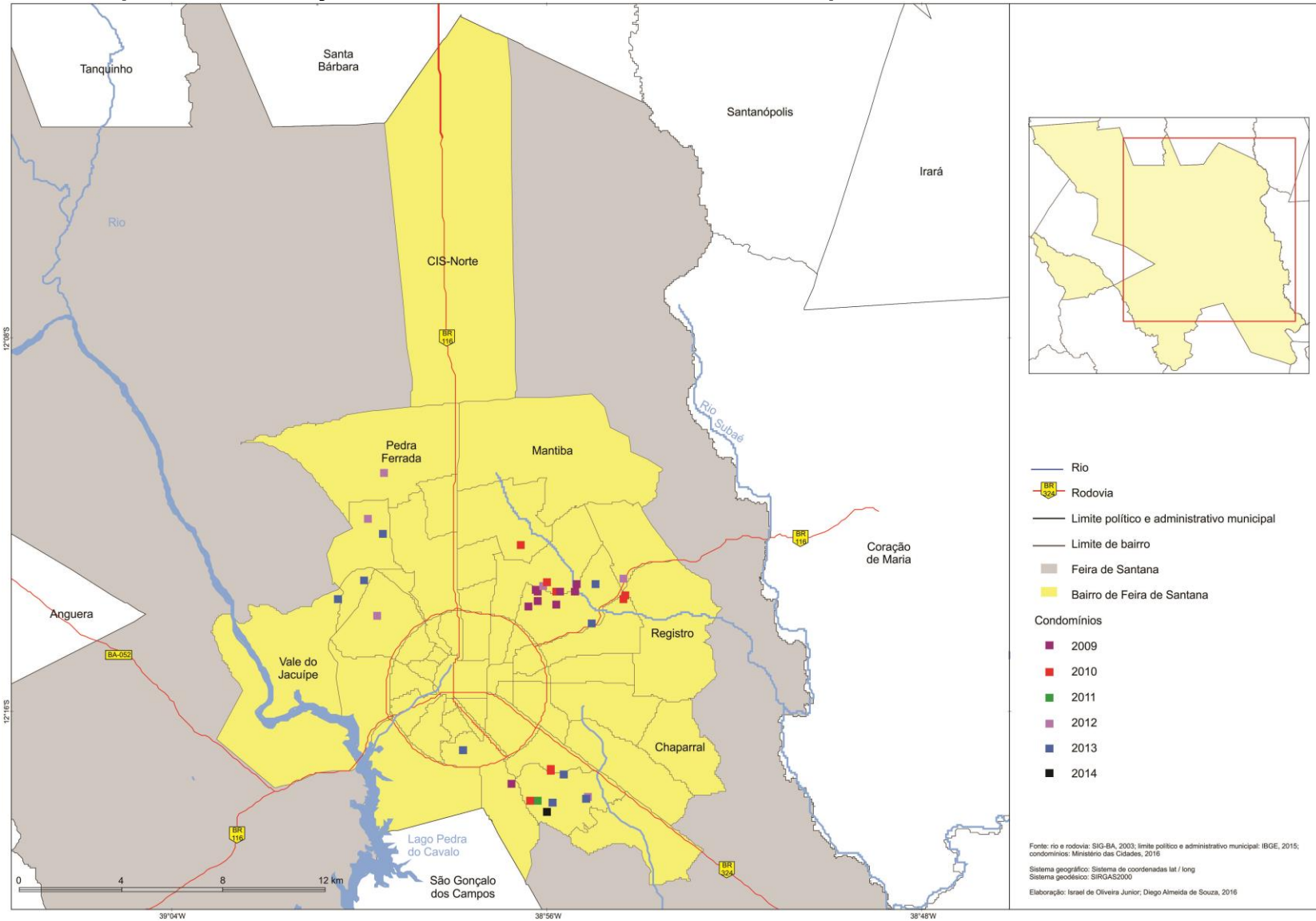
Na Mantiba, na faixa 1 do PMCMV não há nenhum empreendimento construído, no entanto para as outras faixas do programa é possível ver a construção de condomínios do seu espaço.

Sobre a transformação da Mantiba em urbano foi recorrente nos jornais impressos e eletrônicos da cidade a veiculação de notícias. Ao todo foram 19 matérias entre os meses de junho e setembro, de 07 veículos de comunicação diferentes, sendo 03 jornais impressos (Folha do Estado, Folha do Norte e Tribuna Feirense), 03 jornais eletrônicos (Acorda Cidade, A Tarde<sup>20</sup> e Jornal Grande Bahia), e 01 institucional (a Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Feira de Santana). Conforme quadro 6 as matérias podem ser visualizadas em ordem cronológica.

---

<sup>20</sup> Mesmo tendo uma versão impressa, considerou-se neste caso o Jornal A Tarde como eletrônico porque a matéria encontrada foi no meio digital.

**Mapa 12 – Localização dos condomínios do PMCMV, faixa 1, por ano de assinatura do contrato**



A primeira matéria veiculada um dia após a aprovação da lei complementar na câmara municipal, cujo título é Feira de Santana terá seis novos bairros, publicada no Jornal Folha do Estado traz que o projeto apresentado na câmara já tinha sido aprovado por maioria dos vereadores presentes, aborda ainda que os votos em contrário por parte dos vereadores de oposição, aconteceram por conta do tamanho do projeto, que contendo 23 páginas e apresentado aos vereadores um dia antes da votação, inviabilizou a leitura, análise e entendimento do projeto, bem como o debate na câmara. Ainda segundo a matéria o executivo informou que o projeto visa ajustar a geografia municipal com as tendências coletivas, a fim de propiciar o desenvolvimento urbano de modo coerente diante de dados estatísticos e a necessidade de se projetar o espaço urbano para um desenvolvimento ordenado.

**Quadro 6 – Matérias veiculadas sobre a criação dos seis novos bairros em Feira de Santana**

DATA	TÍTULO	JORNAL
20/06/2013	Feira de Santana terá seis novos bairros	Folha do Estado
27/06/2013	Feira de Santana ganha seis novos bairros; decisão desagradada trabalhadores rurais	Acorda Cidade
27/06/2013	Seis novos bairros criados em Feira de Santana	Prefeitura Municipal
28/06/2013	Criação de novos bairros gera protesto na zona rural	Folha do Estado
28/06/2013	Feira agora tem 50 bairros	Folha do Norte
28/06/2013	Prefeitura de Feira de Santana cria seis novos bairros e não debate com comunidades rurais	Jornal Grande Bahia
29/06/2013	Moradores de Mantiba são contra urbanização da zona rural de Feira de Santana	Acorda Cidade
29/06/2013	Prefeito esteve reunido com moradores da Mantiba	Prefeitura Municipal
29/06/2013	Criação de novos bairros força êxodo rural, diz sindicalista	Folha do Estado
01/07/2013	Moradores da Mantiba, próximo ao distrito da Matinha, não aceitam a urbanização da zona rural de Feira de Santana	Jornal Grande Bahia
12/07/2013	Em reunião com INSS e EBDA, moradores da Mantiba comprovam que sofrerão perdas com a urbanização da zona rural em Feira de Santana	Jornal Grande Bahia
21/07/2013	Projeto aprovado cria seis novos bairros em Feira de Santana	Jornal A Tarde
26/07/2013	Ecos da Mantiba	Tribuna Feirense
20/08/2013	Ruralistas protestam contra a criação de novos bairros	Folha do Estado
05/09/2013	Trabalhadores rurais temem perder benefícios com a criação de novos bairros	Folha do Estado
06/09/2013	Secretário diz que trabalhadores não correm risco de perder benefícios	Folha do Estado
23/09/2013	Novos bairros não prejudicam agricultores	Prefeitura Municipal
23/09/2013	Prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo apresenta parecer favorável à criação de bairros e comenta sobre investimentos no setor de saúde	Jornal Grande Bahia
24/09/2013	Novos bairros não prejudicam agricultores	Folha do Estado
27/09/2013	Expansão urbana não prejudicará ruralistas	Folha do Norte

Fonte: Acorda Cidade, A Tarde, Folha do Estado, Folha do Norte, Jornal Grande Bahia, Prefeitura Municipal de Feira de Santana, Tribuna Feirense. 2013. Elaboração do autor, 2016.

Inicialmente, o título expresso no futuro denota a ideia de que a aprovação do projeto é algo que ainda está para acontecer, assim como a consequente criação dos seis novos bairros. No entanto, a escrita da matéria é posterior à aprovação da lei complementar e com isso nenhuma notícia é emitida nos meios de comunicação feirenses antes da votação na câmara. A afirmação, bem como a verificação e pesquisa que está por trás dela é importante porque isso significa que o executivo, idealizador do projeto, em nenhum momento manifestou interesse na participação popular no referido projeto, haja vista que sendo o detentor da informação não a divulgou na imprensa nos meses ou mesmo semanas que antecederam a votação na câmara. A primeira matéria divulgada pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Feira de Santana acontece no dia 27 de junho de 2013, oito dias depois da aprovação do projeto na câmara.

Com o título Seis Novos Bairros Criados em Feira de Santana o texto inicia com a seguinte afirmação: “Com o objetivo de **legalizar** a expansão urbana do município, a Prefeitura de Feira de Santana **oficializou** a criação de seis novos bairros” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA, 2013, grifo nosso). O secretário de Gestão e Convênios, na época, Arcenio Oliveira, explica que a expansão urbana está prevista na Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1992, e na Lei Complementar nº 018, de 08 de julho de 2004, que rege sobre a criação de novos bairros e segue afirmando que desde então, o município teve uma expansão muito grande, principalmente na área de construção civil, com a vinda do Programa Minha Casa, Minha Vida e que o crescimento imobiliário expandiu os limites urbanos do município e dos bairros.

O secretário esclarece, ainda, que a inclusão dessas localidades no perímetro urbano não interfere nas questões legais das propriedades rurais, sendo que os proprietários de imóveis rurais continuarão pagando o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), e que o município de imediato não vai passar a cobrar Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). E informa ainda que para a propriedade rural passar a ser urbana tem que se consultar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conforme prevê a Lei Federal 6766 de 1979.

Os elementos novos trazidos na primeira matéria divulgada pela prefeitura são: primeiro, a afirmação nas entrelinhas de que o município já havia expandido, no entanto, de forma irregular e sem o aval da própria prefeitura, sendo essa expansão proveniente do *boom* imobiliário ocasionado com o Programa Minha Casa, Minha

Vida; segundo, a expansão urbana de Feira de Santana segue um aspecto jurídico que inicia-se com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1992, e tem continuidade com a Lei Complementar nº 018, de 08 de julho de 2004, e agora com a Lei Complementar 075/2013; terceiro, os proprietários de imóveis rurais continuarão a pagar o ITR, não sendo a cobrança de IPTU pela prefeitura imediata e a mudança do enquadramento da propriedade rural para urbana somente pode ocorrer com base em consulta ao INCRA, seguindo os parâmetros da Lei Federal 6766 de 1979.

Ainda no dia 27 de junho de 2013, saiu uma outra matéria no site Acorda Cidade, Feira de Santana ganha seis novos bairros; decisão desagradada trabalhadores rurais. O texto traz as informações divulgadas pela prefeitura, mas traz como elemento novo a manifestação ocorrida na manhã do dia 27, na Mantiba, em que os moradores bloquearam a rua principal para reivindicar contra a aprovação da Lei Complementar que cria seis novos bairros no município. É a primeira vez, que os moradores ganham voz no discurso noticioso local e nele reclamam que com a aprovação do projeto vão perder alguns benefícios e afirmam que não houve discussão sobre o assunto.

Quem também aparece pela primeira vez para falar sobre o assunto é o prefeito José Ronaldo de Carvalho, que em contato com o site Acorda Cidade, afirmou que a Lei Complementar 075/2013 não trará prejuízos para ninguém. Ainda de acordo com o prefeito, Feira de Santana cresceu muito, e por isso houve a necessidade de fazer esse projeto de ordenação. E para exemplificar o crescimento desordenado do município o prefeito fala “se a pessoa for até ao aeroporto, **existem conjuntos habitacionais construídos próximos ao local e ali ainda não era zona urbana**, então como é que vamos registrar na zona rural? O que se fez foi um projeto para ordenar a nova realidade urbana da cidade”. (CARDOSO, 2013, p. 01, grifo nosso).

O prefeito argumenta ainda que o projeto de lei vinha sendo estudado há algum tempo, detalhadamente, e depois foi encaminhado para a Câmara Municipal. E, especificamente, sobre a localidade da Mantiba, o prefeito informou que existem projetos de construções de conjuntos habitacionais e também de um shopping center na região. Por esse motivo, segundo ele, é necessário fazer uma urbanização na cidade. Ao final da sua fala ao site o prefeito informou que iria agendar uma visita a Mantiba para falar sobre o assunto com a comunidade.

É importante a análise da fala do prefeito para perceber nas entrelinhas que o planejamento urbano da cidade foi reativo, pois aconteceu em função de equipamentos urbanos que em alguns casos como o dos condomínios citados pelo

prefeito já haviam sido implantados em áreas rurais. Os condomínios em questão segundo levantamento feito junto ao Ministério das Cidades (2016), são Residencial Vida Nova Aeroporto I, construído pela empresa L Marquezzo, que fez 500 unidades habitacionais e o Residencial Vida Nova Aeroporto II, construído pela empresa FCK Construções, em que mais 500 unidades habitacionais foram construídas.

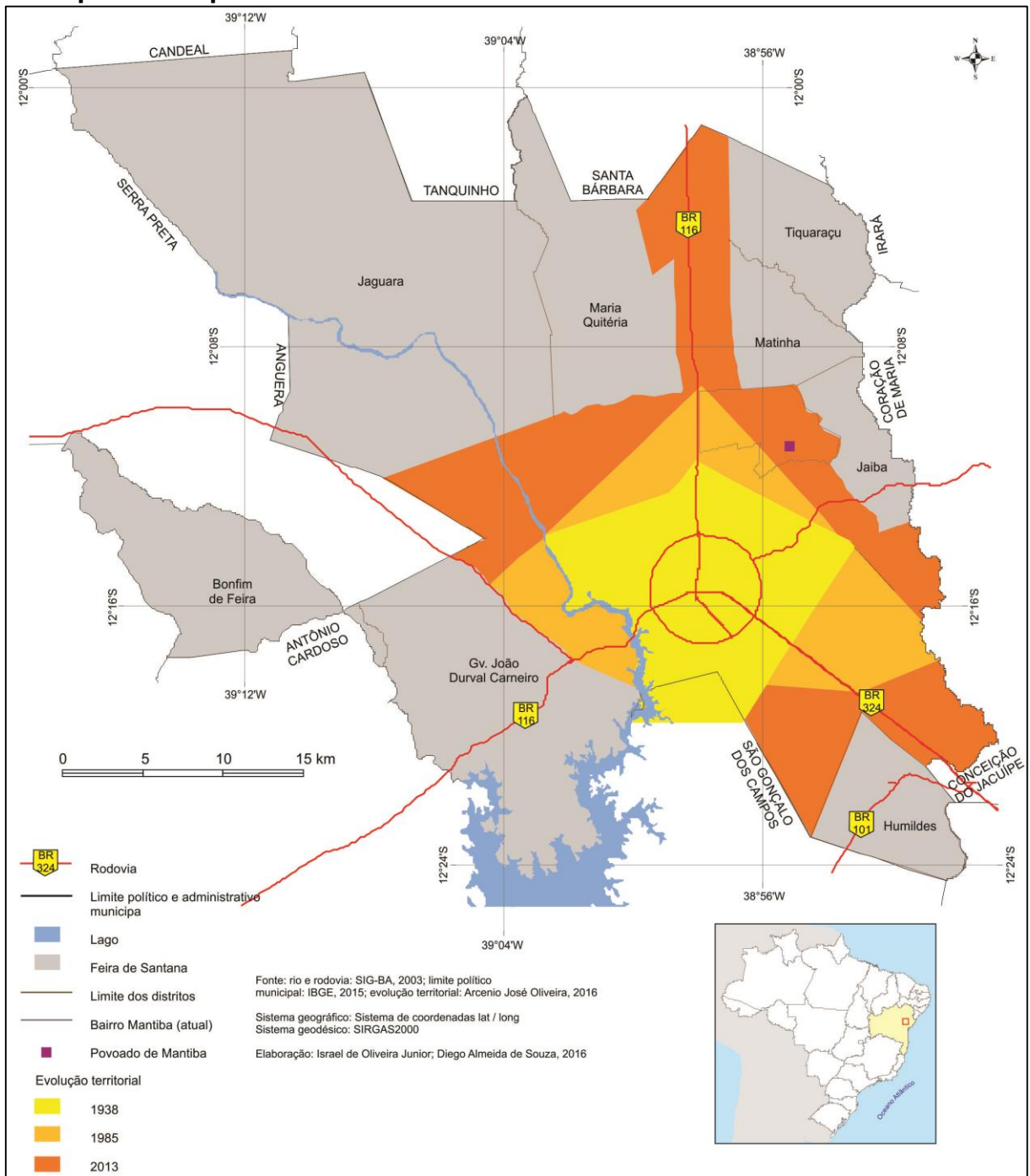
Sobre a análise torna-se importante ainda, a discussão da matéria Emancipação ajuda ou piora? É a dúvida em Humildes? Publicada no dia 26 de julho de 2013, no Jornal Tribuna Feirense. Por que essa matéria é importante? Porque com a expansão territorial obtida pelo distrito sede com a Lei Complementar nº 075/2013 o executivo feirense extinguiu qualquer possibilidade de emancipação do distrito que há muito tempo já discutia o assunto (MAPA 13).

O distrito de Humildes que na década de 1940, era um dos maiores em extensão territorial, fazendo limite ao norte com o distrito de Maria Quitéria viu em 2013, o seu espaço territorial ser reduzido, inviabilizando o projeto de emancipação e independência do distrito sede de Feira de Santana. Tornou-se um dos distritos mais estratégicos e mesmo rentáveis para Feira de Santana por conta das indústrias que se instalaram no distrito ao longo da BR-324, desta forma o município feirense ao perder o distrito de Humildes teria grandes perdas no que concerne a arrecadação de impostos.

Dessa forma, pode-se inferir que, atrelado aos motivos já expostos, para a elaboração e aprovação da Lei Complementar nº 075/2013, teve-se também como um dos motivos indiretos e que passaram despercebidos na mídia local o bloqueio ao projeto de emancipação do distrito de Humildes que teve sua área significativamente reduzida.

Em comum, as outras notícias expostas no quadro 6 abordam os benefícios que os trabalhadores rurais poderão perder, tais como Seguro Garantia Safra, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), o direito de se inscreverem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), direitos previdenciários e a permissão para vender produtos para a merenda escolar das escolas municipais de Feira de Santana e região, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

**Mapa 13 – Expansão urbana do distrito sede de Feira de Santana em 2013**



## 6.1 Feira de Santana/Mantiba: presente-passado concreto, as virtualidades do porvir e as perspectivas do povo da Mantiba

Após serem analisados o presente e o passado, tem-se a necessidade de olhar para o futuro, buscando compreender e, se possível enxergar no mesmo, processos que já se repetiram no passado e concretizam a produção do espaço, e que por isso mesmo, torna possível a clarividência no presente.

Para Lefebvre (1978) ao proceder analítico-regressivo do método, ao homem é permitido a compreensão do passado, da sociedade capitalista e das sociedades anteriores ao capitalismo, tendo em vista que o momento presente (descritivo), seguido pela análise descritiva do presente em direção ao passado (analítico-regressivo), precede o momento histórico-genérico em que a conduta de pensamento se volta para o presente após desvendar o passado, apreendido em si, indo em direção à análise do porvir.

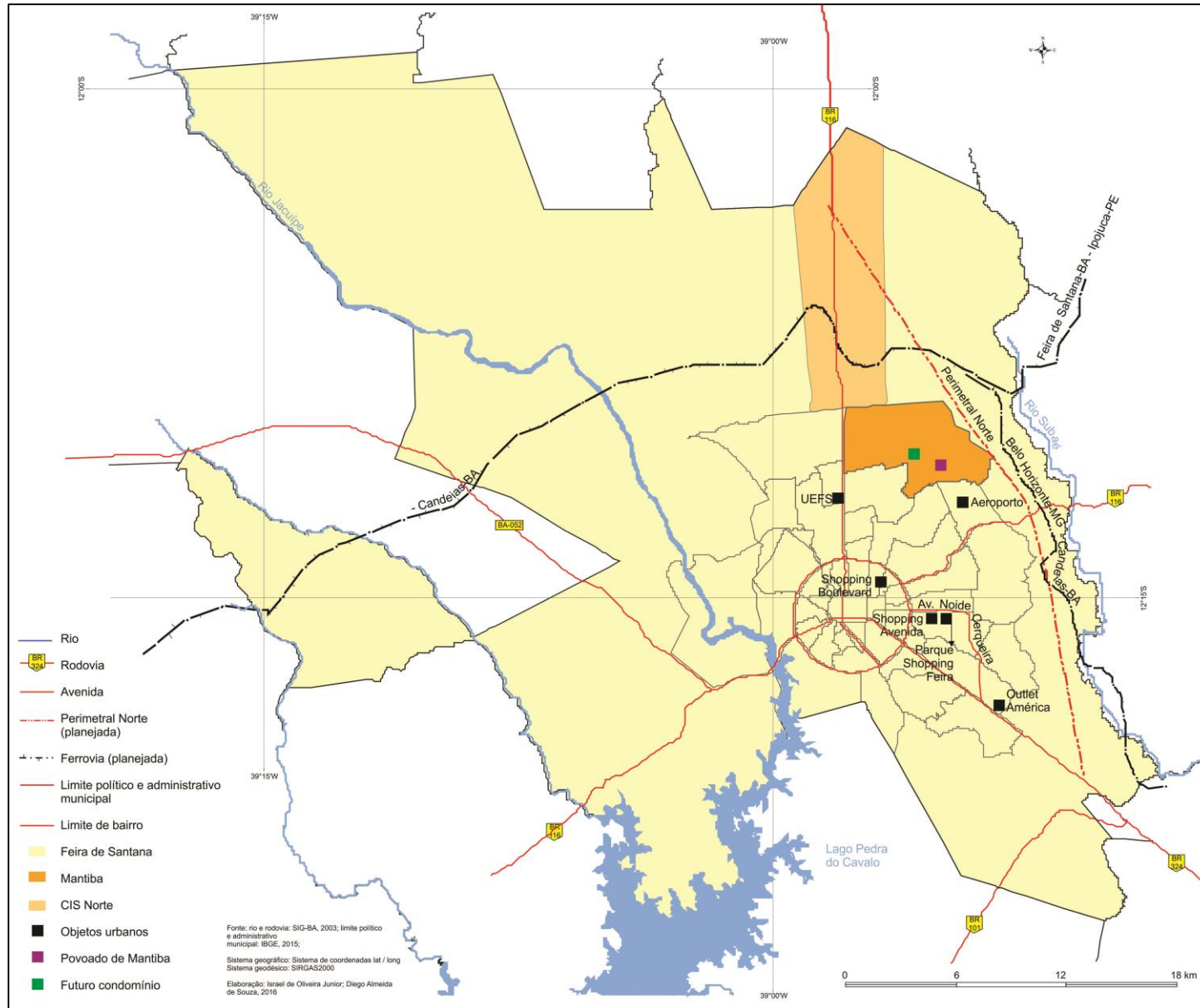
São transformações espaciais arraigadas ao processo histórico-social feirense e que por isso se contextualizam no espaço-tempo ao terem continuidades e descontinuidades, sendo a forma e o conteúdo espacial constantemente modificados, em que somente a análise do *continuum* – presente-passado-futuro – pode dar luz a explicações sobre os processos presentes e os processos em curso que apontam para o futuro.

“Às vezes acontece que amanhã é o presente, e, em seguida, a sua realidade pode saltar despedaçada diante de seus olhos.” (LEFEBVRE, 1976, p. 28). Posto isto, a realidade que se pós diante os estudos feitos neste trabalho dissertativo, apesar de não ter sido objeto desta pesquisa, é que a transformação dos espaços rurais em urbanos na Mantiba, no porvir, criarão uma nova centralidade no espaço feirense, sendo a Mantiba este ponto central na perspectiva lefebvriana (MAPA 14).

Nessa centralidade é considerado o movimento dialético que constrói e destrói, que cria e estilhaça, não importando qual ponto possa se tornar central (LEFEBVRE, 1999), sendo essa não determinação do espaço a ser central o elemento essencial e o sentido do espaço-tempo urbano. Lefebvre (1999) fala ainda que essa centralidade não é indiferente, ela reúne, ela exige conteúdo e os reúne tudo, inclusive os símbolos e os signos.



Mapa 14 – Centralidade da Mantiba em Feira de Santana



Na centralidade projetada para a Mantiba, é como se ao olhar para o passado os fenômenos se repetissem, só que desta vez, na Mantiba, dando continuidade ao processo dialético ininterrupto de construção e destruição do espaço enquanto centralidade.

A construção da ferrovia Belo Horizonte (MG) – Candeias (BA) e a ferrovia Feira de Santana (BA) – Ipojuca (PE) situam-se nas proximidades a Mantiba, sendo o ponto de bifurcação entre essas ferrovias distante da Praça da Mantiba 6,5 km. O fenômeno de construção de linhas férreas é antigo em Feira de Santana e conforme explicado no capítulo 3, compreendia na época em que foi implantada no município, os limites do espaço central da cidade. Na sequência tem-se a construção da Rodovia Perimetral Norte, que tangencia a Mantiba no sentido leste. Feira de Santana, após a construção das ferrovias, iniciou o processo de construção das rodovias e nessa mudança de centralidade não podia ser diferente, se traz para a Mantiba também o modal rodoviário como elemento de conexão com outros espaços. Enquanto, modal aéreo apresenta-se o aeroporto João Durval Carneiro, como elemento conector da ferrovia e da rodovia, sendo a jusante dessa conexão uma maior intensidade no fluxo de mercadorias e pessoas, que na concepção lefebvriana possibilita encontros, reuniões e, por conseguinte, manifesta o urbano.

Na continuidade, da formação do conteúdo da centralidade da Mantiba apresenta-se a Universidade Estadual de Feira de Santana, que no sentido oeste dista 2 km da Mantiba. A universidade é por si só o símbolo da reunião com as suas salas, praças, módulos e auditórios e a proximidade com a UEFS faz com que a Mantiba seja presente nestas manifestações de encontro. E como último elemento desse conteúdo de centralidade da Mantiba tem-se os shoppings centers, em especial, o Shopping Boulevard, que com a construção da Avenida Ayrton Senna, passou a ser distante 8 km da Praça da Mantiba. O shopping passou a ser o elemento moderno para o encontro ao reunir corredores, galerias, praças e luzes. O shopping, olhando para o passado de Feira de Santana, vem substituir os clubes, a exemplo do Feira Tênis Clube, onde aconteciam os bailes, os aniversários, as matinês e por conseguinte os encontros de lazer.

E, assim, sobre o processo de construção da centralidade em um lugar conclui Lefebvre (1999, p. 111, grifo nosso).

No curso de sua realização, a concentração sempre enfraquece e se rompe. É preciso, então, um outro **centro, uma periferia, um alhures. Um outro lugar e um lugar outro. Esse movimento, produzido pelo urbano, produz, por sua vez, o urbano. A criação se interrompe, mas, por sua vez, para criar.**

Nesse contexto, como aponta Freitas, N. (2015, p. 204) ocorre a constante construção de novos espaços sobre os velhos que se refazem no *continuum* passado-presente-futuro, testemunhando a totalidade da sociedade-espaço por meio da produção entendida como reprodução em que contextos históricos representam a redefinição da cidade e as especificidades do processo de urbanização.

A cidade que mediante o urbano se expande e (re)cria novas centralidades permite ao “homem, a matéria humana, que permite viver resíduo e totalidade em um tempo, seus desejos, suas capacidades, suas possibilidades, suas relações essenciais com os bens e os outros humanos, seus ritmos...” (LEFEBVRE, 1978, p. 88). E nesse espaço, vivem os moradores da Mantiba, que o têm como um lugar calmo, sem assaltantes, em que é muito difícil ocorrer um crime.

Brigas, aqui a comunidade não briga um com o outro, é todo mundo amigo. Então, como é que não gosta de um lugar desses. Não tem como não gostar. Eu me dou muito bem com os meus vizinhos. Não tenho problema com ninguém. Minha vida é boa. Eu trabalho, vou visitar as minhas famílias, converso, bato-papo, volto para casa, vou na igreja final de semana, só isso a rotina é pouca. (SANTOS, Entrevista, 2016).

E na rotina diária as manifestações de encontro que preenchem e completam o urbano se manifestam:

vou à praça, volto para casa, vai na padaria do genro, vai no mercadinho do neto. É andar por aqui, conversa com um, conversa com outro, vê o sobrinho ali e assim, por diante, Aí, é meu amigo. E descreve a sua vida na Mantiba como boa graças a Deus. A Mantiba é um paraíso para moradia. Eu me dou muito bem aqui. Aqui, eu conheci sem casa, sem nada. (OLIVEIRA, P., Entrevista, 2016).

E nas reminiscências da memória apresenta-se a casa de farinha, na Mantiba, como local do encontro, da doação e, principalmente, da generosidade.

Agora, aqui, tem parado um pouco essa questão da produção de farinha porque surgiu as casas de farinhas elétricas, mas eu observava bem quando era no período de fazer farinha que vinha um monte de gente dispendo de seu tempo, vem gratuitamente né!? Vinha, passava dia todo, ajudava. então eu ainda acho que principalmente os moradores mais antigos aqui, têm isso

muito forte, de se doar, doar tempo, doar ajuda, de visitar, de ir ao encontro do outro, eu acho isso bacana. (FONSEÇA, N., Entrevista, 2016).

O orgulho sobre o espaço em que se vive e viveu, sobrepõem-se ao valor de troca que a centralidade como fenômeno urbano insiste em impor.

eu sinto orgulho de morar na roça, eu sinto orgulho de dizer que sou lavradora porque eu sei que tudo que tem na mesa na zona urbana é passado pela nossa mão. Se não for pela minha é pela mão de outras pessoas da zona rural!? Então, para mim é um orgulho muito grande morar na Mantiba, morar na zona rural. A Mantiba para mim é tudo! Porque é um lugar que você nasceu, você se criou. Pra mim é importante é tudo! Eu acho que mesmo assim com toda a dificuldade que nós passa [SIC] aqui e que nós está passando, a gente somos mantibeiros! A gente tira o sustento da gente, a gente tem o direito de ir e vir. Então para mim a Mantiba é tudo porque a Mantiba apoia todo mundo que chega, a Mantiba é acolhedora, a Mantiba é doce. A gente tem um dizer que quem bebe água da Mantiba não vai embora! Então, para mim a Mantiba é tudo! (JESUS, Entrevista, 2016).

Nesse íterim, que corresponde ao período em que a centralidade se aponta e começa a ser desenhada avolumam-se as conjecturas, os desejos e as aspirações sobre a Mantiba por parte dos moradores que nela vivem.

Eu imagino a Mantiba no futuro com esses condomínios que, cada dia que passa estão chegando mais para aqui e virar um bairro de Feira pra gente viver todo mundo na grade, com medo e assustado porque cada dia mais está evoluindo, né!? Porque aqui está evoluindo, cada dia mais. A Mantiba hoje não é a Mantiba que tinha 10 anos atrás. Então, está evoluindo e a evolução não é bom porque hoje do jeito que está as drogas e os assaltos. Então, cada dia que passa ficar pior, né!? (SANTOS, Entrevista, 2016).

O sentimento de medo sobre o futuro que se aproxima também aparece:

Tenho muito medo! Da violência e da droga que está tomando conta da nossa comunidade, quer dizer eu já tenho medo. Imagina quando esses condomínios vir de lá para cá! Já tem o aeroporto ali perto, tá cheio de condomínio que é zona rural também, tem aqui Santa Quitéria, tem o último condomínio próximo ao cemitério. A gente vivia sossegado, vivia de porta aberta, hoje a gente não pode mais, a gente não pode mais andar, a gente não pode mais sair de noite para ir na casa de um vizinho, a gente rezar uma ladainha, pra gente ir visitar alguém a noite a gente não pode mais sair de casa. Hoje, a gente tem que estar vivendo preso na grade. Então, se hoje já está assim, imagina daqui para a frente como é que não tá! (JESUS, Entrevista, 2016).

Surge também o pensamento de que no futuro, a Mantiba, assim como Feira de Santana de origens rurais, esqueça do seu passado, esqueça da sua gente, esqueça de que na Mantiba vive e viveu: os trabalhadores rurais, que da produção na

terra tiravam o alimento que vai para a mesa. “Eu acredito que os trabalhadores serão pouquíssimas pessoas que trabalharam realmente como trabalhadores rurais todo mundo vai realmente procurar o seu sustento na cidade” (FONSÊCA, N., Entrevista, 2016).

E por fim, o medo de se afastar da família, o medo em ter o desconhecido como vizinho, o medo do novo, o medo do que advirá.

Hoje é tudo família. Aqui, é a minha família, aqui é a família da minha esposa desse outro lado, ali já é a família de Antonio Francês, as famílias que a gente já conhece, que a gente cresceu juntos, a gente já conhece todo mundo. Aí, vai com essa modificação vai vir gente de fora e aí é difícil a gente se relacionar.

E assim, a aprovação da Lei Complementar nº 075/2013 ganha contornos, formas e possibilita conteúdos, até então, impensáveis no ato da sua elaboração pelo executivo municipal e aprovação pelo legislativo feirense, sendo isso apenas possível, por que o homem, é essencialmente urbano, seja nas suas manifestações sociais de encontros, reuniões, festividades, lazer; seja nas suas construções quanto ao conteúdo – ferrovias, rodovias, avenidas, ruas, shoppings, condomínios. A produção do espaço não cessa. E na totalidade tempo-espço, o urbano constrói, destrói, cria, estilhaça e depois tudo reúne.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar a produção do espaço urbano em Feira de Santana especificamente na Mantiba, explicando como o espaço rural é transformado em urbano, sem levar em consideração o cotidiano dos habitantes, o valor de uso do lugar, ou seja, a sua relação com o mundo.

A análise foi alicerçada no método lefebvriano denominado progressivo-regressivo, bem como a sua compreensão e extensão enquanto método foi fundamental na produção deste texto dissertativo. Olhar para o presente, para a lei que se impunha enquanto lei transformando um espaço rural em urbano, sem consultar em nenhum momento os moradores desses locais, assim como outros órgãos ou instituições que de algum modo possuíam projetos para equipamentos urbanísticos na cidade e mergulhar, logo após a esse olhar para o presente, no passado requereu alicerce e compreensão do que se queria. A metodologia definiu e possibilitou a realização da pesquisa, sua extensão, dada à pormenorização dos instrumentos metodológicos que se apresentavam necessários à construção deste estudo.

O retorno ao passado para descortinar elementos que estavam por corroborar ações atuais que se manifestavam na produção do espaço presente ocorreu em parte por meio de fotografias, que mostraram como registro testemunhal a pluralidade de histórias sobre o espaço no decorrer do tempo. O mergulho em direção ao passado não encerrou-se na pesquisa histórica sobre o processo de produção espacial feirense, ele adentrou e aprofundou-se um pouco mais, em direção à Mantiba, espaço até então, sem nenhum tipo de estudo acadêmico feito, seja sobre a sua história ou sobre a produção do espaço.

Caracterizar a Mantiba, teve como objetivo evidenciar pioneirismo e a ação empreendedora de Braz Ferreira da Fonsêca que não apenas criou equipamentos urbanos na Mantiba e doou terra para que a ela se povoasse, como também documentou nascimentos, falecimentos e os encontros dominicais obtidos por meio das missas.

Conclui-se que o capital imobiliário, nas mais variadas nuances, foi a razão determinante para a criação da Lei Complementar nº 075/2013 pelo poder executivo municipal, não havendo nenhum tipo de discussão, debate ou audiência pública anterior ao envio do projeto de lei complementar à Câmara Municipal de Feira de

Santana. As expressões mais evidentes do capital imobiliário no município foram: a chegada de dois empreendimentos residenciais de alto padrão, os condomínios do Programa Minha Casa, Minha Vida e o projeto de construção do novo Centro de Abastecimento do setor de atacado. Em comum, todos esses empreendimentos possuíam o fato de localizarem-se em espaços rurais. Isto ocorreu porque os espaços urbanos tornaram-se rarefeitos e com a demanda maior que a oferta, os espaços restantes da urbe tiveram o preço elevado. E como o objetivo do empresariado é sempre a maximização do lucro, recorreram aos espaços rurais, comprando-os, pois eram mais baratos.

Assim, o poder executivo municipal, percebendo a estratégia dos empresários do setor imobiliário, e visando aumentar a arrecadação do IPTU, iniciou a elaboração do projeto de lei, que transformava os espaços rurais em urbanos, em Feira de Santana. E em apenas seis meses, o projeto de lei que delimitou seis novos bairros foi criado e encaminhado à câmara municipal que, em caráter de urgência, o aprovou em oito minutos. Com o contexto da produção do espaço feirense já delineado de antemão não houve o interesse do poder público municipal, seja por meio do executivo ou do legislativo, em discutir com a população em nenhum momento as possíveis implicações que tal transformação traria, mesmo que essa ausência de diálogo contrariasse as diretrizes do Estatuto das Cidades quanto à democratização da gestão urbana.

Acrescenta-se como um resultado, não tão visível, da aprovação da Lei Complementar nº 075/2013, a resolução de um impasse que o poder executivo municipal feirense possuía há anos: a possível emancipação de Humildes. Esse distrito ocasionaria uma perda considerável na arrecadação municipal de impostos em Feira de Santana caso se emancipasse, e assim com o objetivo de inviabilizar tal ação o distrito sede expandiu estrategicamente reduzindo o espaço territorial de Humildes consideravelmente.

Sobre as virtualidades do porvir para o espaço feirense, em específico, para o espaço da Mantiba, apesar de não ter sido objeto dessa pesquisa, infere-se pela necessidade de se estudar, no futuro, a transformação do espaço rural em urbano que conduz à formação de uma centralidade na Mantiba na perspectiva Lefebvriana.

Com a nova ampliação do perímetro urbano de Feira de Santana observou-se a transformação dos espaços rurais em urbanos que transpôs o cotidiano, subjugou

o valor de uso, ao dar mais importância ao valor de troca e, não distante, criou uma fronteira espacial invisível e imaginária para as pessoas que habitam nesses espaços.

Configurou-se na Mantiba uma fronteira e sobre ela advém o aspecto mais perverso do conflito: a fronteira que invisivelmente se estabelece cessa com o rural de um lado, e por outro lado não os torna cidade mesmo estando na cidade. É a negação à cidade, que Lefebvre (2001) denominou de direito à vida urbana, a condição de humanismo e democracia, o direito à cidade. E assim, moradores da Mantiba, têm que se reinventar agora enquanto espaço urbano, depois da transformação do espaço rural, para viabilizar o progresso e as intenções de melhoria e desenvolvimento propaladas no presente. O viver na fronteira para os moradores da Mantiba, está no campo da imaginação, pois o 19 de junho de 2013, dia em que a Lei Complementar nº 075/2013 foi aprovada na câmara de vereadores, foi apenas um momento, em que na prática, no dia a dia, o viver rural insiste e luta ante um viver repleto de equipamentos urbanísticos que no duplo processo de industrialização e urbanismo vão pouco a pouco diluindo o cotidiano, as relações de proximidade e de vizinhança nos espaços transformados.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pe. Luciano Curvelo de. **Pe. Luciano Curvelo de Almeida**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

ALVES, Leia Santana de Jesus. **Leia Santana de Jesus Alves**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA. **Anuário Estatístico de Feira de Santana**. Feira de Santana: CDL, 2012

ARCENIO, José Oliveira. **Arcênio José Oliveira**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

BARRETO, Marialvo. **Marialvo Barreto**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Santa Catarina, v. 2, n. 1, janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: < [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)>. Acesso: 13/05/2015.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRITO, Carlos Alberto Oliveira. **Carlos Alberto Oliveira Brito**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016.

Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2004.

CARVALHO, José Ronaldo de. **José Ronaldo de Carvalho**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO. **Plano territorial de desenvolvimento sustentável**. Bahia, nov. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, Laiane. **Feira Tênis Clube vai a leilão e é arrematado por R\$ 1,6 milhão, 2013**. Acorda Cidade. Disponível em: <http://www.acordacidade.com.br/noticias/112969/feira-tenis-clube-vai-a-leilao-e-e-arrematado-por-rs-16-milhao.html>>. Acesso em: 15/04/2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Brasil colonizado: raízes da sociedade e do Estado. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**: a grande transição. A experiência brasileira. São Paulo: SESC, 2002.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. A dialética entre permanência e ruptura nos processos de transformação do espaço. In: MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro. (Org.). **Sobre urbanismo**. Rio de Janeiro: PROURB, 2006, v. 1.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas. SP: Papiros, 1993.

ESPINHEIRA, Gey. Cultura, cidade e democracia: o jogo da cultura no mundo contemporâneo. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: Eufba, 2010.

FARIA, Marina Sartório. **A participação feminina na direção do cinema**

**documentário brasileiro**. 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - IHAC, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2013.

FEIRA DE SANTANA. **Lei Complementar nº 075 de junho de 2013**. Fixa os limites interdistritais, amplia o perímetro urbano e delimita 06 novos bairros do distrito sede do município de Feira de Santana. Gabinete do Prefeito Municipal. Feira de Santana, BA, 20 de jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 018/2004**. Define o perímetro urbano, delimita os bairros da cidade de Feira de Santana. Gabinete do Prefeito Municipal. Feira de Santana, BA, 08 de jul., 2004.

FONSÊCA, Naiara. **Naiara Fonsêca**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa "Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

FRAGA, Walter. A UFRB e o Recôncavo da Bahia. In: **UFRB, 5 anos: Caminhos, Histórias e Memórias**. Cruz das Almas: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2010.

FREHSE, Fraya. **Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 13(2): 169-184, novembro de 2001.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia – o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREITAS, Joedilson Machado de. **Joedilson Machado de Freitas**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa "Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O descoroamento da princesa do sertão: de "chão" à território, o "vazio" no processo da valorização do espaço**. 2013. 406 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristovão, 2013.

GONÇALVES, Gustavo Soranz. Panorama do documentário no Brasil. **Doc On-line**, Covilhã, n. 01, p. 79-91, dez. 2006. Disponível em:

<[http://www.doc.ubi.pt/01/artigo\\_gustavo\\_soranz\\_brasil.pdf](http://www.doc.ubi.pt/01/artigo_gustavo_soranz_brasil.pdf)>. Acesso em: 15/05/2016.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOLANDA, Karla. **Documentário nordestino: história, mapeamento e análise (1994-2003)**. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2008**. Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2014

JESUS, Vaneide Oliveira de. **Vaneide Oliveira de Jesus: depoimento** [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

JUSTINIANO, Eduardo F. Registro fotográfico. In: VENTURI, Luís Antonio Bitar (Org.). **Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, p. 187-195.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LEFEBVRE, Henry. **A produção do Espaço**. 2006.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991. [1968].

\_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978. [1970].

\_\_\_\_\_. **Espacio y política: el derecho a la ciudad.** Barcelona: Península, 1976. [1972].

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001. [1968].

LIMA, Jayro da Silva Miranda. **Jayro da Silva Miranda Lima:** depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

LIMA, Roberto Luiz de Cerqueira. **Roberto Luiz de Cerqueira Lima:** depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

Lobão, Jocimara. S. B.; Nolasco, M.; C Rocha, W de J. S. F., **História Ambiental Urbana de Feira de Santana – 1959-2001:** Uma Análise Baseada em Geotecnologias. In: II Encontro Estadual de História. Historiador a que se destina?: dilemas e perspectivas na construção do conhecimento histórico. Feira de Santana, 2004

LOPES, Luckas Sabioni; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. **Evidências do impacto da corrupção sobre a eficiência das políticas de saúde e educação nos estados brasileiros.** IPEA, 2013.

MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro. (Org.). **Sobre urbanismo.** Rio de Janeiro: PROURB, 2006, v. 1.

MAGALHÃES, Antonio Ferreira de. **História nas lentes:** Feira de Santana pelo olhar do fotógrafo Antonio Magalhães. Feira de Santana. UEFS Editora, 2009.

MAISONNAVE, Fabiano. **“Fronteira urbana” chegou ao fim, diz Davis.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 de mar. 2006. Mundo.

MARTINS, José de Souza. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiros: cidade e campo. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS**, 35., 2011, Caxambu. Anais

eletrônicos... Caxambu: ANPOCS, 2011. Disponível em: <  
[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1279&Itemid=353](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1279&Itemid=353)>.

\_\_\_\_\_. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.  
 \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento regional: análises do Nordeste e da Bahia**. Salvador, 2006 (Série Estudos e Pesquisas, 73).

MASCARO, Alysso Leandro. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013. Memória do SENAI-SP.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL. **Pontes e viadutos: Brasil**. São Bernardo do Campo, SP: Mercedes Benz do Brasil, 1992.

MINAYO, Cecília de Souza. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 2a ed. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 1993.

MIRANDA, Hidelbrando Oliveira de. **Hidelbrando Oliveira de Miranda**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na historia: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NERY, Alberto Matos. **Alberto Matos Nery**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

NETO, José Cerqueira de Santana. **José Cerqueira de Santana Neto**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

OFFIDA, Pe. Marino de. **Pe. Marino de Offida**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista

concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Jane Souto de. “Brasil mostra a tua cara”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. **Textos para discussão Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, Rio de Janeiro, n. 6, 2003.

OLIVEIRA, Joilson Campos. **Joilson Campos Oliveira**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

OLIVEIRA, Pedro Nunes de. **Pedro Nunes de Oliveira**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa “Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. **Múltiplos olhares sobre assentamentos subnormais em Feira de Santana**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Hábitat y pobreza los objetivos de desarrollo del milênio desde la ciudad.**, Bogotá, 2006.

\_\_\_\_\_. World Urbanization Prospects: The 2014 Revision. 2015.

ORIGEM DA PALAVRA. **Feira**. (2008). Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/feira/>>. Acesso em: 15/03/2016.

PENAFRIA, Manuela **O ponto de vista no filme documentário**. Universidade da Beira Interior, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Documentarismo do Cinema uma reflexão sobre o filme Documentário**. Universidade da Beira Interior. 2006.

\_\_\_\_\_. **O filme documentário em debate: John Grierson e o movimento documentarista Britânico**. Universidade da Beira Interior. 2004.

\_\_\_\_\_. **O Filme Documentário: história, identidade, tecnologia**. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Paradigma do Documentário António Campos, cineasta**. 2009.

POPPINO, Rollie. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

REDAÇÃO. **Feira de Santana terá seis novos bairros**. Jornal Folha do Estado. Bahia, jun. 2013.

ROCHA, José Carneiro. **José Carneiro Rocha**: depoimento [jul. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa "Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1989.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SALES, José Ferreira. **José Ferreira Sales**: depoimento [mai. 2016]. Entrevistador: Diego Almeida de Souza. Feira de Santana - BA, 2016. Entrevista concedida à pesquisa "Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – Do Rural ao Urbano na Mantiba.

SANTO, Sandra Medeiros. **A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana-Bahia (1940-2010)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2012.

SANTOS, Bethsaide Souza; SANTOS, Rosangela Leal. Análise da expansão urbana de Feira de Santana através de condomínios fechados. In: **SEMINÁRIO URBANISMO NA BAHIA - urbBA** [11]. 2011. Anais eletrônicos... Salvador: UFBA,



2011. Disponível em:

<[http://www.ppgau.ufba.br/urba11/ST2\\_ANALISE\\_DA\\_EXPANSAO\\_URBANA\\_DE\\_FEIRA\\_DE\\_SANTANA\\_ATRAVES\\_DE\\_CONDOMINIOS\\_FECHADOS.pdf](http://www.ppgau.ufba.br/urba11/ST2_ANALISE_DA_EXPANSAO_URBANA_DE_FEIRA_DE_SANTANA_ATRAVES_DE_CONDOMINIOS_FECHADOS.pdf)>. Acesso em: 14 de jun. 2015.

SANTOS, Bethsaide Souza; SANTOS, Rosangela Leal; SANTO, Sandra Medeiros. Análise espacial aplicada à expansão de condomínios fechados na cidade de Feira de Santana (BA). In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO**, 4., 2012, Recife. Anais eletrônicos... Recife: UFPe, 2012. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIV/CD/artigos/SIG/149\\_5.pdf](https://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIV/CD/artigos/SIG/149_5.pdf)>. Acesso em: 14 de jun. 2015.

SANTOS, Claudio Ressurreição dos. **Shopping Popular Feiragui**: estudos sobre a produção de um espaço de comércio em Feira de Santana – BA. 2016. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SARAVIA, Enrique, Introdução a Teoria da Política Pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas, Coletâneas**. ENAP 2006.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (ORG.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOROKIN, Pitirim; ZIMMERMAN, Carlo; GALPIN, Charles. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITAKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o rural e o urbano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. **Cidades da Bahia**. Salvador, 1997.

TERRA. **Financiadores de campanha 2012**. Disponível em: <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/financiadores-campanha-2012/>. Acesso em: 28/07/2014.

TITO, Luiz. **Projeto aprovado cria 06 novos bairros em Feira de Santana**. Jornal A Tarde. Bahia, jul. 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **Nossa história**. 2016. Disponível em: <<http://www.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>>. Acesso em: 20/05/2016.

UOL. **Sete dos dez maiores doadores de campanha são suspeitos de corrupção**. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/07/28/sete-dos-dez-maiores-doadores-de-campanha-sao-suspeitos-de-corrupcao.htm>. Acesso em: 28/07/2014.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.

VENTURI, Maria Alice. Relato do trabalho de campo. In: VENTURI, Luís Antonio Bitar (Org.). **Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, p. 225-232.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade: na História e na Literatura**. 1ª reimpressão. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZORZO, Francisco Antônio. Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950). **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 22, p.99-115, jan./jun. 2000.

Disponível em:

<[http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/22/retornando\\_a\\_historia\\_da\\_rede\\_viaria.pdf](http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/22/retornando_a_historia_da_rede_viaria.pdf)>. Acesso em: 16/05/2016.

## APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre E Esclarecido

Eu, Diego Almeida de Souza, estudante do Mestrado em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana, convido você para participar da pesquisa intitulada “Conflitos de fronteira: campo-cidade em um espaço descontínuo, a transformação do espaço rural da Mantiba em urbano no município de Feira de Santana-BA”. Antes de concordar em participar da pesquisa, é importante que você compreenda as intenções e instruções contidas nesse documento. Destaca-se que sua participação nesse estudo é voluntária, não trará custo de ordem financeira e se decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo sem causar nenhum prejuízo. Gostaria de informar também que estarei sempre à sua disposição para responder todas as dúvidas antes ou durante a realização da pesquisa. A pesquisa tem por objetivo principal, analisar a relação campo-cidade em Feira de Santana, explicando a transformação do espaço rural em urbano tendo como referência a Mantiba. Não distante, são objetivos específicos deste trabalho analisar as implicações decorrentes da transformação de um espaço rural em urbano, refletindo sobre as especificidades do cotidiano dos moradores da Mantiba do ponto de vista identitário, social e econômico e identificar a expansão espaço urbana do município de Feira de Santana entre 1959-2015, analisando a relação campo-cidade. O primeiro passo desse estudo é a pesquisa bibliográfica e documental; o segundo passo é a realização do trabalho de campo, que se configura na realização de entrevistas com os moradores da Mantiba, em Feira de Santana, Bahia, que lá moravam antes da aprovação da Lei Complementar nº 075 de junho de 2013 que transformou o espaço rural da Mantiba em bairro; e com os agentes políticos que de forma direta ou indireta participaram da discussão, elaboração e aprovação da lei supracitada. Por se tratar de uma declaração pessoal, sobre um assunto que diz respeito ao fato dos entrevistados (moradores) falarem suas experiências e memórias com o espaço em que vivem/viveram, bem como falar (moradores e agentes políticos) de um assunto recente e que gerou protestos na cidade de Feira de Santana, que foi a aprovação da Lei complementar nº 075 de junho de 2013, que transformou o espaço rural da Mantiba em urbano, a entrevista, gravada por meio de áudio e/ou vídeo, pode vir a gerar algum constrangimento ou desconforto, mas firmamos que as informações fornecidas por você, terão privacidade garantida, assegurando o direito à indenização se danos comprovadamente forem causados pela pesquisa (previsto na resolução 466/2012). Após a realização da pesquisa os resultados serão socializados com os sujeitos participantes desta pesquisa para que tenham conhecimento que a proposta resultou, ao menos, em um material para reflexão e consulta das ações da organização social. Pretende-se ao final do estudo submeter artigos, com os resultados obtidos nesta pesquisa, à revistas e eventos da área de Geografia, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, bem como a confecção de um documentário visando dar visibilidade as transformações ocorridas na Mantiba e valorizar as questões identitárias dos moradores que lá residem. Todas as informações que você desejar sobre a pesquisa podem ser obtidas na Universidade Estadual de Feira de Santana, Avenida Transnordestina, S/N. Bairro: Novo Horizonte, Cep: 44.036-900, Módulo 7 na sala do Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV) ou por telefone: Tel.: 75 3161-6251. Os dados coletados na pesquisa de campo ficarão guardados num período de cinco anos, sob a responsabilidade do pesquisador, sendo posteriormente eliminados. Se concordar participar da pesquisa deverá assinar este documento em duas vias ficando uma com você e outra com o pesquisador.

Feira de Santana, Bahia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Diego Almeida de Souza

---

Assinatura do Entrevistado

## **APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada com os moradores da Mantiba**

Nome:

Idade:

### **Origem do morador**

Mora na Mantiba desde o nascimento? Caso não, onde morava antes?

Há quanto tempo mora na Mantiba?

Sua família veio de onde?

Se pudesse escolher você mudaria para outro lugar?

### **Trabalho**

Onde trabalha?

Com o que trabalha?

Trabalha próximo de casa?

Como é ser um comerciante na Mantiba? (comerciante)

Enfrenta problemas como comerciante? Quais?

A violência afeta o seu negócio?

O negócio é rentável?

### **Da Mantiba o lugar onde vive**

Como se originou a Mantiba? Quem foi o senhor Braz? Lembra dele? Como ele era?

Como o povoado foi se formando? (família)

Sabe o que quer dizer o nome Mantiba?

Gosta de morar na Mantiba? Por que?

Quais sentimentos têm pela Mantiba?

O que falam quando você diz que reside na Mantiba?

Já foi discriminado por morar na Mantiba?

O que falta na Mantiba? Seriam esses os problemas da Mantiba?

Por que está vendendo sua propriedade? (morador vendendo a propriedade)

Para você houve alguma mudança depois que a Mantiba virou bairro?

Houve diálogo dos moradores com o prefeito ou os vereadores antes da aprovação da lei?

### **Sociabilidade/Coletividade/Desejos, aspirações e perspectivas**

Como é sua relação com os vizinhos?

Conhece alguém que se mudou da Mantiba? Sabe por que ela saiu?

O que as pessoas fazem para se divertir na Mantiba?

O que mais lhe dá alegria de fazer quando está na Mantiba?

Como descreve sua vida na Mantiba?

Quais lembranças a Mantiba traz para você?

Como imagina a Mantiba no futuro? O que deseja que aconteça?

O que é a Mantiba para você?

**APÊNDICE C - Roteiro de entrevista estruturada com os sujeitos participantes de forma direta ou indireta da elaboração da lei complementar 075/2013**

01 – Quais foram os principais motivos para a aprovação da Lei Complementar 075/2013, que criou 06 novos bairros em Feira de Santana?

02 – De que forma o poder público local dialogou com as comunidades atingidas pela da Lei Complementar 075/2013?

03 – Quais aspectos técnicos foram utilizados e quanto tempo durou o estudo dos espaços atingidos pela da Lei Complementar 075/2013?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL  
DCHF – UEFS**

**APÊNDICE D – Roteiro documentário – Mantiba: Meu Lugar No Mundo!<sup>21</sup>**

**VÍDEO DA SESSÃO DA CÂMARA**

Bom dia a todos! Sobre a proteção de Deus em nome da comunidade declaro aberta a quinquagésima sétima sessão ordinária da câmara municipal de Feira de Santana, referente a primeira etapa da décima sétima legislatura.

1:13:33

Senhores vereadores, projeto número 05/2013 em votação a urgência. Os vereadores que aprovam a urgência fiquem sentados! Aprovado por maioria. Em discussão o parecer do projeto 05/2013. Em votação o parecer. Os vereadores que aprovam o parecer permaneçam sentados. Em discussão o projeto. Em votação, o painel está liberado...

1:21:34

Aprovado por maioria dos presentes.

**NARRADOR | VÍDEO SESSÃO DA CÂMARA**

O projeto 075/2013, que criou seis novos bairros em Feira de Santana, transformando espaços rurais em espaços urbanos foi encaminhado para a câmara municipal no dia 17 de junho de 2013 e no dia 19 de junho em apenas oito minutos foi discutido e aprovado. Dentre esses 06 novos bairros, encontra-se a Mantiba.

---

<sup>21</sup> Este texto inclui fragmentos das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em 2016, portanto não representa a totalidade das respostas.

**SANI FILMES – 08:55 a 09:18**

Esta é a Feira de Santana de hoje, suas ruas largas, suas avenidas imensas, se estendem perdidamente pelas redondezas, numa ação contínua de crescimento planejado. Suas praças e jardins ostentam com orgulho e sabedoria os marcos históricos de seu passado, reverenciando personagens e heróis de outras épocas.

**SANI FILMES – 06:37**

Próximo a Salvador encontra-se a denominada Princesa do Sertão, Feira de Santana importante de sábado à segunda. Por tudo isso é que Feira de Santana vive os dias atuais em constante febre de progresso. Seu povo ordeiro e laborioso encontra-se em franca atividade, num trabalho honesto para tornar a cidade uma das maiores do interior brasileiro.

**NARRADOR** | VÍDEO Google Earth [Abertura do documentário, cujo título é: Mantiba: Meu lugar no mundo!] Neste espaço feirense resultado da produção e reprodução espacial, encontra-se a Mantiba.

**TARJA – ONTEM: A MANTIBA**

[TEXTO DIGITAÇÃO] | **NARRADOR**: “O passado deixou seus traços, suas inscrições, escrita do tempo. Mas esse espaço é sempre, hoje como outrora, um espaço presente, dado como um todo atual, com suas ligações e conexões em ato.” (Henry Lefebvre, A Produção do Espaço, 2006, p. 39).

NAIARA

1’35” a 1’40”

os primeiros registros datam a década de 40

1’50” a 1’54”

mas é lógico que já tem uma história antes disso,

PEDRO | 1’25” a 1’55”

Os primeiros moradores que conheci foi finado Caetano, Tia Pombinha, Tio Lucinho, Tia Fia, finado Felinto e aí veio os outros comprando como Tertuliano

2’01” a 2’06”

Braz veio chegar depois. Eu casei com a filha dele.

3'16" a 3'21"

Naquele tempo não tinha gente aqui.

NAIARA | 1'56" a 2'30"

Meu avô chamado Braz ele se mudou do rio fundo pra cá né em 46 mesmo junto com os companheiros como João Quirino eles decidiram começar esse Povoado. E o povoado começou mesmo por volta de um cruzeiro a princípio esse cruzeiro não existe mais. é uma pena, mas a primeira coisa que foi erguida aqui para sinalizar que aqui era um povoado onde eram cruzeiro grande que tinha no meio da praça

2'47" a 5'21"

Então ele volta ao povoado dele de origem o Rio Fundo e começa a procurar madeira própria pra poder fazer o cruzeiro primeiro ele encontra não é a aquela parte que fica na horizontal e depois ele corre pra conseguir o braço da cruz. Foram várias tentativas ele e os amigos dele pra poder encontrar essa madeira perfeita pra começar e ter o marco. E aí ele conta que foram uma, duas, três tentativas e acredito que na quarta tentativa de ir no mato procurar a madeira que ele encontra e ele fala madeira Tupicuruí alguma coisa assim que eu acho bonita quando ele fala no diário e que ele avista madeira e parece que essa árvore foi feita para este fim! Eu achei bem bonito. E aí eles começam. Aí esse início do povoado se confunde muito com o início da igreja aqui também na comunidade que aquela coisa que as festas tanto profanas quanto religiosas eram muito juntas então o pessoal começa a se reunir em torno daquela cruz para rezar, quando tinha aniversário também. Então ali passou a ser o ponto de encontro deles. Primeiro eles fazem um cruzeiro e nos anos 50 eles fazem o lançamento da pedra angular da capela. a Mantiba cresce volta né a princípio da capela então começa a ter influência também de outras pessoas pra construir a capela eles e seus colegas vão atrás de política dos políticos da época aí vai os pelos primeiros padres começam a chegar dão coisas pra igreja que estão aí até hoje o que eu sei da origem da Mantiba é isso que tinha poucas pessoas né quando ele chegou Braz e depois ele a junta aos companheiros em começa o povoado.

**TARJA – A EXISTÊNCIA REAL: BRAZ FERREIRA FONSÊCA, O SENHOR BRAZ**  
 [TEXTO DIGITAÇÃO] | **NARRADOR:** “O que vem ao dia? É o passado inteiro, enterrado na memória e no esquecido; mas é também a realidade da carne que se atualiza. O corpo vivo está presente, como lugar de passagem das profundidades à



superfície, do esconderijo à descoberta...” (Henry Lefebvre, A produção do Espaço, 2006, p. 222).

MARINO | 1’36” a 2’51”

Foi janeiro de 1988 e pouco depois que foi inaugurada a paróquia no Feira X. Era pároco lá e Dom Severo me disse que ia ser pároco administrador por 04 meses, só que foi bem mais que isso, não lembro exatamente, até 1992 com certeza. De qualquer forma era uma das várias comunidades Mantiba da Paróquia de São José das Itaporocas e o que não esqueço é quando fizemos um curso de preparação ao matrimônio era pessoa sabia, idoso e mesmo no verão ele tinha um manto e muito calmo, muito cheio de sabedoria como se diz.

4’37” a 4’55”

Era um patriarca não somente da família, mas todo mundo apreciava ele porque ele nunca dizia besteira e era de respeito, mas toda a palavra dele calma, era agradável.

NAIARA | 7’09” a 7’30”

Lembro sim! fisicamente era uma figura que chamava atenção porque ele era alto eu lembro que ele usava um sobretudo mesmo no calor, um sobretudo gigante tinha uns óculos bem fortes, fundo de garrafa e um cacete.

PEDRO | 3’29” a 3’34”

Seu Braz morava na caatinga e comprou aqui.

3’46” a 4’29”

Seu Braz era um moreno, que tinha umas condiçõezinhas, casado com uma mulher clara que era a minha sogra, morreram. Quem criou isso aqui foi ele. Quem criou essa praça aqui, foi ele e o Abdon, depois do Caetano que era o dono dessa propriedade aí, adiante, naquela estrada ali.

4’33” a 4’43”

A fonte quem cavou foi o meu sogro antes de eu casar. Quando eu casei estava cavando.

4’46” a 4’50”

Eu casei um 1956.

JUCELIA | 2’35” a 2’38”

Ele que me deu esse terreno da minha casa que eu moro, foi ele quem me deu.

2'42" a 2'49"

Seu Braz era um senhor que ele fundou muito essa Mantiba aqui. Aqui, tem muitas casas que foi ele deu o terreno para as pessoas fazer as casa e ele não cobrou nada.

3'01" a 3'19"

Quando ele fez essa cisterna, no dia que deu água, ele desceu São Judas Tadeu num cesto três vezes. Por isso que tem muita água nessa cisterna. Até na boca. Aí, ele fundou. Fez a comunidade e foi fazendo as casas. Ele deu o terreno e as pessoas foram fazendo as casas. A maioria dessas casas aqui ninguém comprou foi o senhor Braz que deu.

3'23" a 3'28"

Seu Braz me deu esse terreno foi em 1990, que ele me deu o meu terreno.

LÉIA | 11'21" a 12'02"

Onde eu morava mesmo, meus avós que já faleceram, foi terra doada dele, viu! A maioria aqui são tudo terras doadas dele e tenho boas lembranças dele. O que ele poderia ajudar se a pessoa tivesse dificuldade em alguma coisa, chegasse lá e: seu Braz é isso e isso, a pessoa poderia se abrir com ele, que era uma pessoa de confiança que ele não saia para conversar com outras pessoas. Se você conversasse um caso com ele, ficava ali mesmo. Era uma pessoa muito ótima ele.

VANEIDE | 2'31" a 4'16"

A gente pegou conhecimento que seu Braz era aquela pessoa que ele sempre se doou pela comunidade. A gente sempre sabe que ele foi professor sem receber nada. Onde é a sede da associação foi um terreno que ele deu a comunidade e construiu esse prédio que fez uma escola. Ele foi um dos primeiros professores aqui. Até que a prefeitura começou a mandar professores e ele foi aquele professor de catequese até o final da vida dele. Hoje, eu sei que não tem ninguém aqui na Mantiba e na comunidade é até difícil, alguém doar o que seu Braz doou, porque seu Braz doou a maior parte dessa comunidade toda porque cada filho de um amigo dele que ia casando ele ia doando um lote, um lote, que hoje povoou a comunidade da Mantiba. Então, seu Braz para mim é uma pessoa muito importante. e sempre eu falo: é uma história que não tem que deixar morrer, que a geração tem quem saber quem fundou essa comunidade porque tinha moradores antes que eu nem sabia que tinha antes. Mas, essas pessoas, foram pessoas que não fundou, não fez o que o senhor Braz fez.

Para mim o importante hoje é o senhor Braz, porque senhor Braz foi quem criou esse universo, criou isso aqui tudo. Então, eu acho que hoje está difícil alguém na comunidade fazer o que o senhor Braz fez.

### **TARJA – A PRIMEIRA NATUREZA TRANSFORMADA**

[TEXTO DIGITAÇÃO] | **NARRADOR:** “Um espaço já transformado já é o berço, o lugar de nascimento do que advirá”. (Henry Lefebvre, A produção do Espaço, 2006, p. 200).

MARIALVO | 3'44" a 4'37"

Olha essa área que nós estamos aqui nós estamos aqui em cima da banca da ferrovia a banca que fica logo após o chamado cemitério São João Batista dessa banca para o norte chamamos aqui de Mantiba então esta área do outro lado aqui o Papagaio e uma parte também do lado há quem ficou com o nome de Papagaio. Então, está área aqui neste baixio aqui tem a vegetação de brejo com a taboa e a vegetação original dessa área aqui que praticamente não existe mais ela era uma floresta antiga de transição entre a zona da mata e o litoral, entre a mata atlântica caatinga e uma floresta estacional semidecidual que popularmente ganhava o nome de mata de cipó, as famosas mata de cipó, ela existe em pequenos núcleos dentro de algumas propriedades aqui na área rural.

5'03" a 5'30"

Clima aqui é o tropical semiúmido ou o sub-úmido variando a precipitação prestação média de 850 milímetros mais aqui tá numa área que tem regularidade anos que pode chegar a mais de 1100 milímetros e anos que só vai para 600 a 550 milímetros então periodicamente essa região aqui ela é afetada por uma seca mais prolongada e com a diminuição da precipitação, mas há precipitação.

08'08" a 08'58"

Esse brejo gigante aqui ó! Isso aqui vai ser mais tarde afluente do rio Pojuca, esse brejo lá adiante está interceptado por um muro de condomínio tinha um pesque-pague vai transformaram em muro de condomínio então nós temos aqui área baixa onde a água pluvial escoar, aqui nessa área mais alta não tem nascente esse tabuleiro sedimentar na parte mais alta você não encontra nascentes, quando chega nessa área onde os terrenos sedimentar vão praticamente encontrar com o cristalino aí começa a formar as nascentes. Nascentes aqui só nesse baixio aqui, na área da

Mantiba, nós não temos em cima. Agora, como é uma área sedimentar a população mais antigas se abasteciam com as cisternas circular cavada com 20, 25, 30 metros e buscava água do subsolo.

6'01" a 6'10"

Isso aqui é um planalto bastante nivelado é um planalto sedimentar, a base estrutural aqui é o gnaisse, é o cristalino.

6'48" a 7'38"

Aqui tem minação constante dentro desse baixio. Então, aqui é um planalto sedimentar com solos relativamente profundos tecnicamente na agricultura era a área de produção de mandioca onde você encontra também as frutas que depende de solo mais profundo como a mangueira, a jaqueira, o coqueiro. É uma área rural de chácaras com muitas fruteiras porque o solo é profundo, ele é um solo do ponto de vista de fertilidade natural um pouco mais baixa, mas com qualquer recomposição ele se torna um solo muito próprio da agricultura então no lugar dessas lavouras na área agrícola os condôminos estão comprando terrenos agrícolas estão transformando hoje é a expansão urbana antiga área rural uma expansão muito grande nas antigas áreas que eram de cultivo de mandioca.

### **TARJA – DO RURAL AO URBANO: A LEI COMPLEMENTAR 075/2013**

[TEXTO DIGITAÇÃO] | **NARRADOR:** “O que aqui se descreve e se oferece aos olhos como reflexão impõe outra problemática que é a passagem do rural ao urbano. Os problemas se superpõem, se exasperam: destino de uma terra marcada pela História, as tradições camponesas, os camponeses mesmo. A industrialização se apodera de regiões até então esquecidas. A urbanização cuja importância cresce sem cessar transforma tudo que existia antes.” (Henry Lefebvre. Do rural ao urbano, 1978, p. 09).

ARCENIO | Arquiteto | 8'17" a 9'52"

A Mantiba, especificamente, em 1938, ela fazia parte do distrito de Humildes e mais tarde, passou para fazer parte de Jaíba e atualmente faz parte do distrito da Matinha e essa expansão existe uma cronologia. Em 1938, uma lei municipal, o decreto 14, determina às áreas dos distritos, os nomeando, conseqüentemente, tem a lei 628 de 1953 que também determina essa limitação, aí veio a lei estadual 4.548 de 1985 que expandiu o distrito sede do município sobre os outros distritos e em consequência disso a lei complementar 075 que é de 2013 e ampliou mais ainda essa área. Então,

o município sempre vai ter necessidade de ampliar essas áreas porque o município não para. Existe naturalmente uma sequência, que o município tem vida própria.

**NARRADOR:** A lei complementar 075/2013 criou os seis novos bairros: Chaparral, Registro, Cis-Norte, Vale do Jacuípe, Pedra Ferrada e Mantiba, transformando o espaço rural em urbano no município de Feira de Santana.

CARLOS BRITO | Secretário Municipal de Planejamento | 1'27" a 3'25"

A razão dessa nova definição do perímetro urbano de Feira de Santana, estava intrinsecamente relacionada ao seu desenvolvimento. Feira pelas suas características geográficas recebe uma gama muito grande de pessoas, recebe um volume de tráfego muito grande das 03 BRs, e a cidade vinha se apresentando, como vem se apresentando, com a explosão de condomínios nas mais diversas áreas da cidade. Especificamente, esses 06 novos bairros foram criados em função dentro de um estudo da Secretaria de Planejamento e de Desenvolvimento Urbano sobre a tendência de aprovação de novos projetos de empreendimentos, assim o foi com todos esses 06 bairros criados. Um especificamente, foi diferenciado que foi o do Jacuípe com essa nova expansão urbana que se apresenta no sul e no oeste de nossa cidade, assim como na região do Papagaio (MANTIBA), do Chaparral. Enfim, toda essa realidade foi trabalhada em função do quadro e dentro de uma perspectiva que nós tínhamos de crescimento que nós tínhamos para evitar maiores constrangimentos para as comunidades que para lá se deslocassem em função dos novos empreendimentos ali instalados.

JOEDILSON FREITAS | Secretário de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural | 5'40" a 6'31"

A agricultura é uma posição estratégica do município, mas nós percebemos que o município tem hoje uma característica basicamente urbana onde 92% da população vive na zona urbana de Feira de Santana e apenas 8% na zona rural. E com isso há um processo natural de que essa população vá migrando para os espaços para comportar as suas famílias que chegam a sede do distrito e com isso o governo é forçado a fazer certos tipos de conduta para poder acomodar os espaços que há lei. A lei veio em função disso para acomodar os moradores de Feira de Santana.

JOSÉ SALES – ZÉ GRANDE | Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Feira de Santana | 0'53" a 1'07"

O motivo maior para a criação dessa lei pelo poder público local de Feira de Santana é simplesmente de arrecadação de IPTU na zona rural de Feira de Santana.

ARCENIO OLIVEIRA | 2'08" a 3'04"

Os motivos que aconteceram decorrem do boom imobiliário que teve início em 2009 com o programa MCMV e que diante tanta demanda em 2009, 2010, 2011 e 2012 as empresas começaram a procurar áreas em Feira e decorrente disso começou a ter uma especulação imobiliária muito grande, as áreas que tinham um valor abaixo e que se adequavam ao programa, os proprietários começaram a aumentar áreas e decorrente desse aumento as empresas começaram a buscar áreas mais afastadas do centro da cidade.

3'47" a 4'36"

Na verdade, decorrente dessa expansão que já estava havendo no município inclusive distritos estarem vendendo áreas com essa finalidade de fazer conjuntos habitacionais e aí a gente pode ver no distrito de Humildes, Jaíba e na Matinha. Todos esses distritos começaram a vender áreas com essa finalidade de expansão e o município ficou com essa área que era da zona rural, sem estar na zona urbana do município e decorrente disso houve essa necessidade.

VANEIDE | 11'59" a 13'26"

No meu pensamento eu acho que foi criada porque eu estou vendo que as construtoras estavam vindo muito para a zona rural e comprando as terras do povo, né!? E o povo tava saindo daqui para ir para a zona urbana sem ter nenhum meio de sobrevivência. Só que eles ofereciam até aquela quantidade de dinheiro até alto só para ter aqueles terrenos, fazer condomínios e não iam pagar IPTU, não ia pagar nada. Então, para eles estava sendo vantagem, mas para os moradores aqui não. Então, para mim essa lei foi aprovada nisso aí, da prefeitura arrecadar o IPTU, mas de quem comprar essas terras como hoje mesmo a comunidade vizinha da gente ali que tem hoje se eu não me engano 10 condomínios, que tem 02 construindo e a maior parte daqueles ali, nenhum vai pagar IPTU. Então, para eles era vantagem. Nem para a prefeitura não era, né! E para a gente também não porque estava tirando o direito das pessoas daqui que era lavrador, vendendo a sua propriedade e se iludindo para

o centro da cidade. Porque a pessoa que sai da zona rural que não sabe ler, que não tem uma profissão e ir para zona urbana é para passar fome, passar necessidades, viver de ilusão.

JOILSON | 3'29" a 3'34"

Já tem uns 05 anos que eu coloquei para a venda.

3'39" a 4'13"

Apareceu umas pessoas aí, mas o dinheiro que botou não dava para vender não, porque na época que colocou para vender eu queria comprar uma caçamba, que era para mim voltar para a minha profissão. Mas, agora, eu quero para outra coisa. Não posso mais trabalhar na roça. É eu a mulher, só. Está todo mundo casado os filhos e aí agora vem o IPTU e não tem condição de pagar e aí fica ruim.

5'20" a 5'39"

Por exemplo: quanto vai ser o IPTU de uma tarefa de terra? Como é que a gente vai saber quanto é? Quem não puder vai vender e comprar em um lugar que não tem IPTU. Porque eu pago todo ano aí! Mas, eu pago o que aí?! Dez reais no sindicato, se for pela prefeitura eu não pago nada!

**NARRADOR:** Nas proximidades das terras do senhor Joilson situa-se a Lagoa do Jacaré, parte significativa de uma propriedade atualmente colocada à venda. Com a estiagem é possível andar sobre o chão que antes jazia o espelho d' água. E ao caminhar pela Mantiba é possível ver mais placas de terrenos a venda na Mantiba.

MARIALVO | 9'46" a 9'58"

Olha o principal motivo tanto dessa lei, como da lei que criou a zona residencial 4 foi incorporar imensas áreas rurais ao espaço urbano para atender a fome dos condomínios.

10'04" a 11'12"

Eles adquiriram as propriedades com preço rural e foram para o poder público transformar o que era rural e urbano pra poder ter o financiamento da caixa econômica de minha casa minha vida. Ficou uma cidade descontinuada imensas áreas vazias como você vê a frente e adiante os condomínios com as área de engorda no meio. Então, aqui, o que aconteceu em Feira de Santana foi que o setor imobiliário traçou um plano de expansão para faturar em cima das áreas rurais, executou esse plano de

expansão e a prefeitura assistiu não fez como deveria ser, a prefeitura a planejar determinadas áreas de expansão e depois chamar o poder privado para o poder privado para investir. Aqui, foi o contrário, quem planejou foi o capital, quem planejou foi o setor imobiliário e ao planejar planejou cometendo todos aqueles crimes clássicos, deixando o terreno de engorda vamos dizer assim usando de meios não muito lícitos para transformar imensas as áreas rurais em áreas urbanas dentro da câmara de vereadores.

13'17" a 14'38"

A Mantiba tem uma favela ali bem no terreno da linha, essa área tem vamos dizer assim, um valor relacional um pouco menor porque é de junto da favelinha que tem, é na Mantiba ficou essa banca da Mantiba com o cemitério, então o que é que os condomínios aqui fizeram? Fizeram as entradas pela estrada do Papagaio, pelo Centro Diocesano porque quando vende o condomínio vende Papagaio-Centro Diocesano diocesanos aí um lote vendido 200 mil, se for por aqui era 50 porque é pela Mantiba, pela favelinha. Então, aqui está embutido mesmo a relação de vizinhança é vizinho mas botaram o portão, dá pra você vê, lá do outro lado para não ser vizinho a favelinha aqui. Botaram o portão lá com isso significa que ele triplicou o valor de venda aí dentro. É a exclusão clara e vamos dizer assim um valor relacional. A entrada se fosse no lado de cá esse condomínio era um preço a entrada do lado de lá de junto do Centro Diocesano é outra a propaganda é junto ao Centro Diocesano, no Papagaio e não aqui olha você vai comprar um loteamento que a parede e meia com a favelinha pela beira do cemitério o preço é outro então aqui a economia do signo vamos dizer assim está batida aqui chapada nessa especulação imobiliária.

## **TARJA – O EMPREGO DA TÉCNICA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

TEXTO DIGITAÇÃO] | **NARRADOR:**

“A racionalidade do Estado, técnicas, planos e programas, suscita a contestação. (...) Estes espaços são *produtos*. A partir de uma ‘matéria-prima’, a natureza. São produtos de uma atividade que implica o econômico, a técnica, mas vai bem além: produtos políticos, espaços estratégicos. (...)

A importância das mediações técnicas e científicas não cessou de aumentar”. (Henry Lefebvre. *A Produção do Espaço*, 2006, p. 29, 75 e 96).



CARLOS BRITO | 4'32" a 5'40"

O aspecto técnico principal foram os projetos que vinham sendo apresentados para a aprovação na SEDUR dos novos condomínios e empreendimentos residenciais. Especificamente, o do Vale do Jacuípe também, além de grandes empreendimentos, nós tínhamos a perspectiva de implantar naquela região o Novo Centro de Abastecimento no setor de atacado, na região que era do Distrito de João Durval Carneiro, então sabíamos que um empreendimento dessa magnitude é um polo atrativo de pessoas e conseqüentemente de moradias que iriam demandar grande parte dos nossos serviços, educação, lazer e outras coisas mais.

5'47" a 6'21"

Nós fizemos um levantamento quando iniciamos o governo sobre onde estavam sendo demandando as maiores orientações prévias para empreendimentos e analisando essa tendência nos entendemos que para que todos esses projetos pudessem ser implementados dentro da nossa realidade teríamos que definir um novo perímetro urbanístico.

ARCENIO | 11'08" a 11'34"

O estudo aconteceu no ano de 2013, a lei foi aprovada em junho e decorreu do início do governo, desde janeiro, que nós começamos a fazer esse estudo em cima de mapas, delimitando à área urbana, foram praticamente esses 06 meses a duração desse trabalho.

11'47" a 12'02"

Toda a delimitação das áreas urbanas e dos bairros foram feitas em campo, teve um caminhamento no campo para determinar esses pontos.

### **TARJA – MANTIBA: O DIREITO À CIDADE**

TEXTO DIGITAÇÃO] | **NARRADOR:** “Na direção da entrada a prática de um direito: o direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia”. (Henry Lefebvre, O Direito à Cidade, 2006, p. 07).

**NARRADOR:** A Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Uma questão fundamental do Estatuto da Cidade é a promoção da participação da sociedade na gestão urbana. No inciso II, do Artigo 2, reza que a formulação, execução e

acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano devem ocorrer por meio da gestão democrática com a participação popular e de associações representativas da comunidade. Não distante, o artigo 43, no inciso II indica que debates, audiências e consultas públicas devem ser os instrumentos garantidores da gestão democrática. Assim, as decisões sobre o futuro das cidades não podem se limitar somente à democracia representativa existentes nas câmaras de vereadores, mas devem garantir que todos aqueles diretamente afetados pelas ações e investimentos públicos sejam envolvidos no processo de produção do espaço.

ZÉ GRANDE | 1'07" a 1'39"

Na verdade, essa foi uma lei colocada na câmara de vereadores em que não houve nenhuma discussão nas comunidades onde foram criados os 06 bairros em Feira de Santana. A população rural não ficou sabendo que havia intenção do município e do prefeito em estar criando essa lei que estaria beneficiando praticamente o poder público municipal e de uma hora para a outra pega todo mundo surpreso inclusive o sindicato na criação dessa nova lei que prejudica os trabalhadores e as trabalhadoras rurais de Feira de Santana.

2'15" a 2'24"

Nós provocamos várias discussões, mas mesmo assim nem o prefeito e nem a câmara fizeram nenhum debate e nem voltaram atrás desse lei que vem prejudicar os trabalhadores.

CARLOS BRITO | 6'38" a 7'39"

Alguns bairros apesar dessas características eles já estavam com perfil de moradia urbana e não rural, fizemos contato com os administradores dos distritos, que são os representantes da comunidade e em alguns casos, especificamente como o da Mantiba, nós tivemos o cuidado de pesquisar o que poderia acontecer de prejuízo para aquela comunidade e chegamos a conclusão que não se teria prejuízo sobre alguns direitos trabalhistas para as pessoas que trabalham na atividade rural. Aí, depois do contato com esses representantes da comunidade, nós tomamos a decisão de enviar para a câmara de vereadores e aprovar o novo perímetro urbano da cidade.

JUCELIA | 6'27" a 6'36"

Não, Não! Os moradores fizeram protesto e foi um horror. Porque não teve diálogo nenhum, simplesmente eles falaram e passou no diário oficial e pronto.

6'40" a 6'48"

Eu soube falando no BA TV, em uma entrevista que falou no BA TV. Aí, que a gente soube. No outro dia, a gente fez protesto, mas não resolveu nada.

VANEIDE | 9'59" a 10'03"

Não. Quando a gente ficou sabendo foi quando saiu no jornal.

LÉIA | 5'38" a 6'12"

Simplesmente, a gente veio saber pela dona Neusa, aí que ela chegou bem agoniada porque ela também é uma trabalhadora rural, aí a gente ficou sabendo. Fez uma manifestação de última hora. Dona Vaneide chamou o prefeito para vir conversar o que ia fazer com essas pessoas. Preocupados fomos para Feira de Santana fazer manifestações.

ARCENIO | 4'36" a 6'02"

O diálogo inicialmente não houve porque olhou-se primeiro esse planejamento que estava sendo feito até pela comunidade. A comunidade já tinha ciência disso, de que aquelas construções estariam invadindo a parte rural e decorrente disso a gente optou somente em estender a área urbana para abranger todos esses pontos. Mais tarde sim, depois da lei já na câmara de vereadores houve uma manifestação na Mantiba, que nós, eu digo nós porque eu estava como secretário estava presente em uma reunião que teve com alguns vereadores, algumas lideranças da comunidade e que colocaram uma coisa que para a gente era nova, de que perderiam os direitos rurais caso se tornasse urbana, quando na verdade é um engano muito grande porque se tivesse que perder direitos já teriam perdido, porque a Mantiba no caso específico,

6'07" a 7'12"

ela já era considerada urbana a partir do senso do IBGE. Então, se tivesse que perder direitos federais eles já teriam perdidos porque o IBGE determina que aglomerações acima de 50 unidades são consideradas urbanas e isso foi passado para a comunidade, não sei se isso ficou bem claro, mas desse período para cá, a comunidade viu realmente que não perdia os direitos, o que era área rural continuou você tendo essa atividade pagando o ITR e considerando que a atividade dele é

agropastoril, não era uma atividade urbana, então, ele só pode ser lançado no IPTU se tiver essa qualificação de área urbana e que não tenha essa condição de trabalho rural.

JOEDILSON | 6'43" a 7'21"

A lei em si é uma questão cultural, não é uma lei que vai determinar se o agricultor vai deixar de plantar ou não. Dentro do município as pessoas que estão na zona rural eles continuam plantando e continuam colhendo, agora à medida que você vai edificando casas, vai multiplicando a questão das construções, aí, sim, se tem um impacto com relação a questão da produção, mas enquanto a questão da lei em si, não. Porque isso é uma questão de longo prazo e as pessoas vão se adequando a essa questão da produção. A gente sabe que a população rural ela produz o alimento e para isso ela precisa da terra.

9'07" a 9'32"

A entrega de sementes esse ano nós colocamos um percentual de 25% a mais que nos anos anteriores porque nós acreditamos que a produção deve ser cada vez maior porque a população cresce\*. Então, por isso fizemos uns cálculos e com esses cálculos percebemos que tivemos que aumentar a questão da produção porque o agricultor ele também está expandindo a questão da produção, tecnificando para produzir cada vez mais.

ZÉ GRANDE | 14'38" a 15'26"

Era preciso que houvesse hoje uma política que pudesse fortalecer essa agricultura familiar. Como não há essa política de fortalecimento da agricultura familiar, termina o agricultor familiar desistindo da sua propriedade, causando um êxodo rural em Feira de Santana. Então, é um desafio muito grande, a maioria são micro e pequenos agricultores que precisavam de um acompanhamento e de uma assistência técnica mais presente a esses agricultores na questão da comercialização dos seus produtos e também a valorização da agricultura familiar. Mas, em Feira de Santana tem sido um desafio muito grande a agricultura familiar produzir, produzir com qualidade para poder colocar os seus produtos no mercado e ter a subsistência da sua família.

**NARRADOR:** Em meio as transformações do espaço, no decorrer do tempo observa-se que os moradores, as pessoas que tornam o viver cotidiano possível, são do

campo, mas já não há campo, vão para a cidade, mas não são da cidade. Não têm direito à cidade, à vida urbana, às discussões provenientes da democracia. Vivem numa fronteira imaginária difícil de ser delimitada. Mas, semelhante ao último fôlego de quem quer ser ouvido e lembrado gritam: nós existimos, e o nosso espaço tem nome! Mantiba.

### **TARJA – MANTIBA QUE ESPAÇO É ESSE?**

TEXTO DIGITAÇÃO | **NARRADOR:**

“Portanto há uma *história* do espaço. (Como do tempo, dos corpos da sexualidade etc.). História ainda por escrever. (...)”

A história não realiza o arquétipo do ser racional num indivíduo, mas num conjunto coerente de instituições, de grupos e de sistemas parciais (o direito, a moral, a família, a cidade o ofício, etc.). (...)”

Conviria não apenas estudar a história do espaço, mas a das representações, assim como a dos laços entre elas, com a prática, com a ideologia. Uma tal história comportaria, por conseguinte, a gênese desses espaços, mas sobretudo de suas conexões, distorções deslocamentos, interferências e de seus laços com a prática social das sociedades” (...). (Henry Lefebvre. *A Produção do Espaço*, 2006, p. 6, 27 e 42).

PEDRO | 5’15” a 5’19”

Da Mantiba eu sei que era o nome de uma fazenda.

NAIARA

8’01” a 8’03”

eu não sei que o significado não.

8’11” a 8’29”

Não. até porque no registro a princípio ele falou assim nesse livro narro o início deste povoado de Mantiba, mas depois em nenhum momento ele se refere mais a Mantiba como Mantiba porque antes se referia como o cruzeiro. O meu pai falava eu vou para a rua do cruzeiro.

VANEIDE | 4'22" a 4'38"

Não ainda não sei. Eu perguntei ao meu tio. Meu tio me disse que quando ele nasceu já tinha o nome Mantiba, quando o meu pai nasceu já tinha esse nome. Então, não sei de onde vem esse nome Mantiba. Não sei se é indígena, não sei.

**NARRADOR:** Não se sabe ao certo a etimologia da palavra Mantiba. Provavelmente, o termo MANTIBA seja originário do nome MANDIBA, que advém do Tupi mandi'iwa e significa uma espécie de mandioca.

**TARJA – FEIRA DE SANTANA E MANTIBA: PRESENTE-PASSADO CONCRETO**  
 TEXTO DIGITAÇÃO] | **NARRADOR:** “O Ser tem uma história e a história é apenas a História do Ser. A linguagem não é outra que a Morada do Ser”. (Henry Lefebvre. A Produção do Espaço, 2006, p. 101e102).

PE. LUCIANO CURVELO DE ALMEIDA | 1'03" a 1'17"

A Igreja Católica sempre foi essa instituição de agregação da sociedade contendo documentos e registros muito preciosos para a história local e a história nacional.

1'29" a 1'49"

Depois as dioceses foram se criando. A nossa aqui é de 1962. Muita coisa foi perdida pela extensão do trabalho na Bahia inteira, muita coisa foram perdidas por as comunidades serem pequenas e isoladas, com poucos padres na época.

1'56" a 3'07"

Aqui, em Feira de Santana, na diocese nós temos os livros das paróquias que compõem hoje a diocese de Feira de Santana. E a mais antiga é São José das Itaporocas. Muito daquilo que se viveu em São José nos livros de tombo, nós não temos mais porque os séculos foram passando, as décadas passando e ninguém sabe onde foi parar. Nós tentamos ao máximo reunir aqui na cúria metropolitana documentos de batismo, casamento, óbito das pessoas da época porque como não tinha cartório a Igreja Católica era a responsável de fazer todos os registros. Casamentos, batismos, óbitos e até por exemplo nós temos aqui o batistério de pessoas importantes como Maria Quitéria da paróquia de São José. Então, nós temos aqui as informações do batismo de Maria Quitéria. Enquanto conservação nós fazemos o esforço de manter em um lugar só esses livros históricos alguns com mais de 300 anos. Alguns nem podem ser mais manuseados pelo tempo.

NAIARA | 19'39" a 21'17"

Esses dois livros são na verdade dois diários que foram deixados por o meu avô, o senhor Braz. Esse aqui ele conta a chegada dele aqui ao povoado de Mantiba, ele descreve como ele fez pra poder construir o cruzeiro, pra construir a capela e ele faz um relato de todas as missas que houveram aqui desde o ano de 1951 até 83. E nesse livro aqui ele conta o nascimento dos filhos dos amigos, principalmente dos filhos dele também né!? ele conta não só o nascimento, mas também o batismo, o dia do batismo os padrinhos, quem foi batizado. Eu acredito que esses dois diários são muito importantes para a história porque se não fosse por eles eu mesmo apesar de ter tido acesso ao meu avô e a escutar meu pai falando muito de quando ele chegou aqui com seis anos... eu não saberia de muita coisa e não só Mantiba mas até de feira também.

#### **TARJA – O VIVER NA MANTIBA**

**[TEXTO DIGITAÇÃO] | NARRADOR:** “O homem, a matéria humana, que permite viver resíduo e totalidade em um tempo, seus desejos, suas capacidades, suas possibilidades, suas relações essenciais com os bens e os outros humanos, seus ritmos...” (Henry Lefebvre, Do rural ao urbano, 1978, p. 88).

JUCELIA | 4'20" a 4'36"

Então, é um lugar calmo, um lugar que não tem assaltante, muito difícil acontecer um crime, muito anos para acontecer um crime, muito difícil. Brigas, aqui a comunidade não briga um com o outro, é todo mundo amigo. Então, como é que não gosta de um lugar desses. Não tem como não gostar.

6'50" a 6'55"

Eu me dou muito bem com os meus vizinhos. Não tenho problema com ninguém.

7'38" a 7'48"

Minha vida é boa. Eu trabalho, vou visitar as minhas famílias, converso, “bato-papo”, volto para casa, vou na igreja final de semana, só isso a rotina é pouca.

PEDRO | 7'28" a 7'36"

Olha é o seguinte: fui convidado para morar no Rio, mas não quis. No meu lugar aqui eu estou bem graças a Deus.

9'06" a 9'25"

vou a praça, volto para casa, vai na padaria do genro, vai no mercadinho do neto. É andar por aqui, conversa com um, conversa com outro, vê o sobrinho ali e assim, por diante, Aí é meu amigo. E descreve a sua vida na Mantiba como boa graças a Deus.

10'18" a 10'24"

A Mantiba é um paraíso para moradia.

10'29" a 10'54"

Eu me dou muito bem aqui. Aqui, eu conheci sem casa, sem nada. Hoje, tem algumas coisas ou criado pelo povo ou criado pelo governo, pelo prefeito.

NAIARA | 16'18" a 16'54"

Agora, aqui, tem parado um pouco essa questão da produção de farinha porque surgiu as casas de farinhas elétricas, mas eu observava bem quando era no período de fazer farinha que vinha um monte de gente dispendo de seu tempo, vem gratuitamente né!? Vinha, passava dia todo, ajudava. então eu ainda acho que principalmente os moradores mais antigos aqui, têm isso muito forte, de se doar, doar tempo, doar ajuda, de visitar, de ir ao encontro do outro, eu acho isso bacana.

LÉIA | 10'37" a 10'54"

Ela é tudo para mim. Eu nasci e me criei aqui. Ela é tudo. Pra mim ela significa muita coisa, foi o meu nascer, crescer, sobreviver, tudo, tudo em geral, tudo junto, entendeu!?

VANEIDE | 5'38" a 5'57"

eu sinto orgulho de morar na roça, eu sinto orgulho de dizer que sou lavradora porque eu sei que tudo que tem na mesa na zona urbana é passado pela nossa mão. Se não for pela minha é pela mão de outras pessoas da zona rural!? Então, para mim é um orgulho muito grande morar na Mantiba, morar na zona rural.

19'58" a 20'26"

A Mantiba para mim é tudo! Porque é um lugar que você nasceu, você se criou. Pra mim é importante é tudo! Eu acho que mesmo assim com toda a dificuldade que nós passa aqui e que nós está passando, a gente somos mantibeiros! A gente tira o sustento da gente, a gente tem o direito de ir e vir.

20'54" a 21'08"



Então para mim a Mantiba é tudo porque a Mantiba apoia todo mundo que chega, a Mantiba é acolhedora, a Mantiba é doce. A gente tem um dizer que quem bebe água da Mantiba não vai embora! Então, para mim a Mantiba é tudo!

### **TARJA – A MANTIBA COMO ESPAÇO DE DESCONTINUIDADE**

**[TEXTO DIGITAÇÃO] | NARRADOR:** “As descontinuidades não se situam apenas entre as formações urbanas, mas também entre as relações sociais mais gerais, entre as relações imediatas dos indivíduos e dos grupos”. (Henry Lefebvre, O Direito à Cidade, 2001, p. 88).

NAIARA | 17’23” a 17’49”

Eu acredito que não. Eu acredito que não é passado, não! Antes a escola daqui só tinha duas salas, da escola que eu estudei, uma o nome da sala era Braz Ferreira e o outro era Celso, que foi um morador antigo daqui também. Quando reformou, tirou-se os nomes. Então, eu acredito que as crianças não têm mais, nem tem conhecimento de nada.

### **TARJA: O FUTURO...**

**[TEXTO DIGITAÇÃO] | NARRADOR:** “No entanto, às vezes acontece que amanhã é o presente, e, em seguida, a sua realidade pode saltar despedaçada diante de seus olhos.” (Henry Lefebvre, Espaço e política: O direito à cidade, 1976, p. 28).

JUCELIA | 8’19” a 8’44”

Eu imagino a Mantiba no futuro com esses condomínios que, cada dia que passa estão chegando mais para aqui e virar um bairro de Feira pra gente viver todo mundo na grade, com medo e assustado\* porque cada dia mais está evoluindo, né!? Porque aqui está evoluindo, cada dia mais. A Mantiba hoje não é a Mantiba que tinha 10 anos atrás. Então, está evoluindo e a evolução não é bom porque hoje do jeito que está as drogas e os assaltos. Então, cada dia que passa ficar pior, né!?

VANEIDE | 17’02” a 17’26”

Tenho muito medo! Da violência e da droga que está tomando conta da nossa comunidade, quer dizer eu já tenho medo. Imagina quando esses condomínios vir de

lá para cá! Já tem o aeroporto ali perto, tá cheio de condomínio que é zona rural também, tem aqui Santa Quitéria, tem o último condomínio próximo ao cemitério.

18'47" a 19'09"

A gente vivia sossegado, vivia de porta aberta, hoje a gente não pode mais, a gente não pode mais andar, a gente não pode mais sair de noite para ir na casa de um vizinho, a gente rezar uma ladainha, pra gente ir visitar alguém a noite a gente não pode mais sair de casa. Hoje, a gente tem que estar vivendo preso na grade. Então, se hoje já está assim, imagina daqui para a frente como é que não tá!

NAIARA | 18'25" a 18'51"

Eu acredito que os trabalhadores serão pouquíssimas pessoas que trabalharam realmente como trabalhadores rurais todo mundo vai realmente procurar o seu sustento na cidade. E eu vejo a urbanização mesmo principalmente os aspectos negativos da urbanização

18'56" a 19'04"

drogas, a violência.

LÉIA | 9'46" a 10'08"

Eu imagino que melhore, né! Melhore mais e que as pessoas que estão lá na câmara, os vereadores que venham participar também e que traga uma melhoria, melhor para a gente, né! Eu espero que melhore, que os homens olhe para a gente.

JOILSON | 8'05" a 8'32"

Começa que aqui agora, hoje é tudo família. Aqui, é a minha família, aqui é a família da minha esposa desse outro lado, ali já é a família de Antonio Francês, as famílias que a gente já conhece, que a gente cresceu juntos, a gente já conhece todo mundo. Aí, vai com essa modificação vai vir gente de fora e aí é difícil a gente se relacionar.

PEDRO | 9'43" a 10'11"

Eu imagino no futuro ser um bairro melhor. O nosso bairro aqui tem lugares que precisa ser bairro e não ser roça. Ali mesmo, aqui mesmo. Eu defendo. Não estou discriminando ninguém. Porque para aumentar tem que ser isso.

11'23" a 11'43"

Desejo que todo o meu povo que mora aqui seja feliz. Acabe com as ignorâncias que existe, em tempo em tempo existe. Nós só queremos paz e amor para o povo e nosso Senhor São Judas Tadeu nos proteja.

**NARRADOR:** E assim, num final de tarde, um sobrevoo pela Mantiba, a Mantiba do Cruzeiro, de Nosso Senhor São Judas Tadeu, a Mantiba de Braz, de Abidon, de Pedro, de Maria, de Vaneide, de um povo alegre, trabalhador... De um povo de Feira de Santana!

Sobrevoo sobre a Mantiba da generosidade, da alegria, das festas, do compartilhamento do tempo, do estar junto, da preocupação com o outro, dos encontros na praça, da doação ...

Sobrevoo sobre a Mantiba que se mobiliza, que se organiza, que luta!

Sobrevoo para visualizar o cotidiano de uma Mantiba, que tem medo da violência, das drogas, do estranho que chega até ela, a Mantiba que tem medo de perder a sua essência no futuro...

E de repente, como se num último lampejo do entardecer que se aproxima, percebêssemos que o urbano do qual se tem medo apresenta um sentido profundo que se revela na vida cotidiana. Sim! Nas ações que desenvolvemos no dia a dia, no espaço em que vivemos. Nesse sobrevoo, a dimensão do urbano se torna maior que o campo, o rural, a cidade... E passa a ser “uma forma de encontro e reunião de todos os elementos que constituem a vida social, desde os frutos que nos dá a terra até os símbolos e as obras chamadas culturais” e tornam a MANTIBA O MEU LUGAR NO MUNDO! [sobe som – Nada será como antes | Milton Nascimento].

### **[TEXTO DIGITAÇÃO]**

“uma forma de encontro e reunião de todos os elementos que constituem a vida social, desde os frutos que nos dá a terra até os símbolos e as obras chamadas culturais”.

Henry Lefebvre. Espaço e política: O direito à cidade, 1976, p. 68.

**ANEXOS**

## Dados do Pedido

Protocolo	99901001612201607
Solicitante	Diego Almeida de Souza
Data de abertura	11/08/2016 02:39
Orgão Superior Destinatário	MCIDADES – Ministério das Cidades
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	31/08/2016
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	relação completa e atualizada com o nome de todos os empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), nas faixas I, II e III, contratados de 2009 até 2016 para a cidade de Feira de Santana, BA.
Detalhamento	<p>Olá, o meu nome é Diego Almeida, sou estudante do Mestrado Profissional em Planejamento Territorial, da Universidade Estadual de Feira de Santana.</p> <p>Para fins de pesquisa, gostaria de solicitar a relação completa e atualizada com o nome de todos os empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), nas faixas I, II e III que foram contratados de 2009 até 2016 para a cidade de Feira de Santana, além do nome dos empreendimentos que porventura estejam em análise.</p> <p>Seria importante que esta planilha pudesse conter: nome empreendimento; Faixa (I, II ou III); nº UHs; valor aportado; modalidade (FAR, FDS e FGTS); Construtora; Data da contratação, Cidade, Bairro e Logradouro.</p> <p>Caso tenham um arquivo do Google Earth com os seguintes dados dos empreendimentos de Feira de Santana: poligonal e nome do empreendimento serei muito grato.</p> <p>Cordialmente, Diego Almeida</p>

## Dados da Resposta

Data de resposta	12/08/2016 14:55
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta	<p>Prezado(a) Senhor(a),</p> <p>Em atenção ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei nº 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, registrada sob o protocolo de nº 99901.001612/2016-07 informamos que, segue relatório anexo com os dados de produção habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, além do envio do georreferenciamento, em formato KML, dos empreendimentos localizados no município de Feira de Santana/BA, no âmbito da faixa. O anexo será enviado pelo email cadastrado, pois o formato não é compatível com o sistema e-SIC.</p> <p>Ressalta-se que dispomos apenas dos empreendimentos mapeados na modalidade Empresas Faixa 1 (Fundo de Arrendamento Residencial). Em relação às faixas 2 e 3, destaca-se que são contratos protegidos pelo sigilo bancário e se submetem aos ditames da Lei Complementar nº 105/2001, devendo as instituições financeiras agirem em conformidade ao que determina o Art. 6º, inciso I, do Decreto nº 7.724, de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação.</p> <p>Desse modo, seguem em anexo apenas os dados gerais de produção habitacional no âmbito das faixas 2 e 3.</p> <p>Por fim, cabe esclarecer que é de competência das Instituições Financeiras Oficiais, na qualidade de Executores do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), analisarem a viabilidade técnica e jurídica dos projetos de empreendimentos.</p> <p>Comunicamos a Vossa Senhoria que a apresentação de recurso a esta resposta, se for o caso, deverá obedecer ao disposto na Seção II do Capítulo III da Lei nº 12.527/2011 e na Seção IV do Capítulo IV do Decreto nº 7.724/2012.</p> <p>Desta forma, estamos concluindo sua solicitação de informação – Protocolo NUP 99901.001612/2016-07.</p> <p>Atenciosamente, Serviço de Informação ao Cidadão – SIC Ministério das Cidades sic@cidades.gov.br</p>
----------	--

## Classificação do Pedido

Categoria do pedido	Habitação, Saneamento e Urbanismo
Subcategoria do pedido	Habitação
Número de perguntas	2

## Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
11/08/2016 02:39	Pedido Registrado para o Órgão BB – Banco do Brasil S.A.	SOLICITANTE
11/08/2016 09:59	Pedido em Atendimento	BB – Banco do Brasil S.A.
11/08/2016 10:04	Pedido Reencaminhado para o Órgão MCIDADES – Ministério das Cidades	BB – Banco do Brasil S.A.
12/08/2016 14:55	Pedido Respondido	MCIDADES – Ministério das Cidades
12/08/2016 16:07	Recurso de 1a. instância registrado	SOLICITANTE
15/08/2016 13:45	Recurso de 1a. instância respondido	MCIDADES – Ministério das Cidades

## Dados do Recurso de 1ª Instância

Órgão Superior Destinatário	MCIDADES – Ministério das Cidades
Órgão Vinculado Destinatário	
Data de Abertura	12/08/2016 16:07
Prazo de Atendimento	19/08/2016
Tipo de Recurso	Informação incompleta

### Justificativa

Olá,

De antemão fico muito grato com a resposta inicial e envio esse recurso para informar que no arquivo referente ao georreferenciamento, em formato KML, em que consta os empreendimentos localizados no município de Feira de Santana/BA, no âmbito da faixa, não veio as poligonais dos seguintes empreendimentos:

CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA I  
CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA II  
CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA III  
CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA VII  
CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA IV  
CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA V  
CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA VI

Esses empreendimentos são localizados na zona rural do município e gostaria de ter as poligonais deles também.

Cordialmente,  
Diego Almeida

## Resposta Recurso

Data da Resposta	15/08/2016 13:45
Prazo Limite para Recurso	25/08/2016
Prazo para Disponibilizar Informação -	
Tipo Resposta	Indeferido

### Justificativa

Prezado Senhor Diego,  
conforme informado na primeira resposta, dispomos apenas do georreferenciamento dos empreendimentos no âmbito da modalidade Empresas Faixa 1 (Fundo de Arrendamento Residencial - FAR).

Os empreendimentos citados no recurso fazem parte da modalidade Rural e por isso não foram enviadas as poligonais, pois não possuímos o mapeamento destes.

Dessa forma, estamos indeferindo seu recurso em função de termos respondido originalmente que só existem os dados já encaminhados.

Tentamos contato pelo telefone cadastrado no sistema, às 13h40 do dia 15 de agosto, mas não foi atendido. Havendo mais alguma dúvida, estamos à disposição para esclarecê-la.

Att

Serviço de Informação ao Cidadão  
Ministério das Cidades

**LEI COMPLEMENTAR Nº 075, DE 20 DE JUNHO DE 2013.**

**FIXA OS LIMITES INTERDISTRITAIS, AMPLIA O PERÍMETRO URBANO E DELIMITA 06 (SEIS) NOVOS BAIRROS DO DISTRITO SEDE DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA, ESTADO da BAHIA, no uso de suas atribuições,

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Feira de Santana, através do Projeto de Lei Complementar nº 05/2013, de autoria do Poder Executivo, decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

**TÍTULO I  
DOS LIMITES INTERDISTRITAIS**

**Art. 1º** - Ficam fixadas as seguintes divisas Interdistritais no Município de Feira de Santana, a partir do seu Distrito Sede:

**I - COM O DISTRITO DE TIQUARUÇU:**

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **P1**, de coordenada plana UTM **8.672.122,25** m Norte e **505.200,29** m Leste, seguindo com distância de **1.460,03** m e azimute plano de **177°07'19"** até o vértice **P2**, de coordenadas **N 8.670.664,05** m, **E 505.273,44** m; seguindo com distância de **4.576,03** m e azimute plano de **178°53'08"** até o vértice **P3**, de coordenadas **N 8.666.088,96** m, **E 505.365,91** m;

**II - COM O DISTRITO DE MATINHA:**

deste, seguindo com distância de **7.580,03** m e azimute plano de **178°29'07"** até o vértice **P4**, de coordenadas **N 8.658.511,66** m, **E 505.569,22** m; seguindo com distância de **960,40** m e azimute plano de **162°28'57"** até o vértice **P5**, de coordenadas **N 8.657.594,60** m, **E 505.854,54** m; seguindo com distância de **397,38** m e azimute plano de **171°56'08"** até o vértice **P6**, de coordenadas **N 8.657.201,16** m, **E 505.910,29** m; seguindo com distância de **996,97** m e azimute plano de **180°33'06"** até o vértice **P7**, de coordenadas **N 8.656.204,22** m, **E 505.903,25** m; seguindo com distância de **3.399,31** m e azimute plano de **86°20'51"** até o vértice **P8**, de coordenadas **N 8.656.420,67** m, **E 509.295,66** m;

**III - COM O DISTRITO DE JAÍBA:**

deste, seguindo com distância de **1.901,11** m e azimute plano de **165°38'04"** até o vértice **P9**, de coordenadas **N 8.654.579,01** m, **E 509.767,33** m; seguindo com distância de **682,05** m e azimute plano de **67°44'52"** até o vértice **P10**, de coordenadas **N 8.654.837,29** m, **E 510.398,59** m; seguindo com distância de **870,32** m e azimute plano de **174°58'08"** até o vértice **P11**, de coordenadas **N 8.653.970,32** m, **E 510.474,92** m; seguindo com distância de **328,58** m e azimute plano de **142°41'06"** até o vértice **P12**, de coordenadas **N 8.653.708,99** m, **E 510.674,10** m; seguindo com distância de **958,30** m e azimute plano de **108°57'23"** até o vértice **P13**, de coordenadas **N 8.653.397,70** m, **E 511.580,42** m; seguindo com distância de **941,77** m e azimute plano de **186°37'54"** até o vértice **P14**, de coordenadas **N 8.652.462,23** m, **E 511.471,67** m; seguindo com distância de **715,97** m e azimute plano de **230°42'46"** até o vértice **P15**, de coordenadas **N 8.652.008,87** m, **E 510.917,51** m; seguindo com distância de



1.756,55 m e azimute plano de 146°36'29" até o vértice P16, de coordenadas **N 8.650.542,28** m, **E 511.884,26** m; seguindo com distância de 919,61 m e azimute plano de 140°22'28" até o vértice P17, de coordenadas **N 8.649.833,97** m, **E 512.470,76** m; seguindo com distância de 449,50 m e azimute plano de 128°34'11" até o vértice P18, de coordenadas **N 8.649.553,72** m, **E 512.822,20** m; seguindo com distância de 759,13 m e azimute plano de 118°32'14" até o vértice P19, de coordenadas **N 8.649.191,06** m, **E 513.489,10** m; seguindo com distância de 369,06 m e azimute plano de 156°55'43" até o vértice P20, de coordenadas **N 8.648.851,52** m, **E 513.633,73** m; seguindo com distância de 394,38 m e azimute plano de 184°31'07" até o vértice P21, de coordenadas **N 8.648.458,37** m, **E 513.602,66** m; seguindo com distância de 384,13 m e azimute plano de 143°57'51" até o vértice P22, de coordenadas **N 8.648.147,74** m, **E 513.828,64** m; seguindo com distância de 227,70 m e azimute plano de 117°25'44" até o vértice P23, de coordenadas **N 8.648.042,85** m, **E 514.030,74** m; seguindo com distância de 516,33 m e azimute plano de 56°51'43" até o vértice P24, de coordenadas **N 8.648.325,11** m, **E 514.463,09** m; seguindo com distância de 151,98 m e azimute plano de 8°46'37" até o vértice P25, de coordenadas **N 8.648.475,31** m, **E 514.486,28** m; seguindo com distância de 107,91 m e azimute plano de 66°51'29" até o vértice P26, de coordenadas **N 8.648.517,72** m, **E 514.585,51** m; seguindo com distância de 176,07 m e azimute plano de 117°45'36" até o vértice P27, de coordenadas **N 8.648.435,71** m, **E 514.741,31** m; seguindo com distância de 78,64 m e azimute plano de 88°44'51" até o vértice P28, de coordenadas **N 8.648.437,43** m, **E 514.819,94** m; seguindo com distância de 353,29 m e azimute plano de 60°14'54" até o vértice P29, de coordenadas **N 8.648.612,75** m, **E 515.126,66** m; seguindo com distância de 375,59 m e azimute plano de 71°12'19" até o vértice P30, de coordenadas **N 8.648.733,76** m, **E 515.482,22** m; seguindo com distância de 129,54 m e azimute plano de 47°44'03" até o vértice P31, de coordenadas **N 8.648.820,88** m, **E 515.578,09** m;

### III – COM O MUNICÍPIO DE CORAÇÃO DE MARIA:

deste, seguindo com distância de 99,42 m e azimute plano de 208°17'31" até o vértice P32, de coordenadas **N 8.648.733,34** m, **E 515.530,97** m; seguindo com distância de 211,71 m e azimute plano de 183°34'16" até o vértice P33, de coordenadas **N 8.648.522,05** m, **E 515.517,78** m; seguindo com distância de 291,36 m e azimute plano de 125°28'27" até o vértice P34, de coordenadas **N 8.648.352,96** m, **E 515.755,06** m; seguindo com distância de 230,02 m e azimute plano de 87°28'01" até o vértice P35, de coordenadas **N 8.648.363,12** m, **E 515.984,86** m; seguindo com distância de 88,61 m e azimute plano de 100°55'28" até o vértice P36, de coordenadas **N 8.648.346,33** m, **E 516.071,86** m; seguindo com distância de 95,99 m e azimute plano de 129°42'43" até o vértice P37, de coordenadas **N 8.648.285,00** m, **E 516.145,70** m; seguindo com distância de 73,25 m e azimute plano de 173°07'55" até o vértice P38, de coordenadas **N 8.648.212,27** m, **E 516.154,46** m; seguindo com distância de 278,08 m e azimute plano de 192°59'47" até o vértice P39, de coordenadas **N 8.647.941,32** m, **E 516.091,93** m; seguindo com distância de 163,05 m e azimute plano de 208°22'44" até o vértice P40, de coordenadas **N 8.647.797,86** m, **E 516.014,43** m; seguindo com distância de 69,08 m e azimute plano de 177°16'13" até o vértice P41, de coordenadas **N 8.647.728,86** m, **E 516.017,72** m; seguindo com distância de 51,50 m e azimute plano de 144°52'59" até o vértice P42, de coordenadas **N 8.647.686,73** m, **E 516.047,34** m; seguindo com distância de 228,91 m e azimute plano de 121°41'42" até o vértice P43, de coordenadas **N 8.647.566,46** m, **E 516.242,11** m; seguindo com distância de 88,19 m e azimute plano de 164°43'22" até o vértice P44, de coordenadas **N 8.647.481,39** m, **E 516.265,35** m; seguindo com distância de 108,68 m e azimute plano de 204°42'20" até o vértice P45, de coordenadas **N 8.647.382,65** m, **E 516.219,92** m; seguindo com distância de 21,51 m e azimute plano de 172°52'00" até o vértice P46, de coordenadas **N 8.647.361,31** m, **E 516.222,60** m; seguindo com distância de 70,52 m e azimute plano de 150°29'30" até o vértice P47, de coordenadas **N 8.647.299,93** m,

E 516.257,33 m; seguindo com distância de 62,81 m e azimute plano de 192°16'49" até o vértice P48, de coordenadas N 8.647.238,56 m, E 516.243,97 m; seguindo com distância de 112,11 m e azimute plano de 181°21'56" até o vértice P49, de coordenadas N 8.647.126,48 m, E 516.241,30 m; seguindo com distância de 111,56 m e azimute plano de 156°41'22" até o vértice P50, de coordenadas N 8.647.024,03 m, E 516.285,45 m; seguindo com distância de 108,63 m e azimute plano de 153°43'11" até o vértice P51, de coordenadas N 8.646.926,63 m, E 516.333,54 m; seguindo com distância de 146,58 m e azimute plano de 142°21'45" até o vértice P52, de coordenadas N 8.646.810,55 m, E 516.423,06 m; seguindo com distância de 337,26 m e azimute plano de 124°22'21" até o vértice P53, de coordenadas N 8.646.620,15 m, E 516.701,42 m; seguindo com distância de 72,93 m e azimute plano de 98°25'00" até o vértice P54, de coordenadas N 8.646.609,47 m, E 516.773,57 m; seguindo com distância de 113,77 m e azimute plano de 80°33'00" até o vértice P55, de coordenadas N 8.646.628,15 m, E 516.885,79 m; seguindo com distância de 249,26 m e azimute plano de 70°37'04" até o vértice P56, de coordenadas N 8.646.710,87 m, E 517.120,93 m; seguindo com distância de 107,18 m e azimute plano de 94°17'01" até o vértice P57, de coordenadas N 8.646.702,87 m, E 517.227,81 m; seguindo com distância de 100,56 m e azimute plano de 120°16'40" até o vértice P58, de coordenadas N 8.646.652,17 m, E 517.314,65 m; seguindo com distância de 510,46 m e azimute plano de 171°07'00" até o vértice P60, de coordenadas N 8.646.147,83 m, E 517.393,48 m; seguindo com distância de 156,95 m e azimute plano de 186°51'04" até o vértice P61, de coordenadas N 8.645.991,99 m, E 517.374,76 m; seguindo com distância de 88,36 m e azimute plano de 205°02'47" até o vértice P62, de coordenadas N 8.645.911,94 m, E 517.337,35 m; seguindo com distância de 162,20 m e azimute plano de 173°22'34" até o vértice P63, de coordenadas N 8.645.750,82 m, E 517.356,06 m; seguindo com distância de 223,76 m e azimute plano de 144°11'16" até o vértice P64, de coordenadas N 8.645.569,36 m, E 517.486,99 m; seguindo com distância de 132,77 m e azimute plano de 149°47'37" até o vértice P65, de coordenadas N 8.645.454,62 m, E 517.553,79 m; seguindo com distância de 42,78 m e azimute plano de 176°25'11" até o vértice P66, de coordenadas N 8.645.411,92 m, E 517.556,46 m; seguindo com distância de 132,50 m e azimute plano de 198°49'24" até o vértice P67, de coordenadas N 8.645.286,51 m, E 517.513,71 m; seguindo com distância de 41,54 m e azimute plano de 225°02'13" até o vértice P68, de coordenadas N 8.645.257,15 m, E 517.484,32 m; seguindo com distância de 126,02 m e azimute plano de 248°54'04" até o vértice P69, de coordenadas N 8.645.211,79 m, E 517.366,75 m; seguindo com distância de 101,73 m e azimute plano de 246°49'44" até o vértice P70, de coordenadas N 8.645.171,76 m, E 517.273,22 m; seguindo com distância de 19,83 m e azimute plano de 126°23'07" até o vértice P71, de coordenadas N 8.645.160,00 m, E 517.289,19 m; seguindo com distância de 36,31 m e azimute plano de 216°03'50" até o vértice P72, de coordenadas N 8.645.130,65 m, E 517.267,81 m; seguindo com distância de 145,73 m e azimute plano de 183°40'45" até o vértice P73, de coordenadas N 8.644.985,22 m, E 517.258,46 m; seguindo com distância de 208,05 m e azimute plano de 186°16'03" até o vértice P74, de coordenadas N 8.644.778,41 m, E 517.235,75 m; seguindo com distância de 74,17 m e azimute plano de 149°42'34" até o vértice P75, de coordenadas N 8.644.714,37 m, E 517.273,16 m; seguindo com distância de 110,21 m e azimute plano de 124°24'30" até o vértice P76, de coordenadas N 8.644.652,09 m, E 517.364,08 m; seguindo com distância de 194,91 m e azimute plano de 138°51'00" até o vértice P77, de coordenadas N 8.644.505,32 m, E 517.492,34 m; seguindo com distância de 129,13 m e azimute plano de 161°55'03" até o vértice P78, de coordenadas N 8.644.382,57 m, E 517.532,42 m; seguindo com distância de 97,89 m e azimute plano de 205°53'47" até o vértice P79, de coordenadas N 8.644.294,52 m, E 517.489,67 m; seguindo com distância de 153,84 m e azimute plano de 249°42'05" até o vértice P80, de coordenadas N 8.644.241,15 m, E 517.345,38 m; seguindo com distância de 82,39 m e azimute plano de 241°50'45" até o vértice P81, de coordenadas N 8.644.202,27 m, E 517.272,74 m; seguindo com distância de

227,59 m e azimute plano de 184°42'51" até o vértice P82, de coordenadas **N 8.643.975,45** m, **E 517.254,03** m; seguindo com distância de 151,60 m e azimute plano de 206°08'38" até o vértice P83, de coordenadas **N 8.643.839,36** m, **E 517.187,23** m; seguindo com distância de 132,96 m e azimute plano de 247°35'05" até o vértice P84, de coordenadas **N 8.643.788,66** m, **E 517.064,32** m; seguindo com distância de 106,90 m e azimute plano de 271°17'59" até o vértice P85, de coordenadas **N 8.643.791,09** m, **E 516.957,44** m; seguindo com distância de 241,20 m e azimute plano de 279°36'39" até o vértice P86, de coordenadas **N 8.643.831,36** m, **E 516.719,63** m; seguindo com distância de 59,75 m e azimute plano de 259°42'28" até o vértice P87, de coordenadas **N 8.643.820,68** m, **E 516.660,84** m; seguindo com distância de 69,47 m e azimute plano de 270°00'00" até o vértice P88, de coordenadas **N 8.643.820,68** m, **E 516.591,37** m; seguindo com distância de 90,82 m e azimute plano de 241°57'35" até o vértice P89, de coordenadas **N 8.643.777,99** m, **E 516.511,21** m; seguindo com distância de 107,60 m e azimute plano de 209°46'40" até o vértice P90, de coordenadas **N 8.643.684,59** m, **E 516.457,77** m; seguindo com distância de 29,84 m e azimute plano de 169°40'48" até o vértice P91, de coordenadas **N 8.643.655,24** m, **E 516.463,11** m; seguindo com distância de 129,86 m e azimute plano de 189°28'29" até o vértice P92, de coordenadas **N 8.643.527,15** m, **E 516.441,74** m; seguindo com distância de 162,93 m e azimute plano de 183°00'46" até o vértice P93, de coordenadas **N 8.643.364,44** m, **E 516.433,17** m; seguindo com distância de 194,63 m e azimute plano de 219°27'30" até o vértice P94, de coordenadas **N 8.643.214,17** m, **E 516.309,49** m; seguindo com distância de 54,92 m e azimute plano de 194°19'04" até o vértice P95, de coordenadas **N 8.643.160,96** m, **E 516.295,91** m; seguindo com distância de 73,40 m e azimute plano de 174°16'59" até o vértice P96, de coordenadas **N 8.643.087,93** m, **E 516.303,22** m; seguindo com distância de 26,62 m e azimute plano de 138°08'22" até o vértice P97, de coordenadas **N 8.643.068,11** m, **E 516.320,98** m; seguindo com distância de 152,15 m e azimute plano de 179°41'49" até o vértice P98, de coordenadas **N 8.642.915,96** m, **E 516.321,78** m; seguindo com distância de 79,22 m e azimute plano de 153°17'59" até o vértice P99, de coordenadas **N 8.642.845,19** m, **E 516.357,38** m; seguindo com distância de 107,35 m e azimute plano de 226°32'14" até o vértice P100, de coordenadas **N 8.642.771,35** m, **E 516.279,46** m; seguindo com distância de 106,87 m e azimute plano de 159°40'11" até o vértice P101, de coordenadas **N 8.642.671,14** m, **E 516.316,59** m; seguindo com distância de 51,22 m e azimute plano de 225°02'18" até o vértice P102, de coordenadas **N 8.642.634,94** m, **E 516.280,35** m; seguindo com distância de 65,10 m e azimute plano de 210°29'11" até o vértice P103, de coordenadas **N 8.642.578,84** m, **E 516.247,32** m; seguindo com distância de 47,70 m e azimute plano de 143°05'38" até o vértice P104, de coordenadas **N 8.642.540,70** m, **E 516.275,96** m; seguindo com distância de 75,89 m e azimute plano de 183°12'43" até o vértice P105, de coordenadas **N 8.642.464,93** m, **E 516.271,71** m; seguindo com distância de 125,44 m e azimute plano de 215°56'44" até o vértice P106, de coordenadas **N 8.642.363,37** m, **E 516.198,07** m; seguindo com distância de 60,43 m e azimute plano de 194°03'17" até o vértice P107, de coordenadas **N 8.642.304,75** m, **E 516.183,40** m; seguindo com distância de 26,24 m e azimute plano de 146°16'25" até o vértice P108, de coordenadas **N 8.642.282,93** m, **E 516.197,96** m; seguindo com distância de 130,73 m e azimute plano de 165°56'48" até o vértice P109, de coordenadas **N 8.642.156,11** m, **E 516.229,71** m; seguindo com distância de 116,49 m e azimute plano de 152°26'59" até o vértice P111, de coordenadas **N 8.642.052,83** m, **E 516.283,59** m; seguindo com distância de 94,68 m e azimute plano de 164°10'29" até o vértice P112, de coordenadas **N 8.641.961,74** m, **E 516.309,41** m; seguindo com distância de 139,38 m e azimute plano de 131°07'36" até o vértice P113, de coordenadas **N 8.641.870,06** m, **E 516.414,40** m; seguindo com distância de 109,21 m e azimute plano de 170°27'46" até o vértice P114, de coordenadas **N 8.641.762,36** m, **E 516.432,49** m; seguindo com distância de 134,61 m e azimute plano de 143°19'15" até o vértice P115, de coordenadas **N 8.641.654,41** m, **E 516.512,90** m; seguindo com distância de 48,09 m e azimute plano de

150°13'17" até o vértice P116, de coordenadas **N 8.641.612,66** m, **E 516.536,78** m; seguindo com distância de 57,99 m e azimute plano de 185°43'09" até o vértice P117, de coordenadas **N 8.641.554,96** m, **E 516.531,00** m; seguindo com distância de 137,83 m e azimute plano de 232°36'23" até o vértice P118, de coordenadas **N 8.641.471,26** m, **E 516.421,50** m; seguindo com distância de 121,22 m e azimute plano de 190°18'06" até o vértice P119, de coordenadas **N 8.641.351,99** m, **E 516.399,82** m; seguindo com distância de 94,26 m e azimute plano de 145°48'20" até o vértice P120, de coordenadas **N 8.641.274,03** m, **E 516.452,80** m; seguindo com distância de 91,32 m e azimute plano de 109°58'20" até o vértice P121, de coordenadas **N 8.641.242,84** m, **E 516.538,62** m; seguindo com distância de 89,39 m e azimute plano de 92°00'54" até o vértice P122, de coordenadas **N 8.641.239,69** m, **E 516.627,96** m; seguindo com distância de 81,45 m e azimute plano de 59°08'26" até o vértice P123, de coordenadas **N 8.641.281,47** m, **E 516.697,88** m; seguindo com distância de 110,65 m e azimute plano de 53°05'17" até o vértice 124, de coordenadas **N 8.641.347,93** m, **E 516.786,35** m; seguindo com distância de 73,27 m e azimute plano de 75°14'42" até o vértice P125, de coordenadas **N 8.641.366,59** m, **E 516.857,21** m; seguindo com distância de 53,36 m e azimute plano de 102°03'26" até o vértice P126, de coordenadas **N 8.641.355,44** m, **E 516.909,39** m; seguindo com distância de 36,16 m e azimute plano de 181°40'06" até o vértice P127, de coordenadas **N 8.641.319,29** m, **E 516.908,34** m; seguindo com distância de 73,36 m e azimute plano de 150°28'39" até o vértice P128, de coordenadas **N 8.641.255,46** m, **E 516.944,49** m; seguindo com distância de 75,58 m e azimute plano de 179°58'58" até o vértice P129, de coordenadas **N 8.641.179,88** m, **E 516.944,51** m; seguindo com distância de 69,71 m e azimute plano de 204°23'58" até o vértice P130, de coordenadas **N 8.641.116,40** m, **E 516.915,71** m; seguindo com distância de 73,95 m e azimute plano de 160°28'10" até o vértice P131, de coordenadas **N 8.641.046,70** m, **E 516.940,44** m; seguindo com distância de 85,17 m e azimute plano de 138°36'43" até o vértice P132, de coordenadas **N 8.640.982,80** m, **E 516.996,75** m; seguindo com distância de 35,79 m e azimute plano de 55°13'10" até o vértice P133, de coordenadas **N 8.641.003,21** m, **E 517.026,14** m; seguindo com distância de 18,17 m e azimute plano de 121°58'20" até o vértice P134, de coordenadas **N 8.640.993,59** m, **E 517.041,55** m; seguindo com distância de 73,78 m e azimute plano de 107°29'49" até o vértice P135, de coordenadas **N 8.640.971,41** m, **E 517.111,92** m; seguindo com distância de 74,06 m e azimute plano de 67°49'10" até o vértice P136, de coordenadas **N 8.640.999,37** m, **E 517.180,51** m; seguindo com distância de 61,99 m e azimute plano de 127°57'49" até o vértice P137, de coordenadas **N 8.640.961,24** m, **E 517.229,38** m; seguindo com distância de 91,92 m e azimute plano de 157°20'23" até o vértice P138, de coordenadas **N 8.640.876,42** m, **E 517.264,79** m; seguindo com distância de 143,23 m e azimute plano de 220°14'33" até o vértice P139, de coordenadas **N 8.640.767,09** m, **E 517.172,26** m; seguindo com distância de 42,60 m e azimute plano de 206°51'12" até o vértice P140, de coordenadas **N 8.640.729,08** m, **E 517.153,02** m; seguindo com distância de 61,63 m e azimute plano de 151°00'37" até o vértice P141, de coordenadas **N 8.640.675,17** m, **E 517.182,89** m; seguindo com distância de 51,07 m e azimute plano de 118°35'01" até o vértice P142, de coordenadas **N 8.640.650,74** m, **E 517.227,73** m; seguindo com distância de 107,91 m e azimute plano de 101°00'30" até o vértice P143, de coordenadas **N 8.640.630,13** m, **E 517.333,65** m; seguindo com distância de 99,01 m e azimute plano de 131°10'39" até o vértice P144, de coordenadas **N 8.640.564,95** m, **E 517.408,17** m; seguindo com distância de 176,84 m e azimute plano de 157°23'49" até o vértice P145, de coordenadas **N 8.640.401,69** m, **E 517.476,14** m; seguindo com distância de 99,60 m e azimute plano de 148°59'09" até o vértice P146, de coordenadas **N 8.640.316,33** m, **E 517.527,46** m; seguindo com distância de 42,09 m e azimute plano de 171°01'00" até o vértice P147, de coordenadas **N 8.640.274,75** m, **E 517.534,03** m; seguindo com distância de 177,97 m e azimute plano de 193°54'59" até o vértice P149, de coordenadas **N 8.640.102,01** m, **E 517.491,23** m; seguindo com distância de 69,86 m e azimute plano de 129°29'45" até o

vértice **P150**, de coordenadas **N 8.640.057,57** m, **E 517.545,14** m; seguindo com distância de **30,48** m e azimute plano de **176°10'49"** até o vértice **P151**, de coordenadas **N 8.640.027,16** m, **E 517.547,17** m; seguindo com distância de **59,71** m e azimute plano de **223°18'10"** até o vértice **P152**, de coordenadas **N 8.639.983,71** m, **E 517.506,22** m; seguindo com distância de **70,64** m e azimute plano de **177°39'14"** até o vértice **P153**, de coordenadas **N 8.639.913,13** m, **E 517.509,11** m; seguindo com distância de **63,15** m e azimute plano de **206°28'53"** até o vértice **P154**, de coordenadas **N 8.639.856,60** m, **E 517.480,95** m; seguindo com distância de **62,51** m e azimute plano de **230°01'47"** até o vértice **P155**, de coordenadas **N 8.639.816,45** m, **E 517.433,05** m; seguindo com distância de **52,52** m e azimute plano de **203°39'49"** até o vértice **P156**, de coordenadas **N 8.639.768,35** m, **E 517.411,97** m; seguindo com distância de **56,74** m e azimute plano de **147°49'47"** até o vértice **P157**, de coordenadas **N 8.639.720,32** m, **E 517.442,18** m; seguindo com distância de **53,64** m e azimute plano de **172°02'19"** até o vértice **P158**, de coordenadas **N 8.639.667,20** m, **E 517.449,61** m; seguindo com distância de **50,04** m e azimute plano de **138°53'27"** até o vértice **P159**, de coordenadas **N 8.639.629,49** m, **E 517.482,51** m; seguindo com distância de **50,91** m e azimute plano de **91°26'04"** até o vértice **P160**, de coordenadas **N 8.639.628,22** m, **E 517.533,41** m; seguindo com distância de **36,01** m e azimute plano de **142°16'07"** até o vértice **P161**, de coordenadas **N 8.639.599,74** m, **E 517.555,45** m; seguindo com distância de **63,46** m e azimute plano de **185°12'07"** até o vértice **P162**, de coordenadas **N 8.639.536,53** m, **E 517.549,69** m; seguindo com distância de **73,57** m e azimute plano de **213°54'56"** até o vértice **P163**, de coordenadas **N 8.639.475,48** m, **E 517.508,64** m; seguindo com distância de **47,92** m e azimute plano de **158°57'37"** até o vértice **P164**, de coordenadas **N 8.639.430,76** m, **E 517.525,85** m; seguindo com distância de **74,18** m e azimute plano de **204°02'13"** até o vértice **P165**, de coordenadas **N 8.639.363,00** m, **E 517.495,63** m; seguindo com distância de **19,51** m e azimute plano de **134°57'18"** até o vértice **P166**, de coordenadas **N 8.639.349,22** m, **E 517.509,44** m; seguindo com distância de **60,09** m e azimute plano de **108°15'21"** até o vértice **P167**, de coordenadas **N 8.639.330,40** m, **E 517.566,50** m; seguindo com distância de **21,93** m e azimute plano de **137°15'10"** até o vértice **P168**, de coordenadas **N 8.639.314,30** m, **E 517.581,38** m; seguindo com distância de **48,72** m e azimute plano de **195°16'19"** até o vértice **P170**, de coordenadas **N 8.639.267,30** m, **E 517.568,55** m; seguindo com distância de **30,16** m e azimute plano de **141°18'05"** até o vértice **P171**, de coordenadas **N 8.639.243,76** m, **E 517.587,41** m; seguindo com distância de **31,53** m e azimute plano de **102°04'40"** até o vértice **P172**, de coordenadas **N 8.639.237,16** m, **E 517.618,24** m; seguindo com distância de **59,05** m e azimute plano de **52°19'35"** até o vértice **P173**, de coordenadas **N 8.639.273,26** m, **E 517.664,98** m; seguindo com distância de **48,68** m e azimute plano de **91°30'23"** até o vértice **P174**, de coordenadas **N 8.639.271,98** m, **E 517.713,65** m; seguindo com distância de **34,00** m e azimute plano de **126°50'00"** até o vértice **P175**, de coordenadas **N 8.639.251,59** m, **E 517.740,86** m; seguindo com distância de **58,79** m e azimute plano de **171°39'53"** até o vértice **P176**, de coordenadas **N 8.639.193,43** m, **E 517.749,38** m; seguindo com distância de **35,76** m e azimute plano de **129°33'48"** até o vértice **P177**, de coordenadas **N 8.639.170,65** m, **E 517.776,96** m; seguindo com distância de **17,50** m e azimute plano de **153°24'24"** até o vértice **P178**, de coordenadas **N 8.639.155,00** m, **E 517.784,79** m; seguindo com distância de **27,16** m e azimute plano de **177°14'20"** até o vértice **P179**, de coordenadas **N 8.639.127,87** m, **E 517.786,10** m; seguindo com distância de **70,24** m e azimute plano de **137°18'23"** até o vértice **P180**, de coordenadas **N 8.639.076,25** m, **E 517.833,73** m; seguindo com distância de **48,79** m e azimute plano de **161°42'17"** até o vértice **P181**, de coordenadas **N 8.639.029,93** m, **E 517.849,04** m; seguindo com distância de **26,56** m e azimute plano de **135°23'37"** até o vértice **P182**, de coordenadas **N 8.639.011,02** m, **E 517.867,69** m; seguindo com distância de **51,92** m e azimute plano de **113°28'32"** até o vértice **P183**, de coordenadas **N 8.638.990,33** m, **E 517.915,32** m; seguindo com distância de **13,72** m e azimute plano de **151°21'18"** até o vértice **P184**, de coordenadas **N 8.638.978,29** m,

E 517.921,90 m; seguindo com distância de 19,14 m e azimute plano de 180°00'00" até o vértice P185, de coordenadas N 8.638.959,15 m, E 517.921,90 m; seguindo com distância de 48,79 m e azimute plano de 131°37'17" até o vértice P186, de coordenadas N 8.638.926,74 m, E 517.958,37 m; seguindo com distância de 110,69 m e azimute plano de 170°05'44" até o vértice P187, de coordenadas N 8.638.817,69 m, E 517.977,41 m; seguindo com distância de 26,91 m e azimute plano de 146°16'19" até o vértice P188, de coordenadas N 8.638.795,32 m, E 517.992,35 m; seguindo com distância de 78,37 m e azimute plano de 119°03'27" até o vértice P189, de coordenadas N 8.638.757,25 m, E 518.060,85 m; seguindo com distância de 43,77 m e azimute plano de 171°04'56" até o vértice P190, de coordenadas N 8.638.714,01 m, E 518.067,64 m; seguindo com distância de 32,76 m e azimute plano de 150°36'31" até o vértice P191, de coordenadas N 8.638.685,46 m, E 518.083,72 m; seguindo com distância de 97,77 m e azimute plano de 135°33'49" até o vértice P192, de coordenadas N 8.638.615,66 m, E 518.152,16 m; seguindo com distância de 37,09 m e azimute plano de 85°25'30" até o vértice P193, de coordenadas N 8.638.618,62 m, E 518.189,14 m; seguindo com distância de 140,28 m e azimute plano de 93°50'13" até o vértice P194, de coordenadas N 8.638.609,23 m, E 518.329,11 m; seguindo com distância de 39,94 m e azimute plano de 121°57'14" até o vértice P195, de coordenadas N 8.638.588,09 m, E 518.362,99 m; seguindo com distância de 38,68 m e azimute plano de 165°17'19" até o vértice P196, de coordenadas N 8.638.550,68 m, E 518.372,82 m; seguindo com distância de 104,21 m e azimute plano de 185°18'50" até o vértice P197, de coordenadas N 8.638.446,91 m, E 518.363,17 m; seguindo com distância de 35,94 m e azimute plano de 160°30'46" até o vértice P198, de coordenadas N 8.638.413,03 m, E 518.375,16 m; seguindo com distância de 47,49 m e azimute plano de 103°11'42" até o vértice P199, de coordenadas N 8.638.402,19 m, E 518.421,39 m; seguindo com distância de 259,51 m e azimute plano de 91°56'36" até o vértice P200, de coordenadas N 8.638.393,39 m, E 518.680,75 m; seguindo com distância de 184,47 m e azimute plano de 106°06'17" até o vértice P201, de coordenadas N 8.638.342,22 m, E 518.857,98 m; seguindo com distância de 63,27 m e azimute plano de 133°43'14" até o vértice P202, de coordenadas N 8.638.298,49 m, E 518.903,70 m; seguindo com distância de 42,89 m e azimute plano de 162°12'01" até o vértice P203, de coordenadas N 8.638.257,65 m, E 518.916,82 m; seguindo com distância de 34,22 m e azimute plano de 79°49'38" até o vértice P204, de coordenadas N 8.638.263,70 m, E 518.950,50 m; seguindo com distância de 74,19 m e azimute plano de 92°02'04" até o vértice P205, de coordenadas N 8.638.261,06 m, E 519.024,65 m; seguindo com distância de 140,33 m e azimute plano de 131°28'54" até o vértice P206, de coordenadas N 8.638.168,11 m, E 519.129,78 m; seguindo com distância de 52,82 m e azimute plano de 86°04'00" até o vértice P207, de coordenadas N 8.638.171,73 m, E 519.182,48 m; seguindo com distância de 46,78 m e azimute plano de 122°18'17" até o vértice P208, de coordenadas N 8.638.146,73 m, E 519.222,02 m; seguindo com distância de 37,00 m e azimute plano de 167°34'49" até o vértice P209, de coordenadas N 8.638.110,59 m, E 519.229,98 m; seguindo com distância de 26,96 m e azimute plano de 233°20'22" até o vértice P210, de coordenadas N 8.638.094,50 m, E 519.208,35 m; seguindo com distância de 30,15 m e azimute plano de 154°31'37" até o vértice P211, de coordenadas N 8.638.067,28 m, E 519.221,32 m; seguindo com distância de 18,80 m e azimute plano de 127°54'23" até o vértice P212, de coordenadas N 8.638.055,73 m, E 519.236,15 m; seguindo com distância de 26,47 m e azimute plano de 100°17'31" até o vértice P213, de coordenadas N 8.638.051,00 m, E 519.262,20 m; seguindo com distância de 23,87 m e azimute plano de 158°10'22" até o vértice P214, de coordenadas N 8.638.028,84 m, E 519.271,07 m; seguindo com distância de 11,01 m e azimute plano de 116°32'05" até o vértice P215, de coordenadas N 8.638.023,92 m, E 519.280,92 m; seguindo com distância de 63,84 m e azimute plano de 79°12'54" até o vértice P216, de coordenadas N 8.638.035,87 m, E 519.343,63 m; seguindo com distância de 124,62 m e azimute plano de 99°46'53" até o vértice P217, de coordenadas N 8.638.014,70 m, E 519.466,44 m; seguindo com distância de

78,14 m e azimute plano de 129°22'02" até o vértice P218, de coordenadas **N 8.637.965,14** m, **E 519.526,85** m; seguindo com distância de 40,08 m e azimute plano de 133°37'07" até o vértice P219, de coordenadas **N 8.637.937,49** m, **E 519.555,86** m; seguindo com distância de 108,84 m e azimute plano de 153°45'13" até o vértice P220, de coordenadas **N 8.637.839,87** m, **E 519.603,99** m; seguindo com distância de 60,26 m e azimute plano de 185°11'56" até o vértice P221, de coordenadas **N 8.637.779,86** m, **E 519.598,53** m; seguindo com distância de 66,85 m e azimute plano de 124°53'45" até o vértice P222, de coordenadas **N 8.637.741,61** m, **E 519.653,37** m; seguindo com distância de 41,10 m e azimute plano de 180°00'00" até o vértice P223, de coordenadas **N 8.637.700,51** m, **E 519.653,37** m; seguindo com distância de 65,28 m e azimute plano de 131°02'42" até o vértice P224, de coordenadas **N 8.637.657,65** m, **E 519.702,60** m; seguindo com distância de 92,31 m e azimute plano de 141°12'10" até o vértice P225, de coordenadas **N 8.637.585,71** m, **E 519.760,44** m; seguindo com distância de 77,28 m e azimute plano de 173°27'40" até o vértice P226, de coordenadas **N 8.637.508,93** m, **E 519.769,24** m; seguindo com distância de 129,00 m e azimute plano de 179°28'39" até o vértice P227, de coordenadas **N 8.637.379,93** m, **E 519.770,41** m; seguindo com distância de 241,74 m e azimute plano de 148°01'56" até o vértice P228, de coordenadas **N 8.637.174,85** m, **E 519.898,40** m; seguindo com distância de 492,54 m e azimute plano de 124°38'21" até o vértice P229, de coordenadas **N 8.636.894,89** m, **E 520.303,63** m; seguindo com distância de 118,76 m e azimute plano de 143°05'35" até o vértice P230, e coordenadas **N 8.636.799,93** m, **E 520.374,95** m; seguindo com distância de 193,09 m e azimute plano de 165°46'02" até o vértice P231, de coordenadas **N 8.636.612,77** m, **E 520.422,42** m; seguindo com distância de 79,31 m e azimute plano de 247°24'36" até o vértice P232, de coordenadas **N 8.636.582,30** m, **E 520.349,20** m; seguindo com distância de 33,81 m e azimute plano de 200°34'42" até o vértice P233, de coordenadas **N 8.636.550,65** m, **E 520.337,31** m; seguindo com distância de 232,99 m e azimute plano de 159°04'37" até o vértice P234, de coordenadas **N 8.636.333,02** m, **E 520.420,52** m; seguindo com distância de 27,50 m e azimute plano de 149°42'34" até o vértice P235, de coordenadas **N 8.636.309,28** m, **E 520.434,38** m; seguindo com distância de 79,08 m e azimute plano de 112°02'28" até o vértice P236, de coordenadas **N 8.636.279,60** m, **E 520.507,68** m; seguindo com distância de 36,65 m e azimute plano de 183°06'00" até o vértice P237, de coordenadas **N 8.636.243,00** m, **E 520.505,70** m; seguindo com distância de 25,35 m e azimute plano de 218°41'52" até o vértice P238, de coordenadas **N 8.636.223,22** m, **E 520.489,85** m; seguindo com distância de 36,05 m e azimute plano de 249°06'00" até o vértice P239, de coordenadas **N 8.636.210,36** m, **E 520.456,18** m;

#### IV - COM O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE

deste, seguindo com distância de 19,69 m e azimute plano de 185°03'12" até o vértice P240, de coordenadas **N 8.636.190,74** m, **E 520.454,44** m; seguindo com distância de 58,66 m e azimute plano de 287°43'20" até o vértice P241, de coordenadas **N 8.636.208,60** m, **E 520.398,56** m; seguindo com distância de 54,06 m e azimute plano de 262°53'03" até o vértice P242, de coordenadas **N 8.636.201,91** m, **E 520.344,92** m; seguindo com distância de 41,56 m e azimute plano de 233°46'58" até o vértice P243, de coordenadas **N 8.636.177,35** m, **E 520.311,39** m; seguindo com distância de 69,56 m e azimute plano de 222°26'06" até o vértice P244, de coordenadas **N 8.636.126,01** m, **E 520.264,45** m; seguindo com distância de 20,60 m e azimute plano de 310°33'52" até o vértice P245, de coordenadas **N 8.636.139,41** m, **E 520.248,81** m; seguindo com distância de 23,33 m e azimute plano de 286°40'37" até o vértice P246, de coordenadas **N 8.636.146,10** m, **E 520.226,46** m; seguindo com distância de 86,00 m e azimute plano de 245°27'42" até o vértice P247, de coordenadas **N 8.636.110,39** m, **E 520.148,23** m; seguindo com distância de 56,06 m e azimute plano de 274°34'02" até o vértice P248, de coordenadas **N 8.636.114,85** m, **E 520.092,35** m; seguindo com distância de 53,79 m e azimute plano de 318°19'42" até o vértice P249, de coordenadas **N 8.636.155,03** m,

E 520.056,59 m; seguindo com distância de 43,16 m e azimute plano de 248°46'30" até o vértice P250, de coordenadas N 8.636.139,41 m, E 520.016,35 m; seguindo com distância de 78,41 m e azimute plano de 184°54'23" até o vértice P251, de coordenadas N 8.636.061,28 m, E 520.009,65 m; seguindo com distância de 26,89 m e azimute plano de 138°19'41" até o vértice P252, de coordenadas N 8.636.041,19 m, E 520.027,53 m; seguindo com distância de 17,86 m e azimute plano de 180°00'00" até o vértice P253, de coordenadas N 8.636.023,33 m, E 520.027,53 m; seguindo com distância de 43,86 m e azimute plano de 194°45'40" até o vértice P254, de coordenadas N 8.635.980,92 m, E 520.016,35 m; seguindo com distância de 103,19 m e azimute plano de 252°22'20" até o vértice P255, de coordenadas N 8.635.949,67 m, E 519.918,01 m; seguindo com distância de 63,57 m e azimute plano de 280°06'42" até o vértice P256, de coordenadas N 8.635.960,83 m, E 519.855,42 m; seguindo com distância de 38,58 m e azimute plano de 260°00'16" até o vértice P257, de coordenadas N 8.635.954,14 m, E 519.817,43 m; seguindo com distância de 65,33 m e azimute plano de 208°43'51" até o vértice P258, de coordenadas N 8.635.896,85 m, E 519.786,02 m; seguindo com distância de 45,36 m e azimute plano de 223°48'43" até o vértice P259, de coordenadas N 8.635.864,11 m, E 519.754,62 m; seguindo com distância de 81,00 m e azimute plano de 245°35'06" até o vértice P260, de coordenadas N 8.635.830,63 m, E 519.680,86 m; seguindo com distância de 53,29 m e azimute plano de 237°00'38" até o vértice P261, de coordenadas N 8.635.801,61 m, E 519.636,15 m; seguindo com distância de 69,43 m e azimute plano de 273°41'13" até o vértice P262, de coordenadas N 8.635.806,08 m, E 519.566,87 m; seguindo com distância de 31,99 m e azimute plano de 245°15'10" até o vértice P263, de coordenadas N 8.635.792,69 m, E 519.537,81 m; seguindo com distância de 103,03 m e azimute plano de 209°55'55" até o vértice P264, de coordenadas N 8.635.703,40 m, E 519.486,40 m; seguindo com distância de 51,54 m e azimute plano de 162°19'41" até o vértice P265, de coordenadas N 8.635.654,29 m, E 519.502,05 m; seguindo com distância de 105,70 m e azimute plano de 206°27'34" até o vértice P266, de coordenadas N 8.635.559,66 m, E 519.454,95 m; seguindo com distância de 147,55 m e azimute plano de 190°28'23" até o vértice P267, de coordenadas N 8.635.414,57 m, E 519.428,13 m; seguindo com distância de 63,98 m e azimute plano de 209°17'01" até o vértice P268, de coordenadas N 8.635.358,77 m, E 519.396,83 m; seguindo com distância de 114,03 m e azimute plano de 235°24'40" até o vértice P269, de coordenadas N 8.635.294,03 m, E 519.302,96 m; seguindo com distância de 26,04 m e azimute plano de 210°59'51" até o vértice P270, de coordenadas N 8.635.271,71 m, E 519.289,55 m; seguindo com distância de 58,21 m e azimute plano de 175°35'51" até o vértice P271, de coordenadas N 8.635.213,68 m, E 519.294,02 m; seguindo com distância de 29,46 m e azimute plano de 217°57'20" até o vértice P272, de coordenadas N 8.635.190,44 m, E 519.275,90 m; seguindo com distância de 61,97 m e azimute plano de 115°36'38" até o vértice P273, de coordenadas N 8.635.163,66 m, E 519.331,78 m; seguindo com distância de 50,18 m e azimute plano de 212°18'42" até o vértice P274, de coordenadas N 8.635.121,25 m, E 519.304,95 m; seguindo com distância de 29,78 m e azimute plano de 193°00'49" até o vértice P275, de coordenadas N 8.635.092,23 m, E 519.298,25 m; seguindo com distância de 23,31 m e azimute plano de 163°16'38" até o vértice P276, de coordenadas N 8.635.069,91 m, E 519.304,95 m; seguindo com distância de 54,06 m e azimute plano de 141°40'22" até o vértice P277, de coordenadas N 8.635.027,50 m, E 519.338,48 m; seguindo com distância de 29,82 m e azimute plano de 257°01'21" até o vértice P278, de coordenadas N 8.635.020,80 m, E 519.309,42 m; seguindo com distância de 58,11 m e azimute plano de 270°00'00" até o vértice P279, de coordenadas N 8.635.020,80 m, E 519.251,31 m; seguindo com distância de 84,81 m e azimute plano de 251°35'15" até o vértice P280, de coordenadas N 8.634.994,01 m, E 519.170,84 m; seguindo com distância de 77,46 m e azimute plano de 236°48'13" até o vértice P281, de coordenadas N 8.634.951,60 m, E 519.106,03 m; seguindo com distância de 23,31 m e azimute plano de 196°43'22" até o vértice P282, de coordenadas N 8.634.929,28 m, E 519.099,32 m; seguindo com distância de



39,09 m e azimute plano de 239°04'12" até o vértice P283, de coordenadas **N 8.634.909,19** m, **E 519.065,79** m; seguindo com distância de 73,89 m e azimute plano de 266°32'09" até o vértice P284, de coordenadas **N 8.634.904,73** m, **E 518.992,03** m; seguindo com distância de 67,02 m e azimute plano de 233°10'01" até o vértice P285, de coordenadas **N 8.634.864,55** m, **E 518.938,39** m; seguindo com distância de 70,67 m e azimute plano de 251°35'19" até o vértice P286, de coordenadas **N 8.634.842,23** m, **E 518.871,34** m; seguindo com distância de 98,91 m e azimute plano de 210°21'29" até o vértice P287, de coordenadas **N 8.634.756,88** m, **E 518.821,35** m; seguindo com distância de 14,69 m e azimute plano de 253°18'35" até o vértice P288, de coordenadas **N 8.634.752,66** m, **E 518.807,28** m; seguindo com distância de 58,10 m e azimute plano de 282°20'44" até o vértice P289, de coordenadas **N 8.634.765,08** m, **E 518.750,52** m; seguindo com distância de 65,54 m e azimute plano de 257°16'04" até o vértice P290, de coordenadas **N 8.634.750,64** m, **E 518.686,60** m; seguindo com distância de 87,93 m e azimute plano de 224°29'52" até o vértice P291, de coordenadas **N 8.634.687,92** m, **E 518.624,97** m; seguindo com distância de 218,66 m e azimute plano de 240°27'54" até o vértice P292, de coordenadas **N 8.634.580,13** m, **E 518.434,72** m; seguindo com distância de 124,43 m e azimute plano de 245°08'01" até o vértice P293, de coordenadas **N 8.634.527,80** m, **E 518.321,82** m; seguindo com distância de 89,55 m e azimute plano de 248°48'36" até o vértice P294, de coordenadas **N 8.634.495,43** m, **E 518.238,33** m; seguindo com distância de 85,90 m e azimute plano de 207°55'47" até o vértice P295, de coordenadas **N 8.634.419,54** m, **E 518.198,09** m; seguindo com distância de 48,33 m e azimute plano de 227°50'11" até o vértice P296, de coordenadas **N 8.634.387,10** m, **E 518.162,27** m; seguindo com distância de 38,29 m e azimute plano de 196°10'32" até o vértice P297, de coordenadas **N 8.634.350,33** m, **E 518.151,60** m; seguindo com distância de 129,31 m e azimute plano de 223°43'06" até o vértice P298, de coordenadas **N 8.634.256,87** m, **E 518.062,23** m; seguindo com distância de 180,91 m e azimute plano de 198°36'53" até o vértice P299, de coordenadas **N 8.634.085,42** m, **E 518.004,48** m; seguindo com distância de 514,69 m e azimute plano de 177°44'28" até o vértice P300, de coordenadas **N 8.633.571,13** m, **E 518.024,77** m;

#### V - COM O DISTRITO DE HUMILDES

deste, seguindo com distância de 2.162,51 m e azimute plano de 290°41'20" até o vértice P301, de coordenadas **N 8.634.335,13** m, **E 516.001,71** m; seguindo com distância de 83,49 m e azimute plano de 285°42'31" até o vértice P302, de coordenadas **N 8.634.357,74** m, **E 515.921,34** m; seguindo com distância de 68,51 m e azimute plano de 280°00'25" até o vértice P303, de coordenadas **N 8.634.369,64** m, **E 515.853,87** m; seguindo com distância de 77,08 m e azimute plano de 274°26'18" até o vértice P304, de coordenadas **N 8.634.375,61** m, **E 515.777,02** m; seguindo com distância de 87,57 m e azimute plano de 267°38'16" até o vértice P305, de coordenadas **N 8.634.372,00** m, **E 515.689,52** m; seguindo com distância de 93,39 m e azimute plano de 259°53'42" até o vértice P306, de coordenadas **N 8.634.355,61** m, **E 515.597,58** m; seguindo com distância de 86,18 m e azimute plano de 252°54'17" até o vértice P307, de coordenadas **N 8.634.330,28** m, **E 515.515,21** m; seguindo com distância de 80,69 m e azimute plano de 246°37'46" até o vértice P308, de coordenadas **N 8.634.298,27** m, **E 515.441,13** m; seguindo com distância de 70,71 m e azimute plano de 240°45'43" até o vértice P309, de coordenadas **N 8.634.263,73** m, **E 515.379,44** m; seguindo com distância de 73,76 m e azimute plano de 234°40'56" até o vértice P310, de coordenadas **N 8.634.221,09** m, **E 515.319,25** m; seguindo com distância de 118,27 m e azimute plano de 226°16'51" até o vértice P311, de coordenadas **N 8.634.139,35** m, **E 515.233,77** m; seguindo com distância de 744,43 m e azimute plano de 36°12'58" até o vértice P312, de coordenadas **N 8.634.739,95** m, **E 515.673,60** m; seguindo com distância de 179,56 m e azimute plano de 300°44'53" até o vértice P313, de coordenadas **N 8.634.831,75** m, **E 515.519,29** m; seguindo com distância de 597,14 m e azimute plano de 320°44'53" até o vértice P314, de coordenadas **N 8.635.294,16**

m, E 515.141,46 m; seguindo com distância de 430,83 m e azimute plano de 313°12'52" até o vértice P315, de coordenadas N 8.635.589,16 m, E 514.827,47 m; seguindo com distância de 345,43 m e azimute plano de 301°21'25" até o vértice P316, de coordenadas N 8.635.768,91 m, E 514.532,50 m; seguindo com distância de 413,53 m e azimute plano de 51°42'18" até o vértice P317, de coordenadas N 8.636.025,17 m, E 514.857,04 m; seguindo com distância de 2.781,78 m e azimute plano de 307°31'44" até o vértice P318, de coordenadas N 8.637.719,73 m, E 512.650,97 m; seguindo com distância de 7.420,54 m e azimute plano de 200°31'16" até o vértice P319, de coordenadas N 8.630.770,07 m, E 510.049,69 m;

#### VI - COM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS

deste, seguindo com distância de 10.212,37 m e azimute plano de 328°34'48" até o vértice P320, de coordenadas N 8.639.484,98 m, E 504.725,89 m; seguindo com distância de 4.379,10 m e azimute plano de 266°37'30" até o vértice P321, de coordenadas N 8.639.227,18 m, E 500.354,38 m;

#### VII - COM O DISTRITO GOVERNADOR JOÃO DURVAL CARNEIRO:

deste, seguindo com distância de 3.816,29 m e azimute plano de 295°20'41" até o vértice P322, de coordenadas N 8.640.860,79 m, E 496.905,42 m; seguindo com distância de 3.215,80 m e azimute plano de 309°42'09" até o vértice P323, de coordenadas N 8.642.915,05 m, E 494.431,28 m; seguindo com distância de 783,98 m e azimute plano de 297°25'16" até o vértice P324, de coordenadas N 8.643.276,10 m, E 493.735,38 m; seguindo com distância de 734,86 m e azimute plano de 318°32'12" até o vértice P325, de coordenadas N 8.643.826,79 m, E 493.248,80 m; seguindo com distância de 594,22 m e azimute plano de 331°13'04" até o vértice P326, de coordenadas N 8.644.347,60 m, E 492.962,69 m; seguindo com distância de 2.699,15 m e azimute plano de 316°32'16" até o vértice P327, de coordenadas N 8.646.306,72 m, E 491.106,01 m; seguindo com distância de 1.826,33 m e azimute plano de 293°26'28" até o vértice P328, de coordenadas N 8.647.033,24 m, E 489.430,42 m; seguindo com distância de 1.272,06 m e azimute plano de 308°35'15" até o vértice P329, de coordenadas N 8.647.826,63 m, E 488.436,10 m;

#### VIII - COM O MUNICÍPIO DE ANGUERA

deste, seguindo com distância de 2.065,93 m e azimute plano de 76°54'53" até o vértice P330, de coordenadas N 8.648.294,36 m, E 490.448,39 m; seguindo com distância de 5.211,00 m e azimute plano de 302°54'14" até o vértice P331, de coordenadas N 8.651.125,14 m, E 486.073,32 m;

#### IX - COM O DISTRITO DE JAGUARA:

deste, seguindo com distância de 9.511,43 m e azimute plano de 69°49'40" até o vértice P332, de coordenadas N 8.654.405,08 m, E 495.001,33 m;

#### X - COM O DISTRITO DE MARIA QUITÉRIA:

deste, seguindo com distância de 464,17 m e azimute plano de 70°04'38" até o vértice P333, de coordenadas N 8.654.563,25 m, E 495.437,73 m; seguindo com distância de 457,77 m e azimute plano de 71°41'58" até o vértice P334, de coordenadas N 8.654.706,99 m, E 495.872,34 m; seguindo com distância de 152,59 m e azimute plano de 65°29'30" até o vértice P335, de coordenadas N 8.654.770,29 m, E 496.011,19 m; seguindo com distância de 160,34 m e azimute plano de 49°31'42" até o vértice P336, de coordenadas N 8.654.874,36 m, E 496.133,16 m; seguindo com distância de 139,98 m e azimute plano de 69°06'43" até o vértice

**P337**, de coordenadas **N 8.654.924,27** m, **E 496.263,94** m; seguindo com distância de **303,41** m e azimute plano de **104°48'07"** até o vértice **P338**, de coordenadas **N 8.654.846,76** m, **E 496.557,28** m; seguindo com distância de **183,01** m e azimute plano de **87°36'26"** até o vértice **P339**, de coordenadas **N 8.654.854,40** m, **E 496.740,13** m; seguindo com distância de **187,66** m e azimute plano de **81°05'29"** até o vértice **P340**, de coordenadas **N 8.654.883,46** m, **E 496.925,52** m; seguindo com distância de **48,85** m e azimute plano de **56°37'00"** até o vértice **P341**, de coordenadas **N 8.654.910,34** m, **E 496.966,31** m; seguindo com distância de **205,95** m e azimute plano de **30°36'53"** até o vértice **P342**, de coordenadas **N 8.655.087,58** m, **E 497.071,19** m; seguindo com distância de **69,58** m e azimute plano de **51°11'08"** até o vértice **P343**, de coordenadas **N 8.655.131,20** m, **E 497.125,41** m; seguindo com distância de **201,66** m e azimute plano de **70°10'21"** até o vértice **P344**, de coordenadas **N 8.655.199,60** m, **E 497.315,12** m; seguindo com distância de **90,01** m e azimute plano de **83°03'23"** até o vértice **P345**, de coordenadas **N 8.655.210,48** m, **E 497.404,47** m; seguindo com distância de **274,09** m e azimute plano de **77°16'13"** até o vértice **P346**, de coordenadas **N 8.655.270,88** m, **E 497.671,82** m; seguindo com distância de **123,97** m e azimute plano de **73°03'31"** até o vértice **P347**, de coordenadas **N 8.655.307,00** m, **E 497.790,41** m; seguindo com distância de **139,13** m e azimute plano de **75°58'55"** até o vértice **P348**, de coordenadas **N 8.655.340,70** m, **E 497.925,40** m; seguindo com distância de **112,52** m e azimute plano de **70°59'28"** até o vértice **P349**, de coordenadas **N 8.655.377,35** m, **E 498.031,78** m; seguindo com distância de **48,57** m e azimute plano de **87°55'06"** até o vértice **P350**, de coordenadas **N 8.655.379,11** m, **E 498.080,32** m; seguindo com distância de **57,09** m e azimute plano de **110°06'58"** até o vértice **P351**, de coordenadas **N 8.655.359,48** m, **E 498.133,92** m; seguindo com distância de **64,65** m e azimute plano de **112°30'07"** até o vértice **P352**, de coordenadas **N 8.655.334,74** m, **E 498.193,65** m; seguindo com distância de **118,24** m e azimute plano de **101°26'07"** até o vértice **P353**, de coordenadas **N 8.655.311,29** m, **E 498.309,55** m; seguindo com distância de **99,47** m e azimute plano de **90°45'30"** até o vértice **P354**, de coordenadas **N 8.655.309,98** m, **E 498.409,00** m; seguindo com distância de **88,63** m e azimute plano de **83°00'47"** até o vértice **P355**, de coordenadas **N 8.655.320,76** m, **E 498.496,97** m; seguindo com distância de **62,27** m e azimute plano de **85°31'18"** até o vértice **P356**, de coordenadas **N 8.655.325,62** m, **E 498.559,05** m; seguindo com distância de **34,95** m e azimute plano de **60°22'15"** até o vértice **P357**, de coordenadas **N 8.655.342,90** m, **E 498.589,43** m; seguindo com distância de **42,28** m e azimute plano de **56°19'32"** até o vértice **P358**, de coordenadas **N 8.655.366,34** m, **E 498.624,61** m; seguindo com distância de **276,30** m e azimute plano de **73°08'01"** até o vértice **P359**, de coordenadas **N 8.655.446,51** m, **E 498.889,03** m; seguindo com distância de **82,69** m e azimute plano de **76°33'40"** até o vértice **P360**, de coordenadas **N 8.655.465,72** m, **E 498.969,45** m; seguindo com distância de **78,06** m e azimute plano de **81°46'49"** até o vértice **P361**, de coordenadas **N 8.655.476,88** m, **E 499.046,71** m; seguindo com distância de **117,42** m e azimute plano de **90°10'53"** até o vértice **P362**, de coordenadas **N 8.655.476,51** m, **E 499.164,13** m; seguindo com distância de **53,25** m e azimute plano de **68°20'25"** até o vértice **P363**, de coordenadas **N 8.655.496,17** m, **E 499.213,61** m; seguindo com distância de **153,82** m e azimute plano de **56°08'15"** até o vértice **P364**, de coordenadas **N 8.655.581,88** m, **E 499.341,34** m; seguindo com distância de **118,29** m e azimute plano de **69°04'43"** até o vértice **P365**, de coordenadas **N 8.655.624,12** m, **E 499.451,84** m; seguindo com distância de **137,49** m e azimute plano de **57°48'52"** até o vértice **P366**, de coordenadas **N 8.655.697,35** m, **E 499.568,20** m; seguindo com distância de **40,95** m e azimute plano de **43°52'41"** até o vértice **P367**, de coordenadas **N 8.655.726,87** m, **E 499.596,58** m; seguindo com distância de **3.246,38** m e azimute plano de **85°21'05"** até o vértice **P368**, de coordenadas **N 8.655.989,97** m, **E 502.832,28** m; seguindo com distância de **935,20** m e azimute plano de **0°41'44"** até o vértice **P369**, de coordenadas **N 8.656.925,10** m, **E 502.843,64** m; seguindo com distância de **1.162,93** m e azimute plano de **343°37'54"** até o vértice **P370**, de coordenadas **N 8.658.040,89**

m, E 502.515,91 m; seguindo com distância de 5.961,15 m e azimute plano de 358°23'13" até o vértice P371, de coordenadas N 8.663.999,68 m, E 502.348,11 m; seguindo com distância de 1.580,61 m e azimute plano de 223°46'26" até o vértice P372, de coordenadas N 8.662.858,36 m, E 501.254,62 m; seguindo com distância de 3.716,81 m e azimute plano de 342°56'32" até o vértice P373, de coordenadas N 8.666.411,66 m, E 500.164,34 m;

#### XI - COM O MUNICÍPIO DE SANTANÓPOLIS:

deste, seguindo com distância de 3.226,25 m e azimute plano de 39°45'08" até o vértice P374, de coordenadas N 8.668.892,05 m, E 502.227,43 m; seguindo com distância de 2.228,04 m e azimute plano de 39°45'08" até o vértice P375, de coordenadas N 8.670.605,01 m, E 503.652,19 m; seguindo com distância de 1.550,08 m e azimute plano de 18°51'38" até o vértice P376, de coordenadas N 8.672.071,86 m, E 504.153,28 m; seguindo com distância de 46,99 m e azimute plano de 87°17'19" até o vértice P1; N 8.672.074,08 m, 504.200,22 m Leste, ponto inicial da descrição deste perímetro.

§ 1º - Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas pelo Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de **Feira de Santana**, de coordenadas E **502.245,18** e N **8.646.986,52**, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas no Meridiano Central **39º WGr**, tendo como datum o **SIRGAS 2000**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

§ 2º – O mapeamento do Perímetro dos Distritos, apresentado no TÍTULO IV – ANEXOS, que acompanha esta norma, se constitui em parte integrante desta Lei.

## TÍTULO II DOS LIMITES DO PERÍMETRO URBANO

Art. 2º - O Perímetro Urbano da Cidade de Feira de Santana, através desta Lei, passa a ter os seguintes limites:

**I – TRECHO: BR-116 NORTE ATÉ A ESTRADA PARA SÃO ROQUE:** O Ponto INICIAL se dá no eixo da BR-116 NORTE, localizado a 13,87 km da interseção desta BR com a Avenida Eduardo Fróes da Motta (Anel de Contorno), no sentido de Serrinha nas coordenadas UTM (503249,03E/8670120,29N), daí segue na direção Nordeste até o ponto de coordenadas UTM (503652,19E/8670605,01N), daí segue na direção Nordeste até o ponto de coordenadas UTM (504153,29E/8672071,86N), daí segue na direção Leste até o ponto de coordenadas UTM (505200,29E/8672122,25N), daí segue na direção sul, paralelo à BR116-Norte, com afastamento de 2.000,00m (dois mil metros) contados a partir da faixa de domínio desta BR até o ponto de coordenadas UTM (505903,25E/8657204,22N), daí segue em reta na direção Leste até o eixo da antiga Estrada de Ferro da Leste Brasileira, nas coordenadas UTM (509295,66E/8656420,67N), daí segue pela antiga Estrada de Ferro no sentido Sul até a interseção com a Estrada que vai para a Fazenda São Domingos nas coordenadas UTM (509767,33E/8654579,01N), daí segue na direção Leste pela Estrada da Fazenda São Domingos até o ponto de Coordenadas UTM (510398,59E/8654837,29N), daí em linha seca na direção Sudeste até encontrar o ponto de coordenadas UTM (511580,43E/8653397,70N), daí seguindo pela Estrada do Brandão, na direção Sudoeste, até a interseção com a Estrada que vai para Tapera nas coordenadas UTM (510915,53E/8652007,81N), daí segue na direção Sudeste até a interseção com a Estrada que vai para a Fazenda Tanque Grande nas coordenadas UTM (514030,74E/8648042,85N), daí segue na direção Sudeste até a antiga Estrada Velha para São Roque (atual Rua Artêmia Pires de Freitas), nas coordenadas UTM (513323,63E/8646748,20N).

**II – TRECHO: ESTRADA PARA SÃO ROQUE ATÉ A BR-116 SUL:** o PONTO INICIAL se dá no encontro da antiga Estrada Velha para São Roque (atual Rua Artêmia Pires de Freitas) com a Estrada do Roçadinho, daí segue por esta na direção Sudoeste até a interseção com a Estrada que vai para o Povoado Bom Viver de coordenadas UTM (514225,30E/8640843,45N), daí segue na direção Sudoeste pela Estrada do Povoado Bom Viver até a Rodovia BR-324 de coordenadas UTM (512051,02E/8639531,95N), daí segue na direção Sudoeste pela Rua do Limoeiro até a interseção com a Estrada Limoeiro/Humildes de coordenadas UTM (511437,55E/8639148,74N), daí em linha seca na direção Oeste até a interseção com a BA-502, no lugar conhecido como Pau de Légua, de coordenadas UTM (504721,11E/8639484,76N), daí segue na direção Oeste pela linha seca de limite Intermunicipal (Feira de Santana/ São Gonçalo dos Campos), até o local denominado Bebedouro do Sabino, no Rio Jacuípe de coordenadas UTM (500354,38E/8639227,18N), daí em linha seca até a interseção da BR-116 Sul com a BA-052 de coordenadas UTM (496909,76E/8640863,34N).

**III – TRECHO: BR-116 SUL ATÉ A BR-116 NORTE:** o PONTO INICIAL se dá na interseção da BR-116 Sul com a BA-052, daí segue na direção Noroeste pela BA-052 até a interseção com a Estrada que vai para a Ponte Rio Branco, a 3,74km medido a partir da interseção desta BA com a BR-116 SUL, nas coordenadas UTM (494416,99E/8642920,43N), daí seguindo pela Estrada que vai para a Ponte Rio Branco, na direção Nordeste, até a interseção com a BA-861 (Feira de Santana/Antonio Cardoso) no ponto de coordenadas UTM (494608,24E/8647781,22N), daí segue pela BA-861 na direção Leste até encontro com a Rua Heráclito Dias de Carvalho no Campo do Gado Novo de coordenadas UTM (499228,85E/8648847,74N), daí em linha seca na direção Norte até a Estrada da Fazenda Areias de coordenadas UTM (498704,25E/8651038,49N), daí segue pela Estrada da Fazenda Areias, na direção Leste, até a interseção com a Estrada da Pedra Ferrada de coordenadas UTM (499695,98E/8651342,76N), daí segue na direção Norte pela Estrada que vai para Jaguará, até a interseção com a Estrada da Lagoa do Pirixi no local denominado Venda Nova de coordenadas UTM (495005,55E/8654405,70N), daí segue pela Estrada da Lagoa do Pirixi, na direção Leste, até a interseção com a 1ª Travessa Francisco Martins, de coordenadas UTM (499600,92E/8655726,66N), daí segue em linha seca na direção Leste até o ponto que se situa nas coordenadas UTM (502832,28E/8655989,97N) que possui um afastamento de 1.000,00m (mil metros) da faixa de domínio da BR116-Norte, daí segue na direção Norte, paralelo à BR116-Norte, com afastamento de 1.000,00 m (mil metros) contados a partir da faixa de domínio desta BR até o ponto de coordenadas UTM (502348,11E/8663999,68N), daí segue na direção Sudoeste até o ponto de coordenadas UTM (501254,62E/8662858,36N), daí segue na direção Norte até o centro da Lagoa da Formiga nas coordenadas UTM (500164,34E/8666411,66N), daí segue na direção Nordeste até o ponto inicial na BR116-Norte de coordenadas UTM (503249,03E/8670120,29N).

**Parágrafo único** – O mapeamento do Perímetro Urbano, apresentado no TÍTULO IV – ANEXOS, que acompanha esta norma, se constitui em parte integrante desta Lei.

### TÍTULO III DOS LIMITES DOS BAIRROS

**Art. 3º** - Os limites dos 06 (seis) novos Bairros inseridos no Perímetro Urbano de Feira de Santana se encontram estabelecidos através desta Lei, conforme mapeamento apresentado no TÍTULO IV – ANEXOS, desta Lei, se constituindo em sua parte integrante.

**Art. 4º** - Os novos Bairros de Feira de Santana são os seguintes:

**045 – VALE DO JACUÍPE;**

**046 – PEDRA FERRADA;**

**047 – CIS NORTE**

**048 – MANTIBA;**

**049 – REGISTRO;**  
**050 – CHAPARRAL.**

**Art. 5º** - A conformação dos novos Bairros se norteia pelos limites abaixo descritos:

**I – 045 – VALE DO JACUÍPE:** o Ponto inicial se dá na interseção da BR-116 SUL com a BA-052, daí segue na direção Noroeste pela BA-052 até a interseção da Estrada que vai para a Ponte Rio Branco, a 3,74km medido a partir da interseção desta BA com a BR-116 SUL, nas coordenadas UTM (494416,99E/8642920,43N), daí seguindo pela Estrada que vai para a Ponte Rio Branco, na direção Nordeste, até a interseção com a BA-861 (Feira de Santana/Antonio Cardoso) no ponto de coordenadas UTM (494608,24E/8647781,22N), daí segue pela BA-861 na direção Leste até o encontro com a Rua Heráclito Dias de Carvalho no Campo do Gado Novo de coordenadas UTM (499228,85E/8648847,74N), daí segue em reta, na direção Sul até o ponto existente na Rua Miguel Pinto de Santana nas coordenadas UTM (498873,18E/8646874,17N), daí em reta na direção Sul até o acesso da Fazenda Belo Horizonte nas coordenadas UTM (499430,73E/8644615,34N), daí segue em reta na direção Sul até o ponto existente no Rio Jacuípe, a 2,0km da ponte no sentido Norte, nas coordenadas UTM (499375,31E/8643718,77N), daí segue pelo Rio Jacuípe na direção Sul até o ponto conhecido como Bebedouro do Sabino nas coordenadas UTM (500359,05E/8639227,46N), daí segue na direção Noroeste, em reta, até o Ponto Inicial.

**II – 046 – PEDRA FERRADA:** o Ponto inicial se dá na interseção da Estrada para Jaguará com a Estrada da Pedra Ferrada, nas coordenadas UTM (499629,25E/8651484,52N), daí segue na direção Norte pela Estrada para Jaguará até o Povoado de Venda Nova nas coordenadas UTM (495005,55E/8654405,70N), daí segue pela Estrada do Pirixi, na direção Leste, até a interseção com a 1ª Travessa Francisco Martins nas coordenadas UTM (499600,92E/ 8655726,66N), daí segue em reta na direção Leste até a interseção da BR-116 Norte, no ponto localizado a 8,4km da interseção, desta BR, com a Avenida Eduardo Fróes da Motta (Anel de Contorno), no sentido Feira de Santana/Serrinha nas coordenadas UTM (503868,54E/8656065,19N), daí segue na direção Sul, pela BR-116 Norte, até a interseção com a Rua Excede nas coordenadas UTM (503837,96E/8653362,85N), daí segue pela Rua Excede na direção Oeste até a interseção com a Rua Pitombeiras de coordenadas UTM (502263,19E/8652929,92N), daí segue na direção Sul até a interseção com a Travessa Xavier nas coordenadas UTM (502434,72E/8652688,35N), daí segue na direção na direção Oeste pela Travessa Xavier até a interseção com a Rua Vênus nas coordenadas UTM (501943,94E/8652555,22N), daí segue na direção Sul pela Rua Vênus até a interseção com a Rua Canavieiras nas coordenadas UTM (501962,60E/8652294,91N), daí segue na direção Oeste pela Rua Canavieiras até a interseção com a Estrada do Besouro nas coordenadas UTM (501149,05E/8651991,19N), daí segue na direção Norte pela Estrada do Besouro até a interseção com a Rua Braço Forte nas coordenadas UTM (501126,53E/8652373,65N), daí segue na direção Oeste pela Rua Braço Forte até a interseção com a Estrada da Pedra Ferrada nas coordenadas UTM (499611,43E/8652240,01N), daí segue na direção Sul, pela Estrada da Pedra Ferrada, até o Ponto Inicial.

**III – 047 – CIS NORTE:** O Ponto inicial se dá no eixo da BR-116 NORTE, localizado a 13,87 km da interseção desta BR com a Avenida Eduardo Fróes da Motta (Anel de Contorno), no sentido de Serrinha nas coordenadas UTM (503249,03E/8670120,29N), daí segue na direção Nordeste até o ponto de coordenadas UTM (503652,19E/8670605,01N), daí segue na direção Nordeste até o ponto de coordenadas UTM (504153,29E/8672071,86N), daí segue na direção Leste até o ponto de coordenadas UTM (505200,29E/8672122,25N), daí segue na direção sul, paralelo à BR116-Norte, com afastamento de 2.000,00m (dois mil metros) contados a partir da faixa de domínio desta BR até o ponto de coordenadas UTM (505903,25E/8657204,22N), daí segue na direção Oeste até o ponto de coordenadas UTM (502832,28E/8655989,97N) que possui um afastamento de 1.000,00m (mil metros) da faixa de domínio da BR116-Norte, daí segue na direção Norte, paralelo à BR116-Norte, com afastamento de 1.000,00 m (mil metros) contados a partir da faixa de domínio desta BR até o ponto de

coordenadas UTM (502348,11E/8663999,68N), daí segue na direção Sudoeste até o ponto de coordenadas UTM (501254,62E/8662858,36N), daí segue na direção Norte até o centro da Lagoa da Formiga nas coordenadas UTM (500164,34E/8666411,66N), daí segue na direção Nordeste até o ponto inicial na BR116-Norte de coordenadas UTM (503249,03E/8670120,29N).

**IV – 048 – MANTIBA:** o Ponto inicial se dá no eixo da BR-116 Norte, localizado a 8,4km da interseção, desta BR, com a Avenida Eduardo Fróes da Motta (Anel de Contorno), no sentido Feira de Santana/Serrinha, daí segue em reta na direção Leste até o eixo da antiga Estrada de Ferro da Leste Brasileira, nas coordenadas UTM (509295,66E/8656420,67N), daí segue na direção Sul pela antiga Estrada de Ferro até a interseção da Estrada que vai para a Fazenda São Domingos nas coordenadas UTM (509767,33E/8654579,01N), daí segue na direção Leste pela Estrada que vai para a Fazenda São Domingos até o Ponto de coordenadas UTM (510398,59E/8654837,29N), daí segue em linha reta na direção Sul até encontrar, na Estrada do Brandão, o Ponto de coordenadas UTM (511580,43E/8653397,70N), daí segue na direção Sudoeste pela Estrada do Brandão até a interseção com a Estrada que vai para a Tapera nas coordenadas UTM (510915,53E/8652007,81N), daí segue na direção Nordeste pela Estrada da Tapera até a mudança de direção na Estrada nas coordenadas UTM (510794,50E/8652230,33N), daí segue, em reta, na direção Noroeste até o ponto nas coordenadas UTM (510014,58E/8653244,31N), daí segue na direção Sudoeste até encontrar a antiga Estrada de Ferro da Leste Brasileira nas coordenadas UTM (508911,21E/8652895,16N), daí segue na direção Sul pela antiga Estrada de Ferro até encontrar a interseção com a Estrada da Mantiba nas coordenadas UTM (508340,33E/8652023,69N), daí segue na direção Sudoeste pela Estrada da Mantiba até a interseção com a Rua Ozenita nas coordenadas UTM (507492,01E/8651366,44N), daí segue na direção Sudoeste pela Rua Ozenita, na direção Noroeste pela Estrada do Papagaio e na direção Norte pela Estrada para Santa Quitéria até a interseção com a Estrada do Francês nas coordenadas UTM (507233,33E/8653205,54N), daí segue na direção Oeste pela Estrada da Mantiba até o Ponto Inicial.

**V – 049 – REGISTRO:** o Ponto inicial se dá na interseção da Estrada Passo Alegre com o Corredor dos Araçás nas coordenadas UTM (510589,29E/8644622,22N), daí segue na direção Norte pelo Corredor dos Araçás até a interseção com a Estrada Velha para São Roque, atual Artêmia Pires de Freitas, nas coordenadas UTM (510606,12E/8646291,44N), daí segue na direção Leste pela Estrada Velha para São Roque até a interseção com o Corredor Boa Vista nas coordenadas UTM (510886,32E/8646300,78N), daí segue na direção Norte pelo Corredor Boa Vista até a interseção com a Estrada do Rosário nas coordenadas UTM (510359,77E/8648721,03N), daí segue na direção Nordeste pela Estrada do Rosário até a interseção com a Avenida Antonio Sérgio barradas carneiro (BA-503) nas coordenadas UTM (511424,94E/8649898,69N), daí segue na direção Leste pela Avenida Antonio Sérgio Barradas carneiro até a interseção com a Estrada da Fazenda Tanque Grande nas coordenadas UTM (512330,08E/8649958,97N), daí segue na direção Sudeste pela Estrada da Fazenda Tanque Grande, Estrada Velha para São Roque até a interseção com a Estrada do Roçadinho nas coordenadas UTM (513323,63E/8646748,20N), daí segue na direção Sudoeste pela Estrada do Roçadinho até a interseção com a Estrada Passo Alegre nas coordenadas UTM (512815,71E/8644554,03N), daí segue na direção Oeste pela Estrada Passo Alegre até o Ponto Inicial.

**VI – 050 – CHAPARRAL:** o Ponto inicial se dá na interseção da Estrada passo Alegre com a Estrada Velha de Jaíba nas coordenadas UTM (510589,29E/8644622,22N), daí segue na direção Leste pela Estrada Passo Alegre até a interseção com a Estrada que vai para o Povoado Bom Viver nas coordenadas UTM (512821,67E/8644557,99N), daí segue na direção Oeste pela Estrada que vai para o Povoado Bom Viver até a interseção com a Estrada da Tapera nas coordenadas UTM (513010,35E/8640710,91N), daí segue na direção Noroeste pela Estrada da Tapera até a interseção com a Estrada Velha de Jaíba nas coordenadas UTM (510743,76E/8642612,36N), daí segue na direção Norte pela Estrada Velha de Jaíba até o Ponto Inicial.

**Parágrafo único** – Os Índices Urbanísticos que norteará o Ordenamento o Uso e a Ocupação do Solo, para os 06 (seis) novos bairros, serão os mesmos apresentados na Lei Municipal 1.615/92, distribuídos da seguinte maneira:

**Tabela I – Zonas de Predominância – ZR's e ZS.**

<b>ZONAS</b>	<b>BAIROS</b>
ZR-3 .....	Vale do Jacuípe;
ZR-3 .....	Pedra Ferrada;
ZS .....	CIS Norte;
ZR-3 .....	Mantiba;
ZR-4 .....	Registro;
ZR-4 .....	Chaparral.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 20 de junho de 2013.

JOSÉ RONALDO DE CARVALHO  
PREFEITO MUNICIPAL

MARIO COSTA BORGES  
CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

CARLOS ANTÔNIO DE MORAES LUCENA  
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA BRITO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

JOSÉ FERREIRA PINHEIRO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

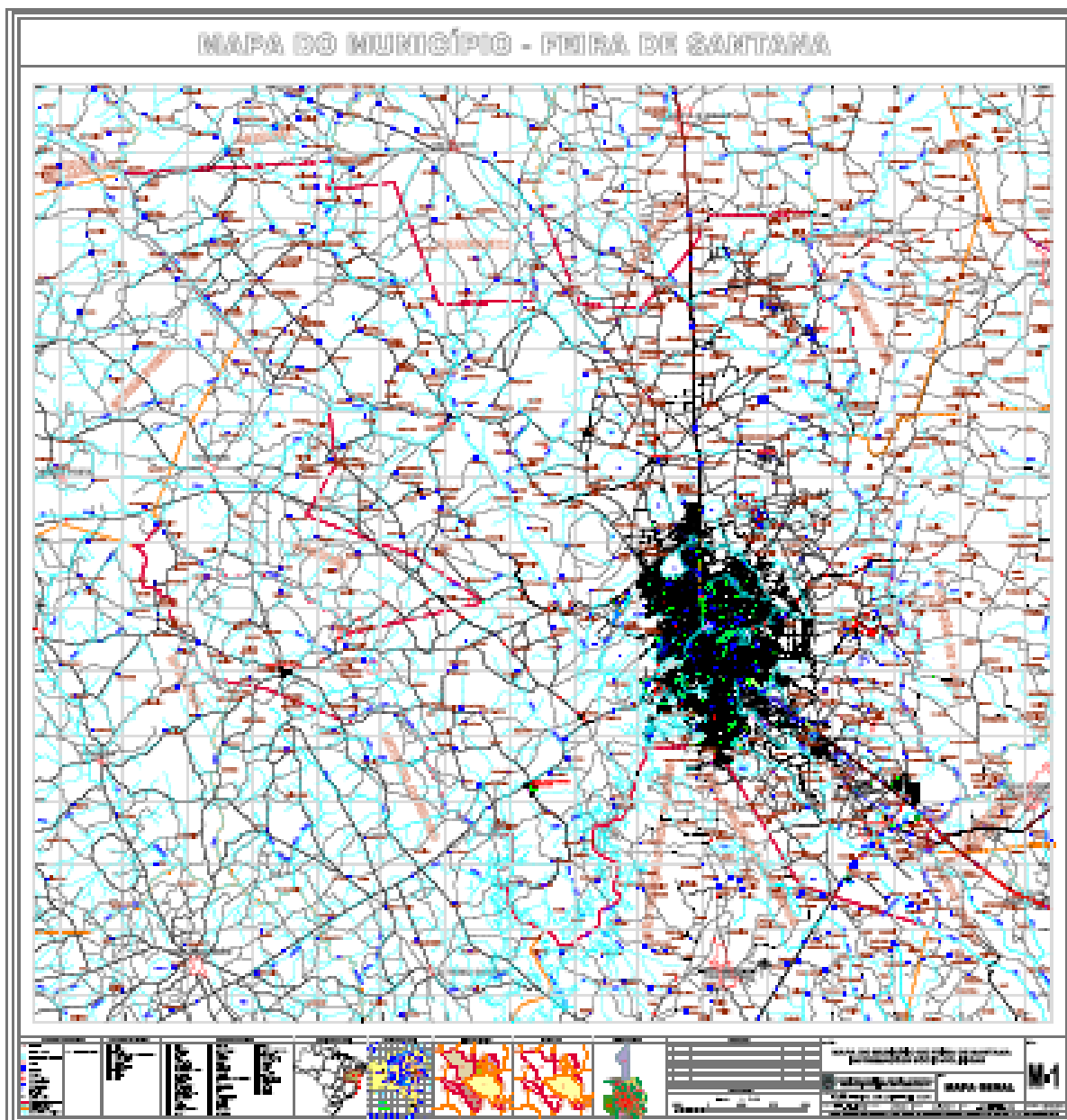




PREFEITURA MUNICIPAL  
**FEIRA DE SANTANA**  
CIDADE TRABALHO

**TÍTULO IV**  
**ANEXOS**

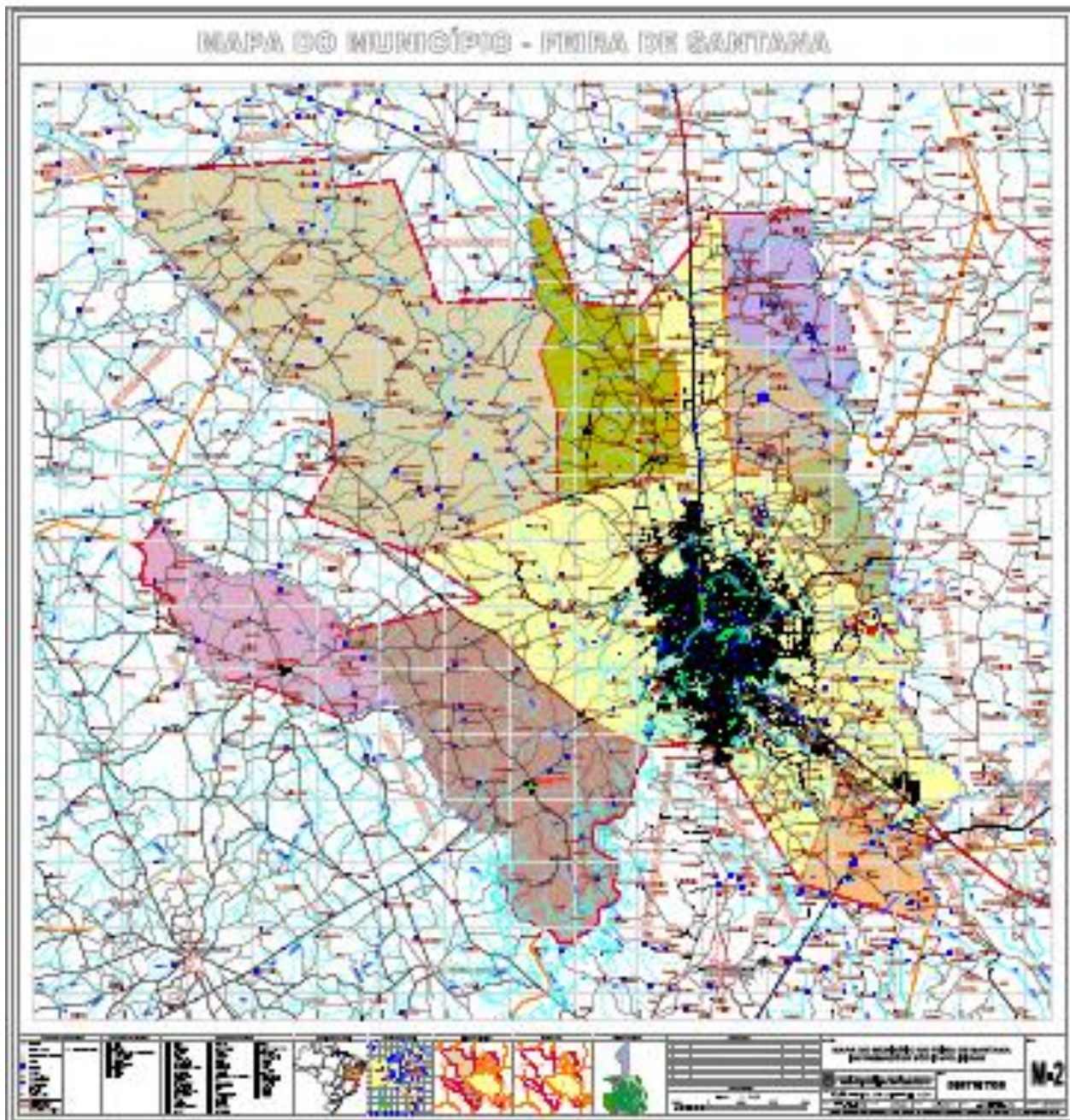
**MAPA 1**





PREFEITURA MUNICIPAL  
**FEIRA DE SANTANA**  
CIDADE TRABALHO

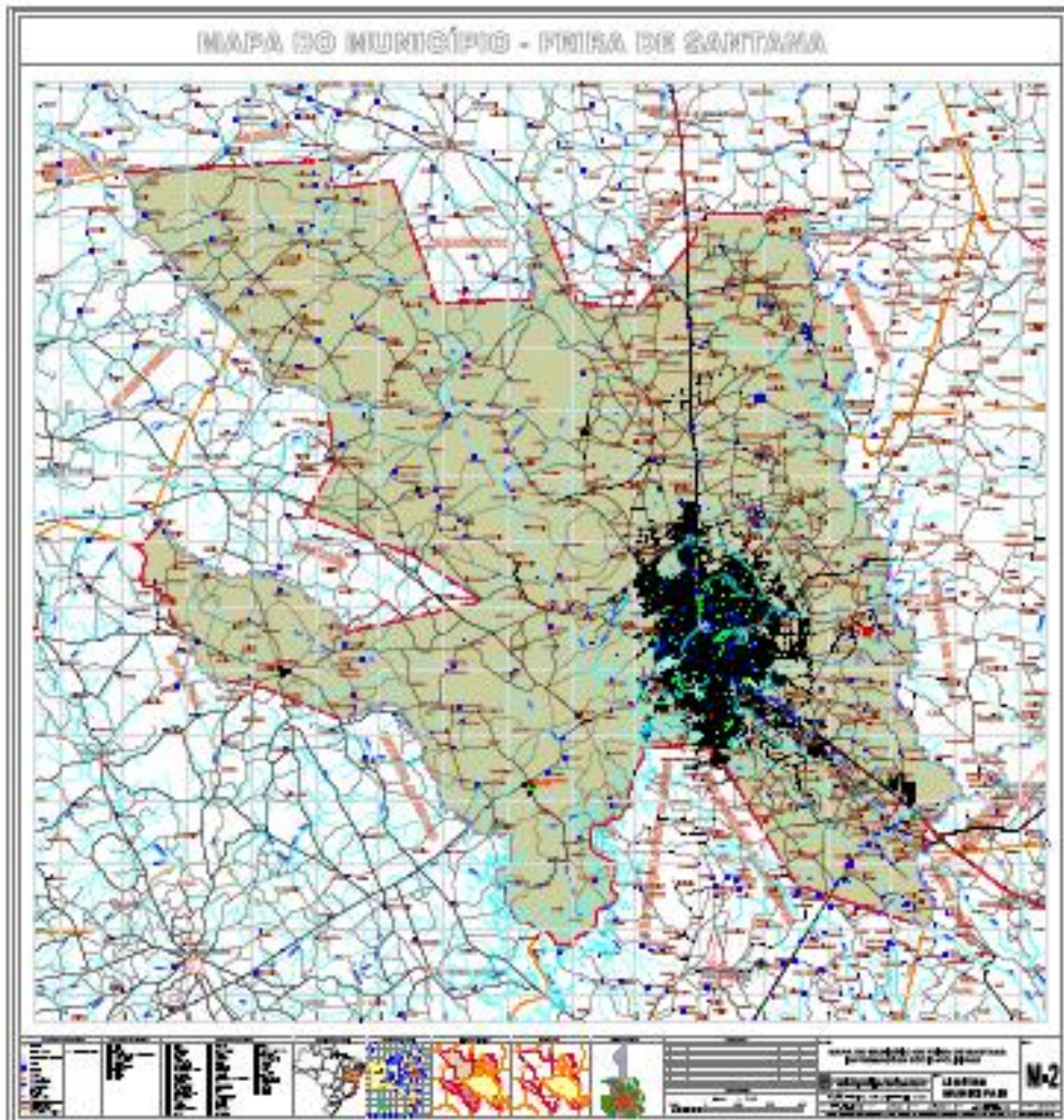
**MAPA 2**





PREFEITURA MUNICIPAL  
**FEIRA DE SANTANA**  
CIDADE TRABALHO

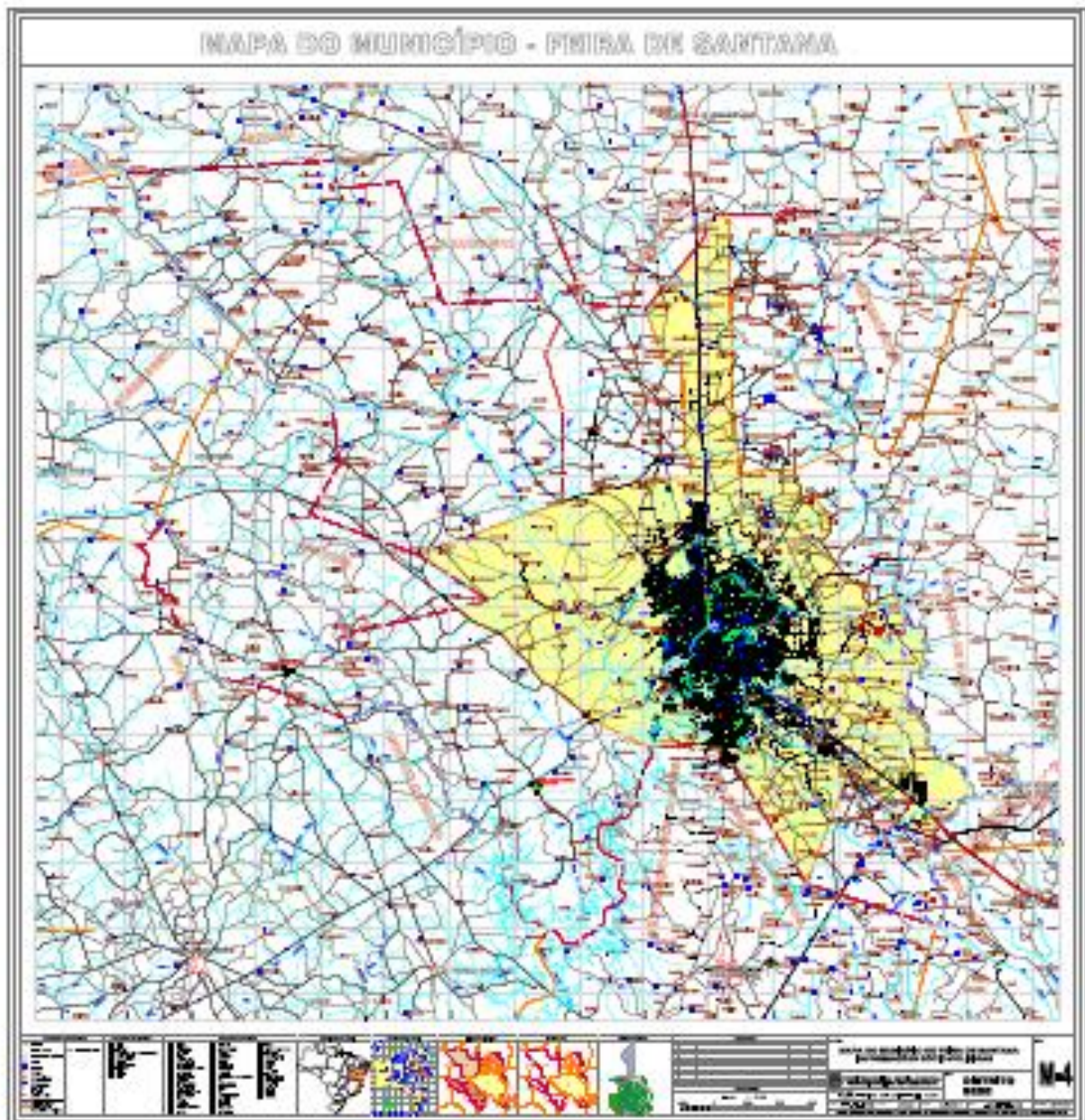
**MAPA 3**





PREFEITURA MUNICIPAL  
**FEIRA DE SANTANA**  
CIDADE TRABALHO

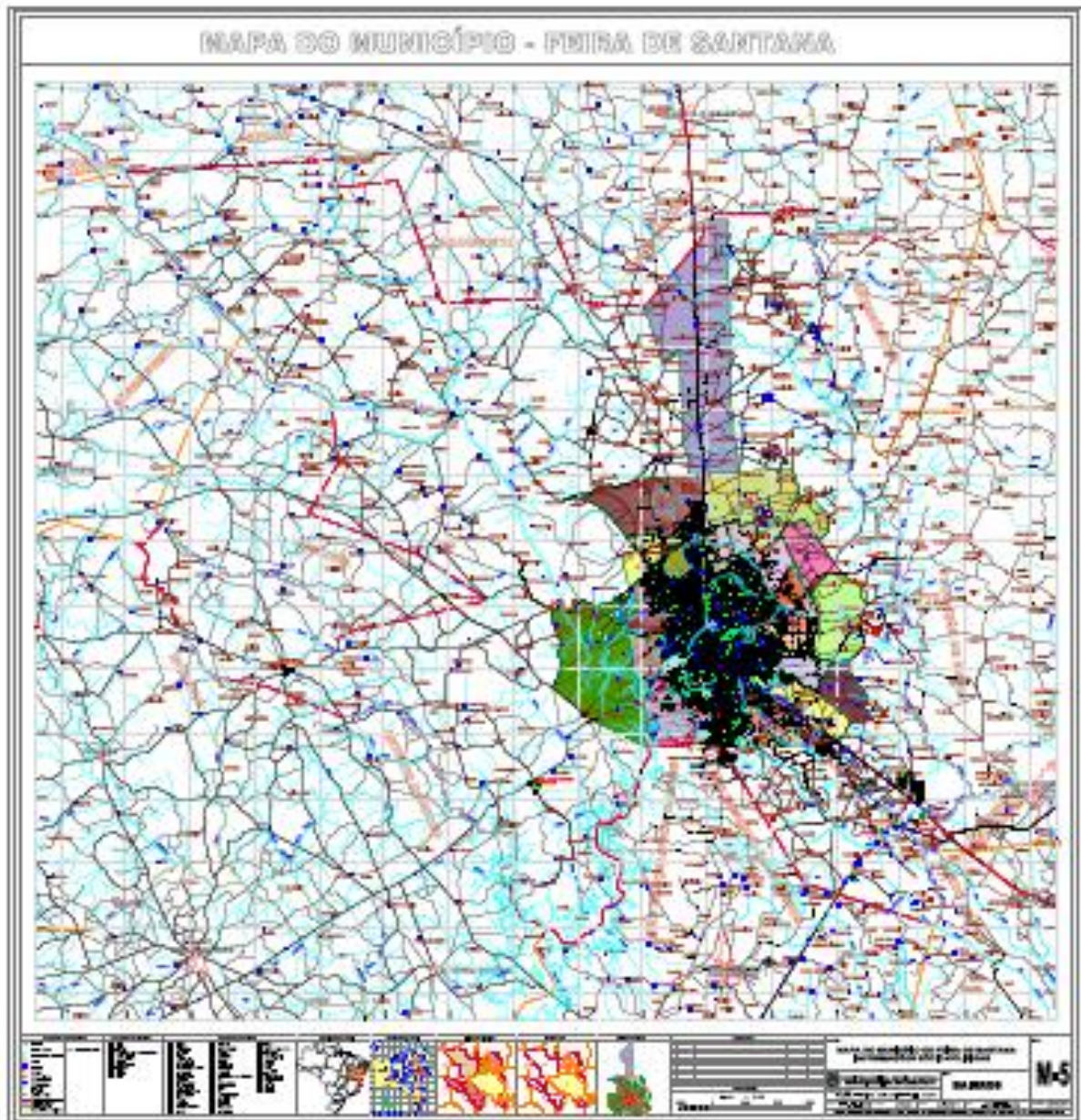
**MAPA 4**





PREFEITURA MUNICIPAL  
**FEIRA DE SANTANA**  
CIDADE TRABALHO

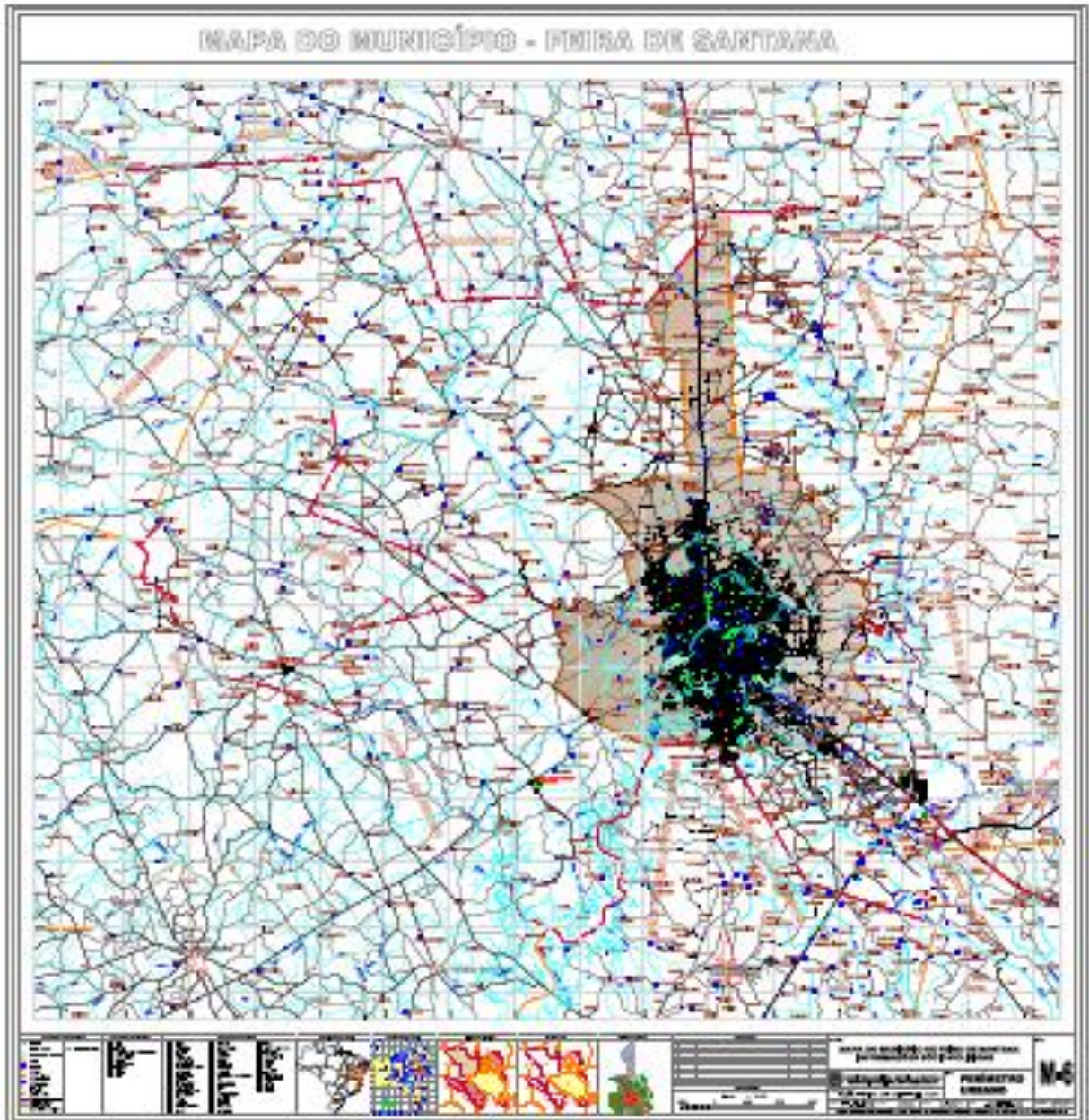
**MAPA 5**





PREFEITURA MUNICIPAL  
**FEIRA DE SANTANA**  
CIDADE TRABALHO

**MAPA 6**





PREFEITURA MUNICIPAL  
**FEIRA DE SANTANA**  
CIDADE TRABALHO

**MAPA 7**

